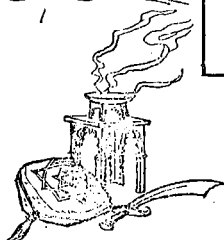
HISTÓRIA
DAS
CRUZADAS
POR
J. F. MICHAUD
EDITORA DAS AMÉRICAS

MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME:

Livro XI (Continuação), Livro XII, Livro XIII, Livro XIV.

JOSEPH-FRANÇOIS MICHAUD

HISTÓRIA DAS CRUZADAS

TRADUÇÃO BRASILEIRA DO
Pe. VICENTE PEDROSO
ILUSTRAÇÕES DE GUSTAVO DORÉ

VOLUME QUARTO

EDITÔRA DAS AMÉRICAS
Rua General Osório, 62/90 — Tels. 34-6701 e 37-6342
Caixa Postal, 4468
SÃO PAULO

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO

Continuação

DESDE A RESTAURAÇÃO DE ISAAC ATÉ A MORTE DE BALDUINO

1203 - 1206

Enquanto os cruzados assim dividiam as riquezas obtidas do império do Oriente, e entregavam-se à alegria, não viam a falta que haviam cometido destruindo um país que lhes devia servir de pátria; não refletiam que a ruína dos vencidos, poderia trazer um dia a dos vencedores e que êles se tornariam pobres como os gregos, que êles acabavam de despojar. Sem tristezas e sem previdência, confiando ùnicamente em sua espada, êles cuidaram em nomear um chefe que reinasse sôbre o povo enlutado e sôbre uma cidade desolada. A púrpura imperial tinha sempre o mesmo brilho aos seus olhos e o trono abalado por suas armas era ainda o objeto de sua ambição. Villehardouin não se admira de que *houvesse tantos pretendentes a uma dignidade tal e à honra, como a do império.* Seis eleitores foram escolhidos entre os nobres venezianos e seis outros entre os eclesiásticos franceses para escolher um soberano para Constantinopla; os doze eleitores reuniram-se na capela do palácio de Bucoleon e juraram sôbre o Evangelho coroar sòmente o mérito e a virtude.

Três dos principais chefes da cruzada mereciam igualmente os sufrágios dos eleitores. Se a púrpura era o prêmio da experiência, da habilidade nos con-

selhos, dos serviços prestados à causa dos latinos, Henrique Dândolo devia ser o preferido, pois êle tinha sido o móvel e a alma da emprêsa. O Marquês de Monferrato reunia igualmente os títulos mais recomendáveis. Os cruzados tinham-no escolhido por chefe e os gregos já o reconheciam como senhor. Sua bravura, experimentada em mil combates, dava a esperança de um sustentáculo firme e generoso ao trono, que se reerguia do seio das ruínas. Sua prudência e moderação podiam fazer crer, aos latinos e ao povo da Grécia, que, uma vez elevado ao trono, êle repararia as desgraças da guerra. Balduino não tinha menos direitos à coroa imperial do que seus dois competidores. O conde de Flandres era parente dos monarcas mais poderosos do Ocidente e descendia pelo lado materno de Carlos Magno. Êle se fazia estimar pelos soldados, com os quais partilhava o perigo; tinha merecido a estima dos gregos, que, mesmo no meio das desordens da conquista, celebravam-no como campeão da castidade e da honra. Balduino era o protetor dos fracos, o amigo dos pobres; êle amava a justiça e não temia a verdade. Sua juventude, que êle tinha honrado com feitos brilhantes e com sólidas virtudes, dava aos súditos do novo império a esperança de um reinado longo e feliz; o lugar que êle ocupava entre os guerreiros e os príncipes, sua piedade, suas luzes, seu amor pelo estudo e pelos sábios, tornavam-no digno de subir ao trono de Augusto e de Constantino.

Os eleitores, a princípio tiveram seus olhares voltados para o venerável Dândolo. Mas os republicanos de Veneza estremeceram, por ver um imperador entre seus concidadãos. "Que não teremos a temer, diziam êles, de um veneziano, quando senhor da Grécia e de uma parte do Oriente? Estaremos sujeitos às suas leis ou estará êle sujeito às leis do nosso país? Sob seu reinado e sob o dos seus sucessores, quem nos garantirá que Veneza, a rainha dos mares, não se tornará uma das cidades dêste império?" Os venezianos, assim falando dêle, faziam justos elogios ao caráter e às virtudes de Dândolo; êles acrescentavam que seu doge, chegando ao têrmo de uma vida cheia de grandes ações, só poderia terminar seus dias com glória, e que êle acharia mais glorioso ser chefe de uma república vitoriosa do que soberano de um povo vencido. "Que romano, exclamavam êles, quereria deixar o título de cidadão de Roma, para ser rei de Cartago?"

Terminando seus discursos, os venezianos rogaram à assembléia que escolhesse um imperador entre os outros chefes do exército. A escolha então devia ficar entre o Conde de Flandres e o Marquês de Monferrato. Os mais sensatos temiam que aquêle dos dois concorrentes que não conseguisse o império, demonstrasse seu descontentamento e desejasse a queda do trono ocupado pelo rival. Lembravam-se ainda dos violentos debates, que na primeira cruzada se haviam seguido à eleição de Godofredo de Bouillon,

e das perturbações suscitadas no reino nascente de Jerusalém pela ambição invejosa de Raimundo de Saint-Gilles. Para prevenir os efeitos de uma discórdia funesta, julgaram dever determinar de antemão que, aquêle dos dois que obtivesse os sufrágios para a coroa imperial, cederia ao outro, sob a condição de fidelidade e homenagem, a propriedade da ilha de Cândia e de tôdas as terras do Império situadas além do Bósforo. Depois dessa decisão, os eleitores só se ocuparam da eleição de um imperador: sua escolha ficou por muito tempo indecisa. O Marquês de Monferrato pareceu a princípio reunir todos os votos; mas os venezianos temiam ver no trono de Constantinopla um príncipe que tinha algumas propriedades nas vizinhanças do seu território: êles disseram à assembléia que a escolha de Balduino conviria mais aos cruzados; que ela teria sobretudo a vantagem de interessar à glória e à conservação do novo império, a nação belicosa dos flamengos e dos franceses. Os interêsses e as invejas da política, e sem dúvida também a sabedoria e a eqüidade, fizeram por fim que a escolha caísse sôbre o conde de Flandres.

Os cruzados, reunidos diante do palácio de Bucoleon, esperavam com impaciência a decisão dos eleitores. À meia-noite o Bispo de Soissons apareceu no vestíbulo e pronunciou em voz alta estas palavras: "Esta hora da noite que viu nascer o Salvador do mundo, dá nascimento a um novo império, sob a pro-

teção do Todo-Poderoso. Tendes por imperador a Balduino, Conde de Flandres e de Hainaut." Ressoaram clamores de alegria, entre os venezianos e os franceses. O povo de Constantinopla, que tinha tantas vêzes mudado de soberano, recebeu sem repugnância aquêle que lhe acabavam de dar e misturou suas aclamações às dos latinos. Balduino foi elevado sôbre um escudo e carregado em triunfo até a Igreja de Santa Sofia. O Marquês de Monferrato seguia o cortejo de seu rival; a generosa submissão de que êle deu exemplo foi louvada por seus companheiros de armas e sua presença não atraiu menos os olhares que a pompa guerreira que rodeava o novo imperador.

A cerimônia da coroação foi adiada para o quarto domingo depois da Páscoa. Nesse intervalo, celebravam-se com brilho os esponsais do Marquês de Monferrato com Margarida da Hungria, viúva de Isaac. Constantinopla viu entre seus muros as festas e os espetáculos do Ocidente, e, pela primeira vez, os gregos ouviram nas suas igrejas as orações e os hinos dos latinos. No dia marcado para a coroação, o imperador Balduino dirigiu-se a Santa Sofia, acompanhado pelos barões e pelo clero. Ali, enquanto se realizava o ofício divino, o imperador foi elevado ao trono de ouro e recebeu a púrpura das mãos do legado do Papa, que desempenhava as funções de Patriarca. Dois cavaleiros traziam diante dêle o laticlavo dos cônsules romanos e a espada imperial, que voltava por fim às mãos dos guerreiros

e dos heróis. O chefe do clero, de pé diante do altar, pronunciou em língua grega estas palavras: *Êle é digno de reinar.* Todos os outros repetiam em côro: *Êle é digno de reinar.* Os cruzados faziam ouvir suas aclamações rumorosas, os cavaleiros revestidos de suas armaduras, a multidão miserável dos gregos, o santuário despojado de seus antigos ornamentos e adornado de pompa estrangeira apresentavam ao mesmo tempo um espetáculo solene e lúgubre, e mostravam tôdas as desgraças da guerra no meio dos troféus da vitória. Rodeado das ruínas de um império, os espectadores mais ilustres notaram entre as cerimônias dêsse dia, segundo o uso dos gregos, a oferta a Balduino, de uma pequena urna contendo poeira e ossos e um vaso de matéria inflamável, símbolo da brevidade da vida e do nada das grandezas humanas.

Antes da cerimônia da coroação, o novo imperador havia distribuido a seus companheiros de armas as principais dignidades do império. O marechal de Champanha, Villehardouin, teve o título de marechal da Romênia; o Conde de S. Paulo, a dignidade de condestável; o cargo de protovestiário, (grão-mestre de guarda-roupa), os de grão-mordomo e de arquitriclino, foram dados a Canon de Bethune, a Macário de Santa-Menehould, a Milès de Brabante. O doge de Veneza, criado désposta ou príncipe da Romênia, teve o direito de usar borzeguins de púrpura, privilégio reservado, entre os gregos, sòmente aos príncipes da família. Henrique Dândalo repre-

sentava em Constantinopla a República veneziana; a metade da cidade era seu domínio e reconhecia suas leis; êle se elevava por sua dignidade tanto quanto por seus feitos, acima de todos os príncipes e de todos os grandes da côrte de Balduino; só êle estava isento de prestar juramento de fidelidade e de homenagem ao imperador, pelas terras que devia possuir.

No entretanto, os senhores e os barões mostravam-se impacientes por dividir as cidades e as províncias do império. Num conselho composto de doze patrícios de Veneza e de doze cavaleiros franceses, tôdas as terras conquistadas foram divididas entre as duas nações. A Bitínia, Romênia ou a Trácia, Tessalônica, tôda a Grécia, desde as Termópilas até o cabo Sunium, as maiores ilhas do arquipélago, couberam como partilha e ficaram sob o domínio dos franceses. Os venezianos obtiveram as Cícladas e as Esporadas no arquipélago, as ilhas e a costa oriental do gôlfo Adriático, as costas do Propôntida e as do Ponto Euxino, as margens do Hebron, do Vardas, as cidades de Cipsele, de Didimótica, de Andrinopla, as regiões marítimas da Tessália, etc. Tal foi a princípio a distribuição das terras do império. Mas, circunstâncias que não se tinham previsto, a diversidade dos interêsses, as rivalidades da ambição, tôdas as incertezas da fortuna e da guerra, trouxeram logo várias mudanças a essa divisão do território. A história em vão pretendia seguir os conquistadores nas províncias que lhes havia cabido por sorte; seria

mais fácil marcar o curso de uma torrente transbordante e restaurar o caminho das tempestades, do que fixar o estado das possessões incertas e passageiras dos vencedores de Bizâncio.

As terras situadas além do Bósforo tinham sido erigidas em reino e dadas com a ilha de Cândia ao Marquês de Monferrato; Bonifácio trocou-as pela província de Tessalônica e vendeu a ilha de Cândia à República de Veneza, por trinta libras pesadas, de ouro. As províncias da Ásia foram abandonadas ao conde de Blois, que tomou o título de duque de Nicéia e de Bitínia. Na distribuição das cidades e das terras do império, cada um dos senhores e dos barões tinha conseguido domínios, cuja extensão e riqueza eram proporcionadas à condição e aos serviços do novo possuidor. Quando êles ouviram falar de tantos países dos quais apenas conheciam os nomes, os guerreiros do Ocidente se admiravam de suas conquistas e julgavam que a maior parte do universo fôra prometida à sua ambição. Na embriaguez da alegria, êles se declararam senhores de tôdas as províncias que tinham formado o império de Constantino. Tiraram a sorte, quanto ao país dos medas e dos partos, os reinos que estavam sob o domínio dos turcos e dos sarracenos; vários barões queriam reinar em Alexandria; outros disputavam o palácio dos sultões de Icônio; alguns cavaleiros trocavam por novas possessões o que a sorte lhes tinha dado; outros queixavam-se da partilha e pediam um aumento de seu

território. Com os tesouros que provinham do saque da capital, os vencedores compraram as províncias do império: vendiam, jogavam com dados, as cidades e seus habitantes. Constantinopla foi durante alguns dias o mercado onde se traficavam o mar e suas ilhas, o povo e suas riquezas; onde o universo estava em leilão e encontrava compradores na multidão obscura dos cruzados.

Enquanto os barões e os cavaleiros distribuiam-se assim as cidades e os reinos, a ambição do clero latino não ficava ociosa. Ocupava-se em invadir os despojos da Igreja grega. Todos os santuários de Constantinopla foram divididos entre os franceses e os venezianos; nomearam-se sacerdotes das duas nações para servir nos templos tirados aos vencidos e Constantinopla só via entre seus muros as cerimônias religiosas do Ocidente. Os chefes da cruzada tinham determinado entre êles que, se o imperador de Constantinopla fôsse escolhido entre os franceses, o patriarca seria escolhido entre os venezianos. Segundo essa convenção, que tinha precedido à conquista, Tomás Morosini foi elevado à Cátedra de Santa Sofia. Padres e bispos latinos foram mandados ao mesmo tempo a outras cidades conquistadas e tomaram posse dos bens e das dignidades do clero grego. Assim, o culto de Roma associava-se às vitórias dos cruzados e fazia reconhecer seu império por tôda a parte onde esvoaçavam os estandartes dos vencedores.

Nada mais restava às armas dos cruzados; tudo tremia diante dêles; a fama levava por tôda a parte seus feitos e seu poder; mas, lançando-se o olhar para o futuro, os chefes deviam temer que a retirada ou a morte de seus guerreiros deixasse o império sem defensores, pois fôra êle fundado sôbre as armas dos latinos. Já a capital e as províncias não tinham habitantes. A população, enfraquecida e dispersada, não podia bastar, nem para o cultivo das terras, nem para os trabalhos das cidades. Nessa contingência, os condes e os barões, que esperavam sempre com temor as sentenças do chefe da Igreja, duplicaram sua submissão ao Sumo Pontífice e procuraram seu apoio, na esperança de que a Santa Sé faria o Ocidente declarar-se pela sua causa e que à voz do Pai dos fiéis, um grande número de franceses, italianos e alemães, viria povoar e defender o novo império.

Depois da coroação, Balduino escreveu ao Papa, para lhe comunicar as vitórias extraordinárias que êles, com a graça de Deus, haviam conseguido, coroando o zêlo dos soldados da cruz. O novo imperador, que tomava o título de cavaleiro da Santa Sé, lembrava ao Soberano Pontífice as perfídias e a longa revolta dos gregos. "Nós submetemos às vossas leis, dizia êle, aquela cidade, que, em ódio à Santa Sé, mal podia ouvir o nome do príncipe dos Apóstolos e concedia apenas uma Igreja àquele que recebeu do Senhor a supremacia sôbre tôdas as igrejas." Balduino convidava em sua carta ao Vigário de Jesus

Cristo, a seguir o exemplo de seus predecessores, João, Agapito e Leão, que tinham visitado em pessoa a igreja de Bizâncio. Para terminar a justificação dos peregrinos, agora senhores do império grego, o imperador latino invocava o testemunho de todos os cristãos do Oriente. "Quando entramos nessa capital, dizia êle, vários habitantes da terra santa que estavam entre nós, demonstraram sua alegria mais que todos e repetiam em voz alta que havíamos prestado a Deus um serviço mais agradável do que se tivéssemos reconquistado Jerusalém."

O Marquês de Monferrato dirigiu ao mesmo tempo, ao Soberano Pontífice, uma carta na qual êle protestava sua humilde obediência a tôdas as decisões da Santa Sé. "Quanto a mim, dizia o rei de Tessalônica, que tomei a cruz apenas para expiação dos meus pecados e não para pecar com mais liberdade sob o pretexto da religião, eu me submeto cegamente à vossa vontade. Julgais que minha presença seja útil à Romênia? Aí morrerei combatendo contra vossos inimigos e os de Jesus Cristo; pensais, ao contrário, que eu devo abandonar estas ricas regiões não tendo em consideração nem os bens nem as dignidades que aqui possuo? Eu estou pronto a voltar ao Ocidente; pois eu nada quero fazer que possa atrair sôbre mim a cólera do soberano Juiz."

O doge de Veneza, que até então tinha enfrentado com altivez os castigos da Igreja, reconheceu a soberana autoridade do Papa e uniu seus protestos

e suas orações às de Bonifácio e de Balduino. Para desarmar a cólera de Inocêncio, êle lhe disse que a conquista de Constantinopla tinha preparado a libertação de Jerusalém e elogiava as riquezas de um país que os cruzados acabavam de submeter às leis da Santa Sé. Em tôdas as cartas ao soberano pontífice e aos fiéis do Ocidente, os conquistadores de Bizâncio falavam do império grego como de uma nova terra prometida, que esperava os servos de Deus e os soldados de Jesus Cristo.

Inocêncio se tinha, por muito tempo, aborrecido com a desobediência dos cruzados. Em sua resposta, êle censurava com rudeza o exército vitorioso dos latinos, por ter preferido as riquezas da terra aos bens do céu; êle repreendia os chefes por terem exposto aos insultos dos soldados e dos servidores do exército a honra das mulheres, das moças e das virgens consagradas ao Senhor, por terem destruído Constantinopla, saqueado — *os grandes e os pequenos* —, violado o santuário e tomado com mão sacrílega os tesouros das Igrejas. No entretanto, o pai dos fiéis não ousava sondar a profundidade dos juízos de Deus; êle se limitava a crer que os gregos tinham sido justamente castigados por suas faltas e que os cruzados eram recompensados como os instrumentos da Providência, como os vingadores da justiça divina. "Temei, dizia êle aos latinos, a cólera do Senhor; esperai com temor, que Êle vos perdoará o passado, se governardes os povos com eqüidade, se fordes

fiéis à Santa Sé, e, principalmente, se tiverdes uma firme resolução de cumprir o voto feito para a libertação da Terra Santa." No entretanto, o soberano pontífice estava comovido até o íntimo da alma, pelos rogos e pela humilde submissão dos heróis e dos príncipes cujos feitos faziam o Oriente tremer. O cardeal Pedro de Cápua tinha dado a absolvição aos venezianos excomungados depois do cêrco de Zara. Inocêncio censurou a princípio a indulgência de seu legado e acabou por confirmar o perdão concedido a Dândolo e aos seus compatriotas. O Papa aprovou a escolha de Balduino que demonstrava tanta dedicação à Santa Sé e consentiu em reconhecer um império ao qual êle devia dar leis. Mais os cruzados se mostravam submissos à sua autoridade, mais parecia-lhe que as conquistas deviam interessar à glória de Deus e à do Vigário de Jesus Cristo sôbre a terra. Êle escreveu aos Bispos da França e disse-lhes que o Senhor tinha querido consolar a Igreja pela conversão dos hereges. Que a Providência tinha humilhado os gregos, povo ímpio, soberbo e rebelde, e recolocado o império nas mãos dos latinos, nação piedosa, humilde e dócil. O soberano Pontífice convidava, em nome do imperador Balduino, os franceses de todos os sexos e condições a ir à Grécia para lá receber terras e riquezas segundo seu mérito e qualidade. Êle prometia as indulgências da cruzada mesmo aos fiéis que, condividindo a

glória dos cruzados, fôssem defender e fazer florescer o novo império do Oriente.

No entretanto, o papa não perdia de vista a expedição da Síria e parecia persuadido de que os socorros enviados a Constantinopla, deviam contribuir para a libertação dos santos lugares. O rei de Jerusalém implorava mais que nunca, com suas cartas e embaixadores, a proteção eficaz da Santa Sé e a dos príncipes do Ocidente.

O novo imperador de Bizâncio não renunciou à esperança de socorrer as colônias cristãs da Síria e para reanimar a coragem de seus irmãos da terra santa, mandou a Tolemaida a cadeia do pôrto e as portas de Constantinopla. Quando êsses troféus da vitória chegaram à Palestina, a carestia, a fome e todos os flagelos de uma guerra infeliz devastavam as cidades e os campos. À notícia de um próximo socorro, o povo de Tolemaida passou do excesso da dor, aos maiores transportes de alegria. As notícias, narrando as milagrosas conquistas dos companheiros de Balduino e de Bonifácio, levaram a esperança e a tranqüilidade a tôdas as cidades cristãs da Síria e espalharam o terror entre os muçulmanos. Malek-Adhel acabava de concluir tréguas com os cristãos e estremecia ao pensar que ela poderia ser suspensa; mas ao invés, ficou devendo sua salvação ao mesmo fato que tinha causado suas apreensões e temores.

A maior parte dos defensores da terra santa, que só tinha experimentado os males da guerra, quis par-

ticipar da glória e da fortuna dos franceses e dos venezianos. Êsses mesmos que tinham deixado o exército vitorioso em Zara, que tinham censurado a expedição de Constantinopla, julgaram que a vontade do céu os chamava às margens do Bósforo; abandonaram a terra santa. O legado do Papa, Pedro de Cápua, foi levado pelo exemplo de outros cruzados e veio animar com sua presença o zêlo do clero latino que trabalhava para a conversão dos gregos. Os cavaleiros de S. João e do Templo, acorreram também e foram à Grécia, onde a glória e ricas possessões eram prometidas ao seu valor. O rei de Jerusalém tinha ficado em Tolemaida quase sòzinho e sem meio algum de fazer respeitar a trégua que acabava de concluir com os infiéis.

Balduino apressou-se em acolher os defensores da Terra Santa; mas a alegria do imperador, à sua chegada foi perturbada pela notícia que êle recebeu da morte de sua mulher, Margarida de Flandres. Essa princesa, que tinha embarcado no navio de João de Nesle, pensava encontrar seu marido na Palestina; sucumbindo à fadiga e talvez à tristeza de uma longa ausência, ela caiu doente em Tolemaida e morreu ao saber que Balduino acabava de ser nomeado imperador de Constantinopla. O navio destinado a reconduzir às margens do Bósforo a nova imperatriz, só pôde trazer seus despojos mortais. Balduino, com seus cavaleiros, chorou a morte de uma princesa que êle amava ternamente e que, por suas virtudes e pela

graça de sua juventude, devia ser o ornamento da côrte de Bizâncio. Fêz sepultá-la com grande pompa na igreja de Santa Sofia, onde, poucos dias antes êle havia recebido a coroa imperial. Assim o povo de Constantinopla assistiu quase ao mesmo tempo à coroação de um imperador e aos funerais de uma imperatriz; os momentos de triunfo e de alegria misturaram-se com os dias de luto. Êsse contraste de festas da morte e de pompas da vitória e do trono pareciam oferecer uma imagem fiel da glória dos conquistadores e dos destinos futuros do novo império.

O imperador e os barões, com os socorros que acabavam de receber, tinham apenas vinte mil homens para defender suas conquistas e conter o povo da capital e das províncias. O sultão de Icônio e o rei dos búlgaros ameaçavam há muito tempo invadir os territórios vizinhos aos seus Estados; o abalo e a queda do império grego ofereciam à sua ambição e à inveja uma ocasião favorável para realizar seus projetos. Os povos da Grécia estavam vencidos não, porém, submetidos. Como na desordem, que acompanhava a conquista de Bizâncio não se reconhecia outra lei nem outro direito, que a fôrça e a espada, todos os gregos que tinham ainda armas na mão quiseram organizar um principado ou reino. Em tôda parte, Estados, novos Impérios, elevam-se do meio das ruínas e ameaçavam já o que os cruzados acabavam de fundar.

Um neto de Andrônico fundou numa província grega da Ásia Menor, o principado de Trebisonda; Leão Sgurro, senhor da pequena cidade de Nápoli, tinha estendido seus domínios, pela injustiça e pela violência, e, para nos servirmos da comparação de Nicetas, tinha aumentado, como a torrente, que se enche na tempestade e cresce com as águas do temporal. Conquistador bárbaro, tirano feroz e cruel, êle reinava ou melhor, espalhava o terror na Argólida e no istmo de Corinto. Miguel, o Anjo, Comeno, empregava as armas da traição e reerguia o reino do Épiro, mantendo sob suas leis um povo selvagem e belicoso. Teodoro Lascaris, que como Enéias, tinha fugido de sua pátria, entregue às chamas, reunia tropas na Bitínia e fazia-se proclamar imperador em Nicéia, de onde sua família devia voltar em triunfo, para Constantinopla.

Se o desespêro tivesse dado coragem aos dois imperadores fugitivos, êles teriam podido entrar na divisão de seus mesmos despojos e conservar um resto de poder; mas êles não souberam se aproveitar das lições da desgraça. Murzuffle, que tinha terminado todos os crimes começados por Alexis, não teve receio de se entregar ao seu infeliz rival, cuja filha tinha desposado. Os maus encarregam-se algumas vêzes do cuidado de se castigarem uns aos outros; Alexis, depois de ter cumulado Murzuffle de carícias, atraiu-o à sua casa e fêz-lhe arrancar os olhos. Nesse estado, Murzuffle abandonado pelos seus, pelos

quais êle era apenas um objeto de horror, foi esconder na Ásia sua vida e sua miséria, quando caiu em poder dos latinos. Levado a Constantinopla foi condenado a expiar seus crimes com uma morte ignominiosa e precipitado do alto de uma coluna elevada pelo Imperador Teodósio na praça do Tauro. A multidão dos gregos que tinha oferecido a púrpura a Murzuffle assistiu ao seu trágico fim e parecia assustada, com um suplício mais novo para ela do que o crime que se queria castigar. Depois dessa execução, a multidão contemplava com surprêsa sôbre a coluna de Teodósio, um baixo-relêvo que representava um rei caindo de um lugar elevado e uma cidade assaltada do lado do mar. Nesses tempos de perturbação e de calamidades, por tôda a parte viam-se presságios. Tudo, até o mármore e a pedra, parecia falar das desgraças de Constantinopla. Nicetas, admirava-se de que tão grandes desgraças não tivessem sido anunciadas por uma chuva de sangue e por outros prodígios sinistros. Os gregos mais instruídos, explicavam a queda do império de Constantino com os versos do poeta e das sibilas, ou pelas profecias da Escritura; o povo lia a morte de seus tiranos e suas próprias misérias nos olhos das estátuas e nas colunas que ficaram de pé, no meio da sua capital.

A perfídia e a crueldade de Alexis não ficaram impunes. O usurpador foi obrigado a errar de cidade em cidade e a esconder às vêzes a púrpura imperial sob as vestes de um mendigo. Algumas vêzes encon-

trou a salvação no desprêzo que êle inspirava aos vencedores. Depois de ter vagado por muito tempo, êle foi entregue, diz-se, ao Marquês de Montferrato e levado para a Itália. Fugindo da prisão, voltou à Ásia e encontrou asilo junto do sultão de Icônio. Alexis não se podia resignar a viver em paz em seu retiro e reuniu-se aos turcos para atacar seu genro Lascaris, ao qual não podia perdoar a posse do reino da Bitínia. Como os turcos fôssem derrotados, o príncipe fugitivo caiu por fim nas mãos do Imperador de Nicéia, que o mandou encerrar num mosteiro onde morreu esquecido pelos gregos e pelos latinos. Havia reinado oito anos, três meses e dez dias.

Se acreditarmos em Nicetas, Alexis era muito afável e moderado. Jamais causou a mulher alguma o luto, por seu marido, e não fêz ninguém chorar a perda de seus bens. Êsse elogio de Nicetas, não poderia fazer esquecer a usurpação de Alexis, fonte de tantos males e a covardia com que êle abandonou o império em perigo. Sem dúvida, a história deve infamar os reis que não respeitam a vida dos homens e a fortuna dos cidadãos; mas seu desprêzo deve principalmente recair sôbre aquêles que a voz do povo ou a voz de Deus não chamou, e que, em tempos difíceis, não têm nem a fôrça, nem a coragem da missão perigosa que receberam, ou que se atribuíram. Eis os maus príncipes, os príncipes dos maus dias. Quanto a Murzuffle, a catástrofe que terminou sua vida não nos inspira compaixão nem nos causa admi-

ração. Podemos dizer que êle mostrou certa energia na defesa de Constantinopla; sua ambição só serviu para atrair novas calamidades sôbre Bizâncio, pois a providência não queria que um grande império devesse sua salvação à traição e ao assassínio.

Enquanto os príncipes, afastados do trono, faziam-se guerra e disputavam as ruínas do império, os condes e os barões franceses deixavam a capital para tomar posse das cidades e das províncias que êles haviam recebido como partilha. Vários dentre êles foram obrigados a conquistar, de armas na mão, as terras que lhes haviam sido dadas. O Marquês de Montferrato pôs-se em marcha para visitar o reino de Tessalônica e receber a homenagem de seus novos súditos. O Imperador Balduino, seguido por seu irmão, Henrique de Hainaut e por um grande número de cavaleiros, percorreu a Trácia e a Romênia, e por tôda parte, à sua passagem, ouviu as rumorosas aclamações de um povo sempre mais hábil em lisonjear seus vencedores do que em combater os inimigos. Chegando a Andrinopla, onde foi recebido em triunfo, o novo imperador anunciou o projeto de continuar sua marcha até Tessalônica. Essa resolução inesperada surpreendeu o Marquês de Montferrato, que mostrou o desejo de ir sòzinho ao seu reino. Bonifácio prometia estar sujeito ao imperador, empregar tôdas as suas fôrças contra os inimigos do império, mas temia a presença do exército de Balduino, nas suas cidades, já esgotadas pela guerra. Uma viva

questão surgiu entre os dois príncipes. O Marquês de Montferrato acusava o imperador de querer se apoderar de seus Estados; Balduino julgava ver na resistência de Bonifácio o secreto desígnio de lhe não reconhecer a soberania de chefe do império. Ambos amavam a justiça e eram muito moderados. Mas, depois que um se havia tornado rei e o outro imperador, tinham cortesãos que lhes procuravam acirrar os ânimos e aumentar a questão, suscitando-lhes a animosidade. Uns diziam a Bonifácio que Balduino não tinha razão e que abusava do poder, o qual, deveria ser o prêmio de outra virtude que não a sua. Os outros reprovavam ao imperador ser muito generoso com seus inimigos, e, no excesso de sua bajulação, só lhe encontravam um êrro: o de ter poupado por muito tempo um vassalo infiel. Apesar de tôdas as razões do Marquês de Montferrato, Balduino levou seu exército ao reino de Tessalônica. Bonifácio considerou essa obstinação do imperador como um sangrento ultraje, e jurou vingar-se, de armas na mão. Levado pela cólera, afastou-se de repente, com alguns cavaleiros que se haviam declarado do seu modo de agir e foi apoderar-se de Didimótica, cidade do imperador, *uma boa cidade e de posição muito forte,* diz Villehardouin.

O Marquês de Montferrato levava sua espôsa, Margarida da Hungria, viúva de Isaac. A presença dessa princesa e a esperança de manter uma divisão entre os latinos, atraía os gregos para as bandeiras

de Bonifácio. Êle lhes declarou que combatiam pela sua causa e mandou revestir de púrpura imperial o jovem príncipe, filho de Isaac e de Margarida da Hungria. Levando consigo êsse simulacro de imperador, ao qual vinham de tôdas as partes reunir-se os principais habitantes da Romênia, êle retomou o caminho de Andrinopla, e fêz preparativos para sitiar essa cidade. Bonifácio, sempre mais irritado, não escutava nem os conselhos, nem os rogos de seus companheiros de armas. A discórdia ia fazer correr o sangue dos latinos. Mas, o doge de Veneza, o Conde de Blois e os barões que estavam em Constantinopla, empregaram sua autoridade e seu prestígio para que se evitassem graves desgraças, que ameaçavam o novo império. Vivamente aflitos, por tudo o de que haviam sabido, mandaram embaixadores ao Imperador e ao Marquês de Montferrato. O Marechal da Champanha, mandado a Bonifácio, censurou-o claramente por ter-se esquecido da glória e da honra dos cruzados, de quem êle era o chefe; de comprometer por um vão orgulho a causa de Jesus Cristo e a salvação do império e de preparar dias de triunfo e de alegria para os gregos, os búlgaros e os turcos. O Marquês de Montferrato ficou impressionado com as censuras de Villehardouin, que era seu amigo e que falava em nome de todos os cruzados: êle prometeu fazer cessar a guerra e submeter a questão com Balduino ao arbítrio dos condes e dos barões.

No entretanto, Balduino tinha tomado posse de Tessalônica. Logo que êle soube das hostilidades do Marquês de Montferrato, apressou-se a voltar com seu exército a Andrinopla. Nutria em sua alma projetos de vingança e ameaçava repelir a fôrça com a fôrça, opor guerra à guerra, quando encontrou vários enviados que vinham, em nome do chefe das Cruzadas, falar-lhe de paz e lembrar ao seu coração sentimentos de justiça e de humanidade. Um cavaleiro do Conde de Blois dirigiu ao imperador um discurso que Villehardouin nos conservou e no qual os leitores gostarão, sem dúvida, de notar a nobre franqueza dos vencedores de Bizâncio.

"Majestade, disse-lhe, o doge de Veneza, o Conde Luís de Blois, meu mui honrado senhor e todos os barões que estão em Constantinopla, saúdam-vos como seu soberano, e queixam-se a Deus, e a vós daqueles que com seus maus conselhos excitaram funestas discórdias. Fizestes, certamente, muito mal, em dar ouvidos a êsses pérfidos conselheiros, pois êles são inimigos nossos e vossos. Sabereis que o Marquês Bonifácio submeteu sua questão ao juízo dos barões; os senhores e os príncipes esperam que vós façais como êle, e que não resistais à justiça. Êles juraram, e nós somos encarregados de vo-lo declarar em seu nome, que não tolereis por mais tempo o escândalo de uma guerra suscitada entre os cruzados."

A princípio Balduino não respondeu a êsse discurso e pareceu admirado de tal linguagem. Mas,

falavam-lhe assim, em nome do doge de Veneza, cuja velhice êle respeitava e ao qual amava com afeto verdadeiro; em nome dos condes e dos barões, sem cujo socorro êle não poderia conservar o império; escutou por fim a voz da razão e da amizade. Prometeu depor as armas e ir a Constantinopla para terminar a questão entre êle e o Marquês de Montferrato. À sua chegada, os condes e os barões não lhe pouparam nem suas queixas nem seus rogos, e o encontraram dócil a todos os seus conselhos. O Marquês de Montferrato, que não tardou a segui-lo, voltava com certo temor, à capital. Estava acompanhado por cem cavaleiros com seus homens de armas. A recepção que teve de Balduino e dos outros chefes acabou por eliminar todos os seus ressentimentos, e por dissipar tôdas as desconfianças. De aquêle momento em diante só se falou de paz e de harmonia entre os cruzados. O doge de Veneza, os condes e os barões, os mais sensatos dos cavaleiros, que lembravam ao seu soberano e aos senhores de um novo império a instituição temível dos pares do Ocidente, julgaram a questão que lhes era apresentada e pronunciaram, sem apêlo o seu juízo entre o Rei de Tessalônica e o Imperador de Constantinopla. Os dois príncipes juraram não mais escutar os pérfidos conselheiros e abraçaram-se na presença de seu exército, que se regozijava assim pela volta da concórdia, como por uma grande vitória conquistada contra os inimigos do império. "Grande mal podiam

fazer, diz Villehardouin, os que tinham suscitado aquela discórdia, pois se Deus não tivesse tido piedade dos cruzados, êles estariam em perigo de perder tôdas as suas conquistas e a cristandade achar-se-ia na iminência de perecer."

Logo que foi restabelecida a paz, os cavaleiros e os barões deixaram novamente a capital para percorrer e submeter as províncias. Luís, Conde de Blois, que tivera como partilha a Bitínia, e que tinha tomado o título de Duque de Nicéia, estava retido na capital por uma grave enfermidade. Fêz partir, para Toussaint, Pedro de Bracheux e Payen de Orleans com cem cavaleiros. Aquela tropa de bravos, foi antes a Galípoli e passando o Helesponto, aportou em Piga, cidade habitada por latinos, e percorreu sem encontrar inimigos a margem oriental do Propôntida. Tendo penetrado no interior do país, venceu um exército de Lascaris, e apoderou-se de Pénaméne, nos limites da Bitínia e da Mísia. Continuando de triunfo em triunfo, chegou até o monte Olimpo e só encontrou resistência nos muros de Brousse. Ao mesmo tempo, outros cavaleiros da cruz atravessaram o Bósforo, em Calcedônia, e seguiram as costas marítimas, até a cidade de Nicomédia, que lhes abriu as portas e na qual êles deixaram uma forte guarnição.

No mês de dezembro, Henrique de Hainaut, irmão de Balduino que obtivera a Anatólia, tinha ido por mar a Ábidos. As planícies da Trôada,

todos os países situados entre o Helesponto e o Ida, submeteram-se tanto mais de boa vontade, quanto a maior parte de sua população se compunha de armênios, inimigos dos gregos. Henrique tendo avançado até o canal de Lesbos ou de Metelin, pôs em fuga a Constantino, irmão de Lascaris, e fêz esvoaçar sua bandeira nas muralhas de Adramita, cidade situada na ponta do gôlfo do mesmo nome.

Por outro lado, os guerreiros vencedores de Bizâncio, submetiam às suas armas as cidades e as possessões que tinham recebido na Romênia e na Trácia, até Filipópolis. O Marquês de Montferrato, possessor pacífico de Tessalônica, quis conquistar a Grécia: avançou até a Tessália, ultrapassou as cadeias do Olimpo e do Ossa, apoderou-se de Larissa. Bonifácio e seus cavaleiros sem pensar nos velhos espartanos, atravessaram o desfiladeiro das Termópilas e penetraram na Beócia e na Ática; puseram em fuga a Leão Sgurro, flagelo de uma vasta província, e seus feitos fizeram os gregos lembrarem-se dos heróis das primeiras eras quando percorriam êles o mundo combatendo os monstros e os tiranos. Enquanto Bonifácio tomava posse de várias regiões da Grécia, Guilherme de Champlitt, Visconde de Dijon e Godofredo de Villehardouin, sobrinho do Marechal da Champanha, chegados da França, com um grande número de cavaleiros champanhenses e borguinhões, fundavam no Peloponeso um principado que devia durar mais tempo que o império de Bizân-

cio. Tornaram-se senhores da Arcádia, da Messênia, do território da Lacedemônia, das costas do mar, desde Patras e Modon até Calamata. A Grécia, inteiramente sujeita às leis dos francos, teve logo senhores de Argos, de Corinto, grandes soberanos de Tebas, duques de Atenas, príncipes da Acaia. Cavaleiros franceses ditaram leis na cidade de Agamenon, na cidade de Minerva, na pátria de Licurgo, na de Epaminondas. Estranho destino dos guerreiros desta Cruzada, que tinham deixado o Ocidente para conquistar a cidade e a terra de Jesus Cristo e que a sorte levava a lugares repletos de recordações dos deuses de Homero e da glória profana da antiguidade!

Os cruzados não tiveram muito tempo, para se regozijarem com suas conquistas. Possuidores de vários impérios, mais difíceis de se conservarem do que de se submeterem pelas armas, não souberam dominar a fortuna, do que os privou mui depressa de tudo o que a vitória lhes havia dado. Exercitaram o poder com violência e não governaram bem seus súditos, nem seus vizinhos. O Rei dos búlgaros, Joanice, tinha mandado a Balduino uma embaixada, para lhe oferecer sua amizade: Balduino respondeu com altivez e ameaçou fazer Joanice descer do seu trono usurpado. Despojando os gregos de todos os seus bens, os cruzados eliminaram tôda fonte de prosperidade e reduziram ao desespêro, homens, aos quais só haviam deixado a vida. Para cúmulo de impru-

dência, recusaram receber em seu exército os gregos, que êles oprimiam com seu desprêzo e que se lhes tornaram então, inimigos implacáveis. Não contentes em fazer reconhecer sua autoridade nas cidades, êles quiseram submeter os corações e despertaram o fanatismo. Injustas perseguições irritaram os ânimos dos padres gregos, que clamaram com furor contra a tirania e que, reduzidos à miséria, foram ouvidos como oráculos e reverenciados como mártires.

O novo império dos latinos, no qual se haviam introduzido leis feudais, estava dividido em mil principados ou possessões, e era uma espécie de república, difícil de se governar. Os venezianos tinham sua jurisdição particular e a maior parte das cidades era governada, ora pela legislação de Veneza, ora pelo código da feudalidade. Os senhores e os barões tinham entre si interêsses opostos e rivalidades que, cada dia, podiam fazer surgir a discórdia e a guerra civil. Os eclesiásticos latinos, que tinham partilhado dos despojos da igreja grega, não convidavam à paz por seu exemplo e levavam o escândalo de suas dissensões até ao Santuário. Queriam fazer contìnuamente prevalecerem as leis e a autoridade da côrte de Roma, sôbre a dos imperadores. Vários dentre êles tinham usurpado os feudos dos barões e como os feudos que êles possuíam estavam isentos do serviço militar, o império estava também privado de seus defensores naturais.

O clima e as riquezas da Grécia, a permanência em Bizâncio, tinham enervado a coragem dos vencedores e levado a corrupção ao meio dos soldados da cruz. Os povos desprezaram por fim o poder e as leis daqueles que desprezavam os seus costumes. Como os latinos estavam divididos, porque se dirigiam uns para a Grécia, e outros para a Ásia Menor, os gregos, que não viam mais os grandes exércitos, e como tinham algumas vêzes resistido a seus inimigos, com vantagem, começaram a crer que os guerreiros do Ocidente não eram mais invencíveis.

Levados pelo desespêro, os vencidos resolveram tomar as armas e encontrando por tôda a parte inimigos, nos cruzados, imploraram a aliança e a proteção dos búlgaros. Formou-se uma vasta conjuração na qual entraram todos os que não podiam mais suportar a escravidão. Quase de repente desencadeou-se a tempestade pelo massacre dos latinos; um grito de guerra se fêz ouvir desde o monte Hémus até o Helesponto; os cruzados, dispersos nas cidades e nos campos, foram atacados por um inimigo furioso e sem piedade. Os venezianos e os franceses que guardavam Andrinopla e Didimótica, não puderam resistir à multidão de gregos; uns foram estrangulados nas ruas, outros, fugiram em desordem, e na fuga, viram com tristeza suas bandeiras arrancadas do alto das tôrres e substituídas por estandartes búlgaros. Os caminhos estavam repletos de guerreiros fugitivos, que não podiam encontrar asilo num país

que ainda há pouco estremecia ao rumor de suas armas.

Cada cidade sitiada pelos gregos ignorava a sorte das outras, confiadas à guarda dos latinos; as comunicações estavam interrompidas; sinistros boatos espalhavam-se pelas províncias, de que a capital tinha sido incendiada, tôdas as outras cidades tinham sido saqueadas, todo o exército dos francos fôra desbaratado e destruído. As velhas crônicas, falando da barbárie dos gregos, falam também do espanto que se havia apoderado de alguns dos cavaleiros e dos barões. A presença do perigo parecia ter sufocado nos seus corações todos os sentimentos: viam-se cruzados abandonar seus companheiros, irmãos deixarem seus irmãos, no momento do perigo. Um velho cavaleiro, chamado Roberto de Trit, que, apesar dos seus cabelos brancos tinha seguido seus filhos na Cruzada, estava cercado pelos gregos em Filipópolis; a cidade estava rodeada de inimigos; Roberto já não tinha quase mais esperança de salvação. Num perigo tão grave, suas lágrimas e seus rogos, não conseguiram manter junto dêle nem seu genro nem seu filho. Villehardouin nos diz que êsses guerreiros covardes foram estrangulados, na fuga, e que Deus não quis salvar àqueles que tinham deixado de socorrer seu próprio pai.

Quando estas notícias chegaram a Constantinopla, Balduino reuniu os condes e os barões. Resolveram levar imediatamente um pronto remédio a

tantos males e empregar tôdas as fôrças do império, para deter o progresso da revolta. Os cruzados que faziam a guerra além do Bósforo, receberam ordem de deixar suas conquistas e voltar logo para o exército. Balduino os esperou durante vários dias, mas, como êle estava impaciente por começar a guerra e queria atemorizar o inimigo pela rapidez da marcha, partiu à frente dos cavaleiros que estavam na capital e, cinco dias depois, apareceu diante das muralhas de Andrinopla.

Os chefes dos cruzados, acostumados a enfrentar todos os obstáculos, jamais eram contidos nem pelo pequeno número de seus soldados, nem pela multidão de seus inimigos. A capital da Trácia, rodeada por muralhas inexpugnáveis, era defendida por cem mil gregos, aos quais o ardor da vingança substituía a coragem; Balduino tinha apenas oito mil homens sob seu comando. O doge de Veneza chegou também em seguida, com sete a oito mil venezianos. Os latinos fugitivos vieram de todos os lados reunir-se a êsse pequeno exército. Os cruzados ergueram suas tendas e se prepararam para sitiar a cidade. Seus preparativos continuaram lentamente e os víveres começaram a escassear, quando lhes vieram anunciar a aproximação do Rei dos búlgaros. Joanice, chefe de um povo bárbaro e mais bárbaro êle, que seus súditos, avançava com um exército formidável: êle ocultava projetos de ambição e de vingança sob a aparência de zêlo religioso e fazia levar diante de si

um estandarte de S. Pedro que tinha recebido do papa. O novo aliado dos gregos, vangloriava-se de ser o chefe de uma santa emprêsa e ameaçava de exterminar os francos, que o acusavam de ter tomado a cruz para devastar as províncias e saquear as cidades dos cristãos.

O Rei dos búlgaros era precedido, em sua marcha, por uma tropa numerosa de tártaros ou comanos, que a esperança do saque havia feito sair das montanhas e das florestas vizinhas do Danúbio e do Borístenes. Os comanos, mais ferozes que os povos do monte Hémus, bebiam, diz-se, o sangue de seus escravos, e sacrificavam os cristãos sôbre os altares de seus ídolos. Acostumados, como os guerreiros da Cítia, a combater fugindo, os cavaleiros tártaros tinham recebido de Joanice a ordem de provocar o inimigo até mesmo em seu acampamento e de atrair a uma emboscada a pesada cavalaria dos francos. Os condes e os barões tinham previsto o perigo e proibiram aos cruzados abandonar suas tendas e sair de suas muralhas de defesa. Mas, tal era o caráter dos guerreiros franceses, que a seus olhos a prudência impedia a bravura, tirando-lhe todo o brilho, parecia-lhes vergonhoso suportar, sem combater as ameaças e a presença do inimigo.

Mal os tártaros apareceram nas extremidades do acampamento, sua presença os fêz esquecer e aos mesmos chefes dos cruzados a ordem que na véspera haviam dado. O conde de Blois, o conde de Flan-

dres, correram ao encontro do inimigo e o puseram em fuga; perseguiram-no pelo espaço de duas léguas. Mas, de repente os tártaros reúnem-se e se atiram contra êles. Os cruzados, que julgavam ter obtido uma vitória, são agora obrigados a se defender num lugar desconhecido; seus esquadrões, cansados e oprimidos pela marcha forçada, são atacados, rodeados pelo exército de Joanice. Oprimidos de todos os lados, fazem inúteis esforços para se reorganizarem e retomar a ordem de batalha; mas não podem nem fugir, nem resistir ao inimigo.

O Conde de Blois, procura reparar a sua funesta imprudência, com prodígios de valor; coberto de ferimentos, êle é derrubado do cavalo no meio de muitos inimigos; um de seus cavaleiros o reergue e quer retirá-lo do meio da luta. "Não, exclama o valente príncipe, deixe-me combater e morrer. Não praza a Deus que jamais me censurem por ter fugido diante do inimigo, no meio do combate!" Dizendo estas palavras, o conde de Blois caiu varado de golpes e seu cavaleiro fiel expirou também ao seu lado.

O Imperador Balduino disputava ainda a vitória. Os mais valentes dos cavaleiros e dos barões seguiam-no na luta; uma horrível matança marcava por tôda a parte a sua passagem pelas colunas de bárbaros. Pedro, Bispo de Belém, Estêvão, Conde de Perche, Renauld de Montmirail, Matheus de Valincourt, Roberto de Ronçai, uma multidão de

senhores e de valentes guerreiros, perdem a vida defendendo seu príncipe. Balduino ficou quase sòzinho no campo de batalha, mas ainda lutava. Por fim vencido pelo número caiu nas mãos dos búlgaros, que o carregaram de cadeias. O resto do exército retirou-se na maior desordem, e só encontrou a salvação na bravura do doge de Veneza e do Marechal da Champanha e da Romênia, que haviam ficado para a defesa do acampamento.

Na mesma noite que se seguiu ao combate, os cruzados levantaram o cêrco de Andrinopla e retomaram através de mil perigos o caminho da capital. Os búlgaros e os comanos, altivos com sua vitória, perseguiram contìnuamente o exército vencido. Êsse exército, que havia perdido a metade de seus soldados não tinha víveres e com dificuldade levava suas bagagens e seus feridos. Os cruzados haviam-se fechado em môrno silêncio; seu desêspero era visível em seu semblante. Êles encontraram em Rodosto, Henrique de Hainaut e vários cavaleiros que voltavam das províncias da Ásia, para se unirem ao exército de Andrinopla: todos, narram-lhes, chorando sua derrota e o cativeiro de Balduino: todos êsses guerreiros, que jamais haviam sido vencidos, mostram ao mesmo tempo a admiração e a dor que sentem; confundem seus soluços com as lágrimas, elevam os olhos e as mãos para o céu, para implorar a misericórdia divina. Os cruzados que voltavam das margens do Bósforo, dirigem-se ao Marechal

da Romênia e dizem-lhe, chorando: "Mandai-nos ao mais forte do perigo, pois não temos mais necessidade da vida. Não somos já assaz infelizes por não têrmos chegado em tempo de auxiliar nosso imperador?" Assim os cavaleiros da cruz, perseguidos por um inimigo vitorioso, não conheciam o temor; a tristeza que lhes causava a lembrança da derrota mal lhes permitia ver os perigos de que estavam ameaçados.

No entretanto, todos os cruzados não mostravam essa nobre coragem: vários cavaleiros, que Villehardouin não quer citar, para lhes não desonrar a memória, tinham abandonado o estandarte do exército, e haviam fugido para Constantinopla. Narraram os desastres aos cruzados, e, para desculpar sua deserção, fizeram uma descrição lamentável dos males que ameaçavam o império. Todos os francos foram tomados de dor e de espanto, sabendo que não tinham mais imperador. Os gregos que moravam na capital, aplaudiam secretamente o triunfo dos búlgaros; sua alegria, que êles mal sabiam dissimular, aumentava ainda as apreensões e temores dos latinos. Um grande número de cavaleiros, oprimidos e desanimados por tantos desastres, só pensou em se salvar, fugindo, e embarcou apressadamente em navios venezianos. Em vão o legado do papa e vários chefes do exército procuraram retê-los, ameaçando-os com os castigos de Deus e com o desprêzo dos homens; êles renunciaram à própria glória e abando-

naram um império fundado com suas armas, para vir anunciar o cativeiro de Balduino nas cidades do Ocidente onde ainda se faziam demonstrações públicas, pelas primeiras vitórias dos cruzados.

Joanice, no entretanto, perseguia o exército vencido. Os gregos, reunidos aos búlgaros, apoderaram-se de tôdas as províncias e não deram descanso aos latinos. Entre os desastres de que a história contemporânea nos transmitiu a deplorável descrição, não devemos esquecer o massacre de vinte mil armênios. Êsse povo numeroso, tinha deixado as margens do Eufrates, e se havia estabelecido nas regiões da Anatólia. Depois da conquista de Constantinopla, declarou-se a favor dos cruzados; e, quando os latinos experimentavam êstes reveses, vendo-se ameaçado e perseguido pelos gregos, atravessou o Bósforo e seguiu a Henrique de Hainaut, que marchava para Andrinopla. Êstes armênios conduziam consigo seus rebanhos e suas famílias; levavam em carros tudo o que possuíam e que haviam podido apanhar de precioso e útil e na marcha através das montanhas da Trácia, mal podiam seguir os cruzados. Êsse povo infeliz foi atacado pelos tártaros e pereceu todo, sob as armas de um vencedor impiedoso. Os francos choraram a derrota e a destruição dos armênios, sem poder vingá-los; êles só tinham inimigos nas vastas províncias do império; conservavam além do Bósforo sòmente o castelo de Péges; do lado da Europa, Rodosto e Selivréia. Suas conquistas na

antiga Grécia ainda não eram ameaçadas pelos búlgaros, mas as conquistas distantes só serviam para dividir-lhes as fôrças. Henrique de Hainaut, que tomou o título de regente, fêz prodígios de valor para retomar algumas das cidades da Trácia e perdeu nesses combates sem glória um grande número de guerreiros que ainda haviam ficado sob suas bandeiras.

1206. O Bispo de Soissons e vários cruzados, tristes mensageiros de um império enlutado, foram mandados à Itália, à França e ao condado de Flandres, para pedir auxílio aos cavaleiros e aos barões; mas os socorros que se esperavam só puderam chegar lentamente e o inimigo fazia rápidos progressos.

O exército dos búlgaros, como uma violenta tempestade, avançava de todos os lados; devastava os campos da Romênia, estendia sua destruição ao reino de Tessalônica, tornava a passar o monte Hémus, e voltava mais numeroso e mais formidável, continuando até às margens do Ebro, ameaçando as margens do Helesponto. O império latino não tinha mais defensores, a não ser um pequeno número de guerreiros esparsos pelas cidades e pelas fortalezas; todos os dias a guerra e as deserções diminuíam o número e as fôrças dos infelizes vencedores de Bizâncio. Quinhentos cavaleiros, a elite do exército dos cruzados, foram atacados ante as muralhas de Rusium e feitos em pedaços pela multidão incontável dos comanos e dos búlgaros. Essa derrota não

foi menos funesta que a batalha de Andrinopla: as hordas do monte Hémus e das margens do Borístenes não tinham mais inimigos a combater. Sua passagem pelos campos era marcada pelas chamas; as cidades não tinham mais meios de defesa e não ofereciam refúgio algum. A terra estava coberta de soldados que degolavam todos os que se punham ao alcance de sua espada; o mar, repleto de piratas que ameaçavam tôdas as costas com sua rapina. Constantinopla, esperava ver a cada instante sôbre suas muralhas os estandartes vitoriosos de Joanice, e só deveu sua salvação ao excesso de males que desolavam as províncias do império.

O Rei dos búlgaros não poupava seus aliados mais do que seus inimigos. As cidades que caíam em seu poder, apresentavam sòmente um amontoado de ruínas. Êle despojava de tudo os habitantes, levava-os em seu seguimento, como escravos e os fazia sofrer com tôdas as calamidades da guerra, todos os excessos de uma tirania invejosa e bárbara. Os gregos, que tinham pedido o seu auxílio, foram por fim obrigados a implorar o socorro dos latinos contra seus ferozes aliados. Os cruzados aceitaram com alegria a aliança dos gregos, que jamais êles deveriam ter repelido e voltaram a Andrinopla. Didimótica e a maior parte das cidades da Romênia, sacudiram o jugo insuportável dos búlgaros e se submeteram aos latinos. Os gregos, que Joanice tinha levado ao desespêro, mostraram-se valentes e torna-

ram-se, para os cruzados, úteis auxiliares; mas que podia o valor em cidades desertas, em províncias devastadas, num império destruído? As hordas da Bulgária, vitoriosas ou vencidas, continuavam com as devastações; seu chefe renovava todos os dias as invasões e não dava tréguas aos francos. Abandonado pelos gregos da Romênia, êle pediu o auxílio das armas dos gregos de Nicéia, e fêz uma aliança com Lascaris, implacável inimigo dos latinos.

O papa em vão tinha exortado os povos da França e da Itália a se armarem para socorrer os vencedores de Bizâncio; êle não conseguiu despertar o entusiasmo por uma causa, que oferecia sòmente a seus defensores desgraça certa e perigos sem glória.

No meio dos reveses que cada dia se multiplicavam, os cruzados ainda ignoravam a sorte de Balduino; ora, dizia-se que êle tinha quebrado os grilhões e tinha sido visto vagar, errante, pelas florestas da Sérvia; ora, que tinha morrido de dor e de tristeza, na prisão; ora, enfim, que tinha sido sacrificado, durante um banquete, pelo Rei dos búlgaros e que seus membros mutilados tinham sido atirados a rochedos selvagens; seu crâneo porém, recoberto de ouro, servia de copa ao seu bárbaro vencedor. Vários mensageiros, mandados por Henrique de Hainaut percorreram as cidades da Bulgária, para saber da sorte de Balduino e voltaram a Constantinopla sem nada ter conseguido. Um ano depois da batalha de Andrinopla, o papa, solicitado pelos

cruzados, tinha rogado a Joanice que restituísse aos cruzados latinos de Bizâncio o chefe de seu novo império. O Rei dos búlgaros contentou-se em responder que Balduino tinha pago o tributo à natureza e que sua libertação não estava mais em poder dos mortais. Essa resposta fêz perderem-se tôdas as esperanças de rever o monarca prisioneiro e os latinos não duvidaram mais da morte do seu imperador. Henrique de Hainaut, recebeu os restos de seu irmão e sucedeu-lhe no império, no meio de geral desolação. Para cúmulo de desgraça, os latinos tiveram que lamentar a perda de Dândolo, que acabava, em Constantinopla, sua gloriosa carreira e que em seus últimos dias, vira a rápida decadência de um império fundado por êle. Dândolo foi magnìficamente sepultado em Santa Sofia e seu mausoléu subsistiu até o tempo de Maomé II. O vencedor de Bizâncio mandou demolir o túmulo do doge, quando mudou a Igreja de Santa Sofia, em mesquita. Um pintor veneziano que tinha trabalhado vários anos na côrte de Maomé, voltando à pátria, obteve do sultão a couraça, o capacete, as esporas e a toga de Dândolo, de que fêz presente à família do grande homem.

A maior parte dos chefes da Cruzada tinha perecido nos combates, ou havia regressado ao Ocidente. Bonifácio, numa expedição contra os búlgaros do Rodopo, recebeu um ferimento mortal e sua cabeça foi levada em triunfo ao feroz Joanice, que já tinha imolado um monarca à sua ambição e vin-

gança. A sucessão de Bonifácio fêz nascer vivas dissensões entre os cruzados e o reino de Tessalônica, que tinha manifestado certo brilho durante sua curta duração, desapareceu no rumor e nas tempestades de uma guerra civil e de uma guerra estrangeira. O irmão e o sucessor de Balduino, tinha as virtudes civis e ao mesmo tempo as militares. Mas êle não podia reerguer uma potência abalada por completo.

Não tenho coragem de continuar esta história, e de apresentar os latinos no excesso de sua humilhação e miséria. Começando minha narração, eu dizia: *Ai! dos vencidos!* e terminando-a, não posso deixar de dizer: *Ai! dos vencedores!*

Um velho império que se desmorona, um império novo, prestes a ruir por terra, tais os quadros que nos apresenta esta Cruzada. Jamais época alguma ofereceu maiores feitos à admiração e maiores males a se deplorarem. Em suas cenas gloriosas e trágicas a imaginação vivamente se comove e caminha sem cessar, de surprêsa em surprêsa. A princípio nos admiramos de ver um exército de trinta mil homens partir para conquistar um país, que podia contar com vários milhões de defensores. Uma tempestade, uma enfermidade epidêmica, a falta de víveres, a divisão entre os chefes, uma batalha indecisa, tudo podia perder o exército dos cruzados e fazer fracassar o seu empreendimento. Por uma felicidade inaudita, nada de tudo o que êles tinham a temer, aconteceu. Êles triunfaram de todos os perigos; sem ter nenhum

partido entre os gregos, êles se apoderaram da capital e das províncias. E, quando foram erguidos por tôda a parte, os estandartes triunfantes, então que a fortuna abandonou-os e começou sua ruína. Grande lição dada aos povos pela providência, que se serve às vêzes dos conquistadores para castigar as nações e os príncipes e se compraz em quebrar em seguida os instrumentos de sua justiça! Sem dúvida aquela providência, que protege os impérios, não permite que grandes Estados sejam impunemente perturbados e destruídos. Para atemorizar os que querem submeter tudo às suas armas, ela quis que a vitória só tivesse frutos amargos.

Os gregos, nação degenerada, não honraram suas desgraças com virtude alguma. Êles não tiveram nem bastante coragem para prevenir os reveses da guerra, nem bastante resignação para suportá-los. Quando êles foram reduzidos ao desespêro, mostraram algum valor; mas êsse valor, foi imprudente e cego; êle os precipitou em novas calamidades e lhes deu senhores mais bárbaros que os de que queriam sacudir o jugo. Não tinham chefe, que os pudesse guiar, nem sentimento patriótico que os pudesse reunir; deplorável exemplo de uma nação abandonada a si mesma, que perdeu seus costumes, e não tem confiança nem em suas leis, nem em seu govêrno!

Os francos tinham sôbre os inimigos tôdas as vantagens que os bárbaros do Norte haviam tido sôbre os romanos, no baixo império. Naquela luta terrível,

a simplicidade dos costumes, a energia de um povo que surgia para a civilização, o ardor do saque e o orgulho da vitória, trouxeram necessàriamente o amor ao luxo, aos hábitos formados no seio da corrupção, à vaidade que dá valor às coisas frívolas e conserva apenas uma vã recordação da verdadeira grandeza.

Os acontecimentos que acabamos de narrar são sem dúvida suficientes para nos dar a conhecer os costumes e o espírito dos gregos e dos latinos. Dois historiadores que nos serviram de guia nesta história, podem aumentar, pela natureza de seu estilo e mesmo pelo caráter de suas obras, a idéia que nós temos, do gênio dêsses dois povos.

O grego Nicetas faz longas lamentações sôbre o infortúnio dos vencidos: êle deplora com sentimento a perda dos monumentos, das estátuas, das riquezas que mantinham o luxo de seus compatriotas. Suas narrações, cheias de exagêro, de hipérboles, semeadas por tôda a parte de passagens tiradas da Escritura e de autores profanos, afastam-se quase sempre da nobre simplicidade da história e só mostram uma vã afetação de saber. Nicetas, no excesso de sua vaidade, hesita em pronunciar o nome dos francos e pensa castigá-los, conservando em silêncio seus feitos; quando êle descreve as desgraças do império, só sabe chorar e gemer; mas, gemendo, êle ainda quer agradar e parece mais ocupado com seu livro do que com a pátria.

O Marechal de Champanha, não se gaba de erudição e parece confiar em sua ignorância. Sua narração, desprovida de todo espírito de indagação, mas viva e animada, lembra por tôda a parte a linguagem e a nobre franqueza de um bravo cavaleiro. Villehardouin porém, prima principalmente em fazer falar os heróis e sente prazer em louvar a bravura de seus companheiros; se êle nunca fala dos guerreiros da Grécia, é porque não os conhece e não os quer conhecer. O Marechal da Champanha não se enternece com os males da guerra e só tem palavras para descrever feitos de heroísmo: o entusiasmo da vitória, o espetáculo das coisas grandes, as nobres emoções ou os sentimentos religiosos sòmente, arrancam-lhe lágrimas. Quando os latinos sofreram os seus reveses, êle não chora, cala-se e vê-se que êle deixou seu livro, para ir combater.

Há um outro autor contemporâneo que nos pode também fazer julgar do século em que êle viveu e os acontecimentos que narra. Gunther, monge da ordem de Císter, que escreveu sob a orientação de Martim Litz, estende-se bastante sôbre a pregação da Cruzada e sôbre as virtudes de seu abade, que se pôs à frente dos cruzados da diocese de Basiléia. Depois que a república de Veneza levou os peregrinos ao cêrco de Zara, êle lembra as ordens do papa e guarda silêncio. Os rogos e as desgraças do filho de Isaac, a conquista do império do Oriente, não o comovem. Sempre preocupado com a Terra

Santa, êle não compreende como os cavaleiros cristãos podem ter outro pensamento e fazer outra promessa que não a de libertar o túmulo de Jesus Cristo. Dando pouco valor às vitórias profanas, não se detém em descrever o cêrco de Constantinopla; e, depois que a cidade foi tomada, êle não vê mais na multidão dos conquistadores de um grande império, senão o abade e seu mosteiro, carregados de piedosos despojos da Grécia.

Lendo as três histórias contemporâneas da expedição de Constantinopla, vê-se que a primeira pertence a um grego, educado na côrte de Bizâncio, a segunda a um cavaleiro francês e a terceira a um monge. Se os dois primeiros historiadores, pela sua maneira de escrever e pelos sentimentos que expressam, dão-nos uma idéia justa da nação grega e dos heróis do Ocidente, o último pode também explicar-nos as opiniões e o caráter da maior parte dos cruzados, que falavam sem cessar de deixar o exército que havia partido de Veneza, que se assustavam com as ameaças da côrte de Roma e que tinham sido levados ao Oriente por uma ardente devoção, muito mais do que pelo amor das conquistas.

De resto, êstes peregrinos, tendo por móvel apenas a piedade, eram em número muito diminuto no exército cristão e foram levados pelo espírito geral que animava os cavaleiros e os barões. As outras guerras santas tinham sido pregadas nos concílios; esta Cruzada foi proclamada nos torneios; também

a maior parte dos cruzados mostravam-se mais fiéis às virtudes e às leis da cavalaria do que à vontade da Santa Sé. Êsses guerreiros tão altivos e tão bravos estavam cheios de respeito pela autoridade e pelos juízos do papa, mas, impelidos pela honra, colocados entre seus primeiros juramentos e sua palavra dada aos venezianos, juraram muitas vêzes libertar Jerusalém e foram levados, sem pensar, até os muros de Constantinopla; armados para vingar a causa de Jesus Cristo, serviram à ambição de Veneza, à qual se julgavam ligados pela gratidão e derrubaram o trono de Constantinopla, para pagar cinqüenta mil marcos de prata que deviam à república.

O espírito cavalheiresco, um dos caracteres particulares desta guerra e do século em que foi empreendida, mantinha no coração dos cruzados a ambição e o amor da glória. Nos primeiros tempos da cavalaria, os cavaleiros se haviam declarado campeões da beleza e da inocência; a princípio, pedia-se-lhes justiça contra as injúrias e os assaltos; depois, príncipes e princesas, despojados pela violência vieram pedir-lhes províncias e reinos. Os campeões da infelicidade e da beleza tornaram-se então ilustres libertadores e verdadeiros conquistadores.

Ao mesmo tempo que um jovem príncipe vinha pedir o auxílio dos cruzados, para fazer seu pai voltar ao trono de Constantinopla, uma jovem princesa, filha de Isaac, Rei de Chipre, despojada por Ricardo Coração-de-Leão, dirigia-se a Marselha para pedir

o apoio dos guerreiros que embarcavam para a Palestina. Desposou um cavaleiro flamengo, cujo nome a história não conservou e que pertencia à família do Conde Balduino; quando chegou ao Oriente, dirigiu-se ao Rei de Jerusalém e pediu-lhe o reino de Chipre; foi apoiado em seu pedido pelo castelão de Bruges e pela maior parte de seus compatriotas, que tinham tomado a cruz. Amaury, que tinha recebido do papa e do Imperador da Alemanha o título de Rei de Chipre, longe de ceder a tais pretensões, ordenou ao cavaleiro flamengo, a João de Nesles e a seus companheiros, que deixassem seus territórios. Os cavaleiros que tinham abraçado a causa da filha de Isaac, não pensaram mais em retomar o reino de Chipre, e, sem se deter na Terra Santa, que tinham jurado defender, partiram para as margens do Eufrates e do Oronte, à procura de outros países para conquistar.

Antes que se desse o ataque a Constantinopla, vimos uma filha de Tancredo, último Rei da Sicília, desposar um cavaleiro francês e confiar-lhe a tarefa de vingar sua família, de fazer valer seus direitos sôbre o reino fundado pelos cavaleiros normandos. Gauthier de Brienne, depois do casamento, tinha partido para a Itália com mil libras tornezas e sessenta cavaleiros. Tendo recebido em Roma a bênção do papa, êle havia declarado guerra aos alemães, senhores da Apulha e da Sicília, havia-se apoderado das principais fortalezas e podia gozar em paz do

fruto de suas vitórias, quando foi atacado em sua tenda e caiu coberto de ferimentos, nas mãos dos inimigos. Prometeram-lhe quebrar suas cadeias, se êle renunciasse à coroa da Sicília, mas êle preferiu o título de rei à liberdade e morreu de fome antes que abandonar seus direitos sôbre um reino que a vitória lhe havia dado.

Êsse espírito de conquista, que parecia geral entre os cavaleiros, favoreceu a expedição de Constantinopla; mas prejudicou a guerra santa, afastando os cruzados do objetivo principal da Cruzada. Os heróis dessa guerra santa nada fizeram para a libertação de Jerusalém, na qual falavam sempre em suas cartas ao papa. A conquista de Bizâncio, bem longe de ser, como o julgavam os cavaleiros, o caminho para a terra de Jesus Cristo, foi apenas um novo obstáculo à conquista da Terra Santa; seus feitos imprudentes, puseram as colônias cristãs nos mais graves perigos e acabaram por destruir completamente, sem substituí-la, uma potência que podia opor uma barreira aos turcos.

Os venezianos aproveitaram-se hàbilmente dessas disposições dos cavaleiros franceses. Veneza chegou a sufocar a voz do soberano Pontífice, que muitas vêzes dava aos cruzados, conselhos, ditados pelo espírito do Evangelho. A república teve grande influência nos acontecimentos desta guerra, bem como no espírito dos barões e cavaleiros, que se deixaram levar, ora pelo sentimento da honra, ora pela neces-

sidade de conquistar ricas possessões e mostraram assim em seu proceder uma mistura esquisita de generosidade e de avareza.

O desejo de enriquecer com a vitória não teve, principalmente, limites, depois que os cruzados viram Constantinopla; a ambição substituiu em seus corações todos os sentimentos generosos e nada mais deixou daquele entusiasmo, primeiro móvel das Cruzadas. Nenhum prodígio, nenhuma aparição milagrosa, vieram secundar o valor dos cavaleiros, aos quais era suficiente mostrar as riquezas da Grécia. Nas Cruzadas precedentes, os bispos e os eclesiásticos prometiam as indulgências da Igreja e a vida eterna aos combatentes; mas, nessa guerra, como os cruzados tinham incorrido na desgraça do chefe dos fiéis, não podiam ser sustentados nos perigos pela esperança do martírio; e os chefes, que conheciam o espírito dos guerreiros, contentaram-se em prometer uma quantia de dinheiro ao primeiro dos soldados que subisse às muralhas de Constantinopla. Depois que saquearam a cidade, os cavaleiros e os barões exclamaram, na embriaguez da alegria, — *que jamais se haviam visto tão ricos despojos desde a criação do mundo.*

Notamos que, na conquista das províncias, cada cavaleiro queria obter um principado; cada conde, cada senhor, queria um reino. O mesmo clero, não ficou isento da ambição e queixou-se várias vêzes

ao papa, de não ter sido favorecido na partilha dos despojos do império grego.

Para resumir em poucas palavras nossa opinião sôbre os acontecimentos e as conseqüências desta Cruzada, devemos dizer que o espírito de cavalaria e o espírito de conquista produziram a princípio, muitas coisas maravilhosas, mas não foram suficientes para manter os cruzados em suas possessões e conquistas. Êsse espírito conquistador, levado aos excessos mais cegos, não lhes permitiu pensar que, mesmo nos triunfos, há um têrmo, onde a vitória e a fôrça mesmas são impotentes, se a prudência e a sabedoria não vierem em socorro do valor.

Os francos, seus antepassados, que tinham partido do Norte para invadir as mais ricas províncias do império romano, tinham sido mais favorecidos pela fortuna e principalmente por seu próprio gênio. Respeitando as leis e os costumes dos países submetidos às suas armas, êles viram nos vencidos, cidadãos e auxiliares de sua própria autoridade e poder. Não formaram uma nação estrangeira no seio das nações que tinham conquistado com suas vitórias. Os cruzados, ao contrário, quando se tornaram senhores de Constantinopla, mostraram um profundo desprêzo pelos gregos, cuja aliança e apoio deveriam ter procurado e obtido; quiseram reformar os costumes e as idéias, emprêsa mais difícil que a conquista de um império, e encontraram sòmente inimigos, num país que lhes poderia ter dado úteis auxiliares.

Devemos acrescentar que a política da Santa Sé, que, a princípio tentou afastar os guerreiros latinos da expedição de Constantinopla, tornou-se em seguida um dos maiores obstáculos à conservação de suas conquistas. Os condes e os barões, que se censuravam por terem faltado à obediência ao soberano pontífice, seguiram depois com escrúpulo, as instruções do pai dos fiéis, que pedia às suas armas a submissão da Igreja Grega e não lhes perdoava, senão a êsse preço, uma guerra feita contra sua vontade. Para lhe obter o perdão e a aprovação da Santa Sé, êles empregaram a violência contra o cisma e a heresia e perderam sua conquista à fôrça de querer justificá-la aos olhos do soberano pontífice. O mesmo papa não obteve o que ardentemente desejava. A união da Igreja Grega com a Igreja Romana, não se poderia dar no meio das ameaças da vitória e das desgraças da guerra; as armas dos vencedores não tiveram mais poder que os anátemas da Igreja, para levar os gregos ao culto dos latinos. A violência só irritou os ânimos e consumou a ruptura em vez de fazê-la cessar. A lembrança das perseguições e dos ultrajes, um desprêzo recíproco, um ódio implacável, vieram colocar-se entre as duas crenças e as separaram para sempre.

A história não pode afirmar que esta Cruzada fêz a civilização dar grandes passos no progresso, principalmente da Europa. Os gregos tinham conservado a jurisprudência de Justiniano; o império tinha

sábios decretos sôbre a cobrança dos impostos e sôbre a administração do dinheiro público; mas os latinos desprezaram êsses monumentos da sabedoria humana e da experiência de vários séculos. Êles só desejaram os territórios dos vencidos e seus imensos tesouros. A maior parte dos cavaleiros vangloriava-se de sua ignorância e entre as riquezas de Constantinopla não procuraram as engenhosas produções da Grécia. No meio dos incêndios que devoravam as casas e os palácios da cidade, êles viram com indiferença as bibliotecas entregues às chamas. Devemos, no entretanto, confessar que nesses grandes desastres, as musas não tiveram que chorar a perda de nenhuma obra-prima, que elas tinham inspirado. Se os vencedores não souberam apreciar os tesouros do gênio, êsse rico depósito não devia ficar perdido para seus descendentes. Quase todos os livros da antiguidade que eram conhecidos no tempo de Eustato, e de que êsse sábio filósofo tinha feito a citação alguns anos antes da quinta Cruzada, enriqueceram a França e a Itália, no renascimento das letras.

Devemos acrescentar que a necessidade, para os vencidos e vencedores, de se comunicar entre si, contribuiu para a divulgação da língua latina entre os gregos e da língua grega entre os latinos. Os povos da Grécia foram obrigados a aprender o idioma do clero de Roma, para se fazerem entender em suas reclamações e queixas. Os eclesiásticos encarregados pelo papa de converter os gregos, não se puderam

dispensar de estudar a língua de Platão e de Demóstenes, para ensinar aos discípulos de Fócio as verdades da religião católica romana.

Falamos da destruição de obras-primas da escultura; devemos no entretanto, dizer, que várias dessas obras-primas escaparam à barbárie dos vencedores. Os venezianos, mais esclarecidos que os outros cruzados e nascidos numa cidade construída e embelezada pelas artes, fizeram levar para a Itália alguns dos monumentos de Bizâncio. Quatro cavalos de bronze, que no meio da revolução dos impérios tinham passado da Grécia a Roma, e de Roma a Constantinopla, vieram adornar a praça de S. Marcos. Vários séculos depois desta Cruzada, êles deveriam ser levados de Veneza, invadida por sua vez por exércitos vencedores e voltar de novo para as margens do Adriático, como eternos troféus da guerra e fiéis companheiros da vitória.

Os cruzados aproveitaram-se ainda de algumas coisas úteis e as transmitiram aos seus compatriotas. Os campos e os jardins da Itália e da França, enriqueceram-se com plantas desconhecidas no Ocidente. Bonifácio mandou ao seu marquesado a semente do milho, que não era ainda conhecida; um processo verbal que chegou até nós, nos fala da gratidão do povo de Montferrato. Os magistrados receberam com solenidade os dons inocentes da vitória e fizeram abençoar sôbre os altares um produto da Grécia, que devia ser um dia a riqueza dos campos da Itália.

A Flandres, a Champanha e a maior parte das províncias da França que tinham mandado seus mais valentes guerreiros à Cruzada, empregaram sem fruto sua população e seus tesouros na conquista de Bizâncio. Podemos dizer, que nossos intrépidos antepassados só ganharam nessa guerra maravilhosa, a glória de ter dado, por um momento, senhores a Constantinopla e senhores à Grécia. No entretanto essas conquistas longínquas e êsse império novo que conservava longe da França, príncipes ambiciosos e turbulentos, deviam ser favoráveis à monarquia francesa. Filipe Augusto alegrou-se com a ausência dos grandes vassalos da coroa, e soube com alegria que o Conde de Flandres, vizinho incômodo e vassalo pouco submisso, possuía um outro império, no Oriente. Nessa monarquia encontrou alguma vantagem nessa Cruzada, mas aproveitou-se dela muito menos que a república de Veneza.

Essa república, não contava duzentos mil cidadãos e não podia fazer respeitar sua autoridade, no continente, sem seu auxílio para fazê-los voltar ao seu domínio. Na conquista de Constantinopla, ela estendeu seu crédito e seu comércio no Oriente e viu sob suas leis as mais ricas possessões dos imperadores gregos. Aumentou a fama da sua marinha e elevou-se acima de todos os povos marítimos da Europa. Os cruzados venezianos, sob os estandartes da cruz, jamais deixaram de combater pelos interêsses e pela glória de sua própria ambição. A

república de Veneza, acostumada a calcular as vantagens e as despesas da guerra, apressou-se em renunciar a tôdas as suas conquistas cuja conservação podia se lhe tornar onerosa e não conservou de suas novas possessões no Oriente, senão as que julgava necessárias para a prosperidade de seu comércio e a conservação de sua marinha. Três anos depois da tomada de Constantinopla, o senado de Veneza publicou um edito pelo qual permitia a todos os cidadãos conquistar as ilhas do Arquipélago e dava-lhes a propriedade dos países conquistados. Apareceram então príncipes de Naxos, duques de Paros, senhores de Mycóne, como antes se haviam visto duques de Atenas, senhores de Tebas, príncipes da Acaia; mas os duques e os príncipes do Arquipélago eram sòmente vassalos da república. Assim Veneza, mais feliz que a França, fazia servir aos seus interêsses o valor e a ambição de seus cidadãos e de seus guerreiros.

LIVRO DÉCIMO SEGUNDO

DESDE A MORTE DE AMAURY ATÉ A RESTITUIÇÃO DE DAMIETTA, PELOS CRUZADOS.

1200-1221

Sexta Cruzada. — Carestia, peste, terremoto no Egito e na Síria; morte de Amaury e de Isabel; embaixada a Filipe Augusto; recusam a Malek-Adhel, continuar a trégua; João de Brienne, eleito rei, desembarca em Tolemaida; é vencido; guerras religiosas na Europa; os albigenses, os sarracenos da Espanha; a Cruzada é iniciada por cinqüenta mil crianças; carta do papa a Malek-Adhel; o Cardeal de Courçon prega a Cruzada; Tiago de Vitri, Bispo de Tolemaida; subsídio concedido pelo Rei da França; João sem Terra finge tomar a cruz; Oto de Saxônia; concílio ecumênico de Latrão; morte do soberano pontífice; seu sucessor, Honorato III; recenseamento dos príncipes cruzados; origem dos antigos povos da Prússia; o Imperador Frederico III adia a partida; André Bela, Rei da Hungria, recebe a ordem e a entrega a seu filho; partida dos cruzados; Malek-Kamel, filho e sucessor de Malek-Adhel; os cristãos são postos em fuga no monte Tabor; morte do Rei de Chipre; André volta à Europa com seus húngaros; expedição para o Egito; cêrco de Damietta; morte de Malek-Adhel; perfil dêste príncipe; os cardeais de Courçon e de Pelágio; os muçulmanos avançam em socorro de Damietta; os atacantes são vencidos; Malek-Kamel oferece a paz; tomada de Damietta e ocupação do baixo Egito; Pelágio faz determinar-se o ataque ao Cairo; desastres; entrevista do Rei de Jerusalém com o sultão; Damietta é restituída aos muçulmanos. — Comparação do caráter particular das seis primeiras Cruzadas.

Nos livros precedentes, tivemos sob nossas vistas o espetáculo imponente de um velho império que cai, de um novo império que surge e por sua vez também rui por terra. A imaginação do homem gosta de se fixar nas ruínas e as catástrofes mais sangüinolentas apresentam-lhe sempre quadros impressionantes. Nós devemos esperar que nossa narração inspire menos interêsse, desperte menos curiosidade, quando, depois das grandes revoluções que acabamos de descrever, nós voltarmos nossos olhares aos pequenos Estados que os cristãos tinham fundado na Síria e por cuja salvação o Ocidente não deixava de empunhar as armas.

Temos hoje alguma dificuldade em compreender êste entusiasmo, que animava todos os povos para a libertação dos santos lugares e êsse poderoso interêsse que dirigia todos os pensamentos para as regiões quase esquecidas da Europa moderna. No fervor das Cruzadas, a tomada de uma cidade ou de uma aldeia da Judéia, causava mais alegria que a conquista de Bizâncio e Jerusalém era mais cara aos cristãos do Ocidente do que sua própria pátria. Êsse entusiasmo de que nossa indiferença mal pode fazer uma idéia, torna difícil a tarefa do historiador,

e fá-lo muitas vêzes hesitar na escolha dos fatos que a história deve lembrar. Depois que as opiniões se modificaram, tudo mudou com elas; a mesma glória perdeu seu brilho; o que parecia grande aos olhos dos homens, é-lhes agora apenas bizarro e vulgar; as épocas heróicas de nossos anais, tornaram-se objeto de nosso soberbo desprêzo; e, quando, sem nos referirmos aos séculos das guerras santas, queremos submeter ao cálculo da razão essas emprêsas extraordinárias, nos parecemos a êsses modernos viajantes, que encontraram apenas um pequenino regato no lugar do famoso Escamandro, que a imaginação dos antigos e principalmente da musa de Homero, tinha transformado num rio majestoso. De resto, se não temos mais que contar a revolução e a queda dos impérios, a época cujo quadro reproduzimos, nos oferecerá ainda muitas dessas grandes calamidades, que dão vida à história.

Enquanto a Grécia debatia-se prêsa de tôdas as desgraças da guerra, os flagelos mais cruéis desolavam o Egito e a Síria. O Nilo abaixando suas águas, além do nível costumeiro deixou de inundar as margens e de fecundá-las, para as colheitas. O último ano dêsse século apresentou-se diz um autor árabe, como um monstro cujo furor o levava a tudo devorar. Quando a carestia começou a se fazer sentir, o povo foi obrigado a se alimentar da erva dos campos e do feno dos animais. Viam-se os pobres, profanar os sepulcros e disputar aos vermes os despojos dos cadá-

veres. Depois que o flagelo se tornou mais geral, a população das cidades e dos campos, como se tivesse sido perseguida por um inimigo impiedoso, fugiu em desordem, errando ao acaso, de cidade em cidade, de aldeia em aldeia, e encontrava por tôda a parte o mal que queria evitar. Em todos os lugares habitados não se podia dar um passo, sem se deparar com um cadáver ou algum infeliz, a ponto de expirar.

O que era, porém, ainda muito mais espantoso nessa calamidade universal, é que a necessidade de viver fazia cometer os maiores crimes e tornava os homens todos, inimigos uns dos outros. Nos primeiros tempos viam-se com horror, os que se nutriam de carne humana, mas os exemplos de tão grande escândalo multiplicaram-se de tal modo, que disso se falava apenas com indiferença. Os homens, atormentados pela fome, que não poupava mais nem aos ricos nem aos pobres, não mais se incomodavam com a piedade, a vergonha, o remorso, nem se continham, pelo respeito às leis, nem pelo temor dos suplícios. Puseram-se então a se devorar mùtuamente, como animais ferozes. No Cairo, trinta mulheres, num só dia, morreram na fogueira, acusadas de ter matado e comido crianças. O historiador Abdallatif, narra uma porção de fatos bárbaros e monstruosos, que fazem fremir de horror e que não repetiremos nesta história, para que não nos acusem de ter caluniado a natureza humana.

Mui depressa a peste veio acrescentar suas desgraças às da carestia. Sòmente Deus, diz um historiador contemporâneo, conhece o número dos que morreram de fome e de doenças. A capital do Egito no espaço de alguns meses, realizou um milhão e cem mil funerais. Por fim, não se podia mais enterrar os mortos; contentavam-se em atirá-los para fora das muralhas. A mesma mortalidade se fêz sentir nas cidades de Damietta, de Kous e de Alexandria. Foi na época das sementeiras que a peste duplicou suas desgraças. Os que fizeram as sementeiras não foram os mesmos que tinham trabalhado a terra e os que tinham semeado, morreram antes da colheita. As aldeias estavam desertas e lembravam aos viajantes estas expressões do Alcorão:— *Nós os ceifamos todos e os colhemos e os exterminamos; um grito se fêz ouvir e todos êles pereceram.* — Cadáveres boiavam no Nilo, tão numerosos como as plantas bulbosas, que num certo tempo, cobrem as águas do rio. Um pescador viu passarem sob seus olhos mais de quatrocentos num só dia; de tôdas as partes viam-se montes de esqueletos humanos; os caminhos, para nos servirmos da expressão dos autores árabes, eram como um *campo semeado de corpos mortos*, e as províncias mais povoadas, *como uma sala de banquete para as aves de rapina.*

O Egito perdeu mais de um milhão de habitantes. A carestia e a peste fizeram-se sentir até na Síria e não pouparam mais às cidades cristãs

do que às muçulmanas. Desde as margens do mar Morto, até o Oronte e o Eufrates, tôdas as regiões só apresentavam cenas de luto e de dor, de desolação e de miséria. Como se a cólera do céu não estivesse ainda satisfeita, não tardou a se manifestar um terceiro flagelo, não menos terrível que os outros.

Um violento terremoto destruiu as cidades e as províncias que a carestia e a peste tinham poupado. Os abalos tremendos pareciam-se com o movimento de um crivo, ou com o que um pássaro faz quando ergue e abaixa as asas. A elevação do mar e a agitação das águas apresentavam um horrível espetáculo: os navios foram todos atirados para terra; uma grande quantidade de peixes foi jogada para as praias. O cume do Líbano abriu-se e abaixou-se em vários lugares. Os povos da Mesopotâmia, da Síria e do Egito imaginaram ser o terremoto que deverá preceder o fim do mundo e o juízo universal. Muitos lugares habitados desapareceram de todo. Uma grande multidão de homens pereceu. As fortalezas de Hanah, de Balbec, foram destruídas. Na cidade de Naplusa ficou de pé sòmente a rua dos samaritanos. Damasco viu ruir seus mais belos edifícios, a cidade de Tiro conservou apenas algumas casas; das muralhas de Tolemaida e de Trípoli, restavam apenas montes de ruínas. Os abalos, fizeram-se sentir com menos violência no território de Jerusalém, e, nessa calamidade geral, cristãos e muçulmanos reuniram-se para

agradecer ao céu o ter poupado em sua cólera a cidade dos profetas e dos milagres.

Tão grandes desgraças deveriam ter feito respeitar os tratados concluídos entre os barões da Palestina e os infiéis. Na quinta Cruzada, o Soberano Pontífice aconselhava os guerreiros cristãos a se aproveitarem daqueles dias desastrosos, para invadir as províncias muçulmanas da Síria e do Egito; mas, se o conselho do papa tivesse sido seguido, se o exército cristão, vindo de Veneza, tivesse dirigido sua marcha para as regiões devastadas pela peste e pela carestia, é provável, que, vencedores e vencidos, teriam todos perecido. A morte, como uma sentinela formidável, vigiava então nas fronteiras dos cristãos e dos muçulmanos. Todos os flagelos da natureza tinham-se tornado terríveis guardas das províncias e impediam a aproximação e a entrada das cidades, melhor que os grandes exércitos.

No entretanto, as colônias cristãs começavam, não a reparar suas perdas, mas a esquecer os males que tinham sofrido. O Rei de Jerusalém, Amaury, dava aos seus barões o exemplo da sabedoria e da resignação evangélicas. As três ordens militares, que tinham esgotado seus tesouros, para manter os soldados e os cavaleiros no tempo da carestia, rogavam, com suas cartas e seus enviados, a caridade dos fiéis do Ocidente. Trataram de reconstruir as cidades, que tinham sido destruídas pelo terremoto; as somas recolhidas por Foulques de Neuilly, pregador da última

Cruzada, foram empregadas em restaurar as muralhas de Tolemaida. Como os cristãos não tinham operários, fizeram trabalhar os prisioneiros muçulmanos. Entre êstes condenados a tal espécie de trabalho, a história jamais esquecerá o célebre poeta persa Saadi, que caíra nas mãos dos francos, quando se dirigia em peregrinação a Jerusalém. O autor do *Jardim das Rosas* e de várias outras obras, que deveriam ser um dia causa de admiração no Oriente e no Ocidente foi carregado de cadeias, levado a Trípoli e confundido com a multidão dos escravos que trabalhavam nas fortificações dessa cidade.

A trégua concluída com os infiéis, ainda subsistia; mas, cada dia surgiam novas pretensões e questões, seguidas muitas vêzes de alguma hostilidade. Os cristãos estavam sempre de armas na mão e a paz oferecia muitas vêzes mais perturbações e perigos do que uma guerra aberta e declarada. Reinava, além disso, nessa época, uma grande confusão entre as colônias cristãs e mesmo entre as potências muçulmanas. O príncipe de Alepo estava em paz com o Rei de Jerusalém, enquanto o Conde de Trípoli, o Príncipe de Antioquia, os templários, os hospitalários, faziam guerra aos príncipes de Hamah, de Emesa, ou a alguns emires da Síria. Cada qual, a seu talante, tomava ou deixava as armas, sem que nenhuma fôrça pudesse fazer respeitar os tratados.

Não se travavam grandes batalhas, mas tentavam-se incursões em território inimigo; atacavam-se

as cidades, saqueavam-se os campos e havia grande quantidade de despojos. No meio dessas desordens, que eram chamadas de — *Dias de tréguas* —, os cristãos da Palestina choraram a morte de seu rei. Amaury, segundo o uso dos fiéis, tinha ido a Caifa, durante a semana santa, para trazer de lá, fôlhas de palmeira. Mas, caiu doente durante a peregrinação e foi morrer em Tolemaida. Assim, o cetro do reino de Jerusalém ficou de novo nas mãos de Isabel, que não tinha nem dotes nem a habilidade necessárias para governar os Estados cristãos. Ao mesmo tempo, um filho de Bohémond, Príncipe de Antioquia, morreu num acesso violento de loucura. Bohémond III, em idade muito avançada, viu, antes de morrer, a guerra ateada entre seu segundo filho, Raimundo, Conde de Trípoli e Livon, Príncipe da Armênia. As ordens dos templários e dos hospitalários tinham tomado parte nesta guerra e se haviam armado uma contra a outra. O Príncipe de Alepo, os turcos, vindos da Ásia Menor, imiscuiram-se nas questões dos cristãos e aproveitavam-se de suas dissensões para devastar o território de Antioquia. Os Estados cristãos da Síria não recebiam mais socorros do Ocidente. A recordação dos flagelos que tinham devastado as regiões de além-mar, deviam arrefecer o zêlo e o ardor dos peregrinos; os guerreiros da Europa acostumados a ver com sangue frio, os perigos da guerra, não se sentiam com bastante coragem para enfrentar a peste e a carestia. Um

grande número de barões e de cavaleiros da Palestina tinham também abandonado uma terra há tanto tempo devastada, para se dirigirem, uns a Constantinopla, outros, às províncias do Ocidente.

Inocêncio, que tinha até então feito inúteis esforços para a libertação dos santos lugares e que não se consolava de ter visto dissipar-se o fruto de grandes exércitos cristãos na conquista da Grécia, não renunciou à execução de seus vastos desígnios. Desde o comêço do seu reinado, o Soberano Pontífice mostrava aos povos cristãos a Terra Santa como o caminho e a estrada da salvação. A exemplo de seus predecessores, êle não chamava sòmente à defesa das colônias cristãs, a piedade e a virtude, mas também o remorso e o arrependimento. Todos os que lhe vinham confessar seus grandes pecados, só poderiam expiar seus crimes, atravessando o mar para combater contra os infiéis.

Entre os pecadores condenados a êsse gênero de penitência, a história cita os assassinos de Conrado, Bispo de Wurtzburgo e chanceler do império. Os culpados, se haviam apresentado ao papa, descalços, humildemente trajados, com uma corda ao pescoço, e juraram, na presença dos cardeais, passar a vida nas mais austeras penitências e combater durante quatro anos contra os turcos. Os culpados foram, além disso, condenados a não usar nem veiro, nem pele de harda, nem arminho, nem tecido colorido; a jamais assistir espetáculos públicos, a não se ca-

sarem, se ficassem viúvos, a andar descalços, vestidos de pano de lã e a jejuar a pão e água nas quartas-feiras e nas sextas-feiras, nas Quatro Têmporas e nas Vigílias, a fazer três quaresmas durante o ano, e a rezar cem vêzes o Padre Nosso, a fazer cem genuflexões por dia. Um cavaleiro de nome Roberto tinha escandalizado a tôda a côrte de Roma, confessando em altas vozes que sendo prisioneiro no Egito, durante a carestia tinha matado a mulher e a filha para comer-lhes a carne. O papa impôs a Roberto as penitências mais rigorosas e ordenou-lhe, para completar a expiação de tão grande crime, passar três anos, em visita aos santos lugares.

Inocêncio procurava assim manter nos corações a devoção à peregrinação que tinha dado origem às Cruzadas e podia ainda reanimar o zêlo e o ardor das guerras santas. Segundo a opinião que o soberano pontífice procurava difundir entre os fiéis e de que êle mesmo parecia penetrado, no mundo corrompido não havia crime, para o qual Deus não abrisse os tesouros de sua misericórdia, quando se enfrentavam os perigos de uma viagem a além-mar. No entretanto os povos estavam persuadidos de que os pecados e os erros de um século pervertido tinham irritado o Deus dos cristãos e que a glória de conquistar a terra santa estava reservada a um século melhor, a uma geração mais digna de atrair os olhares e as bênçãos do céu.

Essa opinião dos povos do Ocidente era pouco favorável aos estados cristãos da Síria, que cada dia caminhavam para a decadência. Isabel, que reinava sòmente em cidades despovoadas, morreu pouco tempo depois do espôso. Um filho que tivera de Amaury, a havia precedido no túmulo. O reino de Jerusalém tornava-se herança de uma jovem princesa, filha de Isabel e de Conrado, marquês de Tiro. Os barões e os senhores que haviam ficado na Síria sentiram mais que nunca a necessidade de ter à sua frente um príncipe que os pudesse governar e cuidaram em escolher um espôso para a jovem rainha de Jerusalém.

A escolha teria podido recair sôbre um dentre êles; mas êles temeram que a inveja fizesse nascer novas discórdias e que o espírito de rivalidade e de partidarismo enfraquecesse a autoridade daquele que fôsse chamado a governar o reino. A assembléia dos barões resolveu pedir um rei ao Ocidente e dirigiu-se à patria dos Godofredos e dos Balduínos, àquela nação que tinha fornecido tantos heróis às Cruzadas, tantos ilustres defensores para a terra santa.

Esta resolução dos senhores e dos barões da Palestina tinha não sòmente a vantagem de conservar a paz no reino de Jesus Cristo, mas também a de despertar na Europa o espírito da cavalaria e interessá-los à causa dos cristãos, no Oriente. Aymar, senhor de Cesaréia, e o Bispo de Tolemaida, atravessaram o mar e foram pedir a Filipe-Augusto, em

nome dos cristãos da terra santa, que lhes desse um cavaleiro ou um barão, que pudesse salvar o que restava do infeliz reino de Jerusalém. A mão de uma jovem rainha, uma coroa e as bênçãos do céu, deviam recompensar a bravura e o devotamento daquele que viesse combater pela herança do Filho de Deus. Os enviados foram recebidos com grandes honras, na côrte do rei da França; embora a coroa que êles vinham oferecer fôsse apenas um título vão, não deixou de entusiasmar os cavaleiros franceses: sua valorosa ambição era excitada pela esperança de conquistar grande fama e de restaurar o trono que a bravura de Godofredo de Bouillon e de seus companheiros tinha fundado.

Entre os senhores de sua côrte, Filipe designou João de Brienne, irmão de Gauthier, que tinha morrido na Apulha, com fama de herói e o título de rei. Em sua juventude, João de Brienne tinha sido destinado ao estado eclesiástico, mas, educado numa família de guerreiros e menos sensível aos encantos da piedade que inflamado pelos da glória, recusou-se obedecer à vontade de seus parentes. Como seu pai quisesse empregar a fôrça para obrigá-lo, êle foi procurar asilo no mosteiro de Cister, esquivando-se à cólera paterna. Nesse retiro, João de Brienne uniu-se ao grupo de cenobitas e entregou-se como êles ao jejum e à mortificação. No entretanto as austeridades do claustro não puderam casar-se com o seu ardor, com sua paixão nascente pelo mister das

armas; muitas vêzes, no meio da oração e das cerimônias religiosas, as imagens dos torneios e dos combates vinham distrair-lhe o pensamento e perturbar-lhe o espírito. Um de seus tios, tendo-o encontrado à porta do mosteiro, num estado pouco conveniente a um gentil-homem, teve pena de suas lágrimas e o levou para sua casa, animando-o e favorecendo suas inclinações naturais. Desde aquêle momento João de Brienne só se ocupou com a glória dos combates e aquêle que era destinado ao serviço de Deus, à paz dos altares, não tardou em conquistar grande fama por sua bravura e por seus feitos.

Na época da última Cruzada, João de Brienne seguiu seu irmão na conquista do reino de Nápoles e viu-o perecer combatendo por um trono que devia ser o prêmio da vitória. Êle tinha a mesma fortuna a esperar e os mesmos perigos a correr, se desposasse a herdeira do reino de Jerusalém. Aceitou com alegria a mão de uma jovem rainha, com um território que êle tinha que disputar aos turcos; encarregou os embaixadores da Palestina de ir anunciar sua próxima chegada, e, cheio de confiança na causa que ia defender, prometeu-lhes que os seguiria, à frente de um exército.

Aymar de Cesaréia e o bispo de Tolemaida voltaram à terra santa e as promessas de João de Brienne reanimaram a coragem abatida dos cristãos, e, como acontece muitas vêzes em tempos de desgraça, passaram do desespêro, a loucas esperanças.

Foi anunciado por tôda a parte, que uma Cruzada formidável se estava preparando, e que os mais poderosos monarcas do Ocidente nela tomariam parte. A fama dêsse exército organizado na Europa lançou o terror entre os infiéis. Malek-Adhel, que, depois da morte de Malek-Aziz, reinava na Síria e no Egito, teve receio dos cristãos e, como a trégua feita com os francos estava para terminar, êle propôs renová-la, oferecendo dez castelos ou fortalezas como penhor de sua palavra e de seu amor pela paz. Essa proposta deveria ter sido aceita pelos cristãos da Palestina, mas, a esperança dos socorros do Ocidente, tinha banido do conselho dos barões e dos cavaleiros todo espírito de moderação e de previdência. Os mais sensatos dos guerreiros cristãos, entre os quais notamos o grão-mestre da ordem de São João, eram de opinião que se deveria prolongar a trégua. Êles lembravam, que muitas vêzes o Ocidente tinha prometido socorros à terra santa e êsses socorros jamais tinham chegado; que, na última Cruzada, um grande exército esperado na Palestina, tinha dirigido sua marcha para Constantinopla. Êles acrescentavam que era prudente não tentar a fortuna nos combates, baseados na palavra de uma vã promessa e que se deviam esperar os acontecimentos, antes de tomar determinações de que podia depender a salvação ou a ruína dos cristãos do Oriente. Essas palavras estavam cheias de sabedoria e de razão; mas, como os hospitalários falavam em favor da

trégua, os templários declararam-se, com ardor, pela guerra; tal era então o espírito dos guerreiros cristãos, que a prudência, a moderação e tôdas as virtudes da paz, inspiravam-lhes uma espécie de desprêzo; para êles a razão estava sempre do lado dos perigos e era suficiente uma palavra para êles correrem às armas e para reunir todos os sufrágios. A assembléia dos cavaleiros e dos barões recusou prolongar a trégua feita com os turcos.

Essa determinação devia ser tanto mais funesta quanto a situação da França e da Europa não permitiam, a João de Brienne, cumprir as promessas feitas e organizar um exército para a terra santa.

A Alemanha continuava sempre perturbada pelas pretensões de Oto e de Filipe da Suábia; o rei João estava excomungado e o reino da Inglaterra, interdito. Filipe Augusto procurava tirar partido das perturbações que surgiam de todos os lados em redor dêle, quer para estender o seu poder e sua influência na Alemanha, quer para enfraquecer o poder dos inglêses, senhores de várias províncias do seu reino. João de Brienne chegou a Tolemaida com o cortejo de um rei; mas levava apenas trezentos cavaleiros para defender seu reino e como recurso pecuniário, tinha sòmente 80.000 libras, das quais a metade, dada pelo Rei da França, e a outra metade, dada pelos romanos, a pedido do papa. Seus novos súditos, sempre animados pela esperança, receberam-no como um libertador. Seu casamento foi celebrado

com grande pompa, na presença dos barões, dos príncipes e dos bispos da Palestina. Como a trégua ia expirar, os turcos tomaram as armas e vieram perturbar as festas da coroação. Malek-Adhel entrou na Palestina à frente de um exército: os infiéis sitiaram Trípoli e ameaçaram Tolemaida.

O novo rei à frente de um pequeno número de fiéis, mostrou seu valor no campo de batalha; mas não pôde libertar as províncias cristãs da presença de um inimigo formidável. Os guerreiros da Palestina, comparando seu pequeno número com a multidão dos inimigos, deixaram-se levar pelo desânimo; os que há pouco não queriam a paz com os infiéis, não sentiam nem fôrça nem coragem de enfrentar seus ataques. A maior parte dos cavaleiros franceses que tinha acompanhado o novo rei, abandonou um reino que tinha vindo socorrer e voltou para a Europa. João de Brienne só tinha a cidade de Tolemaida e nenhum exército para defendê-la; percebeu então que tinha empreendido uma tarefa difícil e perigosa, e que não poderia resistir por muito tempo às fôrças reunidas dos turcos. Embaixadores foram mandados a Roma para comunicar ao papa os perigos dos Estados cristãos na Ásia, e para implorar de novo o auxílio dos príncipes da Europa e principalmente dos cavaleiros franceses.

Êsses novos gritos de alarme quase não foram ouvidos pelos povos do Ocidente. As perturbações que agitavam a Europa à partida de João de Brienne

para a Palestina, não se haviam acalmado, e não permitiam à França, principalmente, socorrer as colônias cristãs do Oriente. O Languedoc e a maior parte das províncias meridionais do reino estavam então desoladas pelas guerras religiosas que ocupavam a bravura dos barões e dos cavaleiros.

Um espírito de raciocínio e de indocilidade que se havia erguido no meio dos fiéis e que já S. Bernardo tinha recriminado ao seu século, fazia todos os dias novos e funestos progressos. Os mais santos dos doutôres tinham várias vêzes manifestado seu pesar pelo aviltamento da palavra divina, de que cada qual se tinha feito juiz e árbitro e que era tratada, diz Estêvão de Tournay, nas suas cartas ao papa, com mui pouco respeito; como *as coisas santas dadas aos cães e as pérolas pisadas pelos porcos*. Êsse espírito de independência e de orgulho, unido ao amor do paradoxo e da novidade, à decadência dos bons estudos, ao relaxamento da disciplina eclesiástica, tinha gerado as heresias, que despedaçavam então as entranhas da Igreja.

A mais perigosa de tôdas as seitas novas era a dos albigenses, que tiravam seu nome da cidade de Albi, na qual êles haviam feito suas primeiras reuniões. Êsses novos hereges, não podendo compreender a existência do mal, sob um Deus justo e bom, adotaram dois princípios, como os maniques. Segundo a sua crença, Deus tinha no comêço criado Lúcifer e os anjos; Lúcifer, tendo-se revoltado contra Deus,

foi banido do céu e produziu o mundo visível no qual êle reinava. Deus, para restabelecer a ordem, criou um segundo filho, Jesus Cristo, que devia ser o gênio do bem, como Lúcifer era o gênio do mal.

Vários escritores contemporâneos nos apresentam os albigenses, sob as aparências mais odiosas e no-los descrevem, entregues a tôda espécie de escândalo. Essa opinião não poderia ser adotada em todo o seu rigor pela história imparcial. Devemos aqui dizer, para honra da espécie humana, que jamais uma seita religiosa ousou apresentar-se ao mundo, dando o exemplo de maus costumes; e que, em nenhum século, entre povo algum, uma falsa doutrina jamais conseguiu seduzir e arrastar tão grande número de homens, sem ser recomendada, pelo menos, pelas aparências da virtude.

Os mais sensatos dos cristãos desejavam então uma reforma no clero. "Mas havia, diz Bossuet, espíritos soberbos, cheios de acrimônia, que, impressionados pelas desordens que reinavam na Igreja e principalmente entre seus ministros, não julgavam que as promessas de sua eterna duração poderiam subsistir com tais abusos. Êstes, tornando-se soberbos e, por isso mesmo, fracos, sucumbiram à tentação que leva a odiar a cátedra pelo ódio aos que nela se assentam: e, como se a malícia do homem pudesse aniquilar a obra de Deus, a aversão que êles tinham concebido pelos doutôres os fazia odiar, tanto a dou-

trina que êles ensinavam como a autoridade que êles tinham recebido de Deus."

Essa disposição dos espíritos deu aos apóstolos do êrro o mais deplorável ascendente e multiplicou o número de seus discípulos. Viam-se, nas fileiras dos novos sectários, os *valdezes,* ou *pobres de Lião,* que se entregavam a uma pobreza ociosa e desprezavam o clero, que acusavam de viver no luxo e na ociosidade; os *apostólicos,* que se vangloriavam de ser o único corpo místico de Jesus Cristo; os *popelicanos,* que detestavam a eucaristia, o matrimônio e os outros sacramentos; os *aymeritas,* cujos chefes anunciavam ao mundo o estabelecimento futuro de um culto puramente espiritual, e negavam a existência do inferno e do paraíso, persuadidos de que o pecado encontrava em si mesmo o castigo e a virtude, sua recompensa.

Como a maior parte dêstes hereges mostrava um grande desprêzo pela autoridade da Igreja, que era então a primeira de tôdas as autoridades, todos os que queriam sacudir o jugo das leis divinas, aquêles mesmos aos quais suas paixões tornavam insuportável o freio das leis humanas, vieram por fim juntar-se sob as bandeiras dos inovadores e foram recebidos por uma seita ávida de aumentar e de crescer, de se fortificar, sempre disposta a considerar seus partidários e seus defensores, os homens que a sociedade rejeitava de seu seio, que temiam a justiça e não podiam suportar a ordem estabelecida. Assim, os

pretensos reformadores do século treze, demonstrando costumes austeros, proclamando o triunfo da verdade e da virtude, admitiam em seu meio a corrupção e a licença, destruíam tôda espécie de regra e de autoridade, abandonavam tudo ao capricho das paixões, não deixavam liame algum à sociedade, nenhuma fôrça à moral, nenhum freio à multidão.

1210. As novas heresias tinham sido condenadas em vários concílios; mas, como se empregaram por vêzes a violência para se fazerem executar as decisões da Igreja, a perseguição só causou maior irritação nos espíritos em vez de trazê-los à verdade. Missionários, legados papais, foram mandados ao Languedoc, para converter os extraviados; sua pregação ficou sem fruto e a voz da mentira prevaleceu sôbre a palavra de Deus. Os pregadores da fé, aos quais os heréticos censuravam a ignorância, o luxo, a devassidão e a moleza dos costumes, não tiveram bastante resignação nem humildade, para suportar semelhantes ultrajes e oferecê-los a Jesus Cristo de quem eram apóstolos. Por causa das zombarias dos sectários, nada obtendo nos trabalhos de sua missão, a não ser humilhações e desprêzo, êles se acostumaram a ver inimigos pessoais naqueles mesmos que estavam encarregados de converter; um espírito de vingança e de orgulho, que não vinha do céu, fê-los crer que deviam reconduzir pela fôrça das armas os que haviam desprezado seu poder e resistido à sua

eloqüência. O soberano pontífice, que sem cessar se ocupava com as guerras de além-mar, hesitava em mandar pregar uma nova Cruzada contra os albigenses; mas foi a isso impelido pelo parecer do clero, talvez também pelo do seu século e prometeu por fim, a todos os cristãos que tomassem as armas contra os albigenses, os privilégios reservados aos cruzados, contra os muçulmanos.

Simão de Montfort, o Duque da Borgonha, o Duque de Nevers, obedeceram às ordens da Santa-Sé. O ódio que inspirava a nova seita, e principalmente a facilidade de se conquistarem as indulgências do soberano pontífice, sem deixar a Europa, fizeram reunir-se um grande número de guerreiros sob as bandeiras dessa Cruzada, na qual nasceu a Inquisição, que foi ao mesmo tempo funesta à humanidade, à religião e à pátria. De todos os lados ergueram-se fogueiras; cidades foram tomadas de assalto, seus habitantes passados a fio de espada. As violências e as crueldades que acompanharam essa guerra infeliz, foram narradas por aquêles mesmos que nela tomaram parte mais ativa; suas narrações em que dificilmente se poderia acreditar, se assemelham por vêzes à linguagem da mentira e do exagêro. Nos tempos de loucura e de furor, quando as paixões violentas vêm desgarrar a opinião e a consciência dos povos, não é raro encontrarem-se homens que exageram os excessos aos quais se entregaram e se vangloriam do mal que não fizeram.

De resto, a guerra desastrosa dos albigenses não entra no plano desta história; e, se aqui dela estamos falando, é apenas para dar a conhecer o estado e a situação da França nessa época e os obstáculos que se opunham então aos empreendimentos de além-mar. No meio de todos êsses obstáculos que se repetiam contìnuamente, Inocêncio III afligia-se por não poder mandar auxílio aos cristãos da Palestina. Sua aflição foi tanto mais viva, quanto ao mesmo tempo se combatiam os albigenses e o Conde de Tolosa, os sarracenos tornavam-se mais terríveis na Espanha. O Rei de Castela ameaçado por um exército inumerável, acabava de chamar em seu auxílio todos os franceses em condições de pegar em armas. O mesmo papa tinha escrito a todos os bispos da França recomendando-lhes que exortassem os fiéis de suas dioceses a se inscreverem no exército para tomar parte numa batalha que devia se travar entre os espanhóis e os mouros, na oitava de Pentecostes. Inocêncio prometia aos guerreiros que partissem para a Espanha as indulgências das guerras santas. Fêz-se em Roma uma solene procissão para pedir a Deus a destruição dos mouros e dos sarracenos. Os arcebispos de Narbona e de Bordéus, o Bispo de Nantes, um grande número de senhores franceses, atravessaram os Pireneus seguidos por dois mil cavaleiros, com seus escudeiros e seus auxiliares de armas. O exército cristão encontrou os mouros nas planícies de Las Navas de Tolosa e deu-lhes

combate no qual mais de duzentos mil infiéis perderam a vida ou a liberdade. Os vencedores, carregados de despojos rodeados de mortos, cantaram o *Te Deum* no campo de batalha. O estandarte do chefe dos almoades foi mandado a Roma como um troféu da vitória, concedida ante as orações da Igreja cristã.

Sabendo da batalha de Tolosa, o soberano pontífice, no meio de todo o povo romano agradeceu a Deus por ter dispersado os inimigos do seu povo e fêz orações para que o céu, na sua misericórdia, libertasse por fim os cristãos da Síria, como acabava de libertar os cristãos da Espanha. Renovou suas exortações aos fiéis para a defesa do reino de Jesus Cristo. Mas, no meio das perturbações e das guerras civis que, êle tinha iniciado, não conseguiu fazer ouvir as queixas de Jerusalém e derramou lágrimas de desespêro pela indiferença dos povos do Ocidente.

Viu-se então, o que jamais se havia visto naqueles tempos tão fecundos em prodígios e em acontecimentos extraordinários. Cinqüenta mil jovens, na França e na Alemanha, enfrentando a autoridade paterna reuniram-se e percorreram as cidades e os campos cantando estas palavras: — *Senhor Jesus, entregai-nos vossa santa cruz!* Quando lhes perguntavam para onde iam e o que queriam fazer respondiam: — *Vamos a Jerusalém para libertar o sepulcro do Salvador.* Alguns eclesiásticos obcecados por um falso zêlo, tinham pregado essa Cruzada sin-

gular. A maior parte dos fiéis viam nisso apenas uma inspiração do céu e pensavam que Jesus Cristo, para fazer brilhar ainda mais seu divino poder, para confundir o orgulho dos mais ilustres generais, dos poderosos e dos sábios da terra, tinha entregue a sua causa nas mãos da juventude tímida e simples.

Mulheres de má vida e alguns homens perversos, uniram-se à multidão dêsses novos soldados da cruz, para os seduzir. Uma grande parte dessa jovem milícia atravessou os Alpes para embarcar nos portos da Itália. Os que vinham das províncias da França dirigiram-se a Marselha. Ante a palavra de uma milagrosa revelação haviam-lhes feito crer que, naquele ano, a sêca seria tão grande que o sol secaria as águas do mar e um caminho fácil conduziria os peregrinos, através do leito do Mediterrâneo até às costas da Síria. Vários dêstes jovens cruzados perderam-se nas florestas, morreram de calor, de fome, de sêde e de cansaço; outros voltaram para suas casas, envergonhados de sua imprudência, dizendo que êles — *não sabiam porque tinham partido*. Entre os que embarcaram, alguns naufragaram ou foram entregues aos muçulmanos que iam combater. Vários, dizem as velhas crônicas, receberam a palma do martírio e deram aos infiéis o espetáculo edificante da firmeza e da coragem que a religião cristã pode inspirar à idade mais jovem, como à idade madura.

Destas crianças as que conseguiram chegar até Tolemaida lá levaram o espanto e a admiração e

fizeram os cristãos do Oriente crer, que a Europa não tinha mais, nem governos, nem leis, nem homens sensatos, nos conselhos dos príncipes, nem nos da Igreja. Nada caracteriza melhor o espírito dêsse tempo do que a indiferença com a qual viram-se tais desordens. Nenhuma autoridade pensou em admoestá-los ou detê-los; quando vieram dizer ao papa que a morte tinha ceifado a flor da juventude da França e da Alemanha, êle se contentou de dizer: *Essas crianças nos fazem uma recriminação, insinuando que nós dormimos, enquanto êles correm em socorro da Terra Santa.*

O soberano pontífice para realizar seus desígnios e inflamar o entusiasmo dos fiéis, tinha necessidade de ferir vivamente a imaginação dos povos e de oferecer um grande espetáculo ao mundo cristão. Inocêncio resolveu reunir em Roma um concílio geral, para deliberar sôbre o estado da Igreja e sôbre a sorte dos cristãos no Oriente. "A necessidade de socorrer a Terra Santa, dizia êle nas cartas de convocação, a esperança de vencer os sarracenos, é maior do que nunca. Renovamos nossos clamores e nossas orações para vos excitar a essa nobre emprêsa. Sem dúvida, acrescentava Inocêncio, Deus não tem necessidade de vossas armas para libertar Jerusalém, mas Êle vos oferece uma ocasião de fazer penitência e de mostrardes vosso amor por Êle. Ó meus irmãos! Quantas vantagens a igreja cristã não soube tirar dos flagelos que a afligiram e que a afligem ainda.

Ó meus irmãos! Quantos crimes expiados com o arrependimento! Quantas virtudes reanimam-se ao fogo da caridade! Quantas conversões entre os pecadores, à voz lamuriosa de Jerusalém! Bendizei então a engenhosa misericórdia, o generoso artifício de Jesus Cristo, que procura tocar vossos corações, conquistar vossa piedade e quer dar a seus discípulos, esparsos, uma vitória, que Êle tem em sua mão onipotente.

O papa compara depois Jesus Cristo expulso de seu território, com um dos reis da terra, exilado de seus Estados: "Quais os vassalos, diz ainda êle, que não hão de arriscar sua fortuna e sua vida para restituir ao seu soberano, seu trono e seu reino? Os súditos e servidores do monarca que nada fizerem pela sua causa, não devem ser incluídos entre os rebeldes e sofrer o castigo reservado à revolta e à traição? Assim Jesus Cristo tratará os que ficarem indiferentes aos ultrajes que êle recebe e não tomarem as armas para combater seus inimigos."

Para animar a esperança e a coragem dos cristãos, o Santo Padre terminava sua exortação aos fiéis, dizendo: "*O poder* de Maomé chega ao seu têrmo; pois, êsse poder, outra coisa não é que a bêsta do Apocalípse, que não deve passar o número de seiscentos e setenta anos e já seis séculos se passaram." Estas últimas palavras do papa estavam baseadas nas predições populares que se espalhavam

pelo Ocidente e faziam crer na próxima destruição dos muçulmanos.

Como havíamos visto, nas outras Cruzadas, o soberano pontífice prometia a todos os que tomassem as armas contra os infiéis, a remissão dos pecados e a proteção especial da Igreja. Numa ocasião tão importante, o chefe dos cristãos abria os tesouros da misericórdia divina a todos os fiéis, em proporção ao seu zêlo e liberalidade. Todos os prelados e os eclesiásticos, os habitantes das cidades e dos campos, eram convidados a fornecer um certo número de guerreiros e a mantê-los durante três anos, segundo suas posses. O papa exortava aos príncipes e aos senhores que não tomavam a cruz, a secundar o zêlo dos cruzados com todos os meios possíveis; o chefe da Igreja pedia a todos os fiéis suas orações, aos ricos, esmola e tributos, aos cavaleiros, o exemplo da coragem, às cidades marítimas, navios. Êle propunha-se fazer também os maiores sacrifícios. Procissões deviam ser feitas todos os meses em tôdas as paróquias, a fim de obter as bênçãos do céu; todos os esforços, todos os votos, todos os pensamentos dos cristãos, deviam se coordenar para a guerra santa. Para que nada pudesse afastar os fiéis da expedição contra os turcos, a Santa-Sé, revogava as indulgências concedidas aos que abandonavam seus lares, para ir combater contra os albigenses no Languedoc, e os mouros, além dos Pireneus.

Vemos que o soberano pontífice tudo fazia para garantir o feliz resultado da santa emprêsa. Um historiador moderno nota com razão, que êle empregou todos os meios, — *mesmo os que não deviam dar bom resultado* — pois êle escreveu a Malek-Adhel, sultão de Damasco e do Cairo, para lhe dar ciência de seus projetos. "O profeta Daniel nos diz, acrescentava o papa ao príncipe muçulmano, que há no céu um Deus, que revela todos os mistérios, muda os tempos, transporta os reinos e que o Altíssimo dá o império a quem quer. Êle permitiu que Jerusalém fôsse entregue ao vosso irmão Saladino, muito menos por causa do seu valor, do que para castigo dos pecados do povo cristão. Agora, reconduzidos a Deus, nós esperamos que Êle tenha piedade de nós; pois, segundo o profeta, a misericórdia segue sempre à cólera divina. Por isso, querendo imitá-lo, êle que disse no seu evangelho: *Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração,* nós vos rogamos humildemente à vossa grandeza que impeçais, de ora em diante, que a posse da Terra Santa ocasione derramamento de sangue humano; segui nosso salutar conselho; entregai essa terra pela conservação da qual teríeis mais trabalho que proveito. Depois dessa restituição, nós devolveremos uns aos outros nossos prisioneiros e esqueceremos nossas injúrias, recíprocas".

Não era a primeira vez que o chefe da Igreja se dirigia, com rogos e advertências aos muçulmanos.

Dois anos antes êle tinha escrito ao Príncipe de Alepo, filho de Saladino, Malek-Daher-Gaist-Eddin-Gazi, na esperança de que o reconduziria à verdade evangélica e que faria dêle um fiel auxiliar dos cristãos. Tôdas estas tentativas, que de nada serviram, provam assaz, que o papa não conhecia o espírito e o caráter dos muçulmanos. O soberano pontífice não foi mais feliz, quando, em suas cartas, aconselhava o patriarca de Jerusalém a fazer todos os esforços para deter o progresso da licença e da corrupção entre os cristãos da Palestina. Os cristãos da Síria não mudaram seus costumes e tôdas as paixões continuaram a reinar no meio dêles. Os muçulmanos fortificaram Jerusalém o que se lhes pedia, e só pensaram em tomar as armas para resistir aos inimigos do islamismo.

Nada igualava o ardor e a atividade do soberano pontífice. A história pode mal segui-lo procurando por tôda a parte inimigos dos muçulmanos e dirigindo-se ora ao patriarca de Alexandria, ora ao de Antioquia, a todos os príncipes da Armênia e da Síria. Suas vistas abrangiam ao mesmo tempo o Oriente e o Ocidente. Suas cartas, seus embaixadores, iam sem cessar movimentar a Europa e a Ásia. Inocêncio mandou a convocação para o concílio e a bula da Cruzada a tôdas as províncias da cristandade e suas exortações apostólicas ressoaram desde as margens do Danúbio e do Vístula, até os rios Tejo e Tâmisa.

1214. Foram escolhidos comissários, para dar a conhecer a todos os cristãos, as decisões da Santa Sé; êles tinham a missão de pregar a guerra santa e a reforma dos costumes, de invocar ao mesmo tempo as luzes dos doutôres e a coragem dos guerreiros. Em várias províncias, a missão de pregar a Cruzada foi confiada a bispos; o Cardeal Pedro Roberto de Courçon, que se encontrava então na França como legado do papa, recebeu grandes poderes da Santa-Sé, e percorreu o reino exortando os cristãos a tomar a cruz e as armas.

O Cardeal de Courçon, inglês de origem, tinha estudado na Universidade de Paris e se havia ligado desde aquela época com Lotário, que depois foi papa sob o nome de Inocêncio III. Na sua mocidade foi discípulo de Foulques de Neuilly, e havia granjeado grande fama, por sua eloqüência. Por tôda a parte a multidão acorria para ouvir um orador célebre, na arte da palavra, revestido de esplendor do poder romano. "O Legado do papa, diz Fleury, tinha o poder de organizar tudo o que se referia aos torneios e o que parecerá singular, a faculdade de conceder uma certa indulgência aos que assistissem aos sermões, nos quais êle pregava a Cruzada." Fiel ao espírito da religião de Jesus Cristo, o Cardeal de Courçon, deu a cruz a todos os cristãos que a pediram, sem pensar que as mulheres, as crianças, os velhos, os surdos, os cegos, os aleijados, não podiam fazer guerra aos muçulmanos e que não se faz um exército

como o Evangelho compõe o banquete do pai de família. Também essa liberdade de entrar na santa milícia, concedida sem distinção e escolha, escandalizou os cavaleiros e os barões e esfriou o zêlo dos guerreiros.

Entre os oradores que o papa tinha associado ao Cardeal de Courçon, notava-se Tiago de Vitri, que a igreja já havia colocado no rol dos seus mais célebres doutôres. Enquanto êle pregava a Cruzada em várias províncias da França, a fama de seus talentos e de suas virtudes havia chegado até o Oriente. Os cônegos de Tolemaida, tinham-no pedido ao papa para seu pastor e bispo. As aspirações dos cristãos da Palestina não se tardaram a cumprir; Tiago de Vitri, depois de ter animado os guerreiros do Ocidente a tomar as armas, foi em seguida testemunha de suas fadigas e as narrou numa história que chegou até nós.

As pregações da guerra santa despertaram a caridade dos fiéis. Filipe Augusto deu a quadragésima parte de suas rendas patrimoniais para as despesas da Cruzada; um grande número de senhores e de prelados seguiu o exemplo do Rei da França. Como haviam sido colocados vários cofres nas igrejas, para receberem as esmolas dos fiéis, tais donativos puseram somas consideráveis nas mãos do Cardeal de Courçon, que foi acusado de ter desviado as esmolas oferecidas a Jesus Cristo. Estas acusações foram tanto mais bem recebidas quanto o legado do papa

exercia em nome da Santa Sé uma autoridade que desagradava ao monarca e ao povo do reino. O cardeal, sem a aprovação do rei, cobrava tributos, alistava guerreiros, abolia dívidas, dava castigos e prêmios, usurpava, numa palavra, tôdas as prerrogativas de um soberano. O exército de tão grande poder levava a perturbação às províncias. Para prevenir a tais desordens, Filipe Augusto julgou dever fazer um decreto que determinava, até o concílio ecumênico, sôbre a sorte pessoal dos cruzados e sôbre as isenções e privilégios de que êles deviam gozar.

Enquanto o cardeal de Courçon continuava a pregar a Cruzada nas várias províncias da França, o Arcebispo de Cantuária exortava também os povos da Inglaterra a tomar as armas contra os infiéis. Há muito tempo o reino da Inglaterra era perturbado pela oposição violenta das comunas, dos barões e mesmo do clero, que se tinha aproveitado das excomunhões lançadas pelo papa contra o Rei João, para obter a confirmação de suas liberdades. O monarca inglês, subscrevendo as condições que lhe tinham sido feitas, tinha cedido à necessidade e à fôrça, muito mais do que à sua própria inclinação; êle quis voltar ao que tinha prometido e para pôr sua coroa sob a proteção da igreja, tomou a cruz e fêz juramento de ir combater contra os turcos. O soberano pontífice acreditou na submissão e nas promessas do Rei da Inglaterra. Depois de ter pregado uma Cruzada contra êsse príncipe, que êle acusava de inimigo da igreja, em-

pregou, para defendê-lo, tôda a autoridade da Santa Sé e todos os castigos da religião.

O Rei João, tomando a cruz, não tinha outra intenção que enganar o papa e obter a proteção da igreja; o sinal dos cruzados não era para êle mais que um meio de conservar o poder; política falsa e mentirosa que não aumentou em nada a sua autoridade e contribuiu sem dúvida para enfraquecer no espírito dos povos o entusiasmo pela guerra santa. Os barões da Inglaterra, excomungados por sua vez pela Santa Sé, ocuparam-se em defender suas liberdades e não escutaram mais os santos oradores que os chamavam a combater na Ásia.

O império da Alemanha não era menos perturbado que o reino da Inglaterra. Oto da Saxônia, depois de ter sido, durante dez anos, objeto de tôda a predileção da Santa Sé, atraiu, de repente, a ira implacável de Inocêncio, por ter lançado vistas ambiciosas sôbre os domínios da igreja e sôbre os reinos de Nápoles e da Sicília. Não sòmente foi excomungado, mas as cidades mesmas que lhe permaneceram fiéis, foram atingidas pela excomunhão e pelo interdito. O soberano pontífice opôs Frederico II, filho de Henrique IV, a Oto, como tinha oposto Oto a Filipe da Suábia. A Alemanha e a Itália debatiam-se em agitação e desordens. Frederico, que foi então coroado Rei dos romanos, em Aix-la-Chapelle, tomou a cruz, levado por um sentimento de gratidão

e na esperança de conservar o apoio da Santa Sé, para chegar ao trono imperial.

No entretanto, Oto tudo fêz para conservar o império e para resistir aos empreendimentos e às perseguições da côrte de Roma. Fêz guerra ao papa e aliou-se a todos os inimigos de Filipe Augusto, que se havia declarado por Frederico. Uma liga formidável, na qual haviam entrado o Rei da Inglaterra, os condes de Flandres, da Holanda, de Bolonha, ameaçava a França de uma invasão. A capital e as províncias do reino já estavam divididas entre os chefes da liga, quando Filipe conseguiu a vitória de Bouvines. Essa memorável vitória salvou a independência e a honra da monarquia francesa, e restituiu a paz à Europa. Oto, vencido, perdeu os aliados e morreu sob os castigos da igreja.

Era chegado o momento em que o Concílio, convocado pelo papa, devia se reunir. De tôdas as partes da Europa, os eclesiásticos, os senhores, os príncipes e seus embaixadores, dirigiram-se à capital do mundo cristão. Viu-se então chegar a Roma um grande número de embaixadores de Antioquia e de Alexandria, os patriarcas de Constantinopla e de Jerusalém, que vinham implorar o socorro dos povos da cristandade. Os embaixadores de Frederico, de Filipe Augusto, dos reis da Inglaterra e da Hungria, vinham, em nome de seus soberanos, tomar parte no concílio. Essa assembléia, que representava a igreja universal e na qual se contavam perto de quinhentos

bispos e arcebispos, mais de cem abades e prelados, vindos de tôdas as províncias do Oriente e do Ocidente, reuniu-se na Igreja de Latrão, e foi presidida pelo soberano pontífice. Inocêncio fêz a abertura do concílio com um sermão, no qual deplorou os erros do século em que vivia e as desgraças da Igreja. Depois de ter exortado o clero e os fiéis a santificarem, pelos seus costumes, as medidas que se iriam tomar contra os hereges e os turcos, êle apresentou Jerusalém coberta dè luto, mostrando os ferros do seu cativeiro e fazendo falar todos os profetas, para comover o coração dos cristãos.

"Ó vós que passais pela estrada, dizia Jerusalém, por bôca do pontífice, olhai e vêde se jamais houve dor semelhante à minha! Correi, então, vós todos que me amais, para me libertar do excesso de minhas misérias! Eu, que era a rainha de tôdas as nações, sou agora escrava de tributos; eu, que estava repleta de povo, agora fiquei deserta e sòzinha. Os caminhos de Sião estão revestidos de luto, porque ninguém vem às minhas festas. Meus inimigos esmagaram-me a cabeça; todos os santos lugares foram profanados; o Santo Sepulcro, há pouco resplandecente e respeitado, está agora coberto de opróbrios; adora-se o filho da perdição e do inferno, ali, onde os fiéis adoravam o Filho de Deus. Os filhos dos estrangeiros me cumulam de ultrajes e mostrando a cruz de Jesus, dizem-me: *Puseste tôda*

a tua confiança numa vil madeira; nós veremos se essa madeira há de te salvar no dia do perigo."

Inocêncio, depois de ter assim feito Jerusalém falar, rogava aos fiéis que tivessem piedade de seus males e se armassem para sua libertação. Terminava sua exortação com estas palavras, onde se lhe retratavam a dor e o ardente zêlo: "Meus caros irmãos, eu me entrego todo inteiro a vós; se julgardes conveniente, eu prometo ir em pessoa até o palácio dos reis, dos príncipes e ao mesmo povo; vereis se, pela fôrça de minha voz e de meus rogos, poderei excitá-los a combater pelo Senhor; a vingar a injúria do Crucificado, que nossos pecados baniram daquela terra regada com sangue e santificada pelo mistério de nossa Redenção."

As palavras do pontífice foram ouvidas em religioso silêncio, mas, como Inocêncio falava de vários argumentos ao mesmo tempo, e suas palavras estavam cheias de alegorias, êle não inflamou o entusiasmo da assembléia. Os padres do Concílio não pareciam menos impressionados pelos abusos que se haviam introduzido na igreja, do que pelos reveses dos cristãos no Oriente; mas a assembléia, a princípio, ocupou-se com os meios de reformar a disciplina eclesiástica e de deter o progresso da heresia.

Numa declaração de fé, o Concílio expôs a doutrina dos cristãos e lembrou-lhes o símbolo de fé evangélica. Opôs a verdade ao êrro, a persuasão à violência, as virtudes do Evangelho às paixões dos

sectários e dos inovadores. Feliz então a igreja cristã, se o papa tivesse seguido o exemplo da moderação e se, defendendo os direitos da religião, não tivesse desprezado os direitos dos soberanos! Por uma decisão apostólica, proclamada no Concílio, Inocêncio depôs o Conde de Tolosa, que era considerado como protetor da heresia e deu seus Estados a Simão de Monforte, que tinha combatido os albigenses.

Inocêncio não podia perdoar ao Conde de Tolosa o ter excitado uma guerra que tinha perturbado a cristandade e suspendido a execução de seus projetos para a Cruzada de além-mar. A política violenta do soberano pontífice tinha por fim atemorizar os hereges e animar a todos os cristãos a tomar as armas pela causa de Jesus Cristo e pela do seu Vigário na terra.

Depois de ter condenado os erros modernos e pronunciado os anátemas da igreja, contra todos os que se afastavam da fé, o soberano pontífice e os padres do Concílio ocuparam-se da situação dos cristãos do Oriente e dos meios de socorrer prontamente a Terra Santa. Tôdas as disposições expressas na bula de convocação, foram confirmadas. Determinou-se que os eclesiásticos pagariam, para as despesas da Cruzada, a vigésima parte de seus rendimentos; o papa e os cardeais, a décima e que haveria uma trégua de quatro anos entre todos os príncipes cristãos. O Concílio lançou suas penas de excomunhão contra os piratas que perturbavam a marcha dos peregrinos

e contra todos os que fornecessem víveres e armas aos infiéis. O soberano pontífice prometeu dirigir os preparativos da guerra e fornecer três mil marcos de prata e armar às suas custas vários navios para o transporte dos cruzados.

As decisões do Concílio e os discursos do papa causaram profunda impressão no espírito dos cristãos. Todos os pregadores da guerra santa foram formalmente convidados a lembrar aos fiéis a penitência, a proibir as danças, os torneios, os jogos e espetáculos públicos, a reformar os costumes, a fazer reviver em todos os corações o amor da religião e da virtude. Êles deviam, a exemplo do soberano pontífice, fazer ressoarem as queixas de Jerusalém nos palácios dos príncipes e solicitar os monarcas e os grandes a tomar a cruz, a fim de que o povo fôsse levado por seu exemplo.

Os decretos sôbre a guerra santa foram promulgados e lidos em tôdas as igrejas do Ocidente. Em várias províncias, principalmente no Norte da Europa, repetiram-se os prodígios, as aparições milagrosas que tinham excitado o entusiasmo dos cristãos na época das primeiras Cruzadas; cruzes luminosas apareceram no céu e fizeram os habitantes de Colônia e das cidades próximas do Reno, crer que Deus favorecia a santa emprêsa e que o poder divino prometia, às armas dos cruzados, a derrota e a ruína dos infiéis.

Os santos oradores duplicaram seu ardor e zêlo para persuadir aos fiéis a tomar parte na guerra santa. Em todos os países a cátedra evangélica ressoava com imprecações contra os muçulmanos; por tôda parte repetiam-se estas palavras de Jesus Cristo: *Eu vim para estabelecer a guerra.* Os prelados, os bispos, todos os pastôres, só tinham eloqüência para chamar os homens às armas e convocar guerreiros cristãos. A voz dos oradores não foi a única que se fêz ouvir. A mesma poesia que acabava de renascer nas províncias meridionais escolheu as santas expedições para argumento de seus cânticos e a musa profana dos trovadôres misturou seus acentos aos da eloqüência sagrada. Os Pedro de Auvergnes, os Ponce de Capdeuil, os Folquet de Romans, deixaram de cantar o amor das mulheres e a cortezia dos cavaleiros, para celebrar em seus versos os sofrimentos de Jesus Cristo e o cativeiro de Jerusalém. "Chegou o tempo, diziam êles, em que veremos quais os homens dignos de servir ao Eterno. Deus chama hoje os valentes e os corajosos. Aquêles serão para sempre seus, que, sabendo sofrer pela sua fé, consagrar-se ao combate pelo seu Deus, se hão de mostrar cheios de franqueza e de generosidade, de lealdade e de bravura; que fiquem aqui os que amam a vida, os que amam o ouro. Deus só quer os bons e os bravos. Êle quer hoje que seus fiéis servidores se salvem por grandes feitos de armas e a glória dos combates lhes abra as portas do céu." Um dos can-

tores da guerra santa celebrava em seus versos o zêlo, a prudência, a coragem do chefe da igreja; e, para fazer os fiéis tomar a cruz, dizia-lhes: *Nós temos um guia seguro e valoroso: o soberano pontífice Inocêncio.*

Esperava-se então ver o papa, o pai dos cristãos, conduzir êle mesmo os cruzados e santificar com sua presença a expedição de além-mar. O papa, no Concílio de Latrão, tinha expresso o desejo de tomar a cruz e de ir em pessoa tomar posse da herança de Jesus Cristo; mas o estado em que se encontrava a Europa, os progressos da heresia, e, sem dúvida, também os conselhos dos bispos e dos cardeais impediram-no de realizar o seu desejo.

Germes de divisões continuavam ainda em vários Estados da Europa e essas discórdias podiam prejudicar o bom êxito da guerra santa; por isso o Papa Inocêncio mandou, por tôda a parte, embaixadores conciliadores e anjos de paz; êle foi em pessoa à Toscana, para apaziguar as discórdias entre os pisanos e os genoveses. Suas exortações tinham reunido os corações; à sua voz, os inimigos mais implacáveis, juravam esquecer suas questões, para ir combater contra os muçulmanos; seus votos mais ardentes iam ser cumpridos, e todo o Ocidente, dócil à sua vontade soberana, estava prestes a se movimentar, para se precipitar sôbre a Ásia, quando êle caiu doente e morreu em Perusa, no mês de julho de 1216,

deixando a seus sucessores o cuidado e a honra de terminar tão grande emprêsa.

Como todos os homens que exercitaram um grande poder no meio de tempestades políticas, Inocêncio, depois de sua morte, foi censurado e louvado, com os exageros do amor e do ódio. Uns diziam que êle tinha sido chamado para Jerusalém celeste e que Deus queria recompensar seu zêlo, pela libertação dos santos lugares. Outros, recorreram a milagrosas aparições e fizeram mesmo os santos falarem, para condenar sua memória; havia-se visto um dragão a persegui-lo, o qual pedia justiça contra êle. Às vêzes êle aparecia rodeado pelas chamas do Purgatório. A Europa viveu continuamente perturbada, durante seu Pontificado: não houve reino sôbre o qual a cólera do Pontífice não tivesse desabado. Tantos excessos, tantas desgraças, tinham acirrado o espírito do povo e assim devia-se sentir prazer imaginando-se que o vigário de Jesus Cristo na terra, ia ser castigado na outra vida. Inocêncio foi, no entretanto, irreprochável em seus costumes. Êle tinha a princípio mostrado muita moderação; amava a verdade e a justiça; mas o estado infeliz em que se encontrava a igreja, os obstáculos de tôda espécie que êle encontrou durante o seu govêrno espiritual, irritaram seu caráter e o levaram a todos os excessos de uma política violenta. Por fim, não guardando mais moderação alguma, chegou mesmo a pronunciar estas terríveis palavras: *Espada, espada, sai da bai-*

nha e aguça-te para matar! Como êle quisera empreender muitas e grandes coisas, deixou grandes dificuldades ao seu sucessor. Tal foi a situação em que sua política colocara a Santa Sé, que seus sucessores foram obrigados a seguir suas máximas e terminar o bem ou o mal que êle tinha começado. De agora em diante, a história das Cruzadas será contìnuamente interrompida pelas questões entre os papas e os príncipes e seguiremos os peregrinos à Terra Santa, sòmente ao eco dos castigos lançados pelos chefes da igreja.

Cênsio Savelli, Cardeal de Santa Luce, foi escolhido pelo Conclave para suceder a Inocêncio e governou a igreja sob o nome de Honório III. No dia seguinte à sua coroação, o novo papa escreveu ao Rei de Jerusalém para anunciar-lhe a sua elevação e reanimar a esperança dos cristãos da Síria. "Que a morte de Inocêncio, dizia êle, não vos tire a coragem; embora eu esteja longe de igualá-lo em méritos, mostrarei o mesmo zêlo para libertar a Terra Santa e farei tudo o que puder para vos ajudar, quando chegar a ocasião." Uma carta do pontífice, dirigida a todos os bispos, exortava-os a continuar a pregação da Cruzada.

Para garantir o resultado da expedição do Oriente, Inocêncio tinha, a princípio, procurado restabelecer a paz na Europa; a necessidade em que se encontravam então os papas de lembrar ao povo a concórdia, era sem dúvida um dos maiores benefícios

das guerras santas. Honório seguiu o exemplo de seu predecessor e quis acalmar tôdas as discórdias, mesmo as que deviam sua origem às pretensões da côrte de Roma. Luís VIII, filho de Filipe Augusto, ante a solicitação da Santa Sé, tinha tomado as armas contra a Inglaterra e não renunciava ao projeto de invadir um reino, para desarmar o temível inimigo do monarca inglês. Êle esperava que a Inglaterra e a França, depois de ter suspendido as hostilidades, reuniriam seus esforços para a libertação dos santos lugares: suas esperanças não foram realizadas. Henrique III, subindo ao trono da Inglaterra depois da morte do Rei João, tomou a cruz para conseguir o favor do soberano pontífice: mas êle não pensou em deixar seu reino. O Rei da França, sempre ocupado com a guerra contra os albigenses, e talvez, também, com secretos desígnios de sua ambição, contentou-se de mostrar um grande respeito pela autoridade da Santa Sé e não tomou parte alguma na Cruzada.

A maior parte dos bispos e dos prelados do reino, aos quais o soberano pontífice tinha recomendado dar o exemplo de dedicação, mostraram nessa ocasião mais afobação e zêlo que os barões e os cavaleiros; um grande número dêles tomou a cruz e se dispôs a partir para o Oriente. Frederico, que devia a coroa imperial à proteção da igreja, renovou em duas assembléias solenes o juramento de fazer guerra aos muçulmanos. O exemplo e as promessas do imperador,

embora se pudesse duvidar de sua sinceridade, moveram os príncipes e os povos da Alemanha, os habitantes das margens do Reno, os da Frísia, da Baviera, da Saxônia, da Noruega, os duques da Áustria, da Morávia, de Brabante, de Limbourgo, os condes de Juliers, da Holanda, de Wit, de Loos, o Arcebispo de Mogúncia, os bispos de Bamberga, de Passau, de Estrasburgo, de Munster, de Otrecht, reuniram-se à porfia sob as bandeiras da cruz e prepararam-se para deixar o Ocidente rumo à Ásia.

Entre os príncipes que juraram atravessar o mar, para combater os muçulmanos, estava André II, Rei da Hungria. Bela, pai do monarca húngaro, tinha feito voto de ir à Terra Santa, e, não tendo podido fazer a santa peregrinação, tinha, no leito de morte, feito seu filho jurar que cumpriria seu juramento. André, depois de ter tomado a cruz, ficou por muito tempo prêso aos seus Estados, pelas perturbações que sua ambição tinha feito nascer e que êle não soube acalmar. Gertrudes, que êle tinha desposado antes da quinta Cruzada, armou contra êle a côrte e a nobreza por seu orgulho e suas intrigas. A princesa imperiosa, fêz aos grandes do reino tão sangrentos ultrajes, inspirou-lhe um ódio tão violento, que se organizaram conjurações contra sua vida e havia assassinos em sua própria côrte. Desordens, desgraças sem número, seguiram êsse atentado e o maior de todos foi sem dúvida a impunidade dos culpados.

Em idênticas circunstâncias, a política obrigava talvez o Rei da Hungria de ficar em seus Estados; mas o espetáculo de tantos crimes impunes atemorizou sem dúvida sua fraqueza e inspirou-lhe o desejo de se afastar de uma côrte cheia de inimigos. Como sua mãe Margarida, a viúva de Bela, êle julgava encontrar, nos lugares santificados pelos sofrimentos de Jesus Cristo, um asilo contra as tristezas que o perseguiam. O monarca húngaro, podia também pensar que a santa peregrinação fá-lo-ia respeitado por seus súditos e que a igreja, sempre armada em favor dos príncipes cruzados, defenderia melhor do que êle mesmo os direitos de sua coroa. Resolveu enfim, cumprir o voto que tinha feito diante de seu pai, moribundo, e começou os preparativos da partida para a Síria.

André reinava então sôbre um vasto reino: a Hungria, a Dalmácia, a Croácia, a Bósnia, a Galícia, e a província de Lodoméria, obedeciam às suas leis e pagavam-lhe tributos. Em tôdas estas províncias há pouco inimigas dos cristãos, pregava-se a Cruzada. Povos errantes pelas florestas ouviram as queixas de Sião e juraram combater os infiéis. Entre os povos da Hungria, que, um século antes, tinham sido o terror dos companheiros de Pedro, o Eremita, uma multidão de guerreiros, apressaram-se em tomar a cruz e prometeram seguir seu monarca à Terra Santa.

Em todos os portos do Báltico, do Oceano e do Mediterrâneo, equipavam-se navios e frotas para o transporte dos cruzados. Ao mesmo tempo uma outra Cruzada era pregada contra os habitantes da Prússia, ainda nas trevas da idolatria. A Polônia, a Saxônia, a Noruega, a Livônia, armavam guerreiros para derrubar pelas margens do Oder e do Vístula, os ídolos do paganismo, enquanto as outras nações do Ocidente preparavam-se para fazer guerra aos muçulmanos, na Judéia e na Síria.

Os povos ainda selvagens da Prússia, separados pela crença e pelas diferenças de usos, dos outros povos da Europa, ofereciam então na cristandade uma imagem viva da antiguidade pagã e da superstição das velhas nações do Norte. Seu caráter e seus costumes merecem tomar a atenção do historiador e a dos leitores, cansados talvez de ter sempre ante seus olhos o quadro das pregações da guerra santa e das expedições longínquas dos cruzados.

Muito se discutiu sôbre a origem dos antigos povos da Prússia; temos para isso apenas conjeturas e sistemas. Os prussianos tinham o aspecto exterior semelhante aos germanos: os olhos azuis, o rosto vivo, as faces rosadas, uma estatura elevada, corpo robusto, cabelos loiros. Essa semelhança com os outros alemães era causada pelo clima e não pela mistura de nações. Os habitantes da Prússia tinham mais relações com os lituanos, cuja língua falavam, e cujas vestes imitavam. Alimentavam-se de caça,

de produtos da pesca, e da carne de seus rebanhos. Não conheciam a agricultura. As éguas e jumentas davam-lhes leite, as ovelhas a lã e as abelhas, o mel; nas relações comerciais faziam pouco caso do dinheiro; preparar linho e couro, quebrar pedras, afiar armas, modelar o âmbar amarelo, era tôda sua indústria. Êles marcavam o tempo com nós em cordões e as horas com as palavras *crepúsculo, luar, aurora, nascer do sol, tarde, primeiro sono, etc.* A aparição das plêiades guiava-os em seus empreendimentos.

Os meses do ano traziam o nome dos produtos da terra e dos objetos que se lhes antolhavam, nas várias estações. Tinham o mês das gralhas, o mês dos pombos, o dos cucos, das bétulas verdes, das tílias, do trigo, da partida dos pássaros, da queda das fôlhas, etc. As guerras, o incêndio de grandes florestas, as tempestades, as inundações, formavam as principais épocas de sua história. O povo morava em cabanas de terra batida: os ricos, em casas construídas de madeira de carvalho; a Prússia não tinha cidades; algumas fortalezas elevavam-se nas suas colinas. Essa nação ainda selvagem tinha príncipes e nobres; aquêle que vencia a seus inimigos, aquêle que era hábil em domar cavalos, chegava à nobreza. Os senhores tinham direito de vida e de morte sôbre seus vassalos. Os prussianos não faziam a guerra para conquistar um país inimigo, mas, para defender seu lar e seus deuses. Tinham como armas a lança

e o dardo, que manejavam com muita habilidade. Os guerreiros nomeavam seu chefe, que era abençoado pelo grão-sacerdote. Antes de partir para o combate, os prussianos escolhiam um de seus prisioneiros de guerra, amarravam-no a uma árvore e o matavam a flechadas. Acreditavam nos presságios; a águia, o pombo branco, o corvo, a grou, a betarda, prometiam a vitória; o veado, o lôbo, o lince, o rato, a vista de um enfêrmo ou então de uma velha, anunciavam um revés. Apresentando a mão êles ofereciam a paz; para jurar em seus tratados, colocavam uma das mãos sôbre o peito e a outra num carvalho sagrado. Vencedores, julgavam os prisioneiros de guerra; o mais distinto dentre êles, imolado aos deuses, expirava na fogueira.

Em seus costumes selvagens, os bárbaros habitantes da Prússia, tinham a fama de respeitar as leis da hospitalidade: os estrangeiros, os náufragos, estavam em segurança entre êles e encontravam um asilo garantido no meio dêsse povo. Intrépidos na guerra simples e dóceis na paz, gratos e vingativos, respeitavam a desgraça, tinham mais virtudes que vícios, e só eram corrompidos pelo excesso de sua superstição.

Os prussianos acreditavam numa outra vida. Chamavam o inferno de *Pekla;* cadeias, espêssas trevas, águas fétidas, eram o suplício dos maus. Nos Campos Elísios, a que chamavam de *Rogus,* lindas mulheres, banquetes, uma bebida esquisita, danças,

leitos macios, belos vestidos, eram a recompensa da virtude.

Num lugar chamado de *Romové,* elevava-se um carvalho verdejante, que tinha visto cem gerações e cujo tronco colossal encerrava três imagens dos deuses principais; a folhagem banhava-se com o sangue das vítimas imoladas todos os dias: era ali que o grão-sacerdote tinha estabelecido sua morada e administrava a justiça. Os sacerdotes sòmente ousavam aproximar-se dêsse lugar sagrado. O culpado, afastava-se, trêmulo. *Perkunas,* deus do trovão e do fogo, era o primeiro entre os deuses dos prussianos; êle tinha o rosto de um homem irado, barba crespa e a cabeça rodeada de chamas. O povo chamava o clarão dos raios de *o caminho e os passos de Perkunas.* Perto do bosque de Romové, nas margens de um lago sulfuroso, um fogo eterno estava aceso em honra do deus do trovão.

Perto de *Perkunas,* estava *Petrimpus,* sob a forma de um adolescente, trazendo uma coroa de espigas: adoravam-no como o deus das águas e dos rios; êle preservava os homens do flagelo da guerra e presidia aos prazeres da paz. Por um estranho contraste, oferecia-se à divindade pacífica, o sangue dos animais e dos escravos degolados aos pés do carvalho; algumas vêzes sacrificavam-lhe crianças. Os sacerdotes tinham-lhe consagrado uma serpente, símbolo da fortuna.

Sob as frondes da árvore sagrada via-se ainda *Pycollos*, deus dos mortos. Tinha a forma de um velho, de cabelos brancos, olhos cinzentos, rosto pálido e a cabeça envolvida num pano mortuário. Seus altares eram montes de ossos; as divindades infernais obedeciam às suas leis; êle inspirava a tristeza e o terror.

Uma quarta divindade, *Curko*, cuja imagem enfeitava-se de ramos do carvalho de Romové, dava aos homens as coisas necessárias à vida. Todos os anos, renovava-se no tempo das sementeiras do outono, a sua imagem, que consistia numa pele de cabra erguida na ponta de uma vara de oito pés e coroada com espigas de trigo. Enquanto a juventude rodeava o ídolo, o sacerdote oferecia sôbre uma pedra, mel, leite e os frutos dos campos. Os prussianos celebravam em honra do mesmo deus várias outras festas na primavera e no verão. Na festa da primavera, que era a 22 de março, dirigiam a Curko estas palavras: "Foste tu que expulsaste o inverno e que nos trouxeste belos dias; por ti, os jardins e os campos reflorescerão e os bosques retomarão sua antiga verdura."

Os habitantes da Prússia tinham uma multidão de outros deuses, que êles invocavam para os rebabanhos, as abelhas, as florestas, as águas, as colheitas, o comércio, a paz das famílias e a felicidade conjugal; uma divindade de cem olhos vigiava na soleira das casas; um deus guardava o galinheiro, um outro o estábulo; o caçador ouvia rumorejar o espírito da

floresta no vértice das árvores; o marinheiro recomendava-se ao deus do mar. *Laimelé* era invocada pela mulher grávida, que *fiava a vida dos homens.* Divindades tutelares detinham os incêndios, faziam correr a seiva da bétula, defendiam os caminhos, vigiavam antes da aurora pelos operários e camponêses. O ar, a terra e as águas, eram povoados por gnomos ou pequenos deuses, espectros, gênios, que se chamavam *Arvans.* Por tôda a parte, acreditava-se que o carvalho era uma árvore querida dos deuses; sua sombra era um asilo contra a violência dos homens e aos golpes da fortuna. Além do carvalho de Romové os prussianos tinham vários outros carvalhos que êles consideravam como santuários de suas divindades. Consagravam-se também as tílias, pinheiros, erables, florestas inteiras. Consagravam-se fontes, lagos, montanhas; adoravam-se as serpentes, as corujas, as cegonhas e outros animais; enfim, nas regiões habitadas pelos prussianos, tôda a natureza estava cheia de divindades, e, até o século XIV da era cristã, podia-se dizer de um povo da Europa, o que Bossuet diz do antigo paganismo: *Tudo ali era Deus, exceto o mesmo Deus.*

Muito tempo antes das Cruzadas, Santo Adalberto tinha deixado a Boêmia, sua pátria, para percorrer as florestas da Prússia e converter os prussianos ao cristianismo. Sua eloqüência, sua moderação, sua caridade não puderam desarmar o furor dos sacerdotes de Perkunas: Adalberto morreu varado de

flechas e recebeu a palma do martírio. Outros missionários tiveram a mesma sorte. Seu sangue ergueu-se contra seus algozes e assassinos e a notícia de sua morte, a narração das crueldades de um povo bárbaro, ia por tôda a parte, solicitando a vingança dos cristãos do Norte. Entre os povos vizinhos, falava-se sem cessar de se tomar as armas contra os idólatras da Prússia. Um abade do mosteiro de Oliva, mais hábil e principalmente mais feliz que seus predecessores, empreendeu a conversão dos pagãos de Oder e do Vístula, e chegou, com o auxílio da Santa Sé, a formar uma Cruzada contra os adoradores dos falsos deuses. Um grande número de cristãos tomou a cruz, à voz de Cristiano, que lhes prometia a vida eterna, se êles sucumbissem no combate; terras e tesouros, se êles triunfassem dos inimigos de Jesus Cristo. Logo cavaleiros de Cristo e cavaleiros da Espada, instituídos para combater os pagãos da Livônia, os cavaleiros teutônicos, que, na Palestina, rivalizavam em poder e em glória com as duas ordens dos templários e dos hospitalários, vieram aumentar os exércitos reunidos para invadir a Prússia e converter seus habitantes. Essa guerra durou perto de dois séculos. Nessa luta sangrenta, se a religião cristã inspirou algumas vêzes as suas virtudes aos combatentes, o mais das vêzes os chefes dessa longa Cruzada foram levados pela vingança, pela ambição e pela avareza. Os cavaleiros da ordem teutônica, que levaram quase sempre seus feitos à bravura e ao

heroísmo, ficaram senhores do país conquistado com suas armas. Êsses monges conquistadores jamais edificaram os vencidos com sua moderação, nem com sua caridade e foram muitas vêzes acusados ao tribunal do chefe da igreja, de ter convertido os prussianos, não para fazer dêles servidores de Cristo, mas para aumentar o número de seus súditos e escravos.

Nós falamos dos povos da Prússia e da guerra suscitada contra êles, apenas para dar a conhecer uma nação, seus usos, quase ignorados pelos sábios modernos e para mostrar quanto a ambição e a sêde de conquistas podiam abusar do espírito dos cruzados; agora apressamo-nos em voltar à expedição que se preparava contra os muçulmanos.

1217. A Alemanha considerava Frederico II como chefe da guerra que se ia travar na Ásia; mas o imperador, assentado num trono por muito tempo abalado pelas guerras civis, temendo os empreendimentos das repúblicas da Itália e talvez os dos papas, seus protetores, julgou dever adiar sua partida para a Palestina.

No entretanto, o zêlo dos cruzados não havia diminuído, e em sua impaciência, êles lançaram os olhos sôbre o Rei da Hungria, para comandá-los na guerra santa. André, acompanhado pelo Duque da Baviera, pelo Duque da Áustria e pelos senhores alemães que tinham tomado a cruz, partiu para o

Oriente à frente de um numeroso exército e dirigiu-se primeiro a Spalatro, onde os navios de Veneza, de Zara, de Ancona e de outras cidades do Adriático, esperavam os cruzados para transportá-los à Palestina.

Em todos os países que atravessou, o Rei da Hungria, foi acompanhado pelas bênçãos do povo. Quando chegou à cidade de Spalatro, os habitantes e o clero vieram em procissão recebê-lo e o levaram à igreja principal onde todos os fiéis reunidos invocaram a misericórdia do céu, para os guerreiros cristãos. Poucos dias depois, a frota dos cruzados saiu do pôrto e navegou para a ilha de Chipre, onde estavam os deputados do rei e do patriarca de Jerusalém, das ordens do templo, de São João e dos cavaleiros teutônicos.

Uma multidão de cruzados que havia embarcado em Brindisi, em Gênova e em Marselha, tinha precedido o Rei da Hungria e seu exército. O Rei de Chipre, Lusignan e a maior parte de seus barões levados pelo exemplo de tantos príncipes ilustres tomaram a cruz e prometeram acompanhá-los à Terra Santa. Logo todos os cruzados partiram juntos do pôrto de Limisso e desembarcaram em triunfo, em Tolemaida.

Um historiador árabe diz que, desde os tempos de Saladino, os cristãos não tinham tido um exército tão numeroso na Síria. Em tôdas as igrejas agradeceu-se ao Senhor pelo poderoso auxílio que mandava

à Terra Santa; mas a alegria dos cristãos da Palestina não tardou em ser perturbada pela dificuldade em encontrar víveres para tão grande número de peregrinos.

Aquêle ano tinha sido estéril nas regiões mais ricas da Síria: os navios que chegavam do Ocidente só tinham trazido à Palestina máquinas de guerra, armas e bagagens. Os bavarenses cometeram as mais graves desordens, saquearam as casas e os mosteiros, devastaram os campos; os chefes não puderam estabelecer a ordem e a paz no exército, senão dando o sinal da guerra contra os turcos; e, para salvar as terras e as casas dos cristãos, propuseram a seus soldados devastar os campos e as cidades dos fiéis.

Todo o exército, comandado pelos reis de *Jerusalém*, de Chipre e da Hungria, foram acampar nas margens do rio Cisen. O patriarca da Cidade Santa, para impressionar a imaginação dos cruzados e lembrar-lhes o objeto de suas emprêsas, dirigiu-se ao acampamento dos cristãos, levando uma parte do lenho da verdadeira cruz que se dizia ter sido salva, na batalha de Tiberíades. Os reis e os príncipes vieram à sua presença descalços e receberam com respeito o sinal da Redenção. Essa cerimônia inflamou o zêlo e o entusiasmo dos cruzados, que só pensaram em combater por Jesus Cristo. O exército atravessou o rio e dirigiu-se para o vale de Israel, entre o Monte Hermon e o monte Gelboé, sem encontrar um inimigo. Os chefes e os soldados ba-

nharam-se nas águas do Jordão e percorreram as margens do lago de Genezaré. O exército cristão, caminhava entoando cânticos: a religião e suas recordações tinham reconduzido a disciplina e a paz para o meio dos soldados. Tudo o que êles viam em redor de si enchia-os de uma piedosa veneração pela Terra Santa. Nessa campanha, que foi uma verdadeira peregrinação, fizeram um grande número de prisioneiros, sem travar combate e voltaram a Tolemaida carregados de despojos.

Na época dessa Cruzada, Malek-Adhel não reinava mais nem na Síria nem no Egito. Depois de ter subido ao trono de Saladino pela injustiça e pela violência, dêle havia descido voluntàriamente. Vencedor de todos os obstáculos e não tendo mais votos a cumprir, êle sentia o vazio das grandezas humanas e deixou as rédeas de um império que ninguém podia disputar-lhe. Malek-Kamel, seu filho mais velho, era sultão do Cairo. Conradino, seu segundo filho, soberano de Damasco. Os outros filhos tinham recebido como herança os principados de Bosra, de Balbec, da Mesopotâmia, etc. Malek-Adhel, livre dos cuidados do império, visitava seus filhos, mantendo entre êles a paz e a tranqüilidade. De seu passado poder só tinha conservado o prestígio de uma grande fama e de uma glória, conquistada com numerosos feitos; mas êsse ascendente subjugava os príncipes, o povo e o exército. Nos momentos de perigo, seus conselhos eram leis; os soldados consi-

deravam-no como chefe, seus filhos, como árbitro soberano, todos os muçulmanos, como seu defensor e seu sustentáculo.

A nova Cruzada tinha lançado o terror ao meio dos infiéis. Malek-Adhel acalmou-lhes as apreensões, dizendo que os cristãos logo se dividiriam e que sua formidável expedição se assemelhava às tempestades que caem sôbre o Líbano e que se dissipam, por si mesmas. Nem os exércitos da Síria nem os do Egito não apareceram na Judéia; os cruzados, reunidos em Tolemaida, admiravam-se de não ver inimigos para combater. Os chefes do exército cristão tinham resolvido levar suas armas às margens do Nilo; mas o inverno, que se iniciava, não permitia empreender uma expedição longínqua. Para ocupar os soldados que a ociosidade levava à licença, determinaram atacar o monte Tabor, onde os muçulmanos se haviam fortificado.

O monte Tabor, tão célebre no antigo Testamento, eleva-se como uma catedral soberba na extremidade oriental da bela e vasta planície de Esdrelon. O flanco do monte é recoberto de flôres, no verão, de vegetação verdejante e de árvores odoríferas. Do alto do Tabor, que forma um planalto de uma milha de extensão, avistam-se o lago de Tiberíades, o mar da Síria e a maior parte dos lugares onde Jesus operou seus milagres.

Uma igreja, que se deve à piedade de Santa Helena, eleva-se no mesmo lugar onde o Salvador

se transfigurou na presença de seus discípulos e por muito tempo atraiu a atenção dos peregrinos. Dois mosteiros construídos no vértice do monte Tabor, lembraram durante vários séculos a memória de Elias e de Moisés, de que tinham o nome. Mas, desde o reinado de Saladino, o estandarte de Maomé esvoaçava no cume dêsse monte santo. A Igreja de Santa Helena, os mosteiros de Elias e de Moisés foram demolidos e sôbre suas ruínas ergueu-se uma fortaleza, de onde os muçulmanos ameaçavam os cristãos.

Não se podia chegar ao Tabor sem enfrentar mil perigos. Nada intimidou, porém, os guerreiros cristãos; o patriarca de Jerusalém que marchava à frente dos cruzados, mostrava-lhes o sinal da Redenção e os animava com seu exemplo e com suas palavras: Enormes pedras rolavam do alto, onde estavam os infiéis. O inimigo fazia chover dardos sôbre os caminhos que levavam ao cimo do monte. O valor dos soldados da cruz desafiava todos os esforços dos turcos. O Rei de Jerusalém distinguiu-se por muitos atos de valor, e matou, êle mesmo, dois emires. Chegando ao alto do monte, os cruzados dispersaram os muçulmanos; perseguiram-nos até à fortaleza. Nada podia resistir às suas armas. Mas, de repente, alguns dos chefes tiveram receio dos ataques do Príncipe de Damasco e o temor de uma surprêsa agiu tanto mais violentamente sôbre seus espíritos, quanto ninguém ainda o tinha previsto. Enquanto os muçulmanos retiravam-se dominados pelo temor e pelo espanto

para trás de suas muralhas e defesas, um terror súbito apoderou-se dos vencedores; os cruzados renunciaram ao ataque à fortaleza e o exército cristão retirou-se sem nada mais empreender, como se tivesse subido ao monte Tabor só para contemplar o lugar consagrado pela Transfiguração do Salvador.

Não se poderia crer nessa fuga precipitada, se não fôsse o testemunho dos historiadores contemporâneos. As antigas crônicas, segundo o costume, explicam pela traição um fato que êles não podem compreender. Parece-nos, no entretanto, mais natural atribuir a retirada dos cruzados ao espírito de discórdia e de imprevidência, que êles levavam a tôdas as suas expedições. Além disso, não há nem nascentes, nem fontes no Tabor e a falta de água impediu talvez os cruzados de empreender o cêrco da fortaleza.

Essa retirada teve as mais funestas conseqüências. Enquanto os chefes se acusavam mùtuamente e se censuravam, pela vergonha por que passara o exército e pela falta que haviam cometido, os cavaleiros e os soldados perdiam a coragem e caíam em profundo abatimento. O Patriarca de Jerusalém recusou-se levar de ali por diante à frente dos cruzados a verdadeira cruz de Jesus Cristo, cuja presença não podia lhes reanimar nem a coragem, nem a piedade. Os príncipes e os reis que dirigiam a Cruzada, querendo reparar a um revés tão vergonhoso, antes de voltar a Tolemaida, levaram o exército contra a Fenícia. Nessa nova campanha, nenhum feito distinguiu suas

armas. Como se estava no inverno, um grande número de soldados, surpreendidos pelo frio, ficou abandonado pelas estradas. Outros, caíram nas mãos dos árabes beduínos. Na véspera do Natal os cruzados, que estavam acampados entre Tiro e Sarefta, foram surpreendidos por uma violenta tempestade: vento, chuva, granizo, turbilhões de água, raios e trovões, mataram-lhes os cavalos, levaram-lhes as tendas, dispersaram-nos, fazendo-os perder também as bagagens. Êsse desastre acabou por tirar-lhes a coragem e fê-los crer que o céu se recusava ajudá-los e lhes negava seu apoio.

Como tinham falta de víveres e todo o exército não podia ficar no mesmo lugar, resolveram dividir-se em quatro corpos diferentes até o fim do inverno. Essa separação, que foi feita no meio de queixas recíprocas, parecia obra da discórdia muito mais que da necessidade. O Rei de Jerusalém, o Duque da Áustria, o grão-mestre de S. João, foram acampar nas planícies de Cesaréia; o Rei da Hungria, o Rei de Chipre, Raimundo, filho do Príncipe de Antioquia, retiraram-se para Trípoli. O grão-mestre do templo, o dos cavaleiros teutônicos, André D'Avesnes, com os cruzados flamengos, foram guarnecer um castelo construído ao pé do monte Carmelo; os outros cruzados retiraram-se para Tolemaida, com o fim de deixar a Ásia e voltar à Europa.

O Rei de Chipre caiu doente e morreu, quando estava para voltar ao seu reino. O Rei da Hungria,

estava desanimado e começava a perder a esperança de um feliz resultado, numa guerra tão desastrada e tão infelizmente começada. Êsse príncipe, depois de uma permanência de três meses na Palestina, julgou ter cumprido o seu voto e resolveu voltar para seu país.

O Ocidente tinha ficado surpreendido, sem dúvida, por ver André abandonar seu reino, estraçalhado por facções, para ir à Síria: não se admiraram menos no Oriente, por vê-los abandonar a Palestina, sem ter feito coisa alguma pela libertação dos santos lugares. O Patriarca de Jerusalém acusou-o de inconstância e fêz de tudo para conservá-lo sob suas bandeiras, isto é, as bandeiras da Cruzada; como André não cedesse aos seus rogos, êle recorreu às ameaças e aos castigos da Igreja. Nada pôde vencer a resolução do Rei da Hungria, que se contentou, para não parecer desertar da causa de Jesus Cristo, em deixar a metade de suas tropas com o Rei de Jerusalém.

Depois de ter deixado a Palestina, André ficou por muito tempo na Armênia, parecendo ter esquecido seus próprios inimigos, como havia esquecido os de Jesus Cristo. Voltou ao Ocidente pela Ásia Menor e viu, passando por Constantinopla, os tristes restos do império latino, que deveriam impressionar sua fraqueza indolente e lembrar-lhe a ruína que ameaçava seu próprio reino. O monarca húngaro, que tinha deixado seu exército na Síria, levava várias relíquias, como a cabeça de S. Pedro, a mão direita

do apóstolo Tomé, um dos sete vasos nos quais Jesus Cristo mudou a água em vinho nas núpcias de Caná. Sua confiança nesses objetos venerados fê-lo descuidar-se dos meios da prudência humana. Se acreditarmos numa crônica contemporânea, quando êle estava de regresso à Hungria, as relíquias que levava da Terra Santa, foram suficientes para acalmar as perturbações do seu território e fazer florescer a paz em tôdas as províncias, bem como as leis e a justiça. A maior parte dos historiadores húngaros usam de outra linguagem e recriminam ao seu monarca o ter dissipado seus tesouros e seus exércitos numa expedição imprudente e infeliz. A volta de André não foi saudada por nenhum movimento de regozijo: obteve-se com dificuldade, de alguns prelados, que fôssem ao seu encontro. A nobreza e o povo aproveitaram de sua longa ausência para impor-lhe leis e para obter liberdades, regalias e privilégios que enfraqueceram o poder real e lançaram no reino da Hungria os germes de uma rápida decadência.

Depois da partida do Rei da Hungria, chegou a Tolemaida um grande número de cruzados que vinham dos portos da Holanda, da França e da Itália. Os cruzados da Frísia, os de Colônia e das margens do Reno, haviam ficado nas costas de Portugal; êles tinham vencido os mouros em várias grandes batalhas; mataram dois príncipes sarracenos e fizeram esvoaçar as bandeiras da cruz sôbre os muros de Alcaçar. Êles narravam os milagres, pelos quais

o céu tinha secundado seu valor e a aparição de anjos, revestidos de armas resplandecentes que tinham combatido nas margens do Tejo com os soldados de Jesus Cristo. A chegada dêsses guerreiros, a narração de suas vitórias, reanimaram a coragem dos cruzados que tinham ficado na Palestina, sob as ordens de Leopoldo, Duque da Áustria; com um tão poderoso refôrço, só se falava agora em recomeçar a guerra contra os muçulmanos.

O projeto de conquistar as margens do Nilo tinha muitas vêzes ocupado os cristãos. Depois que a idéia de uma guerra no Egito tinha sido expressa pelo mesmo Papa, no Concílio de Latrão, considerava-se êsse projeto como uma inspiração do céu; só se pensava nas vantagens de uma rica conquista e os perigos de um empreendimento tão difícil não se apresentava mais ao pensamento dos soldados da cruz. "No mês de maio, depois da Ascensão, diz Olivério Escolástico, uma frota foi preparada e armada e o rei de Jerusalém, o Patriarca, os bispos de Nicósia, de Belém e de Tolemaida, o Duque da Áustria, as três ordens dos cavaleiros e uma grande multidão de cruzados, embarcaram nos navios e dirigiram-se ao *Castelo dos Peregrinos*, construído entre Caifa e Cesaréia. Uma parte da frota, navegando a plenas velas e não tendo podido se deter na costa, chegou a Damietta, depois de três dias. Os chefes, que tinham parado no castelo dos Peregrinos, levaram três dias a mais na travessia; outros, impedidos

pelos ventos contrários, só chegaram às costas do Egito, depois de quatro semanas. O Arcebispo de Reims e o bispo de Limoges, aos quais a idade avançada não permitia seguir seus companheiros, morreram, o primeiro em Tolemaida, o outro, em viagem por mar. Os que chegaram primeiro a Damietta, tomaram como chefe o Conde de Saarbruck, e desembarcaram no Ocidente, à embocadura do Nilo; o Rei de Jerusalém, desembarcou algum tempo depois, sem encontrar resistência alguma. O exército da cruz ergueu suas tendas num campo arenoso que fazia parte da ilha de Mehallé ou de Delta."

Damietta, a antiga *Damiatis*, construída à margem direita do Nilo, a uma milha da embocadura do rio, era uma das cidades mais importantes do Egito. Ela foi, na antiguidade, a rival de Tânis e de Pelusa, e, no tempo das Cruzadas, conservava ainda alguma coisa do seu antigo esplendor. Seu território, regado pelo Nilo, que os peregrinos chamavam de *rio do paraíso*, cobria-se de tôda sorte de cultura. Viam-se de todos os lados, florestas de palmeiras, de laranjeiras e de sicômoros. Ao Oriente, estendia-se o lago de Menzaleh. Damietta, recebia pela embocadura do Nilo as riquezas da Síria, da Ásia Menor e do Arquipélago. Como essa cidade era uma das portas do Egito e tinha sido atacada várias vêzes pelos cristãos, os governadores do Cairo tudo tinham feito para fortificá-la. Era ainda rodeada de fossos profundos e por uma tríplice ordem de mu-

ralhas. No meio do Nilo, elevava-se uma tôrre à qual se prendia uma corrente que fechava a passagem e impedia a aproximação da cidade. Esta tinha uma guarnição composta de vinte mil soldados de elite e a população podia recrutar quarenta mil homens em pé de guerra.

Nas viagens ao Egito, nós vimos a costa e a praia onde os cruzados desembarcaram e a planície onde êles ergueram suas tendas. Êles tinham diante de si as tôrres e as muralhas de Damietta e as florestas de palmeiras e de sicômoros que cobriam a margem oriental do rio; atràs dêles estendia-se um campo árido, limitado ao Norte pelo mar, ao Sul pelo lago Bourlos, ao Oriente pelas colinas de areia. Mal tinham êles organizado seu acampamento quando presenciaram um eclipse da lua: êsse eclipse foi considerado como um sinal seguro da derrota dos infiéis, pois a lua, se acreditarmos nos cronistas do tempo, tinha uma grande influência nos destinos dos muçulmanos. Quando Alexandre desembarcou na Ásia, acrescenta Olivério Escolástico, um fenômeno semelhante lhe havia anunciado as vitórias que êle ia obter contra Dario.

Antes de atacar a cidade, era preciso apoderar-se da tôrre construída no meio do Nilo. O Duque da Áustria, o Conde Adolfo de Mons, os hospitalários e os templários, em navios, com um grande número de teutões e de frisões, aproximaram-se da fortaleza muçulmana e deram vários assaltos, sem

poder conquistá-la. Durante todos êsses ataques, uma chuva de pedras e de dardos era lançada das muralhas da cidade contra os atacantes; o fogo grego, rolava como um rio, sôbre os que procuravam subir às ameias; vários guerreiros, cobertos de armaduras, caíram no Nilo e suas almas, dizem as crônicas, foram reunir-se no céu aos santos e aos mártires. Todos os dias, depois de um combate de várias horas, os navios dos cristãos afastavam-se da tôrre, com os mastros e o cordame despedaçados, a proa arrombada, crivados de dardos por dentro e por fora, meio queimados pelo fogo grego. No entretanto os peregrinos, longe de desanimar, duplicavam seus esforços e voltavam ao ataque sem cessar. Os mais leves dos seus navios subiram o Nilo e foram lançar âncora acima da tôrre construída no meio do rio; romperam a cadeia, que impedia a passagem dos navios, derrubaram a ponte de madeira que unia a tôrre com a cidade. Inventaram meios de ataque e máquinas de que a guerra ainda não tinha conhecimento: um enorme castelo de madeira foi construído sôbre dois navios ligados um ao outro, por barrotes; êsse castelo flutuante, revestido de cobre, tinha galerias destinadas a receber os combatentes e uma ponte levadiça que devia descer sôbre a tôrre dos egípcios. Um sacerdote da Igreja de Colônia, que tinha pregado a Cruzada nas margens do Reno e seguido o exército ao Egito, fôra encarregado de dirigir a construção dêsse edifício temível. Como os papas em suas cartas,

recomendavam sempre aos cruzados que levassem ao Oriente homens peritos nas artes mecânicas, o exército cristão tinha muitos e bons operários, para executar os trabalhos mais difíceis. Os capelães dos chefes e dos soldados forneceram as somas necessárias.

Todos os cruzados esperavam com impaciência o momento em que aquela enorme fortaleza poderia se aproximar da tôrre do Nilo. No acampamento dos cristãos, fizeram-se orações para se obter a proteção do céu; o patriarca e o Rei de Jerusalém, o clero e os soldados, entregaram-se durante alguns dias às austeridades da penitência; todo o exército, descalço, foi em procissão até a costa marítima. Os chefes tinham escolhido para dar o assalto, a festa do apóstolo São Bartolomeu. Todos os cruzados, estavam cheios de esperança e de ardor; todos desejavam a glória de combater. Tomaram-se as elites dos soldados de cada nação; e Leopoldo, Duque da Áustria, modêlo dos cavaleiros cristãos, teve a honra de comandar a expedição, da qual estava dependendo todo o futuro da Cruzada.

No dia marcado, os dois navios encimados pela fortaleza de madeira, receberam o sinal da partida. Levavam trezentos guerreiros cobertos de suas armaduras e também tôdas as suas armas. Uma multidão inumerável de muçulmanos reunida nas muralhas da cidade, contemplava êsse espetáculo com surprêsa e terror. Os dois navios ligados entre si, avançavam em

silêncio pelo meio do rio; todos os cruzados, alinhados em batalha, na margem esquerda do Nilo ou espalhados pelas colinas da vizinhança, saudar com aclamações vibrantes a fortaleza móvel, que levava a esperança e a salvação do exército cristão. Chegando perto das muralhas, os dois navios lançaram as âncoras, os soldados se prepararam para o assalto; enquanto os cristãos lançavam seus dardos e se dispunham a se servir da lança e da espada, os muçulmanos faziam cair chuvas de fogo grego e reuniam todos os seus esforços para incendiar a fortaleza de madeira, onde seus inimigos combatiam. Uns eram animados pelos aplausos do exército cristão, os outros, encorajados pelas aclamações mil vêzes repetidas dos habitantes de Damietta. No meio do combate, de repente, a máquina dos cruzados começou a se incendiar; a ponte levadiça, encostada às muralhas da tôrre, vacilou, o porta-bandeira do Duque da Áustria caiu no Nilo, a bandeira dos cristãos ficou em poder dos inimigos. A êsse espetáculo, os muçulmanos soltam gritos de alegria; longos gemidos se fazem ouvir na margem onde os cruzados estão acampados. O Patriarca de Jerusalém, o clero, o exército todo, cai de joelhos e ergue as mãos, suplicante, para o céu.

Logo, como se Deus quisesse ouvir as preces dos cruzados, as chamas se apagam, a máquina é restaurada, a ponte levadiça é firmada; os companheiros de Leopoldo renovam o ataque com mais

furor; do alto de suas fortalezas dominam as muralhas da tôrre e combatem com duros golpes de sabre e de lança, de machado e de maças de ferro. Dois soldados lançam-se sôbre a plataforma onde os egípcios se defendiam; levam o terror ao meio dos inimigos que descem em tumulto para o primeiro andar da tôrre. Êstes, incendiam o teto e procuram opor uma muralha de chamas aos inimigos, que se precipitam em sua perseguição; êstes últimos esforços do seu valor e de desespêro oferecem apenas aos soldados uma frágil resistência; os muçulmanos são atacados de todos os lados, por tôda a parte suas muralhas, abaladas pelas máquinas de guerra, caem por terra e ameaçam sepultá-los em suas ruínas; êles abandonam as armas e pedem a vida aos vencedores.

Assim os cruzados apoderaram-se da tôrre do Nilo e a cidade começou a ser ameaçada. O exército cristão, que tinha sido testemunha do combate, viu com alegria os prisioneiros egípcios levados em triunfo para o acampamento; diante dos príncipes e dos chefes reunidos, os prisioneiros contaram os prodígios da bravura cristã e pediram para ver os *homens vestidos de branco e cobertos de armas brancas* que tinham visto combater com êles. Apresentaram-lhes os guerreiros que os haviam vencido, mas não viram nêles aquêle aspecto terrível e aquela virtude celeste cuja recordação os enchia ainda de terror. Então, diz uma testemunha ocular, *os peregrinos compreenderam*

que Nosso Senhor Jesus Cristo tinha mandado seus anjos para atacar a tôrre.

Ao mesmo tempo, Malek-Adhel, que se tinha tornado tão temível aos cristãos, morreu na Síria. Antes de morrer tinha sabido da vitória dos cruzados em Damietta. Os cristãos disseram que êle tinha morrido de desespêro e que levava consigo ao túmulo o poder e a glória dos muçulmanos.

Os cristãos, em suas histórias, representaram Malek-Adhel, como um príncipe ambicioso, cruel e feroz. Os autores orientais louvam sua piedade e sua doçura; um historiador árabe elogia seu amor pela justiça e pela verdade; e com um único traço descreve a moderação dos monarcas absolutos da Ásia dizendo que — *o irmão de Saladino escutava sem cólera aquilo que não lhe agradava.*

Todos os historiadores estão de acôrdo em louvar-lhe a bravura e a habilidade que êle empregava na execução de todos os seus projetos. Nenhum príncipe soube melhor do que êle fazer-se obedecer e dar ao poder supremo aquêle brilho exterior que fere a imaginação dos povos e os dispõe à submissão. Em sua côrte êle se apresentava sempre rodeado da magnificência do Oriente. Seu palácio era como um santuário de que ninguém ousava se aproximar. Raramente aparecia em público e não se mostrava ao povo a não ser numa atitude e num aparato que inspirava temor e reverência. Como foi feliz em todos os seus empreendimentos, os muçulmanos acre-

ditaram fàcilmente que o favorito da sorte era o favorito do céu; o califa de Bagdad havia-lhe mandado embaixadores para saudá-lo como *rei dos reis*. Malek-Adhel sentia prazer ter no acampamento o nome de *Seif-eddin* (a espada da religião) e êsse nome glorioso, que êle tinha merecido combatendo contra os cristãos, atraía-lhe a confiança e o amor dos soldados do islamismo. Sua abdicação, causou admiração a todo o Oriente, como êle o havia feito admirar-se por seus atos de valor e suas vitórias. A surprêsa que causou só pôde aumentar sua glória e seu poder. E, para que sua sorte fôsse em tudo extraordinária, êle, descendo do trono, continuava ainda como antes, o senhor e o soberano. Seus quinze filhos, dos quais vários eram soberanos, tremiam ainda diante dêle. Os povos prostravam-se à sua passagem; até à hora em que fechou os olhos, sua presença, seu nome, sòmente conservavam a paz em sua família e nas províncias, a ordem e a disciplina nos exércitos.

Depois de sua morte, tudo começou a se modificar; o império dos ayoubitas, que êle tinha erguido com seus feitos e de que era o mais forte sustentáculo, pendia para a decadência; a ambição dos emires, por muito tempo contida, explodiu com conjurações contra a autoridade suprema, um espírito de licença espalhou-se em todos os exércitos muçulmanos e principalmente entre as tropas que defendiam o Egito.

Os cruzados deveriam ter-se aproveitado da morte de Malek-Adhel e das conseqüências que ela

deveria causar, atacando sem cessar os muçulmanos, desanimados. Mas, em vez de continuar com seus felizes resultados, quer porque lhes faltavam navios, para atravessar o Nilo, quer porque a margem onde estava construída Damietta, fôsse defendida por fortificações formidáveis, êles continuaram em seu acampamento, abandonando-se a um funesto descanso, esquecendo suas ocupações e deveres, os perigos e o objeto da guerra começada. Um grande número dentre êles, persuadidos de que tinha feito tudo pela causa de Jesus Cristo, só pensava em embarcar e regressar à Europa. Todos os navios que saíam do pôrto lembravam aos peregrinos a pátria distante; e o belo céu de Damietta que tinha inflamado seu entusiasmo no comêço do cêrco, não mais bastava para contê-los, num país que começavam a considerar como uma terra de exílio.

No entretanto, o clero censurava vivamente a retirada ou a deserção dos cruzados e rogava ao céu que castigasse os soldados fracos e covardes, que assim deixavam os estandartes da cruz. Falando dêsses desertores, Olivério Escolástico, nos diz que — *êles amavam a si mesmos e não tinham compaixão de seus irmãos*. Seis mil peregrinos da Bretanha, que voltavam para a Europa sob o comando de Honório de Léon, naufragaram, depois de terem sido, por muito tempo, batidos pela tempestade nas costas da Apulha e pereceram quase todos perto de Brindisi.

Os eclesiásticos e os mais sensatos dos cruzados deixaram de ver em tão grande desastre a manifestação da cólera divina. Quando os cruzados da Frísia, depois de ter desertado das bandeiras da terra santa, regressaram ao Ocidente o Oceano rompeu os diques e invadiu a terra; as mais ricas províncias da Holanda ficaram submersas; cem mil habitantes e cidades inteiras desapareceram sob as águas. Um grande número de cristãos atribuiu essa calamidade à retirada culpável dos frisões e dos holandeses.

O papa via com pesar a volta dos peregrinos desertores da causa de Jesus Cristo. Honório tudo fazia para garantir o feliz resultado de uma guerra que êle tinha pregado; todos os dias suas orações e suas ameaças apressavam a partida dos que, depois de ter tomado a cruz, adiavam o cumprimento do voto feito.

Segundo o uso antigo dos navegadores, duas épocas do ano eram marcadas para se atravessar o Oceano. Os peregrinos embarcavam quase sempre no mês de março e no mês de Setembro, quer para vir ao Oriente, quer para voltar à Europa; o que os fazia serem comparados às aves de arribação que mudam de clima à aproximação da nova estação e pelo fim do verão. A cada viagem, o Mediterrâneo ficava coberto de navios, que transportavam cruzados, uns voltando aos seus lares, outros chegando para combater os infiéis. Quando o exército cristão deplorava ainda a retirada dos guerreiros frisões e ho-

landeses, chegaram ao acampamento de Damietta, guerreiros vindos da Alemanha, de Pisa, de Gênova, de Veneza e de várias províncias da França.

Entre os guerreiros franceses, a história cita Hervé, conde de Nevers, Hugo, conde da Marca, Milès de Bar-sur-Seine, os senhores João de Artois e Ponce de Grancey, Ithier de Tracy, Savary de Mauléon; êles eram acompanhados pelo arcebispo de Bordéus, pelos Bispos de Angers, Autun, Beauvais, Paris, Meaux, Noyon, etc. A Inglaterra mandava também ao Egito os mais valorosos dos seus cavaleiros. Henrique III tinha tomado a cruz, depois do Concílio de Latrão; mas, como êle não podia deixar seus territórios, esgotados pela guerra, perturbados pela discórdia, os condes de Harcourt, de Chester, de Arundel e o príncipe Olivério, foram encarregados de realizar em seu nome o voto que êle fizera de ir combater no Oriente pela causa de Jesus Cristo.

À frente dos peregrinos que chegaram ao Egito, estavam dois cardeais, que o Papa mandara com o exército cristão. Roberto de Courçon, um dos pregadores da cruzada, tinha a missão de pregar a moral de Jesus Cristo no acampamento dos cruzados e de inflamar com sua eloqüência o zêlo e a devoção dos soldados da cruz. O cardeal Pelage, bispo de Albano, estava revestido de tôda a confiança da Santa Sé; êle trazia consigo tesouros destinados às despesas da guerra; os cruzados de Roma e de várias outras

cidades da Itália, caminhavam sob suas ordens e o reconheciam como chefe militar.

O Cardeal Pelage havia sido designado para exercer sua grande autoridade entre os soldados da cruz e seu caráter naturalmente imperioso, devia ainda aumentar o poder que êle tinha recebido da Santa Sé. Em tôdas as missões que desempenhou, êle não reconhecia nenhum igual e não podia tolerar um superior. Haviam-no visto resistir ao soberano Pontífice, no próprio Conclave; êle teria resistido aos mais poderosos monarcas em seu conselho. O cardeal Pelage, persuadido de que a Providência devia servir-se dêle para realizar grandes coisas, julgava-se apto a qualquer trabalho e chamado a todos os gêneros de glória. Depois de ter tomado uma determinação, êle a sustentava com uma obstinação invencível e não se detinha nem com obstáculos, nem com perigos, nem mesmo se continha antes as lições da experiência. Se, num conselho, Pelage dava o seu parecer em primeiro lugar, êle o apoiava com tôdas as ameaças da côrte de Roma, e muitas vêzes ter-se-ia podido crer que os castigos da Igreja tinham sido postos em suas mãos apenas para que êle fizesse triunfar suas próprias opiniões.

Apenas chegaram ao Egito, o legado do Papa quis tomar parte na guerra; num combate que se travou no dia de S. Dionísio, êle marchou à frente do exército, tendo na mão uma cruz, dirigindo ao céu fervorosas orações pelo triunfo das armas cristãs. A

vitória sorriu aos cruzados. Desde aquêle instante, Pelage, quis ser o chefe da Cruzada e disputou o comando do exército, ao rei de Jerusalém. Para apoiar suas pretensões êle dizia que os cruzados tinham tomado as armas à voz do soberano Pontífice e que eram soldados da Igreja. A multidão dos peregrinos submeteu-se às suas determinações persuadida de que Deus queria assim; mas essa pretensão de dirigir a guerra, revoltou os príncipes e os barões. Foi então fácil prever-se que a discórdia viria, por meio daquele cuja missão era garantir a paz e o enviado do Papa, encarregado de pregar a humildade entre os cristãos, ia tudo deitar a perder por sua louca presunção. O cardeal de Courçon morreu pouco tempo depois de sua chegada. O continuador de Guilherme de Tiro, deplorando a morte dêsse legado, que se havia feito notar por sua moderação, exprime com poucas palavras o proceder de Pelage e as conseqüências, que devia ter, dizendo: *Então morreu o cardeal Pedro, e Pelage continuou a viver, o que foi um grande mal.*

No entretanto a aproximação do perigo tinha reunido os príncipes muçulmanos. O califa de Bagdad, que Tiago de Vitri, chama de *papa dos infiéis,* exortou os povos a tomar as armas contra os cristãos. Malek-Kamel mandou embaixadores a todos os príncipes muçulmanos da Síria e da Mesopotâmia, para avisá-los do perigo que ameaçava o Egito. O sultão do Cairo acampou com seu exército nas vizinhanças de Damietta, onde êle esperava os príncipes de sua

família. A guarnição da cidade recebia todos os dias víveres e reforços e podia resistir por muito tempo ao exército cristão.

Os preparativos e a aproximação dos muçulmanos fizeram os cruzados sair de sua inatividade. Animados por seus chefes, principalmente à vista do perigo e à presença de um inimigo formidável, os soldados cristãos retomaram os trabalhos do cêrco e deram vários assaltos à cidade do lado do Nilo.

O rio foi teatro de vários combates, onde os cruzados não puderam vencer seus inimigos. Em um dêsses combates, um navio dos templários, viu-se prêso pelo vento, sob as muralhas da cidade: os inimigos correram em massa, em barcas e dêle se apoderaram. Mas os templários, preferindo a morte à escravidão, arrombaram o fundo do navio e os habitantes de Damietta, que aplaudiam o triunfo dos turcos, viram sòmente sôbre as águas, as pontas dos mastros e o estandarte, onde resplandecia a cruz de Jesus Cristo.

No entretanto, os cruzados começavam a murmurar contra o legado do papa. "Por que, exclamavam êles, nos trouxeram a êstes desertos arenosos? Nosso país não tinha, por ventura sepulcros suficientes?" Pelage chorou com os peregrinos. Exortou-os à paciência e para obter o apoio e os conselhos da sabedoria divina, ordenou orações, procissões, jejuns. Os cruzados, cheios de ardor, iam receber o

sinal de um novo combate, mas de repente uma violenta tempestade desabou; torrentes de chuva caíam do céu, o rio e o mar transbordaram, saindo de seus leitos; a planície onde os cristãos estavam acampados, ficou inundada; num momento o exército perdeu suas tendas, bagagens e víveres; os peregrinos consternados e trêmulos, imaginavam que Deus queria castigar uma segunda vez os pecados dos homens, pelo dilúvio. Essa tempestade espantosa, prolongou-se por três dias. O legado do papa e o clero rezavam, os cruzados invocavam de joelhos a misericórdia divina, quando o sol reapareceu no horizonte, o céu retomou a serenidade e as águas se retiraram aos poucos. Os cristãos julgaram então que Deus os tinha salvo por um milagre; essa persuasão reanimou-lhes a coragem e deu-lhes fôrças para suportar todos aquêles males. Nada igualava à constância heróica com que êles enfrentaram, durante todo o inverno, o frio, a chuva, a fome, as doenças e todos os incômodos da guerra.

1219. Sempre acampados na margem ocidental do Nilo, êles só podiam sitiar a cidade do lado de terra, atravessando o rio. A passagem era difícil e perigosa: o sultão do Cairo, tinha colocado seu acampamento na margem oposta; a planície onde os cristãos queriam colocar suas tendas, estava coberta de soldados muçulmanos. Um fato inesperado veio então aplainar tôdas as dificuldades.

Falamos do espírito sedicioso dos emires, que, depois da morte de Malek-Adhel, mostravam abertamente sua ambição e procuravam lançar a perturbação no exército muçulmano. Dentre êles sobressaía o emir de uma tropa de curdos, de nome Emad-Eddin, filho de Maschtoub, cognominado *Cheio de rugas,* que se tornara célebre no tempo de Saladino, na defesa de Tolemaida, contra tôdas as fôrças do Ocidente. Associado aos destinos dos filhos de Ayoub êsse emir tinha visto surgir e ruir várias dinastias muçulmanas e desprezava o poder de que conhecia a fonte e a origem. Soldado intrépido, súdito pouco fiel, sempre pronto a servir aos seus soberanos num combate e a traí-los numa conjuração, Emad-Eddin não podia tolerar um príncipe que reinasse pelas leis da paz, nem reconhecer um poder que não fôsse fruto de suas intrigas ou de uma revolução. Como a sorte sempre tivera favorecido seus empreendimentos e sua ousadia, e êle tinha recebido sempre o fruto de suas traições, cada revolta aumentava seu prestígio e sua fama. Inimigo de tôda autoridade legítima e constituída, apoio de todos os descontentes, esperança de todos os que aspiravam ao império, êle era quase tão temível como o velho da Montanha, cujas ameaças faziam tremer os monarcas mais poderosos. Emad-Eddin resolveu mudar o govêrno do Egito e concebeu o projeto de destronar o sultão do Cairo para colocar em seu lugar um outro filho de Malek-Adhel.

Vários emires já tinham sido levados a essa conjuração. No dia marcado, deviam entrar na tenda de Malek-Kamel e obrigá-lo, pela violência, a renunciar à suprema autoridade. O sultão foi avisado da conjuração tramada contra sua pessoa, e, na véspera do dia em que a rebelião devia explodir, êle saiu do acampamento no coração da noite. Essa fuga desconsertou os mais valentes dcs conjurados e tirou-lhes a esperança de completar o crime começado, que então só lhes oferecia perigos. No dia seguinte, ao despontar da aurora, boatos sinistros espalham-se; todos interrogam-se com inquietação; enquanto os chefes da conjuração ficam imóveis, uma multidão agitada reune-se diante das tendas dos principais emires; nenhum dêles ousou tomar o comando e dar ordens: os chefes desconfiavam dos soldados, os soldados, de seus chefes. Grande tumulto reinava no acampamento; temia-se um ataque de surprêsa, da parte dos cristãos. Por fim, um terror geral apoderou-se do exército que abandonou as tendas e bagagens e precipitou-se em desordem, nas pegadas do sultão fugitivo.

Esta a descrição feita pelos autores árabes; segundo os latinos, a retirada dos muçulmanos foi efeito de um milagre. São Jorge, e guerreiros celestes, recobertos de armaduras e de vestes brancas, apareceram no acampamento dos turcos; êstes tinham ouvido durante três dias uma voz terrível, que percorria o acampamento, dizendo: *Fugi, senão morrereis!*

Depois dêstes prodígios, (era o dia de Santa Ágata), uma outra voz, se fêz ouvir ao longo do rio, e, dirigindo-se aos cristãos, disse-lhes: *Que estais fazendo? Eis os sarracenos em fuga!* Então o exército cristão apressou-se em atravessar o rio Nilo, e apoderou-se do acampamento dos muçulmanos; conseguiu imensos despojos e aproximou-se das muralhas de Damietta.

No entretanto o sultão tinha fugido para os lados do Cairo, às margens do canal de Aschmoun. Alguns dias depois, seu irmão, o Príncipe de Damasco, chegou com tôdas as fôrças da Síria. O exército egípcio, há pouco disperso, reuniu-se depressa, sob o comando de Malek-Kamel. Emad-Eddin e os outros chefes da revolta foram presos e levados para além do deserto. A ordem e a disciplina se restabeleceram entre os egípcios. O exército cristão teve então que combater tôdas as fôrças reunidas dos infiéis, impacientes por reparar sua derrota e retomar as vantagens que tinham perdido.

O soberano de Damasco, antes de tomar o caminho do Egito, tinha feito várias incursões no território de Tolemaida. Em seguida, temendo que os cristãos se aproveitassem de sua ausência, para se apoderar de Jerusalém e ali fortificarem-se, mandou destruir as muralhas da Cidade Santa. As tôrres e as muralhas que Saladino tinha feito restaurar, foram derrubadas. Só ficou de pé a tôrre de Davi. Destruíram também a fortaleza do Tabor e tôdas as

que os muçulmanos conservavam nas costas da Palestina, medida enérgica que muito afligiu os infiéis e que devia afligir ainda mais os cristãos, mostrando-lhes que êles tinham que combater contra inimigos animados pelo desespêro e dispostos a tudo sacrificar para sua defesa.

Ao mesmo tempo, o sultão do Cairo escreveu de novo aos príncipes muçulmanos da Síria e da Mesopotâmia, que ainda não se tinham pôsto em marcha, para lhes rogar que apressassem a partida. Dirigindo-se a seu irmão, o Príncipe de Kelat, na grande Armênia êle dizia: "Ó minha boa estrêla, se me queres ajudar, levanta-te sem demora. Se chegares logo, encontrar-me-ás no meio de meus guerreiros, armado de espada e de lança; se tardares a vir, nós nos veremos sòmente no dia da ressurreição, na planície do juízo final." O que há de mais notável nessa mensagem, é que foi escrita em versos, e a linguagem da poesia tinha parecido necessária ao monarca egípcio para exprimir as apreensões de seu povo e os perigos do islamismo.

Os cristãos tinham conservado seu acampamento na margem ocidental do Nilo, e comunicavam-se entre si por meio de barcos. Êles tinham que combater a guarnição da cidade e o exército muçulmano que os ameaçava ao mesmo tempo nas duas margens do rio. Sua bravura repelia os ataques e nos perigos êles se encorajavam recìprocamente, dizendo: *Se Deus está conosco, quem nos poderá vencer?* Os tur-

cos, para combater os cruzados, escolhiam muitas vêzes os dias em que êles estavam ocupados em alguma solenidade religiosa. No último domingo da Quaresma, quando o exército cristão se dispunha a celebrar a entrada de Jesus Cristo em Jerusalém, os muçulmanos reuniram-se e prepararam-se para a batalha na planície e sua frota avançou pelo Nilo. O rio e as margens logo se encheram de soldados e de navios inimigos que ao mesmo tempo atacaram em vários pontos as galeras e o acampamento dos cruzados. O combate durou desde o amanhecer até à noite; os turcos perderam cinco mil guerreiros e trinta navios. As crônicas contemporâneas para celebrar o triunfo dos cristãos dizem que êles — *festejaram assim o domingo de Ramos e que suas espadas desembainhadas, suas lanças ensangüentadas foram as únicas palmas que êles levaram naquela santa jornada.*

No entretanto o cêrco não progredia e os cruzados continuavam a sofrer tôda a sorte de privações e de misérias. Tinham-nas suportado durante todo o inverno com uma resignação evangélica; mas a chegada da primavera, a presença dos navios que chegavam da Europa, pareciam arrefecer-lhes a coragem. Durante a oitava da Páscoa, o Duque da Áustria, que os tinha tantas vêzes levado à vitória, resolveu voltar para o Ocidente. Essa determinação causou a todos os peregrinos tristeza e desânimo. Para mantê-los sob a bandeira da cruz, o legado do papa foi

obrigado a renovar e a multiplicar as indulgências da igreja, que estendeu ao pai, à espôsa, aos irmãos, às irmãs e aos filhos de cada um dos cruzados, que ficassem no acampamento. A promessa dêsses tesouros espirituais, a chegada de novos peregrinos, algumas vantagens obtidas contra o inimigo, sustentaram a coragem do exército e a paciência dos soldados de Jesus Cristo.

Como nada era mais difícil do que estabelecer a disciplina no exército cristão e reunir, na refrega, tantos guerreiros que falam línguas diversas, construiu-se um *carro*, à maneira dos lombardos, sôbre o qual se colocou o estandarte da Cruzada. A presença dêsse carro, segundo a narração dos cronistas contemporâneos, atemorizou os muçulmanos e deu nova confiança aos soldados cristãos. Os cruzados não passavam uma semana sem dar um ataque à cidade ou sem combater contra o exército muçulmano; os turcos caminhavam para o combate invocando Maomé; os cristãos invocavam o nome de Jesus e de S. Jorge. Várias vêzes os muçulmanos penetraram nas defesas dos cristãos, sem poder lá plantar seu estandarte; várias vêzes os cristãos chegaram até às muralhas de Damietta e seus batalhões, dizem as crônicas, teriam entrado na cidade, se, sòmente a devoção, e não o amor da glória vã tivesse guiado sua bravura.

Enquanto se combatia no Nilo e nas muralhas, os cavaleiros e todos os que costumavam combater a cavalo ficavam ociosos em suas tendas: os cruzados

que combatiam a pé, e que todos os dias enfrentavam um inimigo temível, começaram a murmurar e queixaram-se de serem abandonados por aquêles mesmos que os tinham levado à Cruzada. Quando estas queixas começaram a se fazer ouvir, os barões, os chefes e os soldados, tudo se movimentou no acampamento; deu-se o sinal para o combate. Desde o despontar do dia, os cavaleiros e os soldados de infantaria saíram de suas defesas para ir procurar o inimigo. Logo o exército cristão chegou à presença dos muçulmanos, que se apressaram em levantar suas tendas e fugir. Como aquela súbita retirada parecia um ardil de guerra, os chefes dos cruzados reuniram-se para deliberar sôbre o que se deveria fazer: uns querem que se persiga o inimigo, outros, que se fique na defensiva. Enquanto os chefes deliberavam, o exército impacienta-se, a confusão introduz-se nas fileiras e, no meio da grande agitação e da desordem, o inimigo voltou e apresentou-se para o combate. Os primeiros batalhões que se apresentam diante dêle são tomados de surprêsa e de espanto. Os soldados de Chipre, os da Itália, retiram-se com precipitação; em vão o legado e o patriarca procuram reanimá-los; o terror invade o exército. O Rei João com seus soldados, os condes da Holanda, de Witt, de Chister, secundados pelos cavaleiros do hospital e do templo, fazem prodígios de valor para deter a impetuosidade dos muçulmanos e para salvar a multidão dispersa dos cristãos.

Um grande número de cruzados perdeu a vida nesse dia. No dia seguinte o clero deplorou em cantos lúgubres aquêle dia de cólera e de calamidade e agradeceu ao céu por não ter esgotado todos os seus castigos e sua ira, contra um exército que fôra vencido pelo demônio da inveja e do orgulho. Estavam, além disso, persuadidos em todo o acampamento de que os anjos tinham consolado os que acabavam de cair sob a espada dos muçulmanos. Como êsse desastre tinha acontecido no dia da degolação de S. João Batista, uma crônica contemporânea faz notar a êsse respeito que São João, *quis ter naquele dia companheiros de martírio*. Para proclamar seu triunfo, o sultão do Cairo mandou as cabeças dos mártires da cruz a tôdas as províncias e arautos de armas anunciaram nas cidades muçulmanas, que aquêles que *quisessem ter escravos, só tinham que vir ao acampamento de Damietta*.

Naquele mesmo tempo chegou ao exército cristão um santo personagem, de nome Francisco de Assis. Sua fama de piedade se havia difundido no mundo cristão e o tinha precedido no Oriente. Desde sua mais tenra idade, Francisco tinha deixado a casa paterna, para levar vida edificante. Um dia, quando assistia à Santa Missa numa Igreja da Itália, ficou impressionado com a frase do evangelho em que Nosso Senhor diz aos seus discípulos: *Não tenhais nem ouro, nem prata, nem outra moeda, nem sacolas, para a viagem, nem sandálias, nem bastões*. Fran-

cisco começou então a ver com piedade tôdas as riquezas dêste mundo e se entregou todo à pobreza dos apóstolos. Percorreu as cidades, convidando os povos à penitência. Os discípulos que o seguiam, enfrentavam os desprêzos da multidão e sentiam-se com isso grandemente honrados, diante de Deus; quando lhes perguntavam de onde vinham, êles respondiam: *Somos pobres penitentes que chegamos de Assis.*

Francisco foi levado ao Egito pela fama da Cruzada e pela esperança de ali obter alguma grande conversão. No dia que precedeu à última batalha êle tivera um pressentimento milagroso da derrota dos cristãos. Francisco quis pregar aos chefes do exército que o escutaram com indiferença. Descontente com os cruzados e inflamado pelo zêlo da casa de Deus, êle concebeu então o projeto de fazer triunfar a fé por meio de sua eloqüência e com as únicas armas do Evangelho. Avançou para o acampamento inimigo e se fêz aprisionar por soldados muçulmanos, que o levaram à presença do sultão. Então Francisco de Assis falou a Malek-Kamel, dizendo: "Foi Deus que me enviou a vós para vos mostrar o caminho da salvação." Depois destas palavras, o missionário exortou o sultão a abraçar o evangelho. Desafiou em sua presença a todos os doutôres da lei e propôs lançar-se numa fogueira acesa, para confundir a impostura e provar a veracidade da religião cristã. O sultão, admirado, despediu o zeloso pregador, que

São Francisco de Assis diante de Malek-Kamel.

nada conseguiu do que ardentemente desejava. Não converteu o chefe dos infiéis e não obteve a palma do martírio.

Depois dessa aventura, S. Francisco de Assis voltou para a Europa, onde fundou a ordem religiosa dos frades menores que a princípio nada possuíam, nem igrejas, nem mosteiros, nem terras, nem rebanhos, e que, espalhados pelas províncias do Ocidente, trabalhavam na conversão dos pecadores. Os discípulos de S. Francisco levaram algumas vêzes a palavra de Deus até os povos selvagens. Alguns foram à África e à Ásia, procurando, como seu mestre, erros para combater e males para suportar; chantaram a cruz de Jesus Cristo em terras infiéis; em sua Cruzada de apóstolos repetiam estas palavras evangélicas: *a paz esteja convosco!* Iam sòmente armados de suas orações e só aspiravam à glória de morrer pela fé.

A primavera e o verão tinham passado em combates contínuos e os cruzados embora tivessem sofrido uma derrota, conservavam ainda uma atitude de destemor. Os muçulmanos tinham perdido a esperança de triunfar sôbre um inimigo que resistia a todos os flagelos da guerra e do clima. Um grande número de peregrinos aproveitou a passagem de setembro para voltar à Europa, mas todos os dias outros chegavam. Anunciava-se a próxima vinda do Imperador da Alemanha, que tinha tomado a cruz; essa notícia levantou a coragem dos cristãos; os muçulmanos ao contrário temiam que combater contra o mais

poderoso dos monarcas do Ocidente. O sultão do Cairo em nome de todos os príncipes de sua família, mandou embaixadores ao acampamento dos cruzados para pedir a paz. Propunha abandonar aos francos o reino e a cidade de Jerusalém e só se reservava as praças de Carac e de Montreal, pelas quais se dispunha a pagar um tributo. Como acabavam de demolir as muralhas e as tôrres da Cidade Santa, os muçulmanos propunham pagar duzentos mil dinars, para reconstruí-las. Prometiam ainda restituir os prisioneiros feitos depois da morte de Saladino.

Os principais chefes do exército cristão reuniram-se para deliberar sôbre as propostas dos muçulmanos. O Rei de Jerusalém, os barões franceses, inglêses, holandeses, alemães, eram de opinião que se devia aceitar a paz; o Rei de Jerusalém, assim, podia voltar ao seu reino; os barões do Ocidente viam terminar uma guerra que já por muito tempo os conservava longe de sua pátria.

"Aceitando a paz, conseguia-se o objetivo da Cruzada, a libertação dos santos lugares... Os guerreiros cristãos sitiavam Damietta, há dezessete meses; o cêrco podia ainda prolongar-se... Muitos cruzados, voltavam todos os dias para a Europa... Todos os dias uma multidão de guerreiros muçulmanos vinha reunir-se sob as bandeiras dos sultões do Cairo e de Damasco... Quando se tivesse tomado Damietta, poder-se-ia considerar muito feliz trocando-a por Jerusalém. Os muçulmanos ofereciam

antes da vitória, tudo o que êles podiam desejar e obter depois da conquista . . . Não era sensato recusar o que a fortuna acabava de oferecer sem combates nem perigos. Devia-se evitar o derramamento de sangue e pensar que as vitórias compradas com a morte dos soldados da cruz não eram as que mais agradavam ao Deus dos cristãos."

O Rei de Jerusalém e a maior parte dos barões falavam assim e procuravam conquistar para a sua idéia os senhores italianos e a maior parte dos prelados que o cardeal mantinha num parecer contrário. O legado do papa considerava-se como chefe dessa guerra; êle queria continuar, para prolongar seu poder e granjear grande fama. "Êle via nas propostas do inimigo um segundo ardil, para retardar a tomada de Damietta e ganhar tempo . . . Os sarracenos ofereciam campos desertos e cidades destruídas, que bem depressa tornariam a cair em seu poder. Só pensavam em desarmar os cristãos, em lhes fornecer um pretexto para voltar ao Ocidente . . . As coisas tinham sido levadas muito longe para que se pudesse parar, sem desonra . . . Era vergonhoso para os cristãos renunciar à conquista de uma cidade que êles sitiavam há dezessete meses e que já não se podia defender. Era preciso antes apoderar-se dela e depois ver-se-ia o que era conveniente fazer: senhores de Damietta, os cruzados poderiam concluir uma paz gloriosa e obter as vantagens da vitória . . ."

Os motivos alegados pelo Cardeal Pelage não eram destituídos de razão; mas o espírito de partido e de facção, reinava na assembléia dos chefes da Cruzada. Como sempre acontece em circunstâncias semelhantes, cada qual tinha sua opinião, não sôbre o que julgava útil e justo, mas sôbre o que lhe parecia mais favorável ao partido que tinha abraçado; uns queriam que se continuasse o cêrco, porque o Rei de Jerusalém tinha sustentado uma opinião contrária; outros queriam aceitar a capitulação proposta, porque aquela capitulação era rejeitada pelo legado do papa. O exército cristão apresentava então um estranho espetáculo: de um lado João de Brienne e os guerreiros mais afamados declararam-se pela paz; de outro, o legado e a maior parte dos eclesiásticos pediam com ardor a continuação da guerra. Ficaram reunidos em conselho, discutindo, por vários dias, sem que os dois partidos pudessem chegar a um acôrdo; e, enquanto a discussão se inflamava, no conselho, as hostilidades recomeçaram. Então todos os cruzados reuniram-se para continuar o cêrco de Damietta.

O sultão do Cairo, abandonado por vários dos seus aliados, fêz todos os esforços para reanimar a coragem de seu exército. Alguns soldados muçulmanos, aproveitando-se das trevas da noite, tentaram atirar-se contra a praça. Vários chegaram mesmo a passar as portas; o maior número dêles, foi, porém,

atacado pelos cristãos e massacrados, pois êstes estavam sempre de guarda, junto das muralhas.

As notícias que o sultão Malek-Kamel recebia de Damietta tornavam-se cada vez mais alarmantes. Os muçulmanos recorreram a tôda espécie de estratagemas para mandar víveres à guarnição: ora enchiam de víveres alguns sacos de pele, que eram deixados à correnteza do Nilo e que iam flutuar perto das muralhas da cidade. Ora escondiam pães nos lençois que envolviam os cadáveres e que, levados pelas águas, eram detidos à passagem pelos infiéis. Êstes estratagemas não tardaram em ser percebidos pelos cristãos. Então uma terrível carestia fêz desastrosas devastações. Os soldados, oprimidos pelo cansaço, perseguidos pela fome, não tinham mais fôrça para combater e para guardar as tôrres e as muralhas. Os habitantes, entregues ao desespêro, abandonavam suas casas, e fugiam de uma cidade repleta de fúnebres imagens. Muitos vieram implorar a compaixão dos cruzados. O comandante de Damietta dirigiu ao sultão do Cairo uma mensagem na qual deplorava a profunda miséria do povo e dos soldados; fazia Damietta falar e exprimia em versos dolentes suas tristezas e suas apreensões: "Ó soberano do Egito! exclamava a cidade de luto, se tardares em me socorrer, estão terminados minha glória e meu poder! Logo a cruz virá hastear-se sôbre meus edifícios em ruínas e o sino dos infiéis proclamará em minhas muralhas desoladas o triunfo do evangelho." Da-

mietta e seu comandante não receberam resposta alguma dessa lamentável mensagem; em vão mergulhadores muçulmanos avançavam sob as águas do Nilo e se esforçavam por penetrar na cidade, mas ficaram presos às rêdes estendidas no caminho; e os que assim os apanhavam eram no exército cristão chamados de *Pescadores de homens*. Por fim, tôda comunicação foi interrompida. Nem o sultão do Cairo, nem os cruzados puderam saber mais o que se passava na cidade cercada onde reinava o silêncio da morte e que, segundo a expressão de um autor árabe, não era mais que um *sepulcro fechado*.

O Cardeal Pelage, que tinha pregado a guerra no conselho continuava a fazê-lo com tôda a energia do seu caráter. Animava sem cessar os cruzados com suas palavras; no acampamento, todos os dias ressoavam as preces dirigidas ao Deus dos exércitos. A história nos conservou várias das belicosas orações que o prelado rezava no campo de batalha, para inflamar o zêlo e o ardor dos guerreiros cristãos. Usava, ora das promessas, ora das ameaças da igreja; tinha indulgência para os perigos, tinha-a para as misérias que os cruzados sofriam, por todos os trabalhos que lhes ordenava.

Alguns peregrinos infiéis retiravam-se então para junto dos muçulmanos, esquecendo sua religião e sua pátria. Outros, mais perversos, tentaram entregar ao inimigo os postos que lhes haviam sido confiados; mas Deus que tudo vê, dizem as crônicas, descobriu

as tramas e confundiu os desertores e os traidores. O legado e os chefes do exército para manter a ordem e a disciplina invocaram, ora a severidade das leis humanas, ora a das leis divinas. Um cavaleiro que se afastava do perigo, perdia seus cavalos e as armas e era vergonhosamente expulso do exército; um soldado de infantaria que abandonasse seu pôsto, um negociante, uma mulher, que se metesse nas fileiras do exército sem combater, era condenado a perder a mão direita e tudo o que possuía. A excomunhão foi lançada contra todo homem ou mulher, adido à guarda dos pavilhões, que fôsse encontrado sem armas. Tôdas estas medidas espalharam um temor salutar entre os peregrinos e a história não fala de uma única infração às leis que então foram promulgadas; também todos os estratagemas dos inimigos, tôdas as tentativas do desespêro vieram fracassar contra a vigilância ativa dos chefes e a bravura dos soldados.

Nos primeiros dias de novembro, estando tudo preparado para um último assalto, arautos de armas percorreram os acampamentos repetindo estas palavras: *Em nome do Senhor e da Virgem, vamos atacar Damietta, com o socorro de Deus, nós a tomaremos.* Todos os cruzados respondiam: *Que se faça a vontade de Deus!* O legado passou pelas fileiras prometendo a vitória aos peregrinos; prepararam-se as escadas; todos os soldados prepararam também suas armas. Pelage tinha decidido aproveitar-se das

trevas para uma tentativa decisiva. Noite alta, deu-se o sinal. Desabava uma violenta tempestade, não se ouvia ruído algum, nem nas muralhas nem na cidade; os cruzados subiram em silêncio às muralhas e mataram alguns muçulmanos que lá encontraram. Apoderando-se da tôrre, chamaram em auxílio os guerreiros que os seguiam, e não encontrando mais inimigos a combater, cantaram em voz alta o *Kyrie eleison*. O exército alinhado, em ordem de batalha junto das muralhas, respondeu com estas palavras: *Glória in excelsis Deo!* O legado que comandava o ataque, se pôs logo a cantar o hino da vitória, *Te Deum Laudamus!* Os cavaleiros, os templários, todos os cruzados acorreram. Duas portas da cidade, quebradas a golpes de machado e incendiadas, deixaram passagem livre para a multidão dos atacantes. *Assim*, exclama um velho historiador, cuja narração transcrevemos, *Damietta foi tomada, graças a Deus*. Ao despontar do dia, os soldados da cruz de espada desembainhada na mão, se dispunham a perseguir os infiéis em suas últimas defesas; mas, quando êles penetraram nas ruas, um cheiro infecto envenenou o ar que respiravam, um espantoso espetáculo os fêz recuar de horror. As praças públicas, as casas, as mesquitas, tôda a cidade estava cheia de cadáveres; a velhice, a infância, a idade viril, todos tinham perecido nas calamidades do cêrco. Damietta contava, à chegada dos cruzados, setenta mil habitantes; não restavam que três mil, dos mais robustos, que

estavam quase morrendo e se arrastavam como pálidas sombras, no meio dos túmulos e das ruínas.

Êsse quadro horrível tocou o coração dos cruzados e misturou um sentimento de tristeza, à alegria que lhes dava a vitória. Os vencedores encontraram na cidade conquistada imensas riquezas em especiarias, em diamantes, em panos preciosos. Depois de terem saqueado a cidade, ter-se-ia podido crer, diz um historiador, que os guerreiros do Ocidente, acabavam de conquistar a Pérsia, a Arábia e as Índias. Os eclesiásticos lançaram os castigos da excomunhão contra todos os que roubaram alguma coisa dos despojos; mas essas ameaças não atemorizaram os homens, nem lhes diminuíram a ambição; tôdas as riquezas encontradas na cidade, somaram duzentos mil escudos, que foram distribuídos ao exército vencedor.

Damietta tinha uma mesquita célebre, ornada com seis vastas galerias e cento e cinqüenta colunas de mármore, encimadas por uma cúpola soberba que se elevava acima de todos os edifícios da cidade. Essa mesquita, em que na véspera os muçulmanos invocavam a Maomé, foi consagrada à Virgem Mãe de Jesus Cristo.

Todo o exército cristão lá foi agradecer ao céu o triunfo concedido às armas dos cruzados. No dia seguinte, os barões e os prelados; lá se reuniram ainda para deliberar sôbre a conquista, e, por uma deliberação unânime, deram a cidade de Damietta ao Rei

de Jerusalém. Ocuparam-se depois da sorte dos infelizes habitantes, que tinham escapado à peste e à carestia. Tiago de Vitri, descrevendo os desastres de Damietta, mostrando a horrível fome que havia ceifado tôdas as famílias durante o cêrco, dá principalmente lágrimas às criancinhas, que pediam pão aos seus pais falecidos. A sorte dêsses pequeninos sêres, que ainda foram encontrados com vida, comoveu o virtuoso Bispo de Tolemaida, que mandou comprar vários dêles, para lhes dar o batismo e fazê-los educar na religião cristã. A piedosa caridade, do prelado só lhes pôde merecer a vida eterna, pois morreram quase todos, depois de batizados. Todos os muçulmanos que tinham fôrças suficientes para trabalhar, receberam pão e a liberdade, e foram empregados em limpar a cidade. Enquanto os chefes vigiavam numa cidade enlutada e tomavam o cuidado de prevenir e impedir novas desgraças, o espantoso estado de Damietta, e o ar envenenado, que ali se respirava, obrigaram o exército cristão a voltar ao seu acampamento e esperar o momento em que a cidade conquistada pudesse ser habitada sem perigo.

Quando a notícia da tomada de Damietta se espalhou pela Síria e pelo alto Egito, todos os muçulmanos tomados de terror, correram para as mesquitas, para invocar o seu profeta, contra os inimigos do islamismo. O sultão do Cairo e o Príncipe de Damasco mandaram embaixadores ao califa de Bagdad, e rogaram-no que exortasse todos os verdadeiros cren-

tes a tomar as armas para defender a religião de Maomé. O califa viu com pesar as calamidades que iam cair sôbre os príncipes da família de Saladino, mas outros perigos ameaçavam-no a êle mesmo. As hordas dos tártaros haviam descido das montanhas e depois de terem invadido várias províncias da Pérsia, avançavam para as margens do Eufrates. O califa, longe de poder socorrer com suas exortações e rogos os muçulmanos da Síria e do Egito, invocava o socorro dêles, para poder defender sua capital e para deter a tempestade prestes a desabar sôbre todo o Oriente. Quando os embaixadores muçulmanos chegaram a Damasco e ao Cairo, suas narrações aumentaram as apreensões que já haviam suscitado as conquistas dos cristãos.

No entretanto, os príncipes ayoubitas não hesitaram em reunir todos os seus esforços contra os cruzados e determinaram esperar um momento mais favorável para defender o chefe do islamismo. As nações muçulmanas temiam mais a invasão dos cristãos do que a das hordas da Tartária. Os conquistadores que os povos mais temem são os que querem mudar as leis e a religião do país conquistado. Os tártaros, que não tinham nem costumes nem hábitos formados, tomavam os dos povos vencidos; os cristãos só faziam a guerra para submeter a todos e para destruir tudo. Já ricas cidades, grandes províncias, estavam em seu poder; tudo tinha mudado de forma sob sua dominação. Assim os príncipes e os povos

muçulmanos, desde o Eufrates até o Mar Vermelho, esqueceram a tempestade que assolava a Pérsia, que avançava lentamente para a Síria e determinaram tomar as armas contra os cruzados, senhores das margens do Nilo.

Depois da tomada de Damietta, os soldados muçulmanos que defendiam o Egito, tinham a princípio ficado presos de horrível terror, tanto que durante vários dias nenhum dêles ousou aparecer diante de soldados cristãos. Os guerreiros egípcios que defendiam a fortaleza de Tanis, construída no meio do lago de Menzaleh, abandonaram seus postos à aproximação de alguns cruzados e um dos mais firmes baluartes do império muçulmano caiu sem resistência em poder dos francos. Desde êsse momento os cristãos puderam pensar que não tinham mais inimigos nas margens do Nilo. No mais rigoroso do inverno, muitos peregrinos tinham voltado para a Europa. Os que ainda permaneciam sob os estandartes da Cruzada, esqueceram-se dos trabalhos e dos perigos da guerra e entregaram-se à licença e à ociosidade, a todos os prazeres que lhes inspirava a aproximação da primavera, o clima e a beleza do céu de Damietta.

Na tranqüilidade da paz, renasceram bem depressa as dissensões que haviam surgido durante a guerra. A tomada de Damietta, tinha inflado de orgulho o Cardeal Pelage, que no exército cristão falava como vencedor e governava como senhor. *O Rei de Jerusalém*, diz nessa ocasião o continuador de

Guilherme de Tiro, *ficou muito aborrecido, porque o Legado tinha ascendente sôbre êle e havia proibido que se fizesse alguma coisa para êle no exército.* O príncipe, descontente, abandonou o exército do qual já não era o chefe e uma cidade que lhe haviam dado, mas que êle não governava. Então, Pelage, não encontrou mais rivalidade nem resistência às suas pretensões e ficou, segundo a expressão dos cronistas do tempo, *senhor do exército.* Não se podia chegar até o exército cristão nem dêle se afastar, sem uma licença selada com seu anel. O que acabou por revoltar os espíritos, foi a ordem que êle deu, de se conservar em proveito da Igreja os despojos de todos os que tinham morrido na Cruzada. Chamava sem cessar as censuras eclesiásticas em socorro de sua autoridade e a menor desobediência, era castigada com a excomunhão. No entretanto, chegavam todos os dias novos cruzados, impacientes por mostrar a própria bravura contra os muçulmanos.

O Duque da Baviera e quatrocentos barões e cavaleiros alemães, mandados por Frederico II desembarcaram nas margens do Nilo. O exército cristão recebeu cruzados de Milão, de Pisa, de Gênova; prelados e arcebispos conduziam a multidão dos defensores da cruz, que chegavam de tôdas as províncias da Alemanha, da França e da Itália. O soberano pontífice, tudo tinha feito para o feliz resultado da guerra santa; êle mandou ao Cardeal Pelage, víveres para o exército, somas consideráveis,

umas, tiradas de seu próprio tesouro, outras oferecidas pela caridade dos fiéis do Ocidente. O legado quis aproveitar todos êsses socorros que acabava de receber e propôs continuar a guerra e marchar contra a capital do Egito. O clero aceitou essa proposta, mas os cavaleiros e os barões, que não podiam tolerar sua autoridade, não quiseram acompanhá-lo nessa nova expedição. Foi em vão que êle invocou o poder e a vontade da Santa Sé. Muitos cruzados, mesmo italianos recusaram-se obedecer; e, como se alegava a ausência do Rei de Jerusalém, êle foi obrigado a mandar embaixadores a João de Brienne, para lhe rogar que voltasse ao acampamento e retomasse o comando do exército.

Enquanto os cruzados, ficavam assim na ociosidade, os muçulmanos corriam às armas; os soberanos de Emesa, de Damasco, da Armênia, os príncipes de Hamah, de Baalbec, da Arábia, reuniam novos exércitos. Depois da tomada de Damietta, o sultão do Cairo, se havia retirado com suas tropas ao lugar onde se dividem os dois braços orientais do Nilo; êle tinha mandado construir um palácio no meio do acampamento, rodeado de muralhas. Os muçulmanos lá haviam construído casas, banhos, bazares. O acampamento do sultão logo se tornou uma cidade a que chamaram de *Mansourah* (a vitoriosa) que se devia tornar célebre na história pela derrota e pela ruína dos exércitos cristãos.

Depois que o Rei de Jerusalém voltou a Damietta, os chefes dos cruzados reuniram-se em conselho, para deliberar sôbre o que deviam fazer. O legado do papa deu por primeiro o seu parecer, e propôs, marchar contra a capital do Egito. "Era preciso atacar o mal na sua origem, e vencer os sarracenos, destruindo a base do seu poder . . . O Egito fornecia-lhes soldados, víveres e armas. Apoderando-se do Egito, os inimigos ficaram privados de todos êsses recursos . . . Jamais os soldados da cruz haviam visto maior zêlo, os infiéis maior desânimo . . . Era trair a causa comum, perder-se tão bela oportunidade . . . Quando se atacava um império poderoso, a prudência ordenava que não se abandonassem as armas, senão depois de tê-lo destruído . . . Deter-se depois da primeira vitória, era mostrar mais fraqueza do que moderação . . . O mundo cristão tinha os olhos postos no exército dos cruzados . . . não esperava de seu valor, sòmente a libertação dos santos lugares, mas também a morte de todos os inimigos de Jesus Cristo, a destruição de todos os povos que tinham impôsto um jugo sacrílego à cidade de Deus."

Os bispos, os prelados, a maior parte dos eclesiásticos aplaudiram as palavras do belicoso legado: a opinião de Pelage foi apoiada também pelo Conde Celano e por Mateus da Apulha, que Frederico II tinha mandado ao Egito, com algumas tropas, para combater também os inimigos de Jesus Cristo, mas

êles eram encarregados de anunciar a chegada do mesmo Frederico e de continuar sem tréguas a guerra começada. No entretanto os senhores e os barões, os grão-mestres do templo e de São João, todos os chefes que tinham alguma experiência e conheciam bem o Egito, temiam pelas conseqüências da expedição, proposta pelo legado. O Rei de Jerusalém encarregou-se de manifestar os temores no conselho. Estava-se então no mês de julho, tempo em que o Nilo começa a crescer, em que todos os caminhos do Cairo ficariam cobertos pela água. "Conheceis, disse João de Brienne, todos os perigos, todos os males que vos aguardam na expedição que imaginais? Iremos caminhar por uma terra desconhecida, uma nação inimiga: vencidos, não teremos asilo de espécie alguma; vencedores, nossas vitórias só enfraquecerão o nosso exército. Se nos é fácil conquistar províncias, ser-nos-á talvez, impossível defendê-las . . . Os cruzados sempre prontos a voltar para a Europa, valem mais para ganhar batalhas, que para conservar a posse de terras conquistadas . . . Sem dúvida, com os soldados da cruz, não tememos os exércitos muçulmanos, que se reunem de tôdas as partes; mas, para garantir nossa salvação, não será suficiente apenas vencermos nossos inimigos. Será preciso exterminá-los. Não teremos que lidar sòmente com um exército, mas com um povo todo incitado pelo desespêro . . ." Não se haviam ainda esquecido os males das imprudentes expedições anteriores de Amaury, nas terras do Egi-

to, expedições que não haviam tido outro resultado que aumentar o domínio de Saladino e preparar a decadência do reino de Jerusalém.

João de Brienne, baseava a sua opinião sôbre muitos outros motivos, que lhe ditavam seus conhecimentos da arte da guerra. Terminou suas palavras dizendo que Damietta e Tanis eram suficientes para conter os povos do Egito, que deviam pensar em retomar as cidades que haviam perdido, antes de pensar em conquistar um país que nunca haviam possuído; e finalmente, que êles não se haviam reunido sob as bandeiras da cruz para sitiar Tebas, Babilônia e Mênfis, mas para libertar Jerusalém que abria suas portas aos cristãos e na qual poder-se-iam fortificar contra todos os ataques dos infiéis; e pois que o poderoso Imperador da Alemanha anunciava sua chegada ao Oriente, era conveniente esperá-lo, para se iniciar a campanha decisiva contra os sarracenos.

A maior parte dos barões e dos cavaleiros estava com o Rei de Jerusalém, e viu, como êle, mais perigos que vantagens para os cristãos naquela expedição. Pelage ouviu suas palavras, com impaciência; respondeu que a fraqueza e a timidez cobriam-se muitas vêzes com o manto da prudência e da moderação; que Jesus Cristo não chamava para sua defesa guerreiros tão sensatos e também tão previdentes, mas soldados, que procuravam os combates, mais que razões e viam a grandeza, a glória de um empreen-

dimento e não seus perigos. O legado acrescentou vários motivos aos que já havia apresentado e os expôs com grande aspereza; declarou por fim, num tom de cólera, que a invasão do Egito era uma deliberação da mesma Igreja e ameaçou os castigos de Roma, contra todos os que se ousassem opor aos desígnios de Deus. O Rei de Jerusalém e a maior parte dos chefes, temendo ser excomungados, temendo mais ainda ver sua bravura exposta às mínimas suspeitas, cederam à vontade obstinada de Pelage; o conselho dos barões e dos bispos decidiu que o exército cristão partiria de Damietta para marchar contra o Cairo.

A 16 das calendas de agôsto, (abreviamos a narração de Olivério), os cruzados, puseram-se em marcha. Avançavam pela margem direita do Nilo, em ordem de batalha; contavam-se nas fileiras mais de mil e duzentos cavaleiros, com seus escudeiros e auxiliares de armas; os soldados de infantaria eram tão numerosos que os turcos os comparavam à nuvem de gafanhotos. Quatro mil archeiros, estavam espalhados na frente e à esquerda do exército. Uma frota composta de seiscentos e trinta navios, grandes e pequenos, subia ao mesmo tempo o rio; as bagagens, a tropa sem armas, o clero e as mulheres, caminhavam no meio dos batalhões. Quatro mil cavaleiros muçulmanos vieram atacar os cristãos, em várias tentativas; mas foram sempre repelidos. O exército cristão tinha já passado Farescour, Saremsac e Baramoun;

os habitantes fugiam com suas mulheres e filhos. Por fim, na véspera de São Tiago, o presunçoso cardeal vangloriava-se já de que ia abater o culto de Maomé e fazer triunfar em todo o Oriente a religião da cruz.

Sem dar um só combate, o exército cristão chegou à ponta do Delta de Damietta. Ergueu suas tendas no lugar em que o canal de Aschmoun se separa do Nilo; do outro lado estava Mansourah, onde se reunia o exército muçulmano.

O soberano de Damasco, os príncipes de Alepo, de Emesa, de Boshra, levando numerosas tropas, se tinham pôsto em marcha para vir socorrer o Egito. Em tôdas as cidades egípcias, arautos de armas, proclamavam uma lei do sultão que ordenava a todo o povo que tomasse as armas; enormes tributos eram lançados em tôdas as províncias e a morte ou a prisão castigava a resistência dos pobres, como a dos ricos. Um historiador árabe nos descreve o terror universal do país com estas únicas palavras: *"o Nilo saía do seu leito, e ninguém com isso se importava.* Tudo o que o Egito tinha de tesouros, de armas, de víveres, tudo o que tinha de homens em condições de combater, tomava o rumo de Mansourah. No entretanto, Malek-Kamel, não ousava enfrentar os cruzados e temia a sua coragem tantas vêzes experimentada. A notícia da chegada de Frederico, a aproximação dos tártaros e a mesma multidão que acorria para defender o país, davam aos príncipes muçulmanos sérias

apreensões e os fazia desejar terminar uma guerra que lhes esgotava os recursos, consumava as fôrças e não lhes oferecia mesmo nas vitórias, a compensação de tantos esforços e sacrifícios.

Embaixadores vieram propor a paz aos chefes do exército cristão: os muçulmanos ofereciam a seus inimigos, se consentissem em depor as armas, a restituição de todo o reino de Jerusalém. João de Brienne e a maior parte dos barões, que viam as dificuldades e os perigos da expedição iniciada, escutaram com tanta surprêsa, quanta alegria, as propostas dos infiéis e não hesitaram em aceitá-las; mas êles não tinham mais nenhum poder no exército. O legado, que exercia um poder absoluto e que sonhava sem cessar com novas conquistas, tomou as disposições pacíficas por um efeito de temor e só pensou em combater um inimigo que pedia graça.

Os embaixadores, voltando ao acampamento dos muçulmanos, disseram que os cristãos recusavam a paz. Suas palavras excitaram a indignação e a indignação reergueu-lhes a coragem; o sultão do Cairo só pensou então em se defender; seu acampamento todos os dias tomava um novo aspecto, cada vez mais formidável. Logo um terrível auxiliar, em que Pelage não havia jamais pensado, devia proteger os infiéis contra seus inimigos e fazê-los triunfar sem combates nem perigos.

Por tôda a parte ouviam-se sons das trombetas e dos clarins; aquém como além do canal só se viam,

ao longe, escudos e lanças. A crônica do Tours faz aqui uma descrição interessante do exército cristão. "Os romanos, diz ela, no meio dos quais havia um legado, não deixavam de manifestar seu orgulho; os espanhóis e os gascões, faziam ouvir sua linguagem jocosa; os alemães, mostravam a obstinação do seu caráter. A milícia dos franceses, que se reconhecia pela modéstia, pela simplicidade de seus costumes e pelo brilho de suas armas, se havia reunido em redor do Rei de Jerusalém, com os templários e os hospitalários e se conservava bem longe do barulho e dos clamores, sempre pronta a repelir os ataques dos sarracenos. Os genoveses, os pisanos e os venezianos, os cruzados da Apulha acamparam ao longo do rio Nilo, encarregados de vigiar os navios." No estado de sua inação em que ficou o exército, muitos cansaram-se de uma guerra onde não se travavam batalhas; outros, julgaram que não se tinha necessidade de seu auxílio; alguns mais previdentes sentiam temor de próximos reveses; mais de dez mil cruzados abandonaram o acampamento e voltaram a Damietta.

O exército cristão estava há três semanas na presença do inimigo, esperando o sinal das vitórias que lhe haviam prometido. Por fim, as inundações do Nilo vieram perturbar a imprudente segurança dos soldados da cruz e forneceram a seus inimigos os meios de atacá-los com êxito. A frota muçulmana, transportando-se ora por terra, ora avançando pelos canais do Delta, entrou no rio diante de Sarensah.

Então, tôda a comunicação estava interrompida entre Damietta e o acampamento dos cruzados; vários navios cristãos foram aprisionados pelos infiéis. O exército cristão não tinha víveres e nem os meios de consegui-los; não podia também marchar mais para o Cairo. Os chefes reuniram-se em conselho e deliberaram a respeito da resolução que deveriam tomar. Depois de uma longa discussão, deu-se o sinal da retirada; mas, enquanto o exército, ao anoitecer, se preparava para partir, a multidão imprudente pôs fogo nos pavilhões e os muçulmanos foram assim avisados pelo clarão das chamas. Um grande número de peregrinos que tinha bebido o vinho que não se podia levar, tomados pela embriaguez, arrastavam-se com dificuldade ou caíam pelo caminho; os cruzados, andando nas trevas, não seguiam mais suas bandeiras e desgarravam-se por campos desconhecidos. Trezentos padres, depois de ter obtido a permissão do legado, precipitaram-se para os navios; mas pereceram quase todos; receberam, diz a crônica de Tours, a palma do martírio, e *Deus começou assim pelo seu santuário*.

Ao despontar do dia, o exército cristão viu acorrer a cavalaria muçulmana, que o atacava pela ala direita e procurava impeli-lo para o Nilo. Na retaguarda do exército precipitava-se uma multidão de etíopes, de côr negra, cuja horrível nudez, espalhava o terror. A bravura do Rei João, dos cavaleiros do templo e do hospital, deteve a impetuosidade

dos muçulmanos e os soldados etíopes, feridos pela espada, lançaram-se no rio, semelhantes, diz Olivério, a um bando de rãs, que saltam nos pauis. Mas, na noite seguinte, enquanto o exército cristão, tomava um pouco de alento, o sultão do Cairo mandou abrir tôdas as comportas e a *água do Nilo correu sôbre a cabeça dos que estavam dormindo.* Logo reapareceram os etíopes, ávidos do sangue dos cruzados; a desordem introduziu-se no exército, que não se pôde reunir para a batalha. A multidão dos muçulmanos ocupava os lugares elevados, os soldados cristãos vagavam ao acaso, na planície, perseguidos pelas águas do rio, que inundara tudo e por um inimigo ao qual acabavam de recusar a paz.

Nessa triste conjuntura, o Rei de Jerusalém, e os principais chefes da Cruzada mandaram vários dos seus cavaleiros aos muçulmanos para lhes propor um combate; mas êstes não foram tão imprudentes, nem tão generosos, para aceitar uma proposta inspirada pelo desespêro. Os cristãos, esgotados pela fome e pelo cansaço, a cavalaria, prêsa nas águas, não podiam nem avançar, nem recuar. Os soldados de infantaria tinham abandonado as armas, as bagagens do exército flutuavam nas águas; só se ouviam gemidos e queixas. "Quando os guerreiros francos, diz um historiador árabe, viram a morte diante de si mesmos, suas almas caíram no aviltamento e seu dorso se curvou sob o castigo de Deus ao qual se deve todo louvor."

Pelage teve então que sentir todo o pêso e a responsabilidade de sua culpa. Poder-se-ia aprovar seu projeto de marchar contra o Cairo, mas, para ser executado, tinha êle necessidade de um chefe hábil, que merecesse o amor e a confiança dos cruzados. O legado presunçoso desprezou os conselhos e não previu obstáculo algum; êle conduzia um exército de descontentes, êle tinha revoltado todos os chefes pelo seu orgulho e aquêles aos quais tinha confiado seus segredos, traíram-no. No meio dos clamores e das queixas do exército ao qual êle tinha prometido a vitória, Pelage foi obrigado a negociar a paz; sua altivez abaixou-se até chegar a implorar a clemência dos muçulmanos. Embaixadores cristãos, entre os quais notavam-se o Bispo de Tolemaida e outros, foram propor aos vencedores uma capitulação; êles ofereciam a restituição da cidade de Damietta e pediam, para o exército, a liberdade de voltar à Palestina. Os príncipes muçulmanos reuniram-se em conselho, para deliberar a respeito das propostas dos cruzados. Uns eram de opinião que se aceitasse a capitulação; outros, queriam que todos os cristãos ficassem como prisioneiros de guerra. Entre os que propunham medidas mais rigorosas estava o Príncipe de Damasco, implacável inimigo dos francos. "Não se podia fazer um tratado, dizia êle, com guerreiros sem humanidade e sem fé. Deviam-se lembrar a sua barbárie na guerra e suas traições na paz . . . Êles estavam armados para devastar as províncias, para destruir

as cidades, para derribar o culto de Maomé . . . Pois que a sorte punha nas mãos *dos verdadeiros crentes* os mais cruéis inimigos do islamismo e os devastadores do Oriente, deviam êles ser imolados para salvação das nações muçulmanas e aproveitarem-se da vitória, para atemorizar perenemente todos os povos da *crença de Yssa.*

A maior parte dos príncipes e dos emires animados pelo fanatismo e pela vingança, aplaudiam estas palavras e êstes discursos violentos. O sultão do Cairo, mais moderado, sem dúvida, mais previdente, também, que os outros chefes, temendo sempre a chegada de Frederico, a invasão dos tártaros, e talvez, também o abandono de seus aliados, o dos seus próprios soldados, combatia a opinião do Príncipe de Damasco e propôs aceitar a capitulação dos cristãos." Todos os francos, não estavam naquele exército, que se poderia reter prisioneiro; outros cruzados guardavam Damietta e podiam defendê-la. Os muçulmanos tinham sustentado um cêrco de dezoito meses; os cristãos poderiam resistir por muito mais tempo ainda . . . Não era mais vantajoso para os príncipes da família de Saladino retomar suas cidades do que conservar alguns de seus inimigos nas prisões? . . . Se se destruísse o exército cristão, o Ocidente para vingar a vergonha da derrota de seus guerreiros, mandaria para o Oriente inúmeras legiões . . . Não se deviam esquecer de que as províncias muçulmanas estavam esgotadas . . . de que tôdas as espécies de

violência tinham sido empregadas para se obter dinheiro, para se recrutarem tropas . . . Outros inimigos que os cristãos mantinham desarmados, outros perigos que não aquêles dos quais acabavam de escapar, podiam logo ameaçar a Síria e o Egito . . . Era sensato fazer paz naquele momento mesmo, a fim de se prepararem para novos combates, para guerras, mais cruéis, talvez, que aquela que acabavam de fazer e que tinha um têrmo tão glorioso para os muçulmanos."

As palavras de Malek-Kamel, trouxeram os príncipes de sua família a melhores sentimentos; a capitulação foi aceita. O sultão do Cairo mandou seu próprio filho ao acampamento dos cristãos como penhor de sua palavra. O Rei de Jerusalém, o Duque da Baviera, o legado do papa e os principais chefes do exército cristão, dirigiram-se ao acampamento dos turcos e ficaram como reféns até o cumprimento do tratado.

Depois que os embaixadores do exército prisioneiro chegaram a Damietta e comunicaram a notícia do desastre e o cativeiro dos cristãos, suas palavras arrancaram lágrimas, a todos os cruzados que chegaram então do Ocidente. Quando êsses mesmos embaixadores disseram que a cidade devia ser restituída aos infiéis, a maior parte dos francos não pôde conter a indignação e recusou-se reconhecer um tratado tão vergonhoso para os soldados da cruz. Uns queriam voltar à Europa e se preparavam para desertar das ban-

deiras da Cruzada; outros, correram para as muralhas, apoderaram-se das tôrres e juraram defendê-las.

Poucos dias depois, novos embaixadores vieram comunicar que o Rei de Jerusalém e os outros chefes do exército entregariam Tolemaida aos muçulmanos, se êles se recusassem entregar Damietta. Para acabar de vencer a obstinação e a resistência dos que queriam defender a cidade e atribuíam ao exército prisioneiro a vergonha dos cristãos, êles acrescentaram que aquêle exército, na sua derrota, tinha obtido um prêmio digno de seus primeiros feitos e que os turcos se tinham comprometido a restituir a verdadeira cruz do Salvador que havia caído em poder de Saladino na batalha de Tiberíades. Os mais ardentes dos peregrinos cederam por fim aos rogos dos enviados. Então o povo e os soldados espalharam-se pela cidade, para tirar tudo o que havia de riquezas, enquanto o clero, levado pelo desespêro, quebrava, nas igrejas, os altares e as imagens dos santos, que iam ser expostas aos ultrajes dos infiéis. No meio da consternação geral e das mais violentas desordens, Damietta foi restituída aos turcos.

No entretanto, o exército cristão tinha perdido suas tendas e bagagens; tinha passado vários dias e várias noites numa planície coberta pelas águas do Nilo. A fome, as doenças, a inundação, iriam dizimá-lo por completo. O Rei de Jerusalém, que então se encontrava no acampamento dos turcos, informado da horrível carestia dos cristãos, rogou a Malek-

Kamel que tivesse piedade de seus inimigos desarmados. O continuador de Guilherme de Tiro, que nos serve de guia aqui, em nossa narração, narra em sua linguagem antiga, a entrevista tocante que João de Brienne teve com o sultão do Egito. "O rei sentou-se diante do sultão e se pôs a chorar; o sultão contemplou o rei que chorava e disse-lhe: Majestade, por que chorais? — Sire, eu tenho razão, respondeu o rei, pois eu vejo o povo, que Deus me confiou, morrer no meio da água e de fome. O sultão teve pena, por ter visto o rei chorar e chorou também; depois mandou trinta mil pães aos pobres e aos ricos; assim mandou-lhes quatro dias em seguida."

Malek-Kamel, mandou fechar as comportas e a planície deixou de ser inundada. Quando Damietta foi entregue aos muçulmanos, o exército cristão começou a retirada. Os cruzados que deviam a liberdade e a vida aos turcos, atravessaram a cidade que lhes havia custado tantos combates e dificuldades e deixaram as margens do Nilo, onde alguns dias antes, juravam fazer triunfar a causa de Jesus Cristo. Levavam tristemente a verdadeira cruz, de cuja autenticidade deveriam suspeitar pois não operava mais prodígios e não era mais para êles sinal da vitória. O sultão do Egito, os tinha feito acompanhar por um de seus irmãos, encarregado de prover a tôdas as necessidades dos retirantes, durante tôda a viagem. Os chefes dos muçulmanos estavam impacientes por ver partir um exército que tinha ameaçado

o império. Mal acreditavam em seu triunfo e algumas apreensões misturavam-se sem dúvida, com a piedade que lhes inspiravam os inimigos vencidos.

Tinha-se dado em Tolemaida muitas graças pelas vitórias dos cristãos nas margens do Nilo, julgava-se já ver os santos lugares livres e o império muçulmano destruído. O regresso do exército fêz voltar o luto e a consternação que substituíram a tranqüilidade e a alegria. Em tôdas as cidades muçulmanas, celebravam-se festas públicas pela libertação do Egito. Os cantos dos poetas comparavam o sultão do Cairo ao profeta Maomé, cuja religião triunfante dominava vastas regiões outrora submetidas às leis de Moisés e de Jesus Cristo. Seu irmão, o príncipe de Kelat, chamado *Mousa* ou *Moisés,* era comparado ao legislador dos hebreus, cuja vara milagrosa tinha chamado a vingança do céu sôbre os inimigo de Israel e suscitado enfim contra êles a cólera das águas. O Egito no entretanto, no meio dêsses hinos e cânticos de triunfo, ainda estava mergulhado na desolação. Os árabes beduínos, por ordem do sultão, tinham devastado tôdas as províncias próximas do teatro da guerra. Todos os que se entregavam à indústria e aquêles dos quais se suspeitava possuir ouro, haviam sido perseguidos e roubados; as terras mais fecundas haviam-se tornado estéreis, os ricos ficaram pobres. Nessa calamidade geral, os cristãos não deviam ser poupados; tiraram-lhes os bens, atiraram-nos às prisões, muitos per-

deram a vida, e, o que foi para êles maior motivo de aflição, fecharam-lhes os oratórios e demoliram-lhes as igrejas.

Êstes os primeiros resultados de uma Cruzada decidida num concílio, pregada em nome da Santa Sé ao mundo cristão e cujos preparativos tinham ocupado a Europa durante vários anos.

Tôdas as Cruzadas precedentes tinham um objeto distinto; uma marcha fácil de se fazer e se distinguiam por feitos notáveis ou por grandes reveses. A de que falamos agora e que deve abranger um espaço de vinte anos ainda, une-se a tantos acontecimentos diversos, a tantos interêsses opostos, a tantas paixões estranhas às guerras santas, que apresenta a princípio, apenas um quadro confuso, e que o historiador, sem cessar, ocupado em fazer conhecer as revoluções do Oriente e do Ocidente, pode, com razão, ser acusado, de ter, como a Europa cristã, esquecido Jerusalém e a causa de Jesus Cristo.

Lendo o livro doze desta história, percebemos que já estamos longe do século que viu nascer as Cruzadas e que foi testemunha dêsses brilhantes progressos. Se compararmos esta guerra com as que a precederam, é fácil ver-se que ela tem um caráter diferente, não sòmente na maneira com que foi conduzida, mas ainda nos meios empregados para inflamar o zêlo dos cristãos e fazê-los tomar as armas.

Quando vimos os incríveis esforços dos papas para armar os povos do Ocidente, a princípio nos

admiramos do pouco resultado que obtiveram suas exortações, suas ameaças, suas orações e rogos. Basta comparar o Concílio de Clermont, convocado por Urbano, com o Concílio de Latrão, presidido por Inocêncio; no primeiro, as queixas de Jerusalém suscitam soluços no auditório; no segundo, mil objetos diferentes vêm ocupar a atenção dos padres da igreja, que se exprimem sem comoção e sem pesar a respeito das desgraças da Terra Santa. À voz de Urbano, os cavaleiros, os barões, os eclesiásticos, juraram todos ao mesmo tempo ir combater contra os infiéis; o Concílio tornou-se de repente uma assembléia de guerreiros: não se deu o mesmo no Concílio de Latrão, onde ninguém tomou a cruz e não se viu brilhar aquêle vivo entusiasmo que o papa queria despertar em todos os corações.

Fizemos notar em nossa narração, que os pregadores da guerra santa, permitiam aos peregrinos isentar-se de seu voto pagando uma soma de dinheiro; essa maneira de expiar os pecados pareceu uma inovação escandalosa; e a indulgência dos missionários da Cruzada, que assim dispensavam da peregrinação aos que tinham tomado a cruz, fê-los perder algo de seu ascendente. Êles já não eram como antes, os enviados do céu; a multidão não reconhecia mais nêles o dom dos milagres; por vêzes êles foram obrigados a usar de ameaças e dos castigos da Igreja para atrair ouvintes aos seus sermões. Muitas vêzes mesmo o povo deixou de considerá-los

como intérpretes do Evangelho e via nêles apenas os cobradores da Santa Sé. Êsse comércio de privilégios da Cruzada, comprados a pêso de ouro, deteve o fluxo de paixões generosas e confundiu no espírito dos cristãos as coisas da terra com os pensamentos do céu.

Encontramos outra diferença notável na pregação dessa Cruzada: a recusa em aceitar os grandes culpados, sob as bandeiras da cruz, o espanto que causava aos cavaleiros cristãos o alistamento da multidão obscura do povo na santa milícia, são suficientes para marcar uma mudança nos costumes e nas opiniões dos cruzados. O sentimento da honra, que mantém o amor da glória e tende a restabelecer distinções entre os homens, parecia ter prevalecido sôbre o sentimento puramente religioso, que inspira a humildade, reconhece a todos os cristãos, direitos iguais, e confunde o arrependimento com a virtude. A Cruzada, em que se admitiam apenas homens valentes, bravos, deixava de algum modo, de ser verdadeiramente religiosa e começava a se assemelhar às guerras ordinárias, nas quais os chefes são senhores de escolher seus soldados.

O entusiasmo das guerras santas despertava-se apenas suntuàriamente, como um fogo, prestes a se extinguir; os povos tinham necessidade de um grande acontecimento, de uma circunstância extraordinária e do exemplo dos príncipes, para se armar contra os infiéis. As sutilezas dos teólogos, que tudo que-

riam submeter às suas discussões, contribuíram para arrefecer o que restava daquele ardor piedoso e guerreiro que, até então, tinha sido necessário moderar, e conter nos justos limites. Disputou-se nas escolas, a respeito da questão, em que caso um cristão estava isento de cumprir o seu voto; que soma devia pagar para ser dispensado de uma promessa feita a Jesus Cristo; se certos exercícios de piedade eram suficientes para substituir a peregrinação: se um herdeiro devia cumprir o juramento de um testador; se o peregrino que morria indo à Cruzada tinha mais mérito aos olhos de Deus do que aquêle que morria ao regressar; se a mulher podia receber a cruz sem o consentimento do marido e o marido sem o consentimento de sua mulher, etc. Desde o momento em que tôdas essas questões foram solenemente discutidas e sôbre vários pontos as opiniões foram divididas entre os teólogos, o entusiasmo que não raciocina, enfraqueceu-se diante da frágil razão dos doutôres e os peregrinos pareceram ceder aos transportes de um sentimento generoso que não à necessidade de cumprir um dever e de seguir uma regra determinada.

Durante as pregações e os preparativos dessa Cruzada a Europa ofereceu um espetáculo novo, que certamente chamou a atenção dos observadores atentos e inteligentes: uma Cruzada de crianças. Os que procuram explicar o coração humano pelos acontecimentos históricos, não encontram nenhum fenômeno semelhante na história antiga nem na mo-

derna. Não se podia mais reanimar o entusiasmo dos cruzados e a tímida infância foi chamada para dar o exemplo. Pudemos notar que, quando as paixões e as opiniões que dominam as sociedades tendem a se enfraquecer, ali se mistura muitas vêzes algo de singular e de bizarro, que atesta seu descrédito ou sua decadência e mostra os vãos esforços tentados para lhes restituir a fôrça e a vida.

Nesta sexta Cruzada, os cristãos jamais reuniram todos os seus esforços contra os infiéis; nenhum espírito de ordem presidiu os seus empreendimentos; os cruzados, que não cumpriam sua missão levados pelo zêlo, partiam apenas levados pela vontade ou pela fantasia; uns voltavam para a Europa sem ter combatido contra os muçulmanos; outros, abandonavam as bandeiras da Cruzada depois de uma vitória ou de uma derrota; novos cruzados eram sem cessar chamados para defender as conquistas ou reparar às faltas daqueles que os haviam precedido. Embora nessa Cruzada o Ocidente tivesse reunido mais de quinhentos mil guerreiros, que haviam partido para a Palestina ou para o Egito, as margens do Jordão e do Nilo raramente viram grandes exércitos. Como os cruzados jamais se tivessem reunido em grande número, não vieram a sentir nem a carestia e nem os flagelos que tinham ceifado os exércitos dos primeiros defensores da cruz; mas, se êles experimentaram menos reveses, se foram mais disciplinados, podemos dizer também que não mostraram aquêle ardor e

aquelas vivas paixões que os homens se comunicam entre si e que tomam um novo grau de fôrça e de atividade no meio de uma multidão reunida, para a mesma causa e sob as mesmas bandeiras.

Levando o teatro da guerra para o Egito, os cristãos não tiveram mais ante os olhos, como na Palestina, os monumentos e os lugares venerados que lhes podiam recordar a religião e o Deus pelo qual iam combater; não tinham mais diante de si o rio Jordão, o Líbano, o Tabor, o monte de Sião, cuja presença feria vivamente a imaginação dos primeiros cruzados.

Nas outras Cruzadas, os papas se haviam contentado em excitar o entusiasmo dos peregrinos e em dirigir ao céu orações pelas conquistas dos cruzados; nesta guerra, os chefes da igreja quiseram dirigir as expedições e orientar, por meio de seus legados, as operações militares dos exércitos cristãos. A invasão do Egito tinha sido determinada no Concílio de Latrão sem que fôssem ouvidas as opiniões dos guerreiros mais experimentados. Depois de começadas as hostilidades, vimos os enviados do papa presidir a todos os atos da guerra; por suas pretenciosas ambições, como por sua ignorância, enfraqueceram êles a confiança e o entusiasmo dos soldados da cruz, puseram a perder todos os frutos da vitória e fizeram nascer uma vergonhosa rivalidade entre o poder espiritual e o poder temporal.

Se na Cruzada precedente a expedição dos soldados cristãos contra a Grécia, não tinha conseguido para o Ocidente grandes vantagens, pelo menos ilustrou as armas do venezianos e dos franceses. Na guerra que acabamos de descrever, os cavaleiros e os barões que tomaram a cruz nada acrescentaram à sua glória e à sua fama. Os cruzados que puderam rever a pátria, só trouxeram a lembrança das mais vergonhosas desordens. Um grande número dêles, voltando à Europa, só mostraram aos seus compatriotas os ferros de sua escravidão e as doenças contagiosas do Oriente.

Os historiadores que seguimos não falam das devastações da lepra entre os povos do Ocidente; mas o testamento de Luís VIII, monumento histórico dessa época, atesta a existência de dois mil leprosários sòmente no reino da França. Êsse doloroso espetáculo deve ter sido um motivo de espanto para os mais fervorosos dos cristãos, e os desencantou daquelas regiões do Oriente, onde sua imaginação só havia visto prodígios e maravilhas.

O cêrco de Damietta, no entretanto teve alguma glória, e pode ser comparado, pela sua duração e pela resistência oferecida aos cruzados, ao célebre cêrco de Tolemaida. Todavia o Oriente não teve então, nem grandes príncipes, nem grandes generais; e, como o legado e os eclesiásticos dirigiam quase sòzinhos a Cruzada, os combatentes demonstraram mais devoção do que entusiasmo belicoso. Cele-

brando o ousado mas infeliz empreendimento, de alguns guerreiros cristãos, que atacaram Damietta, do lado do rio, um cronista, testemunha ocular, acrescenta que êsses guerreiros não eram daqueles cujas armas o céu devia proteger, *pois sòmente o amor da glória os levava a combater.* Essa reflexão de Olivério Escolástico nos faz ver que sentimento animava a maior parte dos cruzados.

Os milagres, as visões celestes, misturam-se sem cessar, nas crônicas contemporâneas, às narrações dos fatos do cêrco. Os historiadores não esquecem nem os jejuns, nem as procissões determinadas pelo clero, nem as orações feitas em voz alta no campo de batalha. Sua relação é sempre interrompida por máximas piedosas ou citações da Escritura; e, chegando ao último assalto à cidade êles nos apresentam o exército cristão precedido por seus sacerdotes cantando nas muralhas e aos pés dos muros, os cânticos da Igreja; sua narração nos parece oferecer não a descrição de um combate mas o espetáculo de uma cerimônia religiosa.

Entre os povos que então combatiam sob as bandeiras da cruz a história deve notar os peregrinos de Colônia, os da Frísia e da Holanda. Em memória dos gloriosos feitos desta guerra, Frederico II recebeu cavaleiro a Guilherme, Conde da Holanda e permitiu aos habitantes de Harlem, acrescentar uma espada de prata às quatro estrêlas pintadas em seu estandarte. Na capital da Frísia, o uso havia sido

conservado até os tempos modernos de se levar em procissão a imagem do navio que tinha rebentado as correntes do Nilo. Dois sinos provenientes dos despojos feitos na Cruzada e suspensos ao alto de uma tôrre, ressoavam tôdas as tardes para lembrar os feitos dos frisões e dos holandeses, durante o cêrco de Damietta. Um dos traços característicos do tempo de que falamos, é o espírito de proselitismo levado ao excesso e à extrema confiança dos fiéis no dom da persuasão, concedido à igreja. Vimos o Papa Inocêncio mandar embaixadores e mensagens aos príncipes muçulmanos da Síria, persuadido de que os mesmos infiéis não resistiriam às suas exortações apostólicas. Nossos leitores notaram com que piedosa ousadia São Francisco de Assis enfrentou a presença e a espada dos turcos, tendo como salvaguarda e como defesa, apenas seu bastão de peregrino e as palavras do Evangelho. Resta-nos uma carta muito interessante dirigida ao sultão do Cairo por Olivério Escolástico depois da restituição de Damietta e da derrota dos cristãos. Nessa carta destinada a converter o sultão e a obter a restituição do reino de Jerusalém, Olivério agradecia ao príncipe muçulmano a humanidade demonstrada para com os cristãos. "Vós tendes, dizia-lhe êle, cumulado nossos reféns de todos os bens que o Egito possui em abundância; vós mandastes todos os dias vinte ou trinta mil pães, com forragem; construístes uma ponte e secastes os caminhos, que a água tinha tornado impra-

ticáveis; vós nos defendestes como a pupila dos vossos olhos. Quando um animal de carga se extraviava, vós dáveis ordem para que êle fôsse reconduzido ao seu dono. Fizestes transportar, às vossas custas, os doentes e os fracos; e o que é ainda mais extraordinário, proibistes, sob penas terríveis que se insultassem os cristãos, com palavras e mesmo com gestos." Olivério Escolástico que unia as luzes do seu tempo a uma grande simplicidade de coração, tinha mais fé no poder dêstes raciocínios do que nos prodígios da coragem. Aquêle ardor de converter os muçulmanos, tinha sem dúvida sua base em uma convicção profunda das verdades do Evangelho; mas, pode-se dizer que tinha também muito de orgulho, nascido nas controvérsias da escola, pelo qual as discussões teológicas eram verdadeiros combates e persuadiam-se cada dia mais de que Deus tinha prometido submeter o mundo aos argumentos e às sutilezas dos doutôres.

Uma última reflexão acabará por nos dar a conhecer bem a época que acabamos de descrever; entre os abusos que então se fêz do espírito das Cruzadas e das desgraças que elas trouxeram empós de si, não podemos esquecer as guerras civis e religiosas de que a França e várias regiões da Europa foram teatro. O desejo violento de reunir todos os homens pelos liames da fé ortodoxa muitas vêzes armou os povos uns contra os outros. Em suas expedições ao Oriente, os cristãos haviam-se familiarizado com a idéia de empregar a fôrça e a vio-

lência para mudar os corações e as opiniões. Como se havia feito por muito tempo a guerra contra os infiéis assim quiseram fazê-la aos hereges; armaram-se, primeiro, contra os albigenses, depois contra os pagãos da Prússia, pela mesma razão que os havia armado contra os muçulmanos.

Os escritores modernos clamaram com veemência contra essas guerras desastrosas; mas, muito tempo antes do século em que estamos, a Igreja tinha condenado os excessos de um fanatismo cego. Santo Agostinho, Santo Ambrósio, os Padres dos Concílios tinham ensinado há muito tempo ao mundo cristão, que não se destrói o êrro com a espada e que não se deve pregar aos homens as verdades do Evangelho no meio de ameaças e de violências de uma guerra.

A Cruzada contra os prussianos mostra-nos tudo o que a ambição, a avareza, a tirania têm de mais cruel e de mais bárbaro. O tribunal da história não poderia julgar com muita severidade os chefes dessa guerra, cujas devastações e fúria se prolongaram durante mais de um século; mas, condenando os excessos dos conquistadores da Prússia, devemos convir a respeito das vantagens que a Europa pôde obter de seus feitos e de suas vitórias. Uma nação separada de todos os outros povos por seus costumes e usos, deixou de ser estrangeira à república cristã. A indústria, as leis, a religião, que caminhavam empós dos vencedores para amenizar os males da

guerra, espalharam seus benefícios entre as hordas selvagens. Várias cidades florescentes ergueram-se no seio das florestas, e o carvalho de Romové, à sombra do qual se imolavam vítimas humanas, foi substituído por igrejas onde se pregavam a caridade bem como as virtudes do Evangelho.. As conquistas dos romanos foram por vêzes mais injustas, suas guerras, mais bárbaras, ofereciam menos vantagens ao mundo civilizado, e no entretanto elas não deixaram de ser objeto da admiração e algumas vêzes mesmo dos elogios da posteridade.

A guerra dos albigenses foi mais cruel e mais infeliz que a Cruzada dirigida contra os povos da Prússia. Os missionários e os guerreiros ultrajaram com seu proceder tôdas as leis da justiça e da religião que êles queriam fazer triunfar. Os hereges usaram muitas vêzes de represálias contra seus inimigos. De ambos os lados armaram-se com o ferro assassino, de ambos os lados a humanidade teve a deplorar os mais culpáveis excessos.

Percorrendo os sangrentos anais da Idade Média, afligimo-nos principalmente por ver guerras empreendidas e continuadas em nome de uma religião de paz, enquanto mal encontramos um exemplo de guerra religiosa entre os antigos e sob as leis do paganismo. Devemos crer que os povos modernos e os da antiguidade tiveram as mesmas paixões; mas, entre os antigos, a religião entrava menos no coração dos homens e no espírito das instituições sociais. O

culto dos falsos deuses não tinha nenhum dogma positivo; nada acrescentava à moral; não prescrevia deveres aos cidadãos; não estava ligado às máximas da legislação e encontrava-se de algum modo, fora da sociedade. Quando se atacava o paganismo ou se mudava alguma coisa ao culto dos falsos deuses, não se feriam profundamente os afetos, os costumes, os interêsses das sociedades pagãs. Não foi o mesmo com o cristianismo, que principalmente na Idade Média se misturava com tôdas as leis civis lembrava ao homem todos os seus deveres para com a pátria, e unia-se a todos os princípios da ordem social. Na civilização nascente da Europa, a religião cristã, confundia-se com todos os interêsses do povo; era de algum modo o fundamento de tôda a sociedade; era a mesma sociedade; não nos devemos portanto admirar de que os homens estivessem dispostos a se deixar entusiasmar pela sua defesa. Então todos os que se separavam da religião cristã separavam-se da sociedade; e todos os que rejeitavam as leis da igreja, deixavam com isso de reconhecer as leis da pátria. É sob êsse ponto de vista que devemos considerar as Cruzadas dos albigenses e dos prussianos, que eram menos guerras religiosas do que guerras sociais.

LIVRO DÉCIMO TERCEIRO

CRUZADA DE FREDERICO II — CRUZADA DO REI DA NAVARRA

1222-1241

Sétima Cruzada. O Imperador Frederico II aceita o reino de Jerusalém; descontentamento de João de Brienne, seu sogro; estado geral da Europa; morte de Honório III; Gregório IX; suas questões com o Imperador da Alemanha; Frederico em Tolemaida; suas negociações com Malek-Kamel; entra em Jerusalém, volta a Tolemaida, navega para a Itália e encontra-se com o papa; Thibaut V, Conde de Champanha e Rei da Navarra, toma a cruz; tem muitos imitadores; decadência do império franco de Constantinopla; Gregório IX opõe-se à partida dos cruzados; persiste em suas determinações; morte de Malek-Kamel; expedição contra Damasco; expedição contra Gaza; os cristãos ali são vencidos; os franceses tornam a embarcar; Ricardo de Cornualha; Inocêncio IV. — Resumo da sétima Cruzada.

Começando esta obra, eu estava bem longe de conhecer a tarefa que me havia impôsto; animado pelo interêsse de meu argumento, cheio de grande confiança em minhas fôrças, eu julgava, sem cessar, tocar o término do meu trabalho, semelhante àqueles pobres aldeões que, partindo para a primeira Cruzada, pensavam que a primeira cidade que encontravam era logo Jerusalém.

Deixamos os cruzados afastarem-se tristemente de uma terra que êles haviam conquistado. A sexta Cruzada já se tinha assinalado por grandes vitórias, por grandes reveses e o príncipe que o chefe da Igreja designava para comandar as santas expedições ao Oriente não tinha deixado a Europa. O domínio da Sicília e da Itália atraíam cada um por sua vez a atenção da côrte de Roma e a do Imperador da Alemanha, e a libertação dos santos lugares servia de véu para os empreendimentos políticos. Os pontífices tinham, sem dúvida, o projeto sincero de socorrer as colônias cristãs. A história contemporânea narra suas pregações, seus trabalhos e os prodígios de seu zêlo infatigável. Mas a ambição de Frederico II ocultava outros desígnios; o engrandecimento de seu

império no Ocidente ocupava mais seus pensamentos do que a conquista de Jerusalém.

Antes da tomada de Damietta, Frederico tinha mandado ao Egito como seus lugar-tenentes, o Duque da Baviera e Mateus, Conde da Apulha. Tinha-lhes ordenado que se entendessem com o legado do papa e não fizessem a paz com os turcos, sem o consentimento da Igreja Romana. Não obstante esta deferência para com a Santa-Sé, quando os cristãos vencidos em Mansourah foram obrigados a abandonar suas conquistas, ergueram-se muitas queixas de tôdas as partes contra o Imperador da Alemanha e o papa mesmo o acusou de ter, com seu atraso, contribuído para os desastres do exército cristão. Frederico lembrou com ardor os serviços que tinha prestado à Cruzada; como a côrte de Roma persistia em acusá-lo, em vez de protestar sua inocência, êle encheu-se de cólera. Desde aquêle momento, Honório, quer porque intimidado pelas palavras de Frederico, quer porque seguia a moderação de seu caráter, só se ocupou em pacificar o príncipe que êle tinha irritado com suas ameaças. Para interessar Frederico o projeto da Cruzada, êle pensou em lhe oferecer um reino na Ásia, e propôs-lhe desposar Iolanda, filha e herdeira do Rei de Jerusalém. Os grandes senhores do templo e do hospital, da Ordem Teutônica, o Patriarca, o Rei de Jerusalém chamados à Itália para deliberar sôbre os assuntos da Cruzada, aplaudiram essa união, que lhes garantia o auxílio

de um poderoso monarca. Frederico aceitou um reino que êle prometeu defender e consentiu em ser excomungado se faltasse às promessas.

1223. Depois dessa reunião na Campânia, o Rei João de Brienne foi pedir auxílio para a Terra Santa nos principais Estados da Europa. Quando o Rei de Jerusalém chegou à França, os franceses choravam a morte de Filipe Augusto. João de Brienne assistiu aos funerais de seu benfeitor que tinha legado, morrendo, três mil marcos de prata para os defensores da Palestina. Depois de ter prestado as últimas homenagens a Filipe Augusto, o Rei de Jerusalém foi à Inglaterra e à Alemanha, onde sua presença e suas palavras lembraram aos cristãos as desgraças da Terra Santa.

Por seu lado, o imperador Frederico fazia todos os preparativos necessários para uma expedição que êle devia dirigir em pessoa. Construiram, por sua ordem, em todos os portos da Sicília, navios, para o transporte dos cruzados. "O céu e a terra, escrevia êle ao papa, são testemunhas de que eu desejo de tôda a minha alma o triunfo das armas cristãs e da que tudo eu faço para garantir o feliz resultado da santa expedição. "Em tôdas as suas cartas, Frederico exortava o Soberano Pontífice a tudo fazer para aumentar o número dos soldados de Jesus Cristo. Tornando-se assim mais zeloso pela cruzada que o papa mesmo, êle censurava a côrte de Roma por poupar

as indulgências e por confiar a pregação da guerra santa a oradores vulgares; êle aconselhava o papa redobrar seus esforços para acalmar as dissensões entre os príncipes cristãos e fazer concluir um tratado de paz entre os reis da França e da Inglaterra, a fim de que a nobreza e o povo dêsses dois reinos pudessem tomar parte na cruzada. Frederico, não podendo ir à Alemanha, para lá mandou o grão-mestre da Ordem Teutônica e o encarregou de exortar o landgrave da Turíngia, o duque da Áustria, o rei da Húngria e os outros príncipes do império, a fazer o juramento de combater os infiéis. Êles se comprometeram a fornecer aos cruzados navios, víveres, armas e tudo o que fôsse necessário para a expedição de além-mar. Por fim, o imperador desenvolveu tanta atividade, mostrou tanto ardor e zêlo que tôda a atenção dos cristãos se voltou para êle, que êle será considerado como a alma, o móvel e o chefe da santa emprêsa.

No entretanto, o papa, por seu lado, tudo fazia pelos interêsses da cruzada: apressava a partida do duque de Brabante e prometia quinze mil marcos de prata ao marquês de Monferrato, decidido a passar os mares à frente de uma tropa escolhida. O Soberano Pontífice, que tinha exortado Filipe Augusto a se unir a Frederico, recomendou também os interêsses de Jerusalém ao seu sucessor, Luiz VIII; convidou-o a se reconciliar com o rei da Inglaterra, a fim de concorrer, para a santa expedição à terra santa.

Honório recebeu do Patriarca de Alexandria uma interessante carta que nós devemos reproduzir aqui, porque ela nos dá a conhecer a situação dos cristãos do Oriente, naquela época.

"Os Arcebispos, os Bispos, os Padres, os Clérigos e geralmente todos os cristãos que estão no Egito, dirigem à Vossa Santidade súplicas, com suspiros e lágrimas... Nós não ousamos ter cavalos em nossas casas, nem levar nossos mortos pela cidade, com a cruz; se uma igrêja cristã vem a ruir por algum acidente, nós não a ousamos reedificar de nenhum modo. Há catorze anos, todo cristão do Egito paga o *djezieh* que os latinos chamam *tributo* e que é de um bizantino de ouro e de catorze karoubas; se êle é pobre, atiram-no a uma prisão e de lá êle só pode sair depois de ter pago o tributo. Os cristãos são em tão grande número no Egito, que todos os anos deve-se pagar ao tesouro do sultão dez mil bizantinos sarracenos de ouro, moeda de Babilônia. Que dizer-vos mais, quando os cristãos são empregados em obras, as mais aviltantes e as mais baixas, como em limpar certos lugares da cidade, o que é uma vergonha para tôda a cristandade? Não vos devemos lembrar em que estado de ruína, de desolação e de abandono está Jerusalém, elevada à categoria de cidade. Todo o mundo sabe o que aconteceu em Damietta, e o que lá se fêz. Não é preciso consignar nas cartas o que é vergonhoso dizer-se.

Tende piedade de nós, Senhor, tende piedade de nós. Vinde, e libertai nosso pai espiritual. Como os santos esperavam, antes da vinda de Cristo, a libertação e a redenção dos homens pelo Filho de Deus, assim nós suspiramos, pela chegada do vosso filho imperador. Não nos devemos esquecer, mas devemos ao contrário, bem nos lembrarmos, do proceder que deve o imperador ter, quando chegar. Eis o caminho a seguir, para chegar são e salvo e sem prejuizo, com o beneplácito de Deus. Que as galeras e os navios (*galeae naves*) sejam quais forem, entrem pelo braço do Nilo que desemboca em Rosette e lancem a âncora perto de um cidade, situada numa ilha do rio, chamada Foha. Assim fazendo, obter-se-á, permitindo-o Deus, tôda a terra do Egito, sem sofrer desastre algum. O braço do Rosette é profundo e largo; a ilha indicada é rica em tôda espécie de bens, como o portador da presente, homem fiel e um de nossos familiares, poder-vos-á dizer; nós vô-lo enviamos, porque conhecemos sua prudência e sua sabedoria a êsse respeito. O acontecimento mais deplorável que sucedeu no Egito, pela conquista de Damietta e que redunda em desonra do cristianismo, é que cento e cinqüênta igrejas foram destruidas: por aquêle que vive nos séculos, não minto, afirmando o que afirmo. Que vossa mão triunfe contra os inimigos de Cristo! Os sarracenos, chamados *molana,* isto é, senhores, que ocupavam o Egito antes de Saladino, suplicando, rogam a Vossa Santidade,

em nome de Deus, que vos apresseis em mandar aquêle que nos destinais, porque a terra do Egito é nossa."

1224. A notícia dos preparativos de Frederico tinha chegado até os povos da Geórgia. A rainha dessa região escrevia ao chefe da Igreja de Roma que o condestável de seu reino e um grande número de seus súditos só esperavam a chegada do Imperador da Alemanha para voar em socorro da Palestina. Os georgianos passavam, por um povo belicoso; eram temidos pelos muçulmanos; seus peregrinos tinham o privilégio de entrar em Jerusalém, sem pagar o tributo impôsto aos outros cristãos. Quando o príncipe de Damasco mandou demolir as muralhas da cidade santa, os guerreiros da Geórgia juraram vingar êsse ultraje feito à cidade de Deus, mas a invasão dos tártaros impediu-lhes sair de seu território. Desde aquela época, as hordas da Tartária, tendo levado suas devastações aos outros paises, os cruzados do Cáucaso e das margens do mar Cáspio, prometeram reunir-se no país da Síria e do Egito, aos cruzados vindos das margens do Reno e do Danúbio.

No entretanto, Frederico, não podia ainda cumprir suas promessas tantas vêzes renovadas. O reino da Sicília e de Nápoles encerrava germens de discórdia e de rebelião; as repúblicas da Lombardia declararam-se abertamente contra o imperador da Alema-

nha; a Santa-Sé, que via com pena os projetos ambiciosos de Frederico sôbre a Itália, animava todos os inimigos de uma potência cuja vizinhança se temia. Assim a política da côrte de Roma, as revoltas da Sicília, as emprêsas das repúblicas italianas, não permitiam ao Imperador levar seus exércitos à Ásia. Frederico pediu ao papa um prazo de dois anos para cumprir seu juramento. Fundou seu pedido na necessidade de reunir os exércitos e declarou que êle queria esperar, para começar a guerra santa, o término da tregua, feita com os muçulmanos, mostrando assim, pelos tratados concluidos com os infiéis, mais respeito do que mostravam os cristãos, mais respeito do que êle mesmo tinha. O papa, descontente, não pôde recusar o prazo que o imperador lhe pedia; dissimulou sua cólera e contentou-se em exigir novas promessas, que foram feitas, como tôdas as outras, com a maior solenidade.

Os novos juramentos de Frederico tinham sobretudo por garantia seu casamento com a herdeira do rei de Jerusalém; êsse casamento foi celebrado em Brindisi, em 1225, com as bênçãos do clero e as aclamações do povo. No ano seguinte, em Roma, Iolanda, foi coroada Imperatriz e Rainha de Jerusalém, pelo papa, na Igreja de São Pedro. Todos os cristãos do Ocidente, souberam da notícia com alegria. Essa união parecia-lhes ser o penhor mais seguro das vitórias que os cruzados obteriam contra os infiéis. João de Brienne, que tinha assistido à cerimônia do

casamento, regozijava-se por ter um Imperador por genro e por apoio; mas sua alegria não foi de longa duração. Logo a ambição, a inveja, tudo o que há de mais profano nas paixões humanas, veio perturbar uma união contraida em nome de Jesus Cristo. Frederico depois do seu casamento, desprezou sua nova espôsa e viu apenas em João de Brienne, que tomou vivamente a defesa da filha desprezada, o irmão de Gauthier, que tinha usado o título de rei de Nápoles e da Sicília. Considerou-o como um inimigo de seu poder e disputou-lhe a posse do reino de Jerusalém. O papa, animado, por ver a ambição de Frederico, interessada no poder dos cristãos do Oriente, não se opôs, ou se opôs mui fracamente a uma pretensão, de que êle esperava tirar partido para o bom êxito da cruzada. O Imperador fêz-se reconhecer sem dificuldade como rei de Jerusalém; mandou Hugo de Montbelliard administrar em seu nome os negócios da Terra Santa. Assim João de Brienne que se havia mostrado o mais ardente apóstolo da guerra de além-mar, ultrajado como pai e como rei, despojado da coroa e já estranho aos negócios da Terra Santa, foi obrigado a esperar, no silêncio e no retiro, uma ocasião favorável para se vingar de seu genro e reconquistar seu reino.

1226. Frederico continuava os preparativos da guerra santa e parecia mais que nunca disposto a partir para o Oriente. Em todos os reinos da Eu-

ropa pregava-se a cruzada em nome do chefe da Igreja. O Soberano Pontífice escreveu a todos os príncipes para exortá-los a suspender suas dissensões e a só se ocupar da guerra de além-mar.

Como as hostilidades acabavam de recomeçar entre a Inglaterra e a França, Honório ordenou a Luís VIII que depusesse as armas e o ameaçou com a excomunhão, se não fizesse imediatamente a paz. O rei da França, antes de obedecer às ordens do papa, quis conquistar Poitou; e enquanto os castigos de Roma caíam sôbre sua cabeça, o povo e o clero agradeciam ao céu as vitórias em tôdas as Igrejas do reino.

A guerra contra os inglêses não era o único obstáculo para a partida dos cruzados franceses: continuava-se a expedição contra os albigenses. Quando Luís VIII concluiu uma trégua com a Inglaterra, êle se decidiu enfim a tomar a cruz e fêz o juramento, não de ir combater os infiéis na Ásia, mas os hereges no Languedoc. Nessa cruzada, o rei da França tinha a dupla vantagem de não sair de seu território e de fazer conquistas que deviam aumentar um dia o seu reino. Os senhores e os barões seguiram a Luís VIII nas províncias meridionais e não pensaram em libertar Jerusalém.

Ao mesmo tempo, os enviados do papa e os de Frederico exortavam os povos da Alemanha a socorrer os cristãos da Palestina. Sua pregação, que antes tinha obtido grande resultado, acabou por ins-

pirar pouca confiança e entusiasmo. Como o papa tinha recomendado aos pregadores da cruzada que concedessem indulgências da Igreja, viram-se com espanto, os maiores criminosos tomar a cruz e fazer juramento de expiar seus pecados com a santa peregrinação. Lembramo-nos de que S. Bernardo tinha chamado para a defesa de Jesus Cristo, os ladrões e os assassinos; as opiniões e os costumes começavam a se modificar e o que tinha dado resultado no século anterior, não era mais agora que uma fonte de escândalo. Um monge de Ursperg, autor contemporâneo, nos diz que a facilidade concedida aos homens mais perversos de resgatar seus crimes tomando a cruz e as armas, só fêz multiplicarem-se os grandes criminosos e arrefecer o zêlo dos verdadeiros defensores de Jesus Cristo.

Os oradores que pregavam a cruzada na Inglaterra recolheram mais fruto em seus trabalhos e deveram principalmente o seu feliz êxito a fenômenos celestes cuja aparição veio secundar os esforços de sua eloqüência. Um Crucifixo luminoso, com as cinco chagas do Salvador, apareceu de repente no céu. Essa aparição milagrosa, acendeu o entusiasmo do povo. E, se acreditarmos em Mateus Páris, mais de sessenta mil inglêses fizeram o juramento de tomar as armas para libertar a terra santa.

A Espanha, era ainda teatro de uma guerra sangrenta entre os mouros e os cristãos. Sustentados, uns pelos guerreiros vindos da África, outros pelos

Prodígios no céu.

cavaleiros e soldados das províncias da França, entregavam-se todos os dias a combates, sem destruir recìprocamente seus meios de ataque ou de defesa. Nessas guerras em que se invocava, ora Maomé, ora Jesus Cristo, a Espanha não ouvia as queixas e os gemidos de Jerusalém.

Um outro entusiasmo que não o das cruzadas, o da liberdade, agitava então as mais belas regiões da Itália. A maior parte das cidades, arrastada pela inveja e por tôdas as paixões das repúblicas, declarou-se em guerra entre si; combatia ora pelo seu território, ora por sua independência. Em cada um dêsses pequenos Estados, os partidos atacavam-se, perseguiam-se, com furor, disputavam com as armas na mão, o exercício do poder. As cidades, os principados, as senhorias, invocavam, uns a autoridade dos papas, outros, a autoridade de tôdas dos imperadores da Alemanha. As facções dos guelfos e dos gibelinos perturbavam tôdas as cidades, e dividiam as famílias. Essas discórdias, essas guerras civis, afastavam os povos da guerra de além-mar.

As cidades da Lombardia tinham formado uma poderosa confederação, que dava contínua inquietação a Frederico e o retinha no Ocidente. Honório empregou todos os meios em seu poder, para restabelecer a paz e dirigir todos os espíritos para a cruzada. Fêz enfim prometerem às repúblicas lombardas, reunir-se ao imperador da Alemanha para a libertação da Terra Santa.

1227. Embora os povos tivessem perdido alguma coisa de seu entusiasmo pela guerra sagrada, podia-se ainda formar um exército temível, reunindo os guerreiros que tinham tomado a cruz em várias regiões da Europa. Os novos cruzados deviam reunir-se no pôrto de Brindisi, onde estavam sendo preparados os navios que os transportariam ao Oriente. À sua chegada ao reino de Nápoles o imperador da Alemanha forneceu-lhes víveres e armas. Tudo estava pronto para a expedição; o papa ia, por fim, ver seus votos realizados e recolher o prêmio de seus esforços e de sua pregação, quando a morte levou-o dêste mundo, tirando-o da cristandade.

Gregório IX que o sucedeu, tinha luzes, virtudes e a ambição de Inocêncio III. Na execução de seus desígnios êle não temia nem dificuldades nem perigos; os obstáculos que só se podiam quebrar com a violência não atemorizavam sua coragem, não abalavam a sua vontade obstinada. Mal Gregório subiu ao trono pontifício, os preparativos da cruzada tomaram todos os seus pensamentos e se tornaram o principal objeto de sua ativa solicitude. Os cruzados reunidos na Apulha tiveram muito que sofrer pela influência do clima e da estação; o Soberano Pontífice tudo fêz para amenizar seus males e apressar-lhes a partida. Êle exortou o imperador a embarcar, dizendo: "O senhor pôs neste mundo como um querubim, armado de uma espada chamejante, para mostrar aos que eram, o caminho da árvore da vida".

No entretanto, a morte ceifava todos os dias um grande número de cruzados. Os peregrinos já tinham visto os funerais do Landgrave da Turíngia e de vários senhores alemães, quando Frederico não ousando mais resistir à vontade da Santa-Sé, deu por fim o sinal da partida. Em tôdas as províncias do seu império dirigiam-se ao Céu, orações para o bom êxito de sua peregrinação; mas êle se encontrava à frente de um exército desanimado, por tôda sorte de sofrimentos e êle mesmo parecia pouco firme em sua resolução. Mal a frota tinha saído do pôrto de Brindisi, foi atacada e dispersada por uma violenta tempestade; o imperador caiu doente, e, temendo as conseqüências do mal, os escolhos do mar, talvez os projetos de seus inimigos, comovido pelas queixas dos que o acompanhavam, renunciou à emprêsa longínqua e desembarcou no pôrto de Otranto.

Gregório tinha celebrado a partida de Frederico como um triunfo da Igreja; considerou sua volta como uma verdadeira revolta contra a Santa-Sé. A pequena cidade de Agnani, onde o papa se havia estabelecido, foi testemunha de sua cólera e viu nascer uma terrível tempestade, que por muito tempo perturbou o mundo cristão. Acompanhado por Cardeais e Bispos, Gregório dirigiu-se à igreja principal e, subindo ao púlpito, pronunciou diante de todo o povo reunido, um sermão, que tinha por título: *E' necessário que haja escândalos!* Depois de ter citado os profetas, de ter falado do triunfo de São

Miguel, sôbre o dragão, êle lançou contra Frederico os anátemas da Igreja.

O imperador, a princípio mandou embaixadores ao papa para explicar e justificar sua volta. Gregório, inexorável, recusou-se a ouví-los, e dirigiu-se a todos os Soberanos da Europa, apresentando-lhes Frederico como um príncipe infiel e perjuro; acusava-o de ter exposto os cruzados às misérias e à mesma fome, à sêde e ao calor dos campos da Apulha, de ter, por fim, sob o verdadeiro pretexto de uma enfermidade, violado seu juramento e desertado da bandeira de Jesus Cristo, para *voltar às delícias ordinárias do seu reino.* Frederico, irritado, respondeu com grosseria ás acusações de Gregório. Na sua apologia, que mandou a todos os príncipes da cristandade, queixava-se das usurpações da Santa-Sé, e mostrava, sob as aparências mais odiosas, a política e os desígnios da côrte de Roma. "A Igreja Romana, dizia êle, manda legados a tôda a parte *com o poder de castigar, de suspender, de excomungar, não com o fim de espalhar a palavra de Deus, mas para colhêr dinheiro que êles não semearam.* O imperador lembrava nas cartas as violências exercitadas pelos papas contra o conde de Tolosa e o Rei da Inglaterra. Acrescentava que os domínios do clero não eram mais suficientes à ambição da Santa-Sé, e que os Soberanos Pontífices, queriam estender suas mãos sôbre todos os reinos.

Declarou-se então a guerra entre a Santa-Sé e o imperador. Nem um, nem outro, tinham gênio pacífico; ambos ciosos do poder, até o excesso, continuavam seus desígnios, com uma constância que nada podia, abalar. Gregório, embora em idade muito avançada, "mostrava infatigável atividade, não deixa descanso aos inimigos, invocava ora os castigos da Igreja, ora os da guerra; não desprezava as armas de uma eloqüência veemente e apaixonada; os manifestos que êle publicava lembravam sem cessar as ameaças feitas pelos profetas; essas ameaças, misturadas com obscuras alegorias davam às suas palavras uma tinta sombria e misteriosa, que o fazia ser considerado como o intérprete do céu irritado. Frederico não era um príncipe menos hábil, um inimigo menos temível. A arte da guerra, não tinha segredos para êle nem havia estratagemas que êle não conhecesse; a política, nenhum meio que êle não soubesse empregar; dotado de um espírito vivo e penetrante, versado nas ciências humanas, êle sabia confundir seus inimigos, numa discussão, como sabia vencê-los no campo de batalha! Descendente do lado materno dos famosos normandos, que tinham conquistado a Sicília e o reino de Nápoles, unia, como êles a coragem à astúcia, a ousadia à dissimulação; para agradar a côrte de Roma, tinha feito leis bárbaras contra os hereges; tornando-se inimigo dos papas não teve receio de armar os hereges e os muçulmanos contra a côrte de Roma. Quando lhe ofere-

ceram Jerusalém, êle não deu grande valor àquele reino, mas o aceitou com alegria, para aumentar a sua popularidade no mundo cristão e para armar-se um dia, contra os Soberanos Pontífices, com um título que sempre lhes era de grande veneração.

1228. Uma guerra entre tais inimigos devia ser terrível e espalhar a desolação e a perturbação em tôda a cristandade. Gregório, de volta a Roma, renovou sua excomunhão, da Igreja de S. Pedro; Frederico, para vingar-se disso, atraiu para o seu partido a nobreza romana, que tomou as armas, insultou o Romano Pontífice, até mesmo aos pés do altar e o obrigou a abandonar a capital do mundo cristão. O papa, expulso de Roma, perseguiu seu inimigo com mais furor e, empregando sua extraordinária autoridade, da Igreja Universal, desligou os súditos de Frederico do juramento de fidelidade, lembrando-lhes que não se deve obediência aos que se *opôem a Deus e aos seus santos.*

No entretanto, os cristãos da Palestina não deixavam de pedir o auxílio das armas do Ocidente. Uma carta do Patriarca de Jerusalém, dos Bispos de Cesaréia, de Belém, dos grandes senhores das três ordens militares, veio manifestar ao Sumo Pontífice o desespêro dos cristãos do Oriente, quando lhes anunciaram que Frederico havia adiado a partida. O papa recebeu suas queixas e empregou tanto zêlo em dar a conhecer a todos os cristãos que elas lhes

davam uma nova ocasião de acusar o Imperador da Alemanha. Mas as queixas da Palestina e as prementes exortações de Gregório, não conseguiram comover os povos do Ocidente, ocupados em seus próprios interêsses e perigos, e consternados, à vista das violentas tempestades que acabavam de desabar. Assim, nessa circunstância infeliz, as colônias cristãs, abandonadas a si mesmas e entregues às maiores desordens, teriam podido ser invadidas e destruidas totalmente, se a Providência não tivesse suscitado novas discórdias entre os inimigos.

Durante o cêrco de Damietta, o perigo tinha reunido os filhos de Malek-Adhel. Depois da vitória, a ambição tomou o lugar do temor; os príncipes ayoubitas, disputaram as cidades e as províncias que sua união tinha salvo da invasão dos cristãos. Coradoim, príncipe de Damasco, temendo as emprêsas de seu irmão Malek-Kamel, sultão do Egito, tinha acabado de chamar em seu auxílio a Gelal — Eddin, Soberano do vasto império de Karisma. O sultão do Cairo temeu por si mesmo as consequências dessa aliança e voltou suas vistas para os príncipes de Ocidente. Há vários anos, sòmente a notícia dos preparativos de Frederico lançava o terror entre as potências muçulmanas. O imperador da Alemanha era considerado no Oriente como o chefe de tôdas as nações da Europa. O sultão do Egito punha tôda a sua fôrça em desarmar tão formidável inimigo. E, como as queixas do papa, como a notícia das dis-

córdias que tinham surgido entre os cristãos, haviam chegado até êle, concebeu a esperança de encontrar em Frederico um aliado sincero, um auxiliar poderoso.

Malek-Kamel, mandou presentes e embaixadores ao imperador da Alemanha: convidou Frederico a vir ao Oriente, prometendo entregar-lhe Jerusalém. Essa proposta causou tanta alegria quanta surprêsa ao imperador, que por sua vez mandou ao Egito um embaixador encarregado de conhecer as intenções do sultão do Cairo e de lhe oferecer sua amizade. O enviado de Frederico foi recebido na côrte do sultão com grandes honras e voltou para dizer ao seu senhor que Malek-Kamel estava pronto a secundá-lo em sua expedição para além-mar.

Essa negociação, desconhecida do papa, e a todos os cristãos do Ocidente, fêz Frederico continuar com o projeto da cruzada. Êle tinha vários outros motivos para não renunciar à expedição ao Oriente. Êle sabia que João de Brienne estava para voltar à Palestina e retomar a posse do reino de Jerusalém. O papa continuava a tê-lo como inimigo de Jesus Cristo e flagelo dos cristãos. Para fazer gorar o projeto de João de Brienne e responder ao Soberano Pontífice de maneira vitoriosa, Frederico resolveu embarcar para a terra santa. Quis anunciar seu intento com a maior solenidade e mandou colocar na planície de Barletta um trono magnífico, sôbre o qual subiu na presença de uma multidão inumerável de especta-

dores. No resplendor da magnificência imperial, êle compareceu revestido da cruz dos peregrinos e êle mesmo anunciou ao povo reunido que ia partir para a Síria. Afim de dar maior solenidade ainda a essa cerimônia pomposa e para tocar o coração do povo, o imperador mandou ler em voz alta seu testamento; os barões e os senhores juraram aos pés do seu trono fazer executar suas últimas vontades, se êle perdesse a vida nos perigos do mar e da guerra no Oriente.

Essa maneira, tôda profana de proclamar uma guerra santa não devia despertar o entusiasmo nos espíritos. O que mais nos admira nessa cerimônia tão nova na história das cruzadas, é a ausência mesma da religião, que se tinha a pretensão de servir, e o silêncio daquela multidão de cruzados prostrados diante dos tronos da terra, mal ousando mal invocar a Deus, pelo qual iam combater. Levemo-nos pelo pensamento ao Concílio de Clemont, presidido por Urbano e julguemos da diferença dos tempos, dos costumes e das opiniões.

Quando o papa soube dessa resolução de Frederico, mandou-lhe eclesiásticos para proibir-lhe o embarque. O soberano Pontífice censurava ao imperador, oferecer ao mundo, o escândalo de uma cruzada, dirigida por um príncipe reprovado por Deus. Como a frota de Frederico era composta apenas de vinte galeras e êle levava sòmente seicentos cavaleiros, Gregório acusava-o de não ter cumprido as promessas e comparava sua tentativa imprudente à expedição

de um chefe de piratas. O imperador não respondeu aos enviados do papa. Mais o chefe da Igreja se opunha à sua partida, mais Frederico se mostrava impaciente por cumprir o seu desígnio. Em sua indignação êle se gabava de ter que enfrentar juntamente os castigos da Igreja e as armas dos muçulmanos. Êle deixava na Sicília a maior parte do seu exército; o duque de Espoleto, seu lugar-tenente, era encarregado do mesmo tempo de negociar a paz com o papa e de continuar a guerra começada contra o Estado Romano.

Quando soube da partida do Imperador, Gregório estava na pequena cidade de Assis, ocupada com a canonização de S. Francisco. Durante vários dias, êle tinha cantado os hinos da esperança e da alegria: "— *Francisco,* dizia êle, — *tinha aparecido como a estrêla matutina, como a lua em seu resplendor.* —" Essa linguagem de paz, êsse aparato de festa, foi interrompido pelas maldições que o papa pronunciou contra Frederico. O Soberano Pontífice, foi aos pés do altar e rogou ao céu que confundisse o orgulho dos monarcas ímpios e fizesse fracassar suas sacrílegas emprêsas.

No entretanto, o Imperador tinha chegado às costas da Síria. Foi recebido em Tolemaida pelo Patriarca, pelo clero e pelos grã-mestres das Ordens militares. Durante vários dias os cristãos do Oriente, viram nêle o libertador e o rei de Jerusalém. Mas, operou-se logo uma mudança nos espíritos. Dois dis-

cípulos de S. Francisco, mandados pelo papa, vieram dizer ao Patriarca, aos três grão-mestres das Ordens militares e a todos os fiéis, que êles tinham recebido um príncipe rebelde às vontades da Igreja. O desprêzo, o ódio e a desconfiança tomaram o lugar do respeito e da submissão. Começaram a perceber que Frederico era apenas seguido por um pequeno número de guerreiros e que não tinha tropas suficientes para ser temido pelos infiéis ou pelos cristãos. Só se falava em Tolemaida da excomunhão do papa dos meios de se esquivar à obediência de um príncipe hereje: jamais se havia pensado menos na libertação de Jerusalém.

No momento em que Frederico chegava à Síria, Conraddin, soberano de Damasco, acabava de morrer, deixando seus Estados nas mãos de um jovem príncipe, incapaz de os defender. O espírito de licença que já se notava nas últimas guerras entre as tropas da Síria e do Egito fazia todos os dias novos progressos e punha em perigo todos os tronos muçulmanos. O sultão do Cairo tinha vindo, à frente de um exército, à Palestina para se apoderar da mesma, tirando-a aos filhos de Conradin. Os boatos diziam que êle avançava para defender Jerusalém e para combater os cristãos; mas seu verdadeiro intento era aproveitar-se dos acontecimentos da guerra e das discórdias, que surgiam por tôda a parte, para se apoderar de Damasco e triunfar contra os inimigos que a inveja e a ambição tinham acabado de suscitar

entre os muçulmanos e os príncipes de sua própria família.

O imperador da Alemanha saiu de Tolemaida com exército e veio acampar entre Cesaréia e Joppé. Êle havia mandado a Malek-Kamel, o senhor de Sidon e o conde Tomaz de Celano, para lembrarem-lhe as promessas e dizerem-lhe que, senhor dos mais vastos territórios do Ocidente, êle não vinha à Ásia para fazer conquistas, que não tinha outra intenção que visitar os santos lugares e tomar posse do reino de Jerusalém que lhe pertencia.

Quando os embaixadores cristãos chegavam ao exército muçulmano, acampado nas vizinhanças da cidade santa, as circunstâncias que tinham induzido Malek-Kamel a solicitar o socorro de Frederico se havia mudado, e o sultão estava agora numa situação dificil. Não se temia mais a invasão dos Karismianos, mas a dos guerreiros do Ocidente. Há pouco êle tinha prometido entregar Jerusalém ao imperador dos Francos; agora, para obter a posse de Damasco, êle acabava de prometer aos príncipes muçulmanos conservar a Judéia sob as leis do islamismo. O sultão recebeu com distinção os enviados de Frederico, mas não respondeu às suas propostas; todavia, mandou ao imperador uma embaixada, encarregada de lhe manifestar o seu desejo de paz e sua estima particular, pelo maior príncipe da crença de Issa. Era então mais ou menos a metade do inverno e os dois exércitos inimigos não esperavam o sinal do combate.

Fizeram-se negociações pacíficas, nas quais o imperador da Alemanha e o sultão do Cairo demonstraram recíproca afeição. Frederico, cujo nome havia espalhado o terror entre os infiéis, excitava vivamente sua atenção e curiosidade. Falava-se dos poderosos reinos que constituíam seu império, além dos mares. Êle, se acreditarmos nas crônicas muçulmanas, era ruivo e calvo, tinha pequena estatura, vista fraca, o que fazia os orientais dizerem que — *se êle fôsse escravo não teria o valor de duas dracmas*. No entretanto, admiravam-se suas virtudes guerreiras e sua magnificência imperial. Gabavam-se na côrte do sultão, suas luzes na medicina, na dialética, na geometria e os muçulmanos da Síria e do Egito compraziam-se tanto mais em apreciar o mérito de seus conhecimentos, quanto os atribuíam às lições dos Árabes da Sicília.

Por outro lado, Malek-Kamel, não era menos digno de fixar a atenção e de atrair a estima de seus inimigos. Êle havia muitas vêzes demonstrado uma moderação que no Oriente, se poderia considerar como um fenômeno; os cristãos, sem dúvida, não se haviam esquecido de que na última guerra, êle tinha salvo da morte o exército prisioneiro, do rei de Jerusalém. O sultão do Cairo era pois considerado como amigo dos sábios e cultor das letras. Mostrava-se apaixonado pela poesia, como pudemos já ver no curso desta história, que êle às vêzes escrevia em verso aos seus lugar-tenentes, aos aliados, e que êstes, para

conseguir sua amizade ou seu favor, respondiam-lhe na mesma linguagem.

O emir Fark-Eddin, que Malek-Kamel tinha mandado a Frederico à Sicília e que na época de que falamos, estava encarregado das negociações para a paz, conhecia as leis e os costumes do Ocidente. Filho de um dos xeques mais sábios do Egito, êle tinha também uma grande fama de saber e de habilidade. Nas freqüentes conversações que se realizaram entre os muçulmanos e os cristãos, falou-se muito mais freqüentemente da geometria de Euclides, dos aforismos de Averróis e da filosofia de Aristóteles, do que da religião de Jesus Cristo e de Maomé. Imitando de algum modo os reis do Oriente, que nos tempos de Salomão, mandavam enigmas aos seus vizinhos, para que os adivinhassem, Frederico mandou várias vêzes ao sultão do Cairo problemas de geometria e de filosofia. O Sultão, depois de ter consultado seus xeques mais sábios, encarregava os embaixadores de lhe mandar as respostas e por sua vez mandava-lhe também problemas para resolver.

Embora Jerusalém fôsse o principal e mesmo o único objetivo das negociações, nenhum dos dois príncipes parecia dar maior importância à posse da cidade santa. Malek-Kamel só via ali *igrejas e casas em ruínas*. Frederico escreveu ao sultão para reclamar o cumprimento de sua promessa e eis a carta

que nos foi conservada pelo historiador árabe Dehebi:

"Eu sou teu amigo. Tu não ignoras quanto eu estou acima de todos os príncipes do Ocidente. Fôste tu que me induziste a vir aqui; os reis e os papas sabem da minha viagem: se eu voltasse sem nada ter conseguido, perderia tôda consideração aos seus olhos. Depois, de tudo, Jerusalém não é o berço da religião cristã? Não fôste tu que a destruíste? Está ela agora reduzida à maior miséria. Por favor, entrega-ma no estado em que se encontra, a fim de que à minha volta, possa eu levantar a cabeça entre reis. Eu renuncio de antemão a tôdas as vantagens que possa disso vir a obter."

Foi um espetáculo singular naquela cruzada, dois grandes monarcas, inimigos pela religião, aproximarem-se por uma tolerância recíproca, talvez mesmo pela indiferença, mas, pelos mesmos gostos, confundindo seus votos de paz, enquanto em redor dêles tudo respirava ódio, barbárie e guerra. No exército cristão, considerava-se como um crime o fato de Frederico ter mandado ao sultão de Cairo sua couraça e sua espada como um penhor de suas disposições pacíficas. Entre os muçulmanos, censurava-se a Malek-Kamel, procurar a aliança com os inimigos do islamismo, mandando ao chefe dos francos um elefante, camelos e os mais raros produtos da Arábia, da Índia e do Egito. O descontentamento aumentou ainda mais, nos dois acampamentos, quando o impe-

rador recebeu como presente do sultão do Cairo, um grupo de moças, exercitadas segundo o uso dos orientais, para dançar nas salas dos banquetes.

Os muezzins ou pregoeiros públicos, fingiam anunciar a hora da oração numa hora imprópria, diante da tenda do sultão, como para lhe censurar o esquecimento da lei muçulmana. Os pregadores do islamismo acusavam em voz alta a Malek-Kamel de trair ao mesmo tempo a religião do profeta e a glória de Saladino. O imperador dos francos não era tratado mais favoràvelmente entre os cristãos. Os cavaleiros de S. João e do Templo estavam separados dêle e seguiam-no de longe. No acampamento, não se ousava pronunciar o nome do chefe do exército. Frederico tinha sido obrigado a fazer desaparecer o estandarte do Império e suas ordens não eram proclamadas senão em nome de Jesus Cristo e da república cristã.

As prevenções e o ódio rebentaram por fim, pela traição e pelas tramas mais odiosas. O imperador visitara quase sòzinho o Castelo dos Peregrinos e demonstrara o desejo de ocupá-lo durante a guerra; os templários, aos quais pertencia o Castelo ameaçaram atirá-lo ao *lugar de onde não se sai mais.* Como o príncipe porém, tinha feito o projeto de ir banhar-se nas águas do rio Jordão, os mesmos Templários dirigiram uma carta a Malek-Kamel e indicaram-lhe os meios de atacar o chefe do exército cristão, em sua

peregrinação. O sultão desprezou essa traição, e devolveu a Frederico a carta que tinha recebido.

1229. Foi no meio dessa agitação geral dos espíritos, que o sultão do Cairo e o imperador da Alemanha continuaram durante vários dias as negociações para a paz. No meio das tramas do ódio, rodeados de perigos em seu próprio acampamento, êles resolveram aproximar-se e concluir um tratado que lhes permitisse dispor de suas fôrças para sua segurança ou ambição pessoal. Uma trégua foi, por fim, concluída a 20 de fevereiro de 1229, por dez anos, seis meses e dez dias. Malek-Kamel deixou a Frederico, Jerusalém, Belém, e tôdas as aldeias situadas no caminho de Joppé e de Tolemaida; além, disso, a cidade de Nazaré, o território de Toron e de Sidon com suas dependências. Era permitido aos cristãos reconstruir os castelos de Joppé, de Cesaréia, o de Sidon, o de Santa Maria, que tinha sido construído pelos cavaleiros da Ordem Teutônica nas alturas vizinhas de S. João de Acre. Segundo as condições do tratado, os muçulmanos deviam conservar na cidade santa a mesquita de Omar e o livre exercício de seu culto. O principado de Antioquia e o condado de Trípoli não estavam compreendidos na trégua. O imperador da Alemanha comprometia-se em afastar os francos de tôda espécie de hostilidade, contra os súditos e as terras do sultão.

Quando foram conhecidas as disposições do tratado, a paz foi considerada em ambos os acampamentos, como ímpia e sacrílega. Os muçulmanos que moravam em Jerusalém abandonaram chorando suas moradias e amaldiçoaram o nome de Malek-Kamel. Os poetas deploraram as conquistas dos cristãos em versos lúgubres ou satíricos que a história oriental nos conservou. Quando a notícia da trégua chegou à capital da Síria, um dos mais célebres oradores do islamismo proferiu na grande mesquita o panegírico de Jerusalém, e, lembrando em têrmos patéticos a perda que acabavam os muçulmanos de sofrer, arrancou lágrimas de todo o povo reunido.

A indignação e a dor brotaram mais vivamente ainda entre os cristãos. Os Prelados e os Bispos pregavam com veemência contra um tratado que permitia a subsistência de mesquitas na presença do Santo Sepulcro e confundia de algum modo o culto de Maomé, com a religião de Jesus Cristo. O arcebispo de Cesaréia lançou interdito nos santos lugares reconquistados e o Patriarca da Judéia recusou aos peregrinos a permissão de visitar o túmulo do Salvador. Jerusalém não era mais para os fiéis a cidade santa e a herança de Jesus Cristo, Filho de Deus.

Quando Frederico lá fêz a sua entrada reinava um silêncio triste à sua passagem; acompanhado pelos barões alemães e pelos cavaleiros teutônicos, revestido de hábitos imperiais, êle dirigiu-se à Igreja

da Ressurreição que estava adobada de luto e que parecia guardada pelo anjo da morte. Depois de uma breve oração, mandou colocar uma grande coroa de ouro sôbre o altar-mor. Todos os eclesiásticos, guardas do santo sepulcro, tinham abandonado o santuário, onde julgavam ver a *abominação e a desolação* anunciadas pelas ameaças da Sagrada Escritura. Frederico tomou então êle mesmo a coroa e colocando-a sôbre a cabeça, foi proclamado rei de Jerusalém sem nenhuma cerimônia religiosa. As imagens dos apóstolos e dos santos estavam cobertas. Aos pés do altar só se viam espadas e lanças e as abóbadas sacras só ressoaram então com as aclamações rumorosas dos guerreiros.

Depois da coroação, Frederico escreveu ao papa e a todos os príncipes do Oriente, que tinha reconquistado Jerusalém sem derramamento de sangue e quase como por um milagre. Convidava os reis e os príncipes cristãos a dar solenes ações de graças a Deus, que manifesta algumas vêzes seu poder, não com o aparelhamento e o número de cavalos e de carros, mas com meios frágeis na aparência e que é sempre admirável em seus desígnios, sôbre os filhos dos homens. Ao mesmo tempo, o Patriarca dirigia uma carta a Gregório e a todos os fiéis da cristandade, para lhes mostrar a impiedade e a vergonha do tratado concluído com o Imperador da Alemanha. Sabendo dos feitos de Frederico, o soberano pontífice deplorou a conquista de Jerusalém como ter-se-ia

deplorado sua perda e comparou o novo Rei da Judéia àqueles monarcas ímpios que a cólera de Deus tinha feito subir ao trono de Davi.

Frederico não pôde ficar por muito tempo na Cidade Santa, tão cheia de imprecações contra êle. Voltou a Tolemaida, onde só encontrou súditos revoltados e cristãos escandalizados com seus felizes resultados. O Patriarca e o clero tinham lançado um interdito sôbre a cidade, durante o tempo em que o imperador lá devia ficar. Todo o exercício do culto estava interrompido: os altares estavam despojados de seus ornamentos, as cruzes e as relíquias, as imagens dos santos, derrubadas por terra; não se ouvia mais o toque dos sinos, nem se cantavam hinos religiosos. Um silêncio lúgubre reinava no santuário, onde os padres celebravam a missa em voz baixa e de portas fechadas. Os mortos eram enterrados nos campos, sem orações nem cerimônias religiosas fúnebres. Tudo anunciava o tempo das grandes calamidades e o espanto das vinganças do céu. Foi assim que se recebeu em Tolemaida o libertador de Jerusalém.

Estava-se então na semana santa; essa época religiosa dava mais prestígio ao clero e mais solenidade às ameaças e às maldições da Igreja. Frederico viu-se obrigado a negociar a paz com os cristãos, como o teria feito com os infiéis, e, não podendo reunir os espíritos, êle os excitou ainda mais com suas violências. Mandou fechar as portas da cidade,

proibiu que se levassem víveres aos habitantes, colocou archeiros por tôda a parte e também arbalesteiros, para insultarem os templários e os peregrinos; por fim, irmãos pregadores foram tirados dos pés do altar, e batidos com varas na praça pública.

Levaram ambas as partes o ódio e a vingança aos maiores excessos. O imperador rodeado de inimigos, não pôde ficar por muito tempo em Tolemaida; além disso, todos os dias, êle recebia cartas da Itália que o chamavam para a Europa. O papa tinha declarado guerra ao seu implacável inimigo: um exército pontifício tinha entrado no território de Nápoles. Os soldados do pontífice traziam uma chave sôbre suas vestes, para mostrar que êles combatiam pelos direitos e pela autoridade de São Pedro. Gregório tinha confiado o comando dêsse exército e o cuidado de sua vingança a João de Brienne e a dois generais sicilianos, que muito tinham que se queixar de Frederico. O imperador avisado dessas hostilidades, apressou-se em deixar a Palestina e voltar aos seus Estados, em perigo. Quando êle partiu de Tolemaida cantaram-se hinos como pela libertação e em sinal de alegria. Êle tinha acusado os templários de tê-lo querido entregar aos muçulmanos; os templários, por sua vez, acusavam-no de ter querido entregar as cidades cristãs ao sultão do Cairo. Essas acusações e mil outras, ditadas pelo ódio, devem inspirar uma justa desconfiança ao historiador. Os cristãos podiam fazer a Frederico uma

censura mais razoável: êle não tinha tomado nenhuma medida para conservar sua conquista; estava-se pois inclinado a crer que êle tinha feito sua entrada em Jerusalém, apenas para confundir a Santa-Sé e mandar, da cidade de Deus, uma resposta às acusações de Gregório. Conseguindo o seu intento, tinha enganado os fiéis, chamando-os a uma cidade que êle não queria nem defender nem fortificar. Depois da conclusão do tratado o sultão do Egito se havia apoderado de Damasco e Frederico sabia bem quanto essa aproximação temida devia deixar alarmado o povo da Cidade Santa. O imperador, de resto, estava pouco convencido das vantagens que fazia apregoar no mundo cristão. A maior parte dos velhos cronistas estava de acôrdo em dizer que durante sua permanência em Jerusalém, êle mostrou pouco respeito para com os santos lugares, e, se dermos crédito aos autores árabes, os muçulmanos, mesmos, ficaram muitas vêzes admirados pela sua indiferença, por uma causa que êle tinha vindo defender na Ásia.

Ao seu regresso à Itália êle encontrou uma guerra mais séria do que a que acabava de fazer na Síria. Não sòmente o papa tinha recrutado tropas para devastar seus Estados, mas tinha ainda incitado contra êle as repúblicas lombardas. João de Brienne, despojado do título de Rei de Jerusalém, pensava em se fazer proclamar imperador e suas pretensões eram apoiadas por tudo o que então havia de mais

sagrado; a autoridade da Igreja e o direito da vitória. A presença de Frederico restituiu a coragem aos seus súditos, cuja fidelidade ainda não se havia podido abalar. Deu vários combates aos inimigos nos quais obteve vantagem; o exército de João de Brienne foi dispersado, as tropas pontifícias deixaram em desordem as cidades e as províncias que tinham vindo conquistar. O papa, sabendo que a sorte abandonava suas bandeiras, chamou de novo em seu auxílio, os castigos da religião e cumpriu a mais terrível de suas ameaças, contra Frederico: declarou excomungados todos os que tivessem qualquer relação com o imperador, os que se assentassem à sua mesa, assistissem às suas reuniões, celebrassem em sua presença o ofício divino, ou lhe dessem algum sinal de acatamento e de respeito. Frederico ficou assustado com essa sentença proclamada com solenidade em tôda a Europa e em seus próprios Estados. Mandou embaixadores ao papa, que, não obstante os castigos de que estava armado, receava as conseqüências da guerra e mostrou-se disposto a receber a submissão de um inimigo que êle temia.

1230. Depois de negociações que duraram vários meses, fêz-se um tratado, no qual o papa vencido impunha leis ao imperador vitorioso, e pareceu, recebendo a paz, conceder o perdão. Não obstante êsse tratado de paz, os efeitos da discórdia subsistiam ainda e faziam-se sentir até no Oriente, onde os

debates feitos em nome da Igreja tinham dividido os espíritos e enfraquecido a coragem. Os Estados cristãos, pelos quais a Europa tinha tomado as armas, tinham ficado sem apoio e sem defesa. Depois que Frederico abandonara Jerusalém, sem fortificá-la, os fiéis que moravam na Cidade Santa temiam contìnuamente a invasão dos muçulmanos, que residiam nas montanhas de Naplusa e nas margens do Jordão; várias vêzes, gritos de alarme se haviam feito ouvir no monte Sião e os cristãos tinham procurado um abrigo, uns na fortaleza de Davi, que ficara de pé no meio das ruínas, outros nos desertos. O Patriarca de Jerusalém, os prelados, os barões e o povo da Palestina, que não tinham mais chefe, nem rei, imploravam em vão o auxílio dos guerreiros e dos príncipes do Ocidente. Orações e lamentos tão freqüentemente repetidos não despertavam mais no coração dos fiéis nem o sentimento da piedade, nem aquêle entusiasmo que, tantas vêzes, os tinha feito tomar a cruz e as armas. Não se podia crer em perigos que seguiam tão de perto a vitória; perdia-se principalmente a esperança de poder jamais garantir a libertação de um país, que tão freqüentemente era necessário libertar.

1232. No entretanto o papa não tinha esquecido o projeto da Cruzada e conservava ainda a esperança de reanimar com suas exortações o ardor e o zêlo dos guerreiros cristãos. Convocou em Es-

poleto, uma assembléia à qual Frederico assistiu com os patriarcas de Constantinopla, de Antioquia e de Jerusalém. Resolveram nessa assembléia recomeçar a guerra na Palestina, apesar da trégua concluída com o sultão do Cairo. Gregório estava impaciente por cumprir suas determinações e proclamar as leis da Igreja nas ricas regiões do Oriente: esperando poder para lá mandar guerreiros, êle ordenou a vários missionários que atravessassem os mares e fôssem, com a espada da palavra, converter os infiéis da Síria e do Egito. O soberano pontífice estava tão persuadido do feliz êxito dessa Cruzada, que escreveu ao califa de Bagdad, ao príncipe de Damasco, aos principais chefes dos muçulmanos, para exortá-los a abraçar o cristianismo. Em suas cartas o papa esforça-se por fazer os príncipes infiéis compreender que Cristo foi anunciado pelos profetas e que numerosos milagres atestaram a sua divindade; ameaça o Príncipe de Damasco com a cólera celeste se êle se recusar a crer em Jesus Cristo. A história não diz qual o fim dos irmãos pregadores no Oriente, mas o califa de Bagdad e os príncipes muçulmanos não deixaram de ser inimigos dos cristãos. Gregório IX foi mais bem inspirado e mais feliz quando mandou a várias províncias do Ocidente alguns oradores sacros, para aplacar as perturbações e as guerras civis, que prejudicavam o triunfo da religião e afastavam os povos da grande emprêsa das guerras santas.

1234. Os discípulos de S. Domingos e os de S. Francisco de Assis, encarregados de uma missão digna do Evangelho, percorreram os campos e as cidades pregando a paz e a concórdia. Entre os pregadores enviados para pacificar os Estados, Frei João de Vicência fêz-se notar pelos prodígios que suas palavras operavam. Êle tivera por objetivo principal levar a concórdia às cidades de Florença e de Siena. Uma crônica publicada por Muratori nos diz que João de Vicência se tinha arrogado o soberano poder em Verona, não por ambição, mas para acalmar as discórdias e reformar as leis e os costumes. Em todos os países que êle percorria, os nobres, os camponeses, os burgueses, os guerreiros, corriam para ouvi-lo, juravam esquecer as injúrias, terminar as questões. Depois de ter restabelecido a paz em várias cidades, prêsas de agitação, pelo espírito de inveja e por tôdas as paixões tempestuosas da liberdade, êle anunciou que iria pregar na planície de Peschiera, nas margens do Adige. Todos os habitantes das cidades vizinhas, tendo à frente o clero e seus magistrados, dirigiram-se ao lugar indicado, para escutar o anjo da concórdia e o orador da paz pública. Na presença de mais de quatrocentos mil ouvintes, Frei João subiu a um púlpito erguido no meio da planície de Peschiera. Um profundo silêncio reinava em tôda a assembléia; todos os olhares estavam fixos no santo pregador. Suas palavras pareciam descer do céu. Êle havia tomado por texto

estas palavras da Escritura: *Eu dou-vos a paz, eu vos deixo a minha paz.* Depois de ter descrito num quadro espantoso as desgraças da guerra e os efeitos da discórdia, ordenou às cidades lombardas que renunciassem às inimizades e lhes ditou em nome da Igreja um tratado de pacificação universal. Jamais a Idade Média havia oferecido um espetáculo mais comovedor e mais sublime; o historiador dessa época, que só tem perturbações e guerras para descrever, deve sentir-se feliz em poder descrever uma cena tão imponente e solene, em que a religião lembra aos povos reunidos tudo o que suas máximas encerram de mais consolador e de mais salutar. O sermão de Frei João encheu seus ouvintes de um santo amor pela paz e as cidades que se guerreavam, fizeram a paz e juraram diante dêle esquecer para sempre o motivo de suas longas discórdias e de suas eternas rivalidades.

1235. Essas pregações de paz deram à Itália alguns dias de tranqüilidade e permitiram à Santa-Sé fazer pregar, com bom resultado, a nova Cruzada. Gregório dirigiu instruções pastorais a todos os bispos e prelados da cristandade. Em suas cartas aos bispos da França êle aplicava à guerra santa estas palavras de Jesus Cristo: *Se alguém quer vir empós de mim, renuncie a si mesmo, tome minha cruz todos os dias e siga-me; quem quiser salvar a alma, perdê-la-á, e quem a perder, por amor de mim, salvá-la-á.* O soberano pontífice declarou culpados de

traição os que não fizessem o possível para conquistar a herança do Salvador; as circulares do papa recomendavam a todos os fiéis de um e de outro sexo que pagassem um dinheiro por semana para as despesas da Cruzada. O chefe da Igreja comparava essas esmolas às que S. Paulo pedia para os pobres de Jerusalém e não tinha receio em afirmar antecipadamente que elas seriam suficientes para se manter o exército dos cruzados durante dez anos.

A pregação desta Cruzada foi confiada aos religiosos de São Domingos e de S. Francisco, que tinham na Ásia missionários para a conversão dos infiéis e em todo o Ocidente, pregadores para restabelecer a paz, entre os cristãos. Os novos apóstolos da guerra santa receberam do papa o poder, não sòmente de dar a cruz, mas também de comutar o voto da peregrinação em esmola pecuniária, o que se dava raramente, desde o início das Cruzadas. Êles tinham também a faculdade de conceder indulgências de vários dias aos fiéis que viessem ouvir os sermões. Segundo o espírito de sua instituição, os discípulos de S. Francisco e de S. Domingos viviam na austeridade da penitência; êles votavam-se à pobreza e deviam dar o exemplo de humildade cristã; mas, nesta circunstância, o papa quis que êles fôssem recebidos com pompa, nos mosteiros e nas cidades, que o clero viesse recebê-los com a bandeira e os mais belos ornamentos da Igreja. Quer porque essa magnificência tivesse alterado a simplicidade dos costumes,

quer porque os povos não se podiam acostumar a verem em pomposo cerimonial, aquêles que ainda há pouco se haviam consagrado à pobreza evangélica, os pregadores da Cruzada não inspiraram nem estima nem respeito aos seus ouvintes, cuja multidão e número diminuía cada vez mais. Como êles recebiam esmolas em abundância, cujo emprêgo não se conhecia, a santidade de sua missão, a santidade de seu caráter, não puderam salvá-los das acusações e das desconfianças da multidão; as murmurações e as queixas que surgiram por tôda a parte enfraqueceram por fim a sua autoridade e a de suas palavras e contribuíram para arrefecer o zêlo e a devoção dos cristãos, pela guerra santa.

O entusiasmo dos povos, que não podia a eloqüência cristã, reanimar, tinha necessidade, para se sustentar do exemplo dos príncipes e dos guerreiros mais ilustres. Era principalmente do reino da França que a cristandade aguardava o sinal, daquele reino de onde havia recebido tantos modelos de piedoso heroísmo e que as colônias cristãs do Oriente consideravam como seu verdadeiro sustentáculo. Mas, nessa época, a França acabava de esgotar tôdas as suas fôrças na infeliz guerra dos albigenses e a menoridade de Luís IX, dando aos grandes vassalos a esperança de sacudir o jugo da coroa, tinha espalhado entre os senhores e os barões um perigoso espírito de facção e de discórdia. À frente da linha formada contra a realeza, notavam-se o Duque da Borgonha,

Hugo IV, Thibaut V, Conde de Champanha e Rei da Navarra, Pedro de Dreux, Conde da Bretanha, cujas dissensões com o clero, tinham feito chamar de *Mauclerc*. A firmeza da regente e o caráter de Thibaut, que não se pôde manter constante, nem na submissão nem na revolta, fizeram por fim fracassar as emprêsas, várias vêzes renovadas, dos facciosos e dos rebeldes. Como se pregava então em todo o Ocidente a Cruzada contra os muçulmanos e a paz entre os príncipes cristãos, a ambição enganada dos chefes da liga, seu orgulho burlado pela fortuna das armas, mudaram-se de repente num sentimento religioso que lhes inspirou a resolução de expiar numa guerra santa os crimes da guerra civil. Thibaut tinha menos reputação entre os guerreiros do que entre os trovadores e a posteridade conhecia mais seu gôsto pela poesia, seus costumes cavalheirescos e galantes, do que seus feitos militares. Suas canções, escritas nas paredes do palácio de Provins e de Troyes, disseram aos seus contemporâneos *qual a dama dos seus pensamentos,* e as tradições históricas nos autorizam a crer que as lembranças de amor e talvez também, o virtuoso ascendente de uma rainha há muito tempo objeto de suas homenagens muito mais ainda que o arrependimento e a piedade, levaram o Conde da Champanha a partir para o Oriente. Sua musa, que só tinha cantado os amôres profanos, fêz ouvir as queixas de Jerusalém e despertou, com suas canções cristãs, o ardor dos soldados da cruz. "Sabei, dizia

êle, em seus versos, que o céu está fechado a todos os que não atravessarem o mar para visitar e defender o túmulo de Deus. Sim, todos os bravos que amam a Deus e a glória não hesitarão em tomar a cruz e as armas; os que preferirem a tranqüilidade à honra, os que temerem os perigos ficarão em seus lares. Jesus Cristo, no dia do juízo, dirá a uns: *Vós que me ajudastes a carregar a cruz, subi ao lugar onde habitam os anjos e minha Mãe, Maria;* dirá aos outros: *Vós que não me socorrestes, descei ao lugar dos maus.*

1236. O exemplo do Duque de Borgonha e do Conde de Bretanha, as poéticas exortações de Thibaut, reunidas às pregações da Santa Sé, despertaram por um momento o entusiasmo dos cruzados nas províncias da França. Os condes de Bar, de Forez, de Macon, de Joigny, de Nevers; Amaury, filho de Simão de Monfort, André de Vitri, Godofredo de Ancenis, uma multidão de barões e de senhores tomaram a cruz e fizeram o juramento de ir à Ásia, combater os infiéis.

Como a pregação da Cruzada tinha sido acompanhada de vários abusos que podiam prejudicar o feliz resultado da santa expedição, um concílio reunido em Tours, ocupou-se em dar remédio e em deter o mal em sua origem. Vimos precedentemente que os pregadores da guerra santa, recebendo criminosos sob suas bandeiras e dando-lhes a cruz, tinham

escandalizado os cavaleiros cristãos; as Cruzadas, como vimos no século doze, não eram mais consideradas como um meio de salvação para todos os fiéis e como um caminho do Senhor no qual todos podiam entrar. Os grandes culpados não encontravam mais um lugar nas fileiras dos soldados da cruz e dos piedosos defensores de Jesus Cristo. O concílio de Tours determinou que os cruzados detidos pela justiça seriam entregues a um juiz eclesiástico, que não teria em consideração os seus privilégios e lhes tiraria mesmo a cruz, se os julgasse culpados de homicídio ou de algum outro grande crime cometido contra as leis divinas e humanas.

Assim como nas outras Cruzadas, o povo se havia deixado levar a violentos excessos contra os judeus, que eram acusados de ter imolado o Deus pelo qual êles iam combater e retinham em suas mãos imensos tesouros, enquanto os cruzados eram obrigados a empenhar seus bens para fazer a viagem à Palestina. A fim de deter o curso das violências populares, o Concílio proibiu, sob pena de censuras eclesiásticas, maltratar os judeus, despojá-los de seus bens ou fazer-lhes qualquer ultraje.

Havia-se notado um outro abuso não menos prejudicial à Cruzada, que todos os outros. Os pregadores da guerra santa e vários teólogos permitiam aos cruzados desfazerem-se de seus votos, pagando a soma que teriam gasto na peregrinação; êsse abuso causou um grande escândalo entre os fiéis, mas a

Santa-Sé, que com isso obtinha somas consideráveis, não teve nenhuma consideração às queixas que se elevaram a êsse respeito, na Inglaterra e em vários Estados da Europa.

1238. Os cruzados ocupavam-se com os preparativos da partida, quando de repente um novo grito de alarme se fêz ouvir no Ocidente. O império latino em Constantinopla estava reduzido às últimas. Depois do reinado de Balduino de Flandres e de seu irmão Henrique, a família de Courtenay, chamada ao trono imperial, só conheceu as grandezas das amarguras e dos reveses que elas trazem empós de si, num império que se desmorona. Pedro de Courtenay, Conde de Auxerre, quando ia tomar posse do trono de Balduino, foi atacado na Macedônia e morto por ordem de Teodoro Comeno, Príncipe do Épiro. Pouco tempo depois, a imperatriz, que tinha ido por mar a Constantinopla, morreu de pesar ao saber da morte trágica do seu espôso. Roberto de Courtenay, segundo filho de Pedro, só subiu ao trono para ver a rápida decadência do império latino: vencido numa grande batalha por Vatace, sucessor de Lascaris, êle perdeu tôdas as províncias situadas além do Bósforo e do Helesponto; por outro lado, o Príncipe do Épiro apoderou-se da Tessália e de uma grande parte da Trácia. Constantinopla, ameaçada por inimigos terríveis, via do alto de suas tôrres esvoaçarem os estandartes dos gregos de Nicéia e

dos bárbaros do monte Hémus. No meio dos desastres que desolavam o império, Roberto morreu, tendo como sucessor seu irmão Balduino, ainda criança. João de Brienne, que a fortuna havia feito por um momento Rei de Jerusalém, tinha sido chamado ao trono abalado de Constantino. Os gregos e os búlgaros, animados pelo ardor do saque, estavam às portas da capital. Suas frotas penetraram até no pôrto; seus inúmeros batalhões preparavam-se para escalar as muralhas da cidade: o novo imperador mandou-lhe vários batalhões, apoderou-se de seus navios e dispersou o exército. As vitórias milagrosas de João de Brienne aumentaram sua fama, mas esgotaram-lhe as fôrças: depois de ter vencido seus inimigos, encontrou-se sem exército, e, enquanto os poetas o comparavam a Heitor, a Rolando, a Judas Macabeu, êle era obrigado a esperar na sua capital os socorros que lhe haviam prometido e que nunca chegavam. Na idade de mais de oitenta anos, êle terminou sua carreira, disputando aos bárbaros os restos de um poder que as armas tinham fundado e cujas miseráveis ruínas não se puderam salvar, com os prodígios do seu valor.

As ruínas que o rodeavam em seus últimos momentos deveram fazê-lo sentir o nada das grandezas humanas e lembrar-lhe os sentimentos da humildade cristã. Êle tinha passado os primeiros dias de sua juventude nas austeridades do claustro. No leito de morte, depôs a púrpura imperial e quis exalar

seu último suspiro sob o hábito de um discípulo de São Francisco de Assis. Um simples cavaleiro francês, sentado durante alguns dias sôbre dois tronos prestes a desabar, genro de dois reis, sogro de dois imperadores, João de Brienne, não deixou, ao morrer, que a lembrança de seus feitos e o exemplo de um estranho destino. O jovem Balduino que tinha desposado sua filha e que devia substituí-lo, não pôde recolher sua deplorável herança. Saindo como um fugitivo de sua capital, percorreu a Europa como um pedinte, implorando a caridade dos fiéis e obtendo muitas vêzes, apenas o desprêzo. Voltando à França, reclamou os domínios de sua família, que êle tinha deixado pelo império do Oriente e retomou com as armas na mão o pequeno principado de Namum, que êle alienou em seguida por uma soma módica. Balduino obteve com dificuldade um auxílio de setecentos marcos de prata do Rei da Inglaterra, que antes lhe havia recusado a entrada em seu reino. Luís IX deu-lhe o dinheiro confiscado aos judeus, dinheiro que se considerava como produto vergonhoso da usura e que se julgava de algum modo purificar empregando-o numa guerra santa.

Enquanto o Imperador do Oriente percorria a Itália, a França e a Inglaterra, Constantinopla estava sem exército, e sacrificava pela defesa do Estado, até as relíquias, objeto de veneração do povo e os últimos tesouros do império. O soberano pontífice ficou comovido pela miséria e pela humilhação de

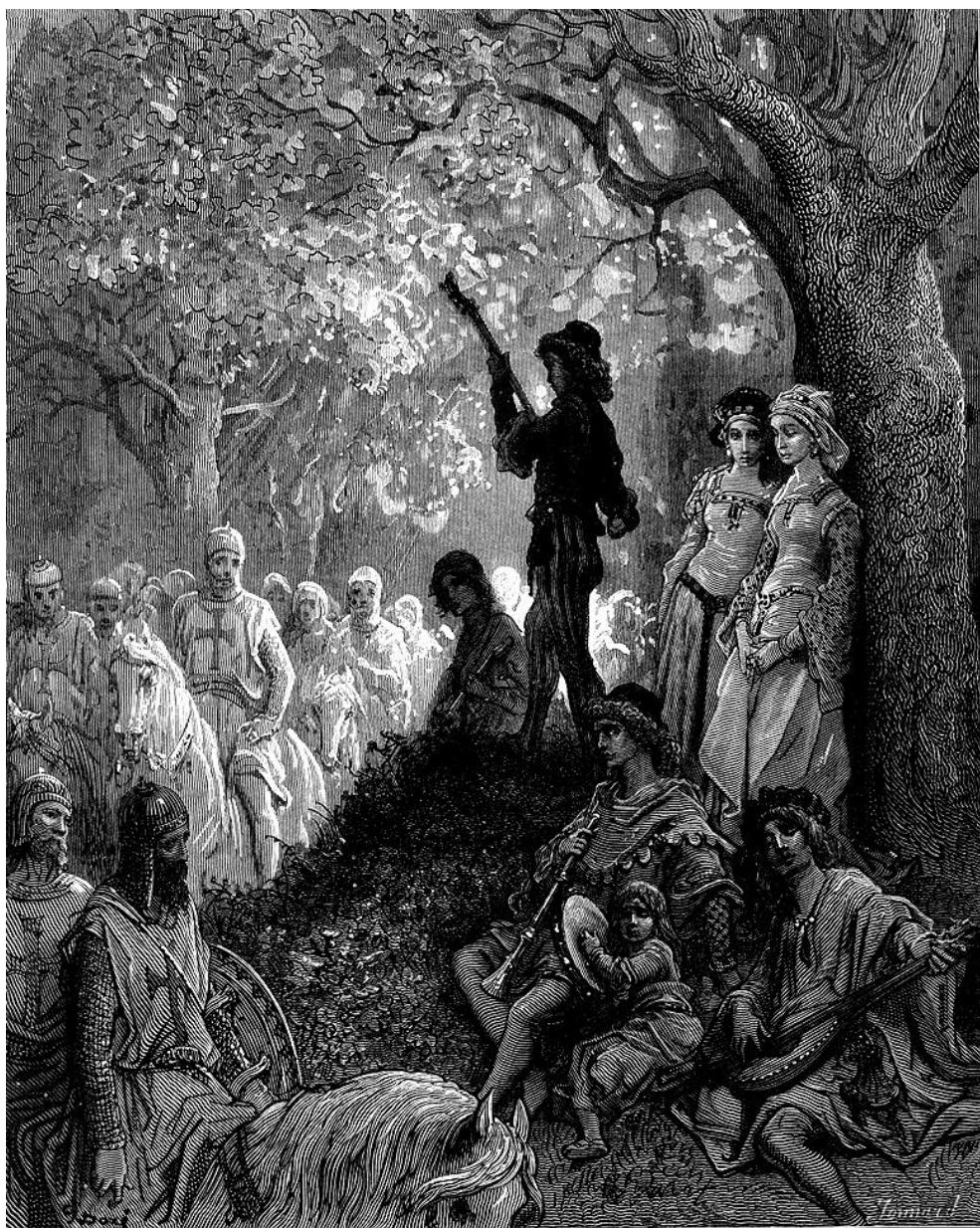
Balduino e ouviu com piedade os gemidos da Igreja latina de Bizâncio. Publicou uma nova Cruzada para a libertação do império do Oriente. Os cruzados que deviam partir para a Terra Santa foram convidados a socorrer seus irmãos de Constantinopla; mas as orações e os rogos da Santa-Sé só produziram mesquinhos subsídios. Os espíritos estavam divididos: uns queriam defender o império dos latinos, outros, o reino de Jerusalém. Pedro de Dreux, Duque da Bretanha, e vários outros senhores, quer para agradar ao papa, quer porque a emprêsa em favor de Constantinopla lhes parecia menos difícil e menos perigosa, uniram-se a Balduino; mas o Rei da Navarra, o Duque da Borgonha e os condes de Bar, de Vendôme e de Monfort acharam estranho que se arruinasse, ou pelo menos que se enfraquecesse uma Cruzada, por outra. Queixaram-se ao papa e censuraram-lhe a mudança. Gregório respondeu que jamais se poderiam expulsar os infiéis da Terra Santa, se não se garantisse a conquista de Constantinopla.

1239. No entretanto os príncipes e os senhores franceses persistiam em sua resolução de ir combater os muçulmanos na Ásia. Os barões e os cavaleiros alugavam ou vendiam suas terras para comprar cavalos e armas, deixavam suas terras e seus castelos, furtavam-se aos braços de suas espôsas. Thibaut, seu chefe e seu intérprete, deu adeus à França nos

versos que nos ficaram e que exprimem ao mesmo tempo a devoção dos cristãos e o caráter da cavalaria. Sua musa, ao mesmo tempo piedosa e profana, deplorava os tormentos do amor, as tristezas da ausência e celebrava a glória dos soldados de Jesus Cristo. Para se consolar de ter perdido a dama de seus pensamentos, o Rei da Navarra invocava a Virgem Maria, *senhora dos céus*, e terminava sua queixa com êste verso que reproduz bem os costumes do tempo:

Quand Dame perds, dame me soit aidant.

Outros trovadores, a exemplo do Rei da Navarra, cantavam a partida dos peregrinos; prometiam em seus versos as indulgências da Cruzada aos guerreiros que partiam para a Síria e aconselhavam às senhoras e às moças que não escutassem os que ficavam na Europa; pois, diziam êles, só ficarão os covardes; todos os valentes vão procurar no Oriente a glória dos combates.

Enquanto a França repetia as canções dos trovadores, dirigiam-se ao céu em tôdas as igrejas fervorosas orações pelo bom êxito das expedições de além-mar. Todavia, misturavam-se com os cânticos da poesia e os hinos de piedade, um espetáculo doloroso e muito digno de um século bárbaro. A guerra dos albigenses tinha lançado no coração dos povos um espírito ardente de perseguição e de intolerância. No momento mesmo em que os cavaleiros e os barões

A canção de despedida.

se dispunham a levar a guerra ao país dos infiéis, erguiam-se em várias cidades do reino, fogueiras, para os fautores da heresia. Poucos dias antes de partir para a Cruzada, o Conde da Champanha assistiu ao suplício de cento e oitenta e três dos seus vassalos, que foram queimados, como hereges. A essas cenas deploráveis uniam-se os tristes efeitos das dissensões do papa com o imperador, as quais lançavam a perturbação no santuário, como fora dêle e espalhavam por tôda a parte os germens de uma funesta discórdia entre a nobreza e o clero, entre a autoridade civil e a religiosa.

No meio da fermentação geral dos espíritos e das hostilidades sempre prontas a surgir, o soberano pontífice, a cuja voz os cruzados tinham tomado as armas, não aplaudia mais o seu entusiasmo; Gregório, que tinha feito terríveis inimigos no Ocidente, parecia ter esquecido uma guerra que êle tinha pregado e pensava sòmente em seus próprios perigos.

A maior parte dos chefes da Cruzada de além-mar estava reunida em Lião, para deliberar sôbre a emprêsa, quando receberam um enviado do Sumo Pontífice que lhes ordenava regressar aos seus lares. Essa ordem inesperada de Gregório IX escandalizou os príncipes e os barões que responderam ao enviado da côrte de Roma que o papa podia mudar de política, desaprovar o que êle mesmo havia ordenado, mas que os defensores da cruz, os que se haviam consagrado ao serviço de Jesus Cristo, permaneciam

inquebrantáveis em seus desígnios: "Nós fizemos, diziam êles, os nossos preparativos; alienamos ou vendemos nossas terras, nossas casas, nossos móveis, deixamos nossos amigos e nossas famílias, anunciamos nossa chegada à Palestina: a religião e a honra nos proíbem voltar atrás."

Como o núncio do papa quisesse fazer falar a autoridade da Igreja e acusasse os barões de trair a causa que iam defender, os guerreiros cristãos não puderam conter a indignação: os soldados e os chefes chegaram mesmo a maltratar o embaixador do Sumo Pontífice e o teriam imolado à sua cólera, se os conselhos e os rogos dos prelados e dos bispos não os tivessem demovido de seu intento.

Mal os cruzados acabavam de despedir com desprêzo o núncio do papa, viram chegar embaixadores do Imperador da Alemanha, que rogava também, que êles suspendessem sua marcha e esperassem que êle tivesse reunido tropas, para se colocar à frente de todos. Os cavaleiros e os barões animados por um zêlo sincero pela libertação dos santos lugares, não podiam conceber tais atrasos à sua emprêsa e gemiam lamentando a cegueira dos poderosos que queriam afastá-los do caminho da salvação. O Rei da Navarra, os Duques da Bretanha e da Borgonha, a maior parte dos senhores que tinham tomado a cruz, persistiu em seu intento, de cumprir o juramento feito e embarcaram para Marselha, para daí seguir para a Síria.

Uma nova questão surgiu entre o papa e Frederico, os quais disputavam a soberania da Sardenha. Tôdas as paixões se misturaram com essa questão; armaram-se êles, ora com as vinganças do céu, ora com os furores da guerra. Gregório, depois de ter de novo excomungado Frederico, quis atacar sua fama e persegui-lo na opinião dos seus contemporâneos. Liam-se em tôdas as igrejas avisos e breves do papa nos quais o imperador era representado como um ímpio, cúmplice de hereges e de muçulmanos, opressor da religião e da humanidade. Frederico respondeu com violentas palavras às acusações do soberano pontífice; êle dirigiu-se aos romanos para incitá-los à revolta contra a Santa Sé; chamou a todos os príncipes da Europa para defender sua causa: "Reis e príncipes da terra, dizia êle, olhai a injúria que nos foi feita como a todos vós: *trazei água para extinguirmos o fogo ateado em vossa vizinhança:* um semelhante perigo vos ameaça." O papa irritado lançou todos os castigos da Igreja contra seu adversário; êle foi mesmo até pregar uma Cruzada contra o imperador, dizendo que havia mais mérito em combater um príncipe rebelde aos sucessores de S. Pedro, do que em libertar Jerusalém. No meio da luta escandalosa que acabava de se suscitar, os partidos estavam de tal modo acirrados, que, para uns, a Igreja nada mais tinha de sagrado, e, para outros, a autoridade dos príncipes, nada de legítimo. Por um lado, o soberano pontífice e seus partidários consi-

deravam os súditos fiéis ao imperador como ministros e cúmplices do demônio; por outro lado, o imperador e os que defendiam a sua causa não queriam reconhecer o papa como vigário de Jesus Cristo. Enfim Gregório prometeu a coroa imperial àqueles dos príncipes que tomasse as armas contra Frederico e o fizesse deixar o trono. Uma carta apostólica foi lida diante de Luís IX e seus barões, na qual o Soberano Pontífice daria a Roberto, irmão do rei, a coroa imperial e a coroa da Sicília, se a França se declarasse contra o imperador da Alemanha. Os senhores do reino, cheios de admiração, protestaram seu zêlo pela defesa da fé e seu respeito pela Igreja; mas todos declararam que não podiam servir à cólera de Gregório, que êles julgavam injusta, nem se aproveitar da desgraça de Frederico, da qual ignoravam os motivos.

Logo chegaram às hostilidades. Frederico, depois de ter obtido uma grande vitória contra os milaneses e semeado o terror em tôdas as repúblicas da Lombardia, marchou para Roma à frente de um exército. Gregório que não tinha tropas, percorreu sua capital à frente de uma procissão. Mostrou aos romanos as relíquias dos apóstolos, e, derramando lágrimas, disse-lhes que êle não podia defender aquêle sagrado depósito, sem seu auxílio. A nobreza e o povo, tocados pelos rogos do papa juraram morrer pela defesa da Santa Sé. Fizeram-se preparativos de guerra, fortificaram-se às pressas as vizi-

nhanças da cidade de Roma, e, quando o imperador se aproximou das portas, viu aquêles mesmos romanos, que pouco tempo antes tinham abraçado sua causa, contra o papa, reunidos para combater nas muralhas e decididos a morrer pelo chefe da Igreja. Frederico sitiou a cidade sem poder dela se apoderar; sua cólera acusou os romanos de perfídia e vingou-se com horríveis atos de crueldade contra os prisioneiros. Logo a cólera e o ódio contra o imperador e o Sumo Pontífice, passaram para o espírito do povo e o furor de guerra civil devastou tôda a Itália.

No meio da desordem e da agitação geral, não se ouviam mais os clamores e os rogos dos cristãos da Palestina. No término da trégua concluída com Frederico, o príncipe de Carac tinha tornado a entrar em Jerusalém, tinha destruído a tôrre de Davi e as frágeis muralhas construídas pelos cristãos. Essa conquista, que animava a coragem dos muçulmanos, lançou o desespêro nos infelizes habitantes da Terra Santa. Em vez de receber dentro de seus muros, exércitos numerosos e afamados, Tolemaida só via chegar peregrinos sem armas, que narravam as deploráveis questões dos príncipes e dos monarcas cristãos. A maior parte das comunicações estavam fechadas com o Oriente; tôdas as frotas marítimas da Itália disputavam o império do mar, ora na liga do Sumo Pontífice, ora na do imperador. Vários cruzados, que tinham feito o juramento de ir a Constantinopla ou a Tolemaida aderiram à Cruzada pregada contra

Frederico; outros resolveram ir por terra à Síria e pereceram quase todos nas montanhas e nos desertos da Ásia Menor; os príncipes e os senhores franceses que apesar das ordens do papa haviam partido para a Ásia e embarcado nos portos da Provença só puderam levar à Palestina um pequeno número de guerreiros.

À chegada dos cruzados, o Oriente não era menos perturbado que o Ocidente. O sultão do Cairo, Malek-Kamel, acabava de morrer; seu falecimento fôra o sinal de várias guerras sangrentas, entre os príncipes de sua família, que disputavam ora o reino do Egito, ora os principados de Damasco, de Alepo, de Hamah. No meio dessas dissensões, os emires e os mamelucos cujo perigoso auxílio sempre se pedia, tinham-se acostumado a dispor do poder e mostravam-se mais temíveis aos seus soberanos, do que aos inimigos do islamismo. A autoridade suprema parecia ser o prêmio da vitória ou da habilidade e da traição; os tronos muçulmanos estavam rodeados de tantos perigos que se viu um Príncipe de Damasco, abandonar o cetro e entregar-se ao retiro, dizendo que *um falcão e um cão de caça agradavam-lhe mais que o império.* Os príncipes divididos entre si tinham chamado em seu auxílio os karismianos e outros povos bárbaros, que incendiavam as cidades, saqueavam as províncias, destruíam as potências que êles acabavam de defender e punham fim a todos os males gerados pela discórdia. Os cruzados

teriam podido aproveitar-se das perturbações do Oriente; mas, jamais reuniram seus esforços contra os inimigos, que tinham jurado combater; o reino de Jerusalém não tinha govêrno que dirigisse as fôrças da Cruzada; a multidão dos peregrinos não tinha união nem interêsse comum, que pudesse mantê-los juntos por muito tempo, sob os mesmos estandartes. Viam-se por tôda parte tropas de soldados mas, nenhum exército; cada um dos chefes e dos príncipes seguia um plano de campanha, declarava a guerra, proclamava a paz em seu nome e parecia combater sòmente por sua ambição e pela sua fama.

O Duque da Bretanha, seguido por seus cavaleiros, levou a guerra às terras de Damasco e voltou ao acampamento dos cruzados com uma multidão de camelos, de bois, de cavalos, de burros e de búfalos, arrebatados aos muçulmanos. O Conde de Bar, o Duque da Borgonha e *outros grandes barões do exército*, diz uma relação manuscrita que temos sob os olhos, *sentiram grande inveja e grande despeito por essa prêsa que o Conde da Bretanha tinha feito sôbre os infiéis*. Resolveram então fazer, por sua vez alguma expedição em que pudessem se enriquecer com os despojos do inimigo e dispuseram-se a marchar contra o território de Gaza, cuja fama de ricas pastagens e de abundantes messes lhes era conhecida. Quando manifestaram seu desejo, os mais sensatos dos senhores e dos barões vieram ter com êles e lhes rogaram que não se separassem do exército cristão.

O Conde da Champanha, que tinha sido nomeado chefe da Cruzada, ordenou-lhes, em nome de Jesus Cristo, que ficassem no acampamento. Tôdas as razões, todos os rogos foram inúteis, os condes de Bar, de Montfort, vários outros senhores contentaram-se em responder que tinham vindo à Síria — *para guerrear contra os fiéis* e partiram com seus soldados. Os que ficaram no acampamento, temendo alguma desgraça, deliberaram seguir de longe seus imprudentes companheiros e dirigiram-se para Ascalon. A tropa que tinha abandonado as bandeiras do exército, chegou, pelo fim do dia, ao regato que a Escritura chama de *Egito*, e que limita o reino de Jerusalém do lado do Egito. Não obstante os conselhos de Gauthier, Conde de Joppé, êle marchou tôda a noite na esperança de alcançar uma vasta campina, onde pastavam rebanhos dos muçulmanos. Ao despontar do dia, os cruzados cansados, encontraram-se diante de um desfiladeiro, situado entre colinas de areia e suspenderam a marcha, esperando que *os animais fôssem mandados ao campo e que os homens se entregassem ao trabalho*. A crônica que acabamos de citar descreve aqui o que se passou com essa tropa de aventureiros: *Os ricos mandaram pôr a mesa e começaram a comer pão, galinhas e frangos, carne cozida que tinham trazido, sem se esquecer do vinho em garrafas e em barris.* Uns comiam, acrescenta o cronista, outros, dormiam, outros cuidavam dos cavalos; tal era a sua cega tranqüilidade e segurança,

O exército cristão nas montanhas da Judéia.

que êles nem pensavam nos inimigos que iam procurar: não tardaram a perceber que *Nosso Senhor Jesus Cristo não queria que o servissem daquele modo*.

O comandante de Gaza, avisado da chegada dos cristãos mandou acender durante a noite grandes fogueiras, que eram como um sinal de alarme, para todos os habitantes. De todos os lados os muçulmanos acorreram, com armas na mão. À aproximação dos inimigos, o Conde de Bar se pôs à frente dos seus cavaleiros e avançou na planície para ver o número e a fôrça dos muçulmanos. Gritos ameaçadores, ruído de tambores, de clarins, ressoavam de todos os lados; homens armados cobriam tôda a planície; os fundibulários e os archeiros ocupavam os lugares elevados. Então os chefes dos cruzados reuniram-se em conselho: o Conde de Joppé, o Duque da Borgonha, eram de opinião que os cristãos *voltassem e não dessem combate*, pois tinham areia até os joelhos e os muçulmanos eram como treze contra um. Os condes de Bar e de Montfort queriam que se combatesse e a razão que êles davam, era que o inimigo estava presente e que havia mais perigo e principalmente mais vergonha em se retirar do que em combater. O Conde de Joppé e o Duque de Borgonha responderam que *êles não queriam perder a si mesmos nem aos seus*, e deram o sinal da retirada. Os peregrinos que persistiam em ficar diante de um inimigo temível, sentiam todo o perigo do partido que tinham tomado e, vendo seus companhei-

ros tomar o caminho de Ascalon, rogaram ao Rei da Navarra e aos outros chefes que viessem socorrê-los quanto antes. Em vão, o Duque da Borgonha e o Conde de Joppé rogaram-lhes de novo que evitassem uma derrota certa, mas não lhes puderam vencer a obstinação. Já os muçulmanos davam o sinal do combate e uma chuva de dardos foi lançada contra os cruzados; os archeiros cristãos fizeram a princípio recuar o inimigo, mas os dardos e as flechas lhes vieram a faltar, o que duplicou a coragem dos muçulmanos. Várias vêzes, tendo à sua frente os condes de Bar e de Montfort, os cavaleiros precipitaram-se contra os infiéis. Depois de ter dispersado a imensa multidão que tinham diante de si, êles voltaram a ocupar o desfiladeiro onde tinham levantado suas tendas e lhes servia de defesa. Depois de vários ataques, o comandante de Gaza, atraiu-os à planície, fingindo fugir, e, ao mesmo tempo ordenou aos seus soldados colocados nas colinas que se apoderassem do lugar que os cristãos ocupavam. Essa manobra deu resultado, os cruzados viram-se rodeados e assaltados de todos os lados, sem outra esperança que vender caro a própria vida. Os condes de Bar e de Montfort e alguns barões e cavaleiros resistiram por muito tempo e fizeram *prodígios de valor;* mas, por fim, morreram de cansaço, cobertos de ferimentos.

No entretanto, os cruzados que tinham vindo com o Rei da Navarra aos muros de Ascalon, logo

souberam que os temerários companheiros de armas estavam em perigo. Os mais valentes precipitaram-se para as estradas de Gaza. Quando se aproximaram do lugar do combate, os guerreiros cristãos já não resistiam mais; os muçulmanos ocupavam-se em amarrar os prisioneiros e despojar os mortos. O inimigo não esperou os cruzados e retirou-se levando os despojos e os prisioneiros. O campo de batalha estava coberto de cadáveres nus; alguns feridos que ainda viviam foram colocados sôbre os escudos dos cavaleiros para serem transportados a Ascalon. Como vários peregrinos pedissem que se perseguissem os inimigos na sua retirada, o Rei da Navarra e os outros chefes reuniram-se com os cavaleiros do Templo e de S. João, para deliberar sôbre o que haveriam de fazer. Êstes responderam que seria perigoso atacar os muçulmanos, protegidos por suas fortalezas e que uma perseguição imprudente podia comprometer a vida dos prisioneiros cristãos. Os amigos e parentes dos que tinham sido aprisionados pelos infiéis, não escutaram estas palavras e davam ouvido sòmente ao seu cego desespêro; mas quiseram tão grandes desgraças que já haviam marcado aquêle dia, que não quisessem tentar novos perigos; ficou determinado que se retomaria o caminho de Ascalon onde *havia clamores e gemidos por aquela dolorosa aventura.*

Amaury de Montfort e vários outros senhores caíram nas mãos dos infiéis e foram levados para espetáculo na capital do Egito. Nunca se pôde saber o que

aconteceu ao Conde de Bar e a incerteza de sua morte dera origem a uma multidão de narrações maravilhosas, que foram repetidas, por muito tempo, entre os cruzados. O exército cristão voltou tristemente a Tolemaida; dirigiu-se depois a Sidon, a Tiro e a Trípoli e *a outras boas cidades cristãs.* À sua chegada à Síria, os chefes da Cruzada haviam tido a intenção de cercar Damasco; mas essa emprêsa fôra abandonada. Os chefes, que se haviam arruinado com a guerra e que contavam com a guerra para reparar às perdas, não ousavam mais arriscar a sorte nos combates, de mêdo de perder tudo e de se tornarem êles mesmos despojos do inimigo. O Rei da Navarra, cujas canções tinham incitado os guerreiros a tomar as armas, conservava-se em silêncio e sua musa não se dispôs nem mesmo a exortar seus companheiros desanimados, à paciência e à resignação. No entretanto, entre os cavaleiros e sob as tendas dos soldados da cruz, havia vários trovadores que cantavam as dores do exílio e do qual os peregrinos repetiam as tristes queixas. A exemplo dos profetas, cujos cantos tinham ressoado naqueles mesmos lugares, êles anunciavam as desgraças do povo escolhido e deploravam a inação e as misérias de um exército ao qual o céu irritado recusava seu apoio. Os eclesiásticos pregavam contra o orgulho, a inveja, a ambição dos senhores que eram acusados de mostrar pouco zêlo pelo triunfo da cruz. *Mestre Guilherme,* legado do papa, terminava cada um dos seus sermões

com estas palavras: *Por Deus, cavalheiros, rogai a Deus que restitua a coragem aos grandes homens dêste exército.*

Na ociosidade nasceram grandes questões nas quais os chefes se censuravam recìprocamente pelas desgraças e pela vergonha dos cruzados. Na impossibilidade de fazer triunfar suas armas, êles trataram separadamente com os infiéis e fizeram a paz como tinham feito a guerra. Os templários e alguns chefes combinaram uma trégua com o Príncipe de Damasco e obtiveram a restituição dos santos lugares; por seu lado, os hospitalários, o Conde de Champanha, os duques da Bretanha e da Borgonha, concluíram um tratado com o sultão do Egito, e se comprometeram em defendê-lo contra os muçulmanos da Síria, que garantiam aos cristãos a posse de Jerusalém.

Depois de ter perturbado a Palestina com suas desordens os cruzados franceses abandonaram-na para voltar à Europa e foram substituídos em Tolemaida pelos inglêses, chegados sob o comando de Ricardo de Cornualha, irmão de Henrique III. Ricardo, que possuía minas de estanho e de chumbo do condado de Cornualha, era um príncipe dos mais ricos do Ocidente. Se dermos crédito às velhas crônicas, Gregório IX procurou dissuadi-lo da peregrinação à Terra Santa, na esperança de que seus tesouros e seus soldados pudessem ser empregados, quer em defender o império latino de Constantinopla, quer para sustentar a causa de Roma na guerra declarada

contra Frederico. Ricardo resistiu a todos os rogos do papa e, quando chegou a Tolemaida, o povo e o clero foram recebê-lo repetindo estas palavras do Evangelho: *Bendito o que vem em nome de Deus.* O príncipe era sobrinho de Ricardo Coração-de-Leão, cuja coragem e cujos feitos o tinham tornado célebre em todo o Oriente. Sòmente o nome de Ricardo lançava o terror entre os muçulmanos; o Príncipe de Cornualha lembrava seu tio, pela bravura: estava cheio de zêlo e de ardor e seu exército compartilhava de seu entusiasmo pela religião e pela glória. Tudo parecia pressagiar-lhe feliz resultado; mas, depois de alguns dias de marcha e de algumas vantagens obtidas contra os inimigos, êle se viu abandonado pelos hospitalários que queriam que se respeitasse a trégua feita com o sultão do Egito e pelos templários, que não queriam romper a trégua feita com o soberano de Damasco. Vendo-se pouco secundado pelos cristãos do país, êle foi obrigado a renunciar à guerra e a renovar os tratados de paz. Como fruto de sua expedição, êle só pôde conseguir a troca de prisioneiros e a permissão de prestar honras de sepultura aos cristãos mortos na batalha de Gaza. Depois de ter visitado Jerusalém, libertada pela segunda vez depois da Cruzada de Frederico II, Ricardo embarcou para a Itália. Êle visitou o Imperador Frederico, seu sogro, que o recebeu com muita alegria e magnificência. Mateus Páris, na narração das festas celebradas em honra do Conde Cornualha,

fala do espetáculo de duas mulheres muçulmanas, elegantemente vestidas, que, colocadas sôbre dois globos no meio de um tablado unido, executavam movimentos de grande agilidade, batendo palmas, cantando canções de seu país ou tocando castanholas e agitando-se de maneira extraordinária. Essas duas muçulmanas eram evidentemente bailarinas, que Frederico tinha trazido do Oriente.

O Imperador da Alemanha encarregou Ricardo das negociações pacíficas com o soberano pontífice, mas o Conde de Cornualha não pôde convencer Gregório, ardentemente ocupado em continuar seus pretextos ameaçadores. Tôda a Europa estava em fogo; um Concílio convocado para a paz da igreja, não se tinha podido reunir. No meio da desordem universal, Gregório morreu, amaldiçoando seu temível adversário, e foi substituído por Celestino IV, que usou a tiara sòmente durante dezesseis dias. A guerra continuava com novo furor; a Igreja estava sem chefe, e Jesus Cristo, sem vigário na terra; os cardeais estavam dispersos; Frederico mantinha muitos dêles na prisão. A côrte de Roma, diz Fleury, estava desolada e havia caído em grande desprêzo. Essa deplorável anarquia durou quase dois anos. Tôda a cristandade fazia ouvir seus gemidos e pedia aos céus um papa que pudesse dar remédio aos males da Europa e da Igreja.

O conclave reuniu-se, por fim; mas a eleição de Inocêncio IV feita no meio de perturbações e de

discórdias, não deteve o escândalo, nem o furor da guerra que desolava os cristãos. O novo pontífice seguiu o exemplo de Inocêncio III, de Gregório IX, e a desordem crescia sempre. Esqueceram a Europa, os cristãos da Grécia, e os da Palestina; missionários percorriam em vão os reinos do Ocidente, para exortar os fiéis a fazer a paz entre si, a voltar as armas contra os muçulmanos. Vários dêsses anjos de paz foram proscritos por Frederico, que estava ao mesmo tempo em guerra com o soberano pontífice, com o Imperador do Oriente e com todos os que, tomando a cruz, tinham jurado defender Roma e libertar Constantinopla ou Jerusalém. Não narraremos as violências de que o Ocidente e máxime a Itália foram teatro; a atenção se cansa de ficar por muito tempo contemplando os mesmos quadros; as guerras, as revoluções, que dão tanta vida à história, acabam por oferecer também um painel enfadonho e é aqui principalmente que o leitor pode perceber que as paixões têm também sua uniformidade, e as tempestades, sua monotonia.

Pudemos ver que esta sexta Cruzada que durou mais ou menos trinta anos, foi mais fecunda em debates escandalosos e em discórdias civis, do que em fatos e acontecimentos gloriosos. Coisa notável! Mais os chefes da Igreja se esforçavam por submeter as expedições do Oriente à sua suprema direção, mais essas expedições pareciam afastar-se dêsse espírito de devoção ardente, que as tinha feito nascer.

Nas primeiras Cruzadas, a ambição, o amor da glória, o amor dos perigos, foram sem dúvida poderosos móveis, mas êsses sentimentos se misturavam e se confundiam com o entusiasmo religioso, cujo fascínio parecia dominar tôdas as opiniões. Pouco a pouco as paixões dêste mundo terreno apresentaram-se mais e a revolução que se operou insensìvelmente nos espíritos chegou ao ponto de que a voz da religião mal era ouvida nas guerras santas. Quem teria podido crer, por exemplo, depois de ter tido sob os olhos o espetáculo das Cruzadas precedentes, que uma Cruzada devesse jamais ser considerada como uma emprêsa ímpia e a conquista de Jerusalém, como uma profanação dos santos lugares? Tal foi, pelo menos o juízo que se fêz na cristandade, da expedição de Frederico.

O soberano pontífice e a maior parte dos fiéis consideraram o empreendimento do Imperador da Alemanha, como Deus julga as ações humanas, segundo as intenções ocultas e os sentimentos secretos da consciência. Essa justiça que *sonda os rins e o coração*, e que não é dêste mundo, essa *santa cólera do Evangelho* que o Evangelho não tinha sempre acendido, não era própria para favorecer o progresso, para conservar os frutos salutares de uma Cruzada onde se haviam introduzido as paixões da política. Quando se viram as maldições do céu cair assim sôbre o libertador do Santo Sepulcro, aconteceu que os cristãos da Palestina empregaram menos zêlo na

conservação de Jerusalém e os cristãos do Ocidente não se apressaram mais em tomar as armas para defender uma conquista profana. Vimos, na primeira Cruzada e mesmo na de Ricardo, o entusiasmo dos cruzados à aproximação da Cidade Santa. Nesta, nada vimos de semelhante, e o nome de Jerusalém mal era pronunciado no acampamento dos cristãos.

Devemos confessar também que Frederico não procurava enaltecer com suas palavras a importância da conquista que acabava de fazer. Narra-se que depois de sua volta, êle tinha o costume de dizer que, *se Deus tivesse conhecido o reino de Nápoles, não o teria preferido aos rochedos estéreis da Judéia:* estas palavras sacrílegas deviam ser de grande escândalo, para os peregrinos.

A maior parte das guerras santas encontraram cronistas que nos descreveram os fatos com fidelidade; a expedição de Frederico ficou quase sem historiadores. A piedade e a devoção, tinham inspirado as narrações das outras emprêsas no Oriente. Descrevendo a de um príncipe excomungado, os piedosos cenobitas que se encarregavam de nos transmitir a história das Cruzadas, não teriam podido julgar fazer *coisa agradável a Deus.*

A expedição do Rei da Navarra e dos outros grandes vassalos da coroa da França, não apresenta um espetáculo mais edificante. Uma ambição desordenada, uma atividade inquieta, a impossibilidade de fazer a guerra em seu próprio país, o que se

decorava com o nome de arrependimento religioso, levaram ao Oriente êstes novos campeões da cruz. Seu chefe, que se vangloriava de ser inspirado ao mesmo tempo pelo amor de Deus e pelo amor das mulheres, mostrou sob as bandeiras de Jesus Cristo, a inconstância e a leviandade que já haviam sido notadas em seu proceder e em seus sentimentos. Também, não vimos numa guerra que êle chefiava, altos feitos de armas, nem os prodígios de valor dos antigos cavaleiros; a Palestina, depois de ter ouvido por muito tempo o eco dos grandes combates, só escutou canções e queixas dos trovadores. Restam-nos dessa época várias peças em versos que lhes descrevem assaz fielmente o caráter e o espírito. Se tivéssemos alguns dos sermões nos quais se reprovavam aos cruzados sua inatividade, orgulho, avareza, suas discórdias, não nos faltaria nada para completar a história desta Cruzada. Podemos considerá-la de algum modo como uma condição da realeza que impôs a pena do exílio aos que ela tinha vencido e dos quais temia as conjurações. Se a Judéia não teve nenhuma vantagem desta expedição, o reino aproveitou pelo menos com sua ausência. Ricardo de Cornualha, que se arruinara na Síria, não pôde, à sua volta, tomar posse do ducado de Poitiers sôbre o qual tinha direitos. Henrique III reconheceu as queixas de Tailleburgo e de Saintes, de que êle tinha perdido seus mais poderosos auxiliares no continente. Tais os felizes frutos desta Cruzada para a França.

Fazendo considerações mais gerais, nós devemos dizer aqui que na época, de que acabamos de narrar a história, muito se pregou sôbre as Cruzadas, para que as vistas dos fiéis não fôssem afastadas do primeiro objeto dessas santas expedições. Entre tantas causas a defender, não se sabia mais qual a de Deus e de Jesus Cristo; tantos interêsses apresentados ao mesmo tempo à atenção dos cristãos e recomendados à bravura dos guerreiros, fizeram nascer a incerteza; a incerteza levou à indiferença. A Europa, por muito tempo agitada, experimentou a inquietação vaga de uma mudança; os Estados pensavam mais em sua independência, os povos, em sua liberdade. As paixões que a política faz nascer, tomavam o lugar das paixões das quais a religião é o móvel.

As sangrentas questões entre o imperador e os papas contribuíam para a revolução que se operava nos espíritos. O motivo que animava os chefes da Igreja não era nada religioso; os imperadores da Alemanha e os pontífices de Roma tinham tido pretensões sôbre o domínio da Itália e se encontravam há muito tempo empenhados em ambiciosa rivalidade. Gregório via com pesar Frederico senhor do reino de Nápoles, quando o procurava levar à Ásia, para fazer guerra aos muçulmanos; ter-se-ia podido comparar àquele personagem da Fábula que, para se desfazer do seu rival, mandou-o combater a Quimera.

Quatro papas de caráter diferente e que se encontraram nas mesmas circunstâncias, seguiram a mesma política. Frederico, por seus atos de crueldade, suas injustiças, sua ambição exagerada, justificou muitas vêzes as violências da Santa-Sé, da qual êle foi ora pupilo, ora protetor, ora inimigo; como seus predecessores, êle não escondia o projeto de conquistar o império dos Césares, e, sem a influência dos papas é provável que a Europa teria mesmo sofrido o jugo dos imperadores da Germânia.

A política dos soberanos pontífices favorecia na Alemanha a liberdade das cidades, o aumento e a duração dos pequenos Estados. Não tememos acrescentar aqui que os castigos da Santa Sé, salvaram pelo menos por um tempo, a independência da Itália, e talvez mesmo a da França, que foi menos maltratada pela côrte de Roma, do que os reinos vizinhos.

Sem querer apreciar a dominação dos papas, podemos dizer que êles foram levados a se apoderar do supremo poder pelas circunstâncias em que se encontrava a Europa nos séculos décimo-primeiro e décimo-segundo. A sociedade européia, sem experiência, sem leis, chafurdada na ignorância e na anarquia, havia se lançado nos braços dos papas e julgava pôr-se sob a proteção do céu: como os povos não tinham outras idéias de civilização que as que lhes havia dado a religião cristã, os soberanos pontífices se encontraram naturalmente feitos árbitros supremos

das nações. Quando percorremos os anais da Idade Média, não podemos deixar de admirar um dos mais belos espetáculos que as sociedades humanas podem ter oferecido; o da Europa cristã, reconhecendo sòmente uma religião, obedecendo a uma única lei, formando de algum modo, um só império, governada pelo mesmo chefe, que falava em nome de Deus e cuja missão era fazer reinar o Evangelho sôbre a terra.

No século décimo primeiro e no décimo segundo, as nações da Europa, submetidas à autoridade de São Pedro, haviam-se unido entre si por um laço mais forte que o das luzes, dirigidas por um móvel mais poderoso que o da liberdade: êsse móvel, êsse laço, que era o da Igreja universal, manteve e favoreceu por muito tempo o entusiasmo e o progresso das guerras santas. Seja qual fôr a origem das Cruzadas, é certo que elas jamais teriam podido ser levadas a cabo sem essa unidade de sentimentos religiosos que duplicava a fôrça da república cristã. Os povos, pelo acôrdo de seus sentimentos e de suas paixões mostraram ao mundo o que pode o zêlo, o entusiasmo que cresce em se comunicando, o que pode uma crença que arrasta para o mesmo objetivo cem nações diversas e cujas inspirações, segundo a expressão do Evangelho, *transportam as montanhas.* À medida que os povos, a princípio unidos pelo mesmo espírito, começaram a se dividir e deixaram de fazer causa comum, tornou-se mais difícil reunir as fôrças do Oci-

dente e continuar as guerras cujos prodígios nos enchem hoje de admiração e de espanto.

Podemos notar que a autoridade pontifícia e o entusiasmo do cruzados experimentaram as mesmas vicissitudes; a exaltação do espírito religioso, que fazia tomar as armas contra os muçulmanos, a princípio aumentou a influência dos soberanos pontífices; mas um recurso tão ativo, tão poderoso, não devia tardar, para quebrar-se pela violência com a qual fizeram-no agir.

Os papas, revestidos de uma autoridade sem limites, não a exerceram sempre com moderação e, como o abuso do poder leva mui depressa à ruína, o império dos soberanos pontífices acabou por declinar, como todos os impérios. Suas longas contestações com Frederico, iniciaram-lhe a decadência: tôda a Europa foi chamada para julgar essa causa: o poder da Santa-Sé, fundado em crenças religiosas e cuja origem não é dêste mundo, perdeu muito ao ser entregue aos juízos e às discussões dos homens. Ao mesmo tempo que os soberanos pontífices abusavam do poder, abusava-se do espírito e do entusiasmo que tinham produzido as guerras santas. Os príncipes cristãos tomavam a cruz, ora para obter a proteção do chefe da Igreja, ora para ter um pretexto de cobrar impostos e reunir exércitos e para gozar assim das vantagens temporais concedidas aos soldados de Jesus Cristo; os monarcas da cristandade, sem terem provocado as guerras do Oriente, quiseram delas se

aproveitar, primeiro, para estender seu império, depois, para satisfazer às suas paixões violentas. Vimos então as sociedades procurarem um sustentáculo, que não o da Santa-Sé, os guerreiros, outra glória que não a das Cruzadas. Nas considerações que terminam esta obra teremos que voltar à influência do papado na Idade Média.

Thibaut, rei da Navarra, que em seus versos tinha pregado a guerra de além-mar, estava escandalizado com as perturbações excitadas na Europa pelo chefe da Igreja e deplorava com tristeza *um tempo cheio de traição, de inveja e de velhacarias.* Se alguns trovadores faziam ainda ouvir sua voz, para exortar os cristãos a tomar a cruz e as armas, vários outros não condividiam mais do entusiasmo das guerras santas e não viam na peregrinação de além-mar que as tristezas de uma longa ausência e os rigores de um piedoso exílio.

Nessa Cruzada, levaram até o excesso o desprêzo pela palavra jurada e o esquecimento do direito das gentes. Fazendo uma trégua, preparava-se a guerra; muitas vêzes os exércitos cristãos deveram sua salvação a um tratado de paz e o soberano pontífice, longe de lhe respeitar as condições, pregava uma nova Cruzada contra os infiéis. Devemos dizer também que os compromissos mais solenes foram muitas vêzes violados pelos muçulmanos. A duração da paz jamais repousava em deliberações firmes, mas na impossibilidade em que se estava, de combater com al-

O caminho de Jerusalém.

guma vantagem. A menor esperança de sucesso fazia retomar as armas; a mais leve circunstância era suficiente para reacender todos os furores da guerra. O continuador de Guilherme de Tiro, diz, singelamente falando da morte de um soberano de Damasco: *Quando o sultão morreu, tôdas as tréguas morreram também.* Estas palavras podem muito bem dar uma idéia do estado do Oriente, durante a sexta Cruzada e do pouco respeito que se tinha então pelas leis da paz e da guerra.

Durante as outras Cruzadas, a religião e a moral do Evangelho retomaram seu império e espalharam por tôda parte, seus benefícios; à voz dos santos oradores, fazia-se penitência, os cristãos reformavam seus costumes, tôdas as tempestades políticas acalmavam-se sòmente ao nome de Jerusalém e o Ocidente vivia em profunda paz. Não se deu o mesmo na época que acabamos de descrever: jamais a Europa tinha sido mais agitada e talvez mais corrompida do que durante os trinta anos desta Cruzada.

LIVRO DÉCIMO QUARTO

OS TÁRTAROS — O CONCÍLIO DE LIÃO — PRIMEIRA CRUZADA DE SÃO LUÍS.

1242 — 1249

Oitava Cruzada. — Origem dos Tártaros; suas conquistas sob Gengis-Cã; êles espalham o terror no Oriente e no Ocidente; fim do Império de Kasrisma; destruição do principado de Antioquia pelos comans ou tártaros; Concílio ecumênico de Lião; sentença de excomunhão lançada contra Frederico; Luís IX toma a cruz não obstante tôdas as admoestações de sua mãe; Frederico escolhe o rei como árbitro entre o império e a tiara; procedimento impolítico de Inocêncio IV; cruzados frisões, holandeses, noruegueses; entrevista de Luís IX com o papa; o rei embarca em Aigues-Mortes; permanência em Chipre; intemperança dos cruzados; o rei acalma as questões entre o clero grego e o clero latino; negociações diversas; a expedição reinicia a viagem; a metade é dispersada pela tempestade; o rei desembarca à vista de Damietta; tomada da cidade; o exército penetra no Egito; seus triunfos e suas dissensões.

Nós procuramos dar a conhecer os povos, que vimos em cena, cada qual por sua vez; os francos, com sua rudeza guerreira, seu amor pela glória, suas paixões generosas; os turcos e os sarracenos com sua religião belicosa e frívola e sua vaidade, que para êles tinha o lugar do patriotismo. Uma nação nova veio se oferecer ao pincel da história e misturar-se aos acontecimentos cujo quadro estamos reconstruindo: nós vamos dizer algumas palavras sôbre os costumes e as conquistas dos tártaros na Idade Média.

As hordas dessa nação, na época da sexta Cruzada, tinham invadido várias regiões da Ásia e o progresso de suas armas teve grande influência na política das potências muçulmanas da Síria e do Egito, que estavam então em guerra com os cristãos. No tempo de que falamos a fama de suas vitórias abalava todo o Oriente e espalhava o terror até mesmo nas regiões mais afastadas da Europa.

Os tártaros habitavam nas vastas regiões que se estendem entre o antigo Amaús, a Sibéria, a China e o mar de Kamtchatka.

Estavam divididos em várias nações; tôdas elas vangloriavam-se de ter a mesma origem; cada uma dessas nações, governada por um cã ou chefe supre-

mo, compunha-se de um grande número de tribos, conduzidas por um chefe particular chamado Myrza. Os produtos da caça, o leite de suas jumentas, a carne de seus rebanhos, eram suficientes para tôdas as necessidades dos tártaros. Êles viviam em tendas, com suas famílias; as habitações móveis, levadas por bois, transportavam de um lugar para outro suas mulheres, filhos e tudo o que êles tinham de mais precioso. No verão, tôda a tribo dirigia-se para perto das regiões setentrionais e acampava nas margens de um lago ou de um rio; no inverno, dirigiam-se para o sul e procuravam abrigo nas montanhas, que os defendiam dos ventos gelados do norte.

Os chefes das hordas tártaras reuniam-se todos os anos no outono ou na primavera. Nessas reuniões que eram chamadas de *couraltai,* êles deliberavam a cavalo, a respeito da marcha das tribos, da distribuição das pastagens, da paz ou da guerra. Era nessas assembléias tumultuosas que se formava a legislação dos povos da Tartária, legislação simples e lacônica como tôdas as dos bárbaros e que não tinha outro fim que manter o poder dos chefes e a disciplina e a emulação entre os guerreiros.

Os povos da Tartária reconheciam um Deus soberano do céu ao qual não ofereciam nem incenso nem orações. Seu culto era reservado a uma multidão de gênios que êles julgavam esparsos pelos ares, sôbre a terra, e no meio das águas. Um grande número de ídolos grosseiros, obras de suas mãos, en-

chiam-lhes as casas, seguiam-nos em suas incursões; velavam por seus rebanhos, por seus escravos, por sua família. Seus padres, educados e instruídos na prática da magia, estudavam o curso dos astros, prediziam o futuro e exercitavam-se em seduzir os espíritos por sortilégios. Seu culto religioso, que não lhes ensinava a moral, não tinha polido seus costumes grosseiros, nem amenizado seu caráter, áspero e selvagem como seu clima. Nenhum monumento erguido sob os auspícios da religião, nenhum livro inspirado por ela, lembrava-lhes os fastos da glória nem os exemplos da virtude. Em sua vida errante, os mortos que êles às vêzes levavam consigo em carros, pareciam-lhes um fardo incômodo; êles os enterravam às pressas em lugares afastados e os recobriam com a poeira do deserto; limitavam-se a escondê-los aos olhares e aos ultrajes dos vivos.

Tudo o que podia fixá-los num lugar mais que num outro, afastá-los de sua maneira de viver, excitava a ira ou o desprêzo dêsses povos. De tôdas as tribos que habitavam na Tartária mongólica, uma sòmente conhecia a escrita e cultivava as letras; todo o resto desprezava o comércio, as artes, as luzes, que fazem o brilho das sociedades civilizadas. Os tártaros desprezavam a construção de cidades. No século décimo segundo seu vasto território não tinha uma única cidade, cuja extensão, segundo a relação de Rubruquis igualasse à da pequena cidade de São Dionísio. Limitando-se ao cuidado de seus reba-

nhos, êles consideravam os trabalhos da agricultura como uma ocupação vil e própria sòmente para ocupar os escravos e os povos vencidos. Jamais suas planícies imensas tinham visto amarelar as messes, nem amadurecerem os frutos semeados pela mão do homem. O espetáculo mais agradável para um tártaro era a vista de um deserto, no qual a erva cresce sem cultura, ou o de um campo de batalha, coberto de ruínas e de cadáveres.

Como nada era regulado pelos limites de suas pastagens deviam surgir entre os tártaros freqüentes questões; o espírito de inveja agitava sem cessar as hordas errantes; os chefes ambiciosos não podiam tolerar vizinhos ou rivais. Daí, as guerras civis; do seio dessas guerras saía um despotismo armado, diante do qual os povos acorriam com alegria, porque se lhes prometiam conquistas. Tôda a população era guerreira e os combates lhe pareciam a mais nobre ocupação do homem e sua única glória. Os acampamentos dos tártaros, suas marchas, suas caçadas, pareciam expedições militares; o hábito lhes dava tanta habilidade e firmeza em seus cavalos, que êles tomavam o alimento e entregavam-se ao sono sem se apear. Seu arco, de enorme pêso, mostrava-lhes a fôrça e o vigor; suas flechas iam a grande distância, feriam o pássaro em seu vôo rápido ou atravessavam de lado a lado o urso e o tigre do deserto. Êles venciam seus inimigos pela rapidez de suas evoluções, eram excelentes na arte da perfídia e de combater fugindo e

muitas vêzes a retirada era para êles o sinal da vitória. Todos os estratagemas da guerra lhes pareciam familiares; e, como se um instinto funesto lhes tivesse feito conhecer tudo o que serve para a destruição da espécie humana, os tártaros, que não construíam cidades, sabiam construir máquinas de guerra, as mais terríveis e conheciam também todos os meios de espalhar o terror e a desolação entre os inimigos.

Em suas expedições, a inclemência das estações, as montanhas e os precipícios, a profundidade dos rios que êles atravessavam em barcos de couro, não lhes suspendiam a marcha. Um pouco de leite endurecido e depois amolecido na água era suficiente para a alimentação de um cavaleiro durante vários dias: a pele de um carneiro ou de um urso, alguns farrapos de um fêltro grosseiro eram suas vestes. Os guerreiros mostravam obediência cega aos chefes; ao menor sinal, eram êles vistos enfrentar todos os perigos e correr para a morte. Estavam divididos em dez, em cem, e em mil, e em dez mil. Seus exércitos compunham-se de todos os que podiam manejar o arco e a lança, e, o que devia causar aos inimigos tanta surprêsa, quanto espanto, era a ordem e a disciplina que reinavam numa multidão, que o acaso parecia ter reunido. Segundo sua legislação militar, os tártaros não podiam fazer a paz com um inimigo vencido; o que fugia no meio do combate ou que abandonava seus companheiros no perigo, era castigado com a pena de morte. Êles derramavam o

sangue dos homens com a mesma indiferença que o dos animais selvagens e sua ferocidade aumentava ainda o terror que inspiravam aos povos.

Os tártaros, em seu orgulho, desprezavam tôdas as nações e julgavam que o mundo todo lhes devia ser sujeito. Segundo certas opiniões transmitidas de idade em idade, as hordas mongólicas abandonavam o Setentrião aos mortos que êles tinham deixado nos desertos e voltavam sem cessar suas vistas para o Sul, prometido ao seu valor. O território e as riquezas dos outros povos excitavam-lhes a ambição, e, não possuindo riquezas nem territórios, êles nada ou quase nada tinham a temer dos conquistadores. Não sòmente sua educação guerreira, mas também seus preconceitos, seus usos, a inconstância de seu caráter, tudo parecia entre êles favorecer as expedições longínquas e as guerras de invasão. Os países que êles abandonavam não lhes deixavam nem pesar nem saudades; se é verdade dizer-se que a pátria não está no recinto de uma cidade, nos limites de uma província, mas nos afetos e nos liames da família, nas leis, nos costumes e nos usos de um povo, os tártaros, mudando de clima, tinham sempre sua pátria consigo mesmos. A presença de suas mulheres, de seus filhos, a vista de seus rebanhos e de seus ídolos, devia inflamar-lhes o patriotismo e sustentar-lhes a coragem. Acostumados a consultar suas inclinações e a tomá-las sempre como única regra de proceder, êles jamais eram detidos pelas leis da moral, nem pelos

sentimentos de humanidade; como tinham uma profunda indiferença por tôdas as religiões da terra, essa indiferença mesma que não despertava o ódio dos outros povos, facilitava-lhes as conquistas e lhes deixava a liberdade de escolher ou abraçar as opiniões e as crenças das nações que tinham vencido e que acabavam assim de se submeter às suas leis.

Na mais alta antiguidade, as hordas da Tartária tinham invadido várias vêzes as vastas regiões da Índia, da China e da Pérsia; elas tinham levado suas devastações até o Ocidente. A ambição ou o capricho de um chefe hábil, o excesso de população, a falta de pastagens, as predições de um adivinho, eram suficientes para inflamar essa ação tumultuosa e precipitá-la tôda em regiões afastadas. Ai! dos povos que os tártaros encontravam à sua passagem! À sua aproximação, os impérios desmoronavam-se com horrível fragor. As nações eram espezinhadas umas sôbre as outras, como as ondas do mar; o mundo abalava-se e cobria-se de ruínas. A história conservou a lembrança de várias de suas invasões; a posteridade mais recente não pronunciará sem um arrepio de espanto os nomes dos citas, dos avaros, dos hunos, dos hérulos, de tôdas essas nações errantes que, vindas do fundo da Tartária, umas, outras arrastadas empós dos vencedores ou expulsas por êles, caíram sôbre o império abalado dos romanos e dividiram os despojos do mundo civilizado. Comparavam-se, na Idade Média, as guerras dos tártaros

com as tempestades, as inundações, as erupções dos vulcões e os povos resignados criam que a Justiça de Deus tinha reservado no Setentrião essas inúmeras hordas de bárbaros, para atirá-los em sua cólera, sôbre o resto do mundo e castigar, por meio dêles, as nações corrompidas.

1163. Jamais os tártaros se haviam mostrado mais temíveis do que no reinado de Gengis-Cã. Temugin é o primeiro nome do herói bárbaro, que nasceu de um príncipe que reinava em algumas hordas do antigo Mongolistã. As tradições narram que o sétimo dêsses antepassados tinha sido gerado no seio de sua mãe pela influência milagrosa dos raios do sol. Ao nascimento de Femugin, sua família notou com alegria um pouco de sangue coagulado na mão do recém-nascido, presságio sinistro para a humanidade e no qual a adulação e a superstição viam a glória futura de um conquistador. A história tem poucas notícias exatas sôbre a educação de Temugin; mas se está de acôrdo em dizer que êle nascera para a guerra e para comandar um povo belicoso. Dotado de grande penetração de espírito e de alguma eloqüência, hábil em velar seus projetos, unia a ousadia à esperteza, sacrificando tudo a uma ambição sem freios, como sem escrúpulo; implacável no ódio, terrível na vingança, êle tinha as qualidades, as paixões e os vícios que levam ao império, entre os bárbaros e às vêzes mesmo entre os povos civilizados.

Suas disposições naturais se desenvolveram na adversidade, que fortaleceu seu caráter e lhe ensinou a tudo enfrentar para conseguir seus objetivos. Na idade de catorze anos, o interêsse que sua infância abandonada inspirava, o entusiasmo que fêz nascer na alma de seus companheiros, por seus feitos, atraíram a princípio em tôrno dêle uma multidão de guerreiros desejosos de compartilhar da sua sorte. As tribos dos koraitas, as dos mongolistã, reconheceram-no por chefe e logo a vitória submeteu às suas leis tôdas as hordas que acampavam entre a fronteira da China e o Volga. Proclamado soberano dos mongóis, numa dieta geral, êle tomou o título de *Gengis,* rei dos reis ou senhor do mundo; a fama dizia que êle tinha recebido êsse título pomposo de um profeta descido dos céus sôbre um cavalo branco. Os guerreiros tártaros tinham-no reconhecido com tanto mais alegria como monarca universal e senhor da terra, quando esperavam enriquecer-se com os despojos dos povos vencidos por suas armas. Seus empreendimentos dirigiram-se a princípio contra a China: nem a barreira da grande muralha, nem o ascendente das luzes e das artes, puderam defender um império florescente contra os ataques de uma multidão que a sêde dos despojos e o instinto belicoso impeliam aos maiores perigos e tornavam invencível. A China experimentou por duas vêzes os horrores de uma invasão, e, sem a metade de sua população, coberta de ruínas, tornou-se uma das províncias do novo império fundado pelos

pastôres do mongolista. A conquista ou melhor, a destruição do Karisma, seguiu de perto à da China. O Karisma tocava as fronteiras do império mongol e se estendia de um lado até o gôlfo Pérsico e do outro até os limites da Índia e do Turkestão. Gengis encontrou o exército dos Karisminianos nas margens do Jaxarte; a planície onde se deu a batalha estava coberta por um milhão e duzentos mil combatentes; o choque foi terrível e a matança espantosa; a vitória se decidiu contra Maomé, sultão do Karisma que, desde aquêle tempo, caiu com sua família e todo seu povo num abismo de calamidades.

O formidável imperador dos mongóis, que comparava a cólera dos reis a um incêndio, ocupava-se de uma terceira expedição contra a China rebelde, quando a morte veio deter o curso de sua vida, em 1227. Alguns historiadores disseram que êle foi morto por um raio, como se o mesmo céu tivesse querido destruir o instrumento de suas vinganças; outros, mais dignos de fé, nos dizem que o herói tártaro morreu em seu leito, rodeado por seus filhos, aos quais recomendou conservarem-se unidos, para terminar a conquista do mundo. O mais velho dêles, Octai, sucedeu-o no império, e, segundo o costume dos mongóis, os grandes reuniram-se e lhe disseram: *Nós queremos, nós rogamos, nós vos ordenamos que tenhais todo o poder sôbre nós.* O novo imperador respondeu: *Se quereis que eu seja vosso Cã, estais resolvidos a me obedecer, em tudo, a vir quando eu*

vos chamar, a ir para onde eu vos enviar, e a matar a todos os que eu vos mandar matar? Depois de terem êles respondido *sim,* proclamou êle mesmo seu poder soberano, dizendo: *De ora em diante minha simples palavra servirá de espada.* Tal era o govêrno dos tártaros. Octai devia reinar num império composto de vários grandes impérios; seus irmãos, seus sobrinhos, comandavam inúmeros exércitos, que tinham conquistado a China e o Karisma; êles governavam em seu nome, ao sul, ao norte, ao oriente, reinos dos quais não se conhecia a extensão. Cada um dos seus lugar-tenentes, era mais poderoso que os maiores reis da terra e todos obedeciam-lhes como escravos. Pela primeira vez, viu-se, talvez, a concórdia reinar entre os conquistadores, e aquela união monstruosa foi a perda de todos os povos da Ásia; o Turkestão, a Pérsia, a Índia, as províncias meridionais da China que tinham escapado às devastações de uma primeira invasão, o que restava do império dos abássidas e dos seldjúcidas, tudo sucumbiu, tudo pereceu, sob os golpes da temível posteridade de Gengis-Cã. Vários soberanos que, naqueles dias de desordem e de calamidades, a sorte das armas havia derrubado do trono, tinham pedido o auxílio dos mongóis, e favorecido os empreendimentos dessa belicosa nação contra as potências vizinhas ou rivais. A fortuna os envolveu na mesma ruína e a história oriental os comparou àqueles três derviches, cujos votos e orações indiscretas reanimaram no deserto os

ossos de um leão, o qual, do seio do pó, se ergueu contra êles e os devorou.

A conquista das mais ricas regiões da Ásia, tinha de tal modo inflamado o entusiasmo dos tártaros, que teria sido impossível aos seus chefes contê-los nos limites de seu território e levá-los aos pacíficos trabalhos da vida pastoril. Octai, quer porque êle quisesse obedecer às instruções paternas, quer porque sentia a necessidade de ocupar a atividade irrequieta e turbulenta dos mongóis, resolveu levar suas armas até o Extremo Oriente. Em 1235, um milhão e quinhentos mil bravos e robustos guerreiros foram escolhidos para a grande expedição; os outros deveriam ficar na Ásia, para manter na obediência os povos vencidos e terminar as conquistas começadas por Gengis-Cã. Demonstrações de júbilo que duraram quarenta dias, precederam a partida dos conquistadores mongóis e foram como o sinal da desolação que êles iam espalhar entre os povos da Europa.

É aqui que é preciso determo-nos um momento, para contemplar o espetáculo das coisas humanas, e, à vontade, observarmos os estranhos contrastes que apresentam duas épocas vizinhas uma da outra. Começando esta história, vimos o Ocidente erguer-se com armas na mão e precipitar-se quase todo sôbre a Ásia; agora, é do fundo da Ásia que povos bárbaros acorrem em massa e ameaçam tôdas as regiões do Ocidente. Não é um entusiasmo religioso, um sentimento de fraternidade que impele êsses novos povos

de conquistadores, mas a sêde de saques e de matança; êles não vão libertar cidades longínquas, combater inimigos de sua fé, mas sòmente o gênio da destruição parece animá-los, e o mundo que êles devastam ao longe, vê nêle apenas instrumentos cegos da cólera celeste.

Em sua rápida incursão os tártaros atravessaram o Volga e, em 1236, penetraram, quase sem obstáculo, na Moscóvia, então entregue ao furor das guerras civis. A devastação dos campos, o incêndio de Kiow e de Moscou, o jugo vergonhoso que pesou por muito tempo sôbre essas regiões do Norte, puniram a frágil resistência dos moscovitas. Depois da conquista da Rússia, a multidão dos mongóis conduzida por Batou, filho de Tuli, dirigiu sua marcha vitoriosa para a Polônia e para as fronteiras da Alemanha, renovando por tôda a parte os atos cruéis e furiosos de Átila e dos Hunos. As cidades de Lublin e de Varsóvia, desapareceram à sua passagem; êles devastaram as duas margens do Báltico. Em vão o duque da Silésia, os palatinos poloneses e o grão-mestre da ordem Teutônica, reuniram suas fôrças para deter o novo flagelo de Deus; os generosos defensores da Europa sucumbiram nas planícies de Liegnitz, e nove sacos cheios de orelhas serviram de troféus para a vitória dos bárbaros. Os montes Crapacs ofereceram uma frágil barreira a essas hordas invencíveis: logo viram-se os tártaros atirarem-se como uma espantosa tempestade sôbre o território daqueles húngaros

que, dois séculos antes, tinham deixado, como êles, seus desertos da Cítia e conquistado as margens férteis do Danúbio. Os pastôres da Tartária, que não sabiam ler, deixaram aos povos vencidos o cuidado de descrever suas conquistas e dificilmente acreditamos nas velhas crônicas húngaras, quando elas nos narram as crueldades inauditas com que se mancharam êsses vencedores.

Sua aproximação tinha levado o terror até ao extremo Ocidente; por tôda a parte a imaginação assustada dos povos apresentava êsses formidáveis conquistadores como monstros vomitados pelo inferno, revestidos de uma forma horrenda e dotados de fôrça extraordinária. A falta de comunicações, que não permitia ter informações exatas sôbre sua marcha, fazia acreditar nos boatos mais espantosos; as notícias diziam que êles ora invadiam a Itália, ora levavam suas devastações até às margens do Reno. Cada povo temia a sua próxima chegada; tôdas as cidades julgavam vê-los às suas portas.

As ilhas do Oceano não se julgavam defendidas pelas águas do mar. Os negociantes da Góthia e da Frísia não ousavam atravessar os mares do Norte, para comprar peixe e os cronistas inglêses notam com surprêsa que o temor dos tártaros fêz abaixar na Inglaterra o preço do arenque.

Embaixadores muçulmanos haviam chegado do Oriente e percorriam as cidades implorando-lhes os socorros dos povos cristãos contra uma nação inimiga

da religião de Jesus Cristo e da de Maomé: a presença dêsses embaixadores vindos de tão longe, parecia anunciar que tôdas as partes da terra estavam ao mesmo tempo ameaçadas e a multidão, tomada de terror, comparava os mongóis ao dragão de sete cabeças do Apocalipse.

O soberano Pontífice escreveu a Bela IV, rei da Hungria, para reanimar-lhe a coragem, recomendando aos bispos do país que pregassem uma Cruzada contra os tártaros. Quando a carta pontifícia chegou àquele infeliz reino, a maior parte dos prelados acabava de receber a palma do martírio e o monarca húngaro, depois de várias derrotas, havia-se refugiado nas ilhas do Adriático; uma grande parte da população tinha perecido pela espada, pela fome ou de desespêro.

O pai dos fiéis quis opor ao furor de um povo pagão o ascendente da religião cristã, que tinha outrora aplacado e mitigado os costumes ferozes dos francos; mas, no momento mesmo de seus triunfos e na embriaguez da vitória, como fazer os bárbaros adotar as virtudes pacíficas do Evangelho? Os mongóis receberam com desdém os discípulos de São Francisco e de São Domingos, mandados para convertê-los, e o papa mesmo, foi ameaçado com a sorte reservada a todos os cristãos, se viesse em pessoa implorar sua graça e apresentar seu tributo.

Um palatino saxão e o imperador da Alemanha imploraram socorros mais prontos e mais eficazes,

dirigindo-se, um, ao duque de Brabante, e o outro, aos reis da França e da Inglaterra. O conde Palatino anunciava que na Saxônia e na Boêmia, preparavam-se para a guerra contra os tártaros, à qual chamavam de *guerra de Jesus Cristo* e, por uma singularidade digna de nota, sua carta estava datada do dia em que a igreja canta o Salmo: *Jerusalém, alegra-te!* Frederico, depois de ter descrito a tática, as armas, as vestes, os hábitos dos mongóis, rogava à república cristã que reunisse seus esforços contra aquela nação nova e desconhecida, contra aquela raça monstruosa e deforme que queria destruir a fé cristã e escolher seus escravos entre os reis da terra. Nas exortações patéticas, o imperador invocava ao mesmo tempo a Alemanha, *cheia de ardor nos combates,* a Itália, *indomável,* a França, *que nutria em seu seio uma milícia intrépida,* a Espanha, *belicosa,* a Inglaterra *poderosa por seus guerreiros e por seus navios.* Não esquecia mesmo Creta nem a Sicília, nem a *selvagem* Hibérnia, nem a Noruega, a *glacial.*

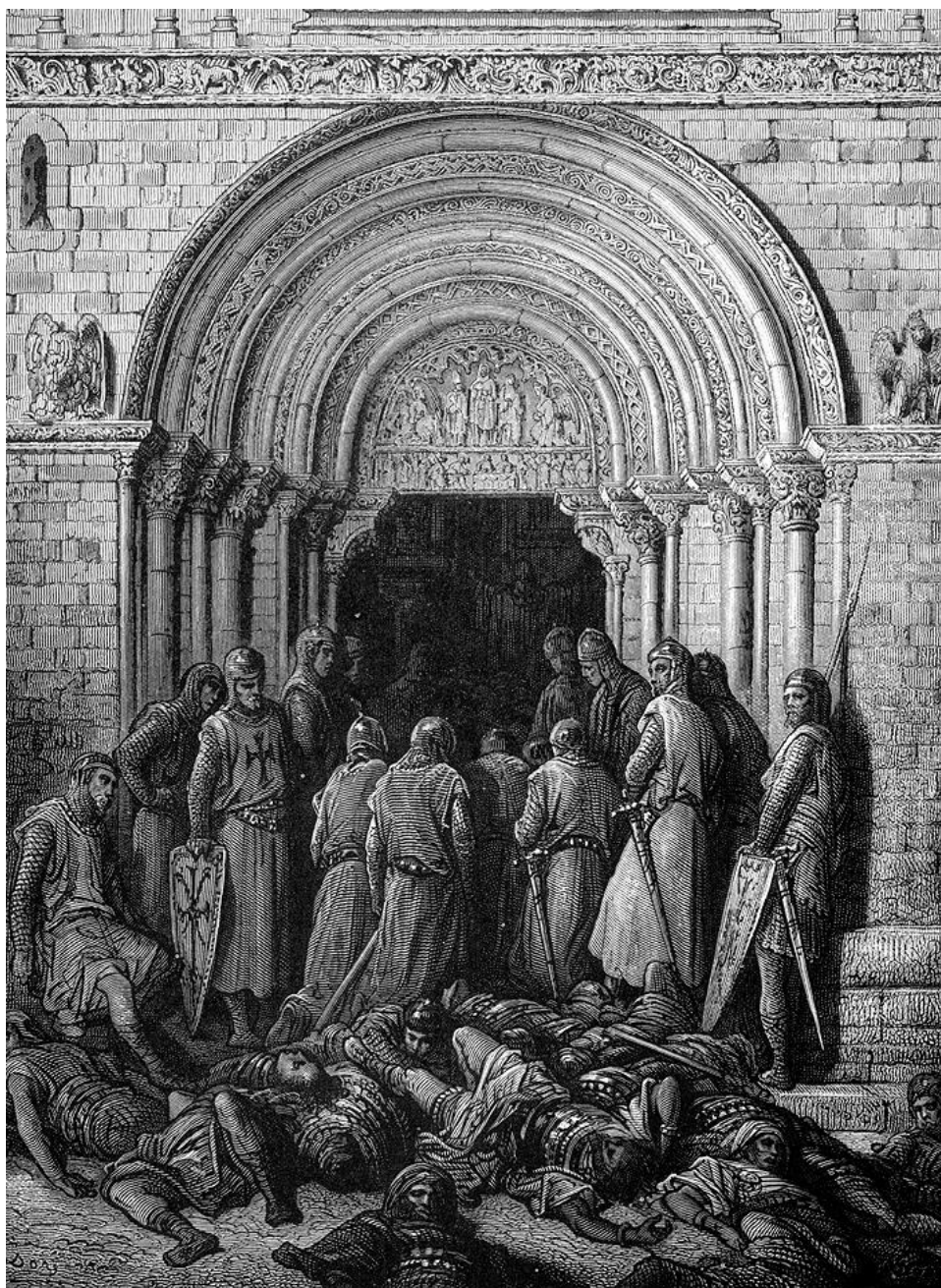
Estas cartas, cheias de notícias alarmantes, causaram temor e redobraram a consternação pública; mas a lembrança de Jerusalém e de Constantinopla, a discórdia entre a Santa Sé e o Império ocupavam a atenção da cristandade e tal era a situação dos espíritos, que o sentimento de um grande perigo não lhes inspirou a resolução de tomar as armas e de correr contra o inimigo comum. Mateus Páris conservou-nos um diálogo interessante entre a rainha Branca e

seu filho, a respeito dessas formidáveis invasões. *Onde estás, meu filho Luís?* disse a rainha. O rei aproximando-se, respondeu: "*Que quereis, minha mãe?* Branca, soltando profundos suspiros e banhada em lágrimas, disse-lhe: *Meu caro filho, que será preciso fazer depois do terrível acontecimento cuja notícia chegou até nós? A invasão dos tártaros nos ameaça de uma ruína geral, nós e a Santa Igreja.* O rei, com voz aflita, mas com uma inspiração divina, responde: *Ó minha mãe, que a consolação celeste nos sustente e, se êles chegarem até nós, ou nós os repeliremos para a Tartária de onde êles saíram ou êles nos mandarão para o céu.*" São Luís mostrava-se assim mais disposto a suportar os fatos do que em preveni-los e essa resignação do piedoso monarca exprimia os verdadeiros sentimentos de seus contemporâneos: as devastações dos mongóis eram consideradas como calamidades, contra as quais o homem só pode encontrar socorro e refúgio na misericórdia divina. A igreja ordenou nessa ocasião procissões, preces, jejuns; tudo o que se fêz na maior parte dos reinos da Europa, para preservá-los da invasão, foi acrescentar às ladainhas, estas palavras: *Livrai-nos, Senhor, do furor dos tártaros!*

Admiramo-nos de que na consternação geral os mongóis não levaram suas armas contra o império latino de Constantinopla, ameaçado pelos gregos e já todo coberto de ruínas: mas os pastôres do deserto não se ocupavam em conhecer as revoluções interio-

res dos Estados e os sinais da sua decadência; êles conservavam como todos os povos da Ásia, uma idéia, vaga e confusa da fôrça dos exércitos da antiga Bizâncio, e se inquietavam pouco em saber se o momento era próprio para atacar e submetê-lo às suas armas. As grandes vantagens que a cidade imperial obtinha de sua posição entre a Europa e a Ásia, não impressionava os tártaros, que não conheciam nem a navegação nem o comércio e preferiam, além disso, ricas pastagens a edifícios suntuosos, de uma grande capital. Assim podemos crer igualmente, ou que a cidade da Constantinopla foi protegida nessa ocasião pelas lembranças de sua grandeza passada ou ela deveu sua salvação ao desprêzo e à indiferença dos bárbaros.

Os francos estabelecidos na Síria, tiveram então a mesma felicidade que os gregos de Bizâncio: os exércitos dos mongóis, não tinham ainda atravessado o Eufrates.

1243. Enquanto o fragor da guerra e a queda dos impérios ressoavam desde o rio Amarelo até o Danúbio, os cristãos da Palestina, protegidos pelas discórdias dos muçulmanos, acabavam de voltar a Jerusalém; êles ocupavam-se em reerguer as muralhas da Cidade Santa, reconstruir as igrejas e agradeciam em paz ao céu por tê-los libertado dos flagelos que devastavam o resto do mundo. Os tártaros mal conheciam a existência e o nome de

O Te Deum após a vitória.

uma região pela qual se havia derramado tanto sangue e não podiam ser chamados às margens estéreis mas veneráveis do Jordão, nem pela esperança de ricos despojos, nem pelas recordações que excitavam o entusiasmo guerreiro dos povos do Ocidente. Felizes as colônias cristãs, se um povo vencido pelos mongóis, expulso de seu território, e que procurava asilo por tôda a parte, não tivesse vindo perturbar sua segurança passageira e causar à cidade de Jesus Cristo novas calamidades!

Gelel-Eddin, filho de Maomé, tinha reerguido por seu valor o império do Karisma e a prosperidade renascente dêsse império atraiu de novo as armas dos conquistadores. Na segunda expedição como na primeira, as cidades, a população, o trono imperial, tudo caiu sob os golpes do vencedor; Gelel-Eddin perdeu a coroa e a vida. Os guerreiros karismianos, desde então, perseguidos sem tréguas pelos tártaros, abandonaram um país que já não podiam defender e, sob o comando de um de seus chefes chamado Barbakã, espalharam-se pela Ásia Menor e pela Síria.

Essas hordas expulsas de seu país marchavam com o ferro e a tocha acesa nas mãos e em seu desespêro, pareciam querer vingar-se sôbre tôdas as nações, dos males que lhes tinham feito os tártaros. A história nos apresenta êsses bandos furiosos errando pelas margens do Oronte e do Eufrates, levando consigo uma multidão de homens e de mulheres, que

haviam caído em suas mãos; um grande número de carros levava também os despojos das províncias devastadas. Os mais valentes tinham nas lanças a cabeleira dos que haviam matado nos combates. Vestidos com os produtos do saque, seu exército apresentava ao mesmo tempo um espetáculo espantoso e bizarro. Os guerreiros karismianos não tinham outro recurso que a vitória e todos os discursos de seus chefes consistiam nestas palavras: *Ou vencereis ou morrereis!* Êles não perdoavam aos inimigos, no campo de batalha; vencidos, recebiam a morte sem se queixar. Seu furor não poupava nem os cristãos, nem os muçulmanos; todos os que encontravam à sua passagem eram seus inimigos. Sua aproximação espalhava o terror e punha em fuga os povos esparsos, mudando em desertos as aldeias e as cidades.

As potências muçulmanas da Síria haviam-se unido contra os karismianos e os tinham repelido várias vêzes até além do Eufrates. Mas o espírito de rivalidade que dividia sem cessar os príncipes da família de Saladino, atraiu um inimigo sempre temível, não obstante suas derrotas. Na época de que falamos, os príncipes de Damasco, de Carac, de Emesa, acabavam de contrair uma aliança com os cristãos da Palestina; não sòmente lhes haviam entregue Jerusalém, Tiberíades, o principado da Galiléia, mas também prometiam reunir-se a êles para a conquista do Egito, conquista pela qual tôda a Síria fazia preparativos. O sultão do Cairo, para se vin-

gar dos cristãos, que tinham faltado aos tratados feitos com êle, e para castigar seus novos aliados e pôr-se a salvo de sua invasão, resolveu chamar em seu auxílio as hordas do Karisma; mandou embaixadores aos chefes dêsses bárbaros, e prometeu abandonar-lhes a Palestina, se a vencessem pelas armas.

Essa proposta foi aceita com alegria e vinte mil cavaleiros animados pela sêde dos despojos e do saque, bem como da matança, vieram do fundo da Mesopotâmia, dispostos a servir à vingança e à cólera do monarca egípcio. Devastaram, ao passar o território de Trípoli, o principado da Galiléia e as chamas que se erguiam por tôda a parte à sua passagem, lhes anunciaram a chegada aos habitantes de Jerusalém.

As fortificações mal começadas e o pequeno número de guerreiros encerrados na Cidade Santa, não davam esperança alguma de se repelirem os ataques imprevistos de um inimigo temível. Tôda a população de Jerusalém resolveu fugir sob o comando dos cavaleiros do Hospital e do Templo. Na cidade sòmente ficaram os doentes e alguns habitantes que não quiseram abandonar a cidade e seus parentes enfermos. Logo chegaram os karismianos, derrubaram as frágeis defesas, que tinham sido erguidas e entraram em Jerusalém, de espada na mão, massacrando a todos os que encontravam; e como numa cidade abandonada e deserta, as vítimas e os despojos eram poucos, a raiva e a avidez dos vencedores,

fizeram-nos empregar os estratagemas mais odiosos, para obrigarem voltar os habitantes que tinham fugido. O maior número possível de bárbaros, afastou-se da cidade e os que haviam ficado ergueram sôbre as muralhas o estandarte da cruz e fizeram tocar os sinos das igrejas. A multidão dos cristãos que se havia retirado para Joppé, caminhava em silêncio; êles andavam lentamente, esperando sempre que o céu se comoveria com suas misérias, e um milagre os reconduziria às casas que acabavam de abandonar; alguns dêles não podiam afastar os olhos da Cidade Santa. De repente, as bandeiras da cruz ferem-lhes a vista, êles ouvem o toque dos sinos sagrados que todos os dias os chamavam à oração; a notícia se espalha imediatamente de que os karismianos haviam voltado as armas para outro lado, ou que êles haviam sido repelidos pelos cristãos, que estavam na cidade. Persuadiram-se assim, de que Deus tivera compaixão de seu povo e não permitira que uma horda de bárbaros sacrílegos manchasse por mais tempo a cidade de Jesus Cristo. Sete mil fugitivos, enganados por essa esperança, voltam a Jerusalém, mas logo os bandos de karismianos retrocedem também. Êles então procuram escalar as muralhas, forçar as portas, tomando uma segunda vez a resolução de fugir. Todo o povo sai do recinto de Jerusalém, afasta-se nas trevas e enfrenta a morte que o espera nos caminhos e nos desertos da vizinhança. O inimigo tinha colocado seus batalhões na entrada

das montanhas; os infelizes fugitivos caminhavam ao acaso, e sem ordem. Chegando ao desfiladeiro, foram atacados, envolvidos de todos os lados. Não podem então, nem fugir nem combater. Todos são carregados de ferros ou morrem degolados. Os bárbaros levam os prisioneiros cristãos e seus sangrentos despojos, e chegam à Cidade Santa, onde haviam ficado os cristãos que não podiam suportar a fadiga do caminho na fuga; um grupo de religiosas, de crianças e de velhos que tinham buscado asilo na igreja do Santo Sepulcro, foram massacrados aos pés do altar. Os karismianos, nada mais encontrando entre os vivos para saciar seu furor, abriram os sepulcros e incendiaram os ataúdes e os ossos dos falecidos; o túmulo de Jesus Cristo, o de Godofredo de Bouillon, as santas relíquias dos mártires e dos heróis da fé, nada foi respeitado e Jerusalém viu então, dentro de seus muros, crueldades e profanações que jamais havia visto, mesmo nas guerras mais bárbaras e nos dias marcados pela cólera do céu.

No entretanto, o grão-mestre dos templários e o dos hospitalários, reunidos, na cidade de Tolemaida, ao patriarca de Jerusalém e aos grandes do reino, procuravam de todos os modos repelir os karismianos e salvar a Palestina. Todos os habitantes de Tiro, de Sidon, de Tolemaida e de outras cidades cristãs, que podiam pegar em armas, correram para juntar-se às suas fileiras. Os príncipes de Damasco, de Emesa, de Carac, cujos auxílios os cristãos tinham implorado,

reuniram suas fôrças e reuniram também um exército para deter o progresso da devastação geral. Êsse exército muçulmano se tinha pôsto em marcha e chegou logo à Palestina. A sua aproximação das muralhas de Tolemaida reergueu a coragem dos francos, que, num perigo tão grave pareciam não mais ter repugnância em combater com os infiéis. Malek-Mansor, príncipe de Emesa que comandava os guerreiros muçulmanos, tinha há pouco mostrado seu valor contra as hordas do Karisma. Os cristãos sentiam prazer em narrar suas vitórias recentes nas planícies de Alepo e nas margens do Eufrates. Êle foi recebido em Tolemaida como um libertador. Estenderam-se à sua passagem, tapêtes bordados a ouro e de sêda. O povo, diz Joinville, considerava-o como um dos *melhores barões do paganismo*.

Os preparativos dos cristãos, o zêlo e o ardor que as ordens militares demonstravam, os barões e os prelados, a união que havia entre os francos e seus novos auxiliares, tudo fazia pressagiarem-se felizes resultados numa guerra empreendida em nome da religião, da humanidade e da pátria. O exército cristão e o exército muçulmano, reunidos sob as mesmas bandeiras, partiram de Tolemaida e vieram acampar nas planícies de Ascalon. O exército dos karismianos tinha avançado na direção de Gaza, onde devia receber víveres e reforços enviados pelo sultão do Egito. Os francos mostravam-se impacientes por encontrar os inimigos e vingar a mor-

te de seus companheiros e irmãos massacrados em Jerusalém. Deliberaram num conselho sôbre o partido a tomar. O príncipe de Emesa e os mais sensatos entre os barões pensavam que não se devia expor a salvação dos cristãos e de seus aliados ao sabor de uma batalha. Parecia-lhes mais prudente ocupar uma posição vantajosa e esperar, sem dar combate, que a inconstância natural dos karismianos, que a carestia e a discórdia viessem dissipar aquela multidão vagabunda ou atirá-la a outros combates.

A maior parte dos outros chefes, entre os quais estava o patriarca de Jerusalém, não condividiam dessa opinião e viam apenas nos karismianos uma horda indisciplinada, que seria fácil vencer, e pôr em fuga: a demora em atacá-los, diziam êles, só faria aumentar-lhes o orgulho e redobrar-lhes a ousadia. Todos os dias viam-se crescer os males da guerra; a humanidade e a salvação das colônias cristãs exigiam que se desse prontamente um remédio a tantas devastações e que se apressasse o castigo dos assassinos e salteadores cuja presença era ao mesmo tempo um opróbrio e uma calamidade para os cristãos e para seus aliados.

Esta opinião, tão conforme ao valor impaciente dos francos, teve a preferência no conselho. Resolveram ir ao ataque e dar combate ao inimigo. Os dois exércitos se encontraram no país dos antigos filisteus. Alguns anos antes, o duque da Borgonha e o rei da Navarra, atacados nas planícies arenosas de

Gaza, tinham perdido a elite de seus cavaleiros e de seus soldados. A vista dos lugares onde os cruzados tinham sido derrotados, a lembrança de um desastre recente, não detiveram o ardor imprudente dos guerreiros cristãos. Quando viram o inimigo, só pensaram em iniciar o ataque. O exército dividiu-se em três corpos; a ala esquerda, onde estavam os cavaleiros de São João, era comandada por Gauthier de Brienne, conde de Joppé, sobrinho do rei João e filho de Gauthier, que morrera na conquista de Nápoles; as tropas muçulmanas, sob as ordens do príncipe de Emesa formavam a ala direita; o patriarca de Jerusalém, rodeado pelo clero e fazendo levar diante dêle o madeiro da verdadeira cruz, o grão-mestre do Templo com seus cavaleiros, os barões da Palestina com seus vassalos, ocupavam o centro do exército.

Os karismianos lentamente se dispunham em ordem de batalha e notava-se alguma desordem em suas fileiras; Gauthier de Brienne quis aproveitar-se daquela circunstância para atacar com vantagem, mas o Patriarca deteve seu valor com uma severidade não menos contrária ao interêsse dos cristãos do que ao espírito do Evangelho.

O conde de Joppé, excomungado por ter retido em seu poder um castelo que o prelado pretendia lhe pertencesse, pede, antes de correr para a morte, que lhe seja perdoada a excomunhão. Duas vêzes o patriarca rejeitou o seu pedido, recusando-se absolvê-lo. O exército, que já tinha recebido de joelhos

a bênção dos sacerdotes e dos bispos, esperava em silêncio que lhe dessem o sinal de combate. Os karismianos tinham tomado posição e avançavam em ordem de batalha, lançando gritos espantosos e nuvens de flechas. Então o bispo de Ramla, coberto de sua armadura, impaciente por mostrar sua bravura contra os inimigos dos cristãos, aproximou-se do conde de Joppé e disse-lhe: *Marchemos! O patriarca está errado; eu vos absolvo em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo.* Depois de ter pronunciado estas palavras o intrépido Bispo de Ramla e Gauthier de Brienne, seguidos por seus companheiros de armas, precipitaram-se contra as fileiras inimigas, ardendo em sêde da vitória ou da coroa do martírio.

Travaram combate os dois exércitos, de ambos os lados o ardor e o desejo de vencer eram iguais; os cristãos e seus inimigos não podiam ignorar que a derrota seria causa de sua ruína, e a vitória era sua única salvação. Também os anais da guerra não oferecem exemplo de um combate mais obstinado e persistente, nem mais mortífero; a batalha começou ao despontar do dia e prolongou-se até o pôr do sol. No dia seguinte combateu-se ainda com o mesmo furor; o príncipe de Emesa, depois de ter perdido dois mil de seus cavaleiros, abandonou o campo de batalha e fugiu para Damasco. Aquela retirada dos muçulmanos decidiu a vitória em favor dos karismianos; os cristãos sustentaram por muito tempo o ímpeto dos inimigos; mas por fim, esgotados de cansaço,

oprimidos pela multidão inumerável, quase todos foram mortos ou feitos prisioneiros. Essa batalha sanguinolenta, custou a vida ou a liberdade a mais de trinta mil guerreiros, tanto cristãos como muçulmanos. O príncipe de Tiro, o patriarca de Jerusalém e alguns prelados escaparam com dificuldade à matança e retiraram-se para Tolemaida. Entre os guerreiros que voltaram às cidades cristãs, havia sòmente trinta e três cavaleiros do Templo, vinte e seis hospitalários e três cavaleiros teutônicos.

Quando a notícia desta vitória chegou ao Egito, causou alegria universal; foi anunciada ao povo ao som de tambores e de trombetas; o sultão ordenou demonstrações públicas de regozijo, em tôdas as províncias; iluminaram-se durante três noites os edifícios da capital. Os prisioneiros chegaram ao Cairo, sôbre camelos, seguidos pelo clamor insolente da multidão. Antes da chegada, haviam exposto às portas da cidade as cabeças de seus companheiros e de seus irmãos mortos na batalha de Gaza. Êsse horrível monumento de sua derrota mostrava-lhes antecipadamente tudo o que êles deviam temer para si mesmos, da barbárie do vencedor.

1245. Enquanto todo o Egito celebrava a vitória de Gaza, os habitantes da Palestina deploravam a morte e o cativeiro de seus mais bravos guerreiros. Enquanto se tinha esperança de vencer os karismianos com o auxílio dos muçulmanos da Síria,

sua aliança não havia inspirado nem desconfiança nem escrúpulo; mas os reveses levaram bem depressa a prevenções. Atribuíram-se os últimos desastres à justiça divina, irritada por ver a bandeira de Jesus Cristo confundida com a de Maomé. Por outro lado, os muçulmanos julgavam ter traído a causa do islamismo aliando-se com os cristãos; a presença da cruz, no campo de batalha, despertou-lhes o fanatismo e arrefeceu-lhes o zêlo por uma causa que lhes parecia ser a de seus inimigos. No momento do combate, haviam ouvido o príncipe de Emesa pronunciar estas palavras: *Estou armado para combater e no entretanto Deus me diz, no fundo do coração, que não seremos vitoriosos, porque procuramos a amizade dos francos.*

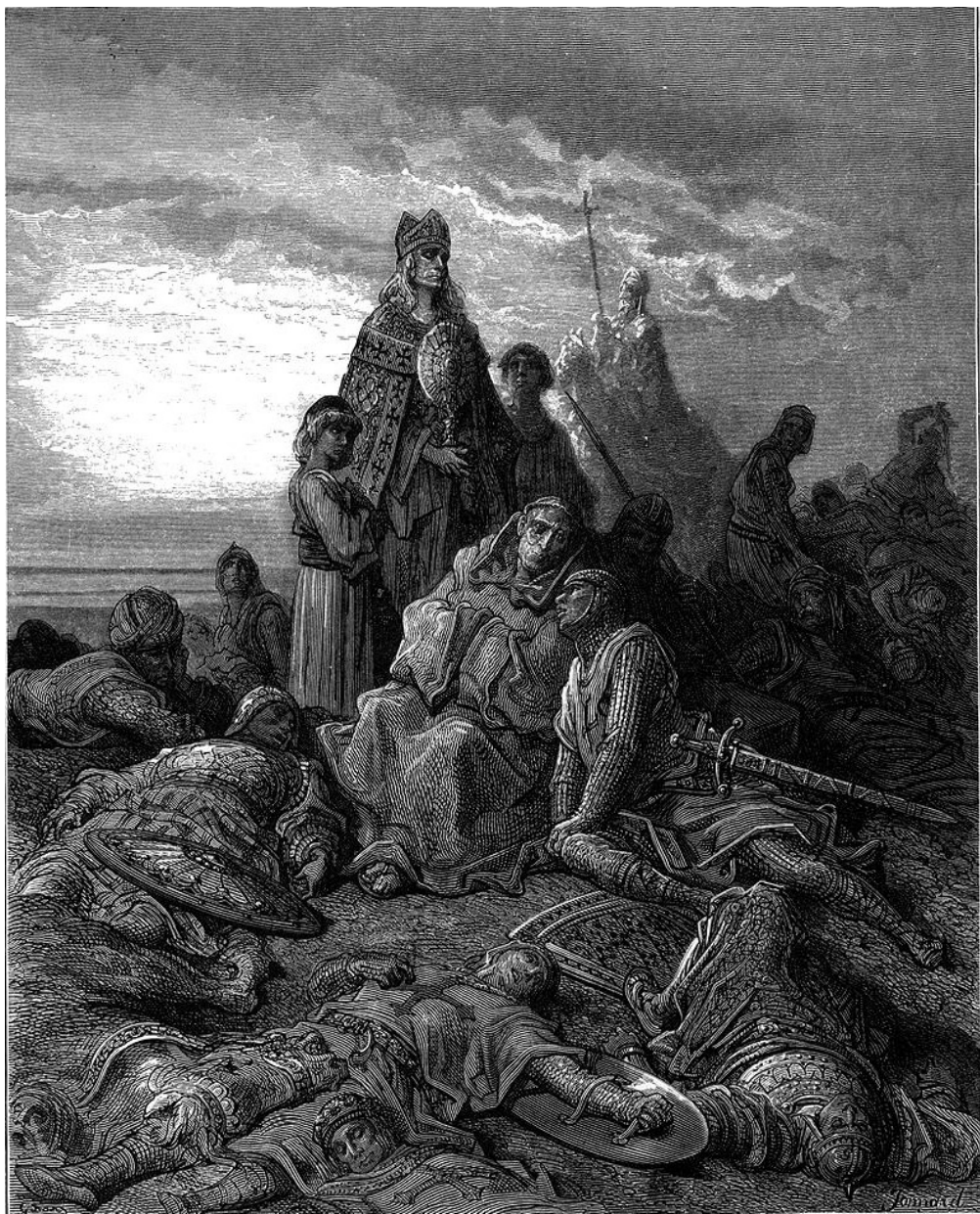
1246. A vitória dos karismianos entregava a maior parte da Palestina aos mais temíveis inimigos das colônias cristãs. Os egípcios tomaram posse de Jerusalém, de Tiberíades e das cidades cedidas aos francos pelo Príncipe de Damasco. As hordas do Karisma devastaram as margens do Jordão, os territórios de Ascalon e de Tolemaida, e vieram sitiar Joppé. Levavam em seu seguimento o infeliz Gauthier de Brienne, esperando que êle os favorecesse mandando abrir as portas de uma cidade que lhe pertencia; êsse modêlo de herói cristão foi amarrado a uma cruz diante das muralhas. Enquanto estava assim exposto aos olhos dos seus fiéis vassalos, os

karismianos cobriam-no de injúrias e ameaçavam-no de morte, se a cidade de Joppé lhes opusesse a menor resistência. Gauthier, enfrentando a morte, exortou em voz alta aos habitantes e à guarnição de Joppé a se defenderem até o último suspiro. "Vosso dever, gritava êle, é defender uma cidade cristã, o meu é morrer por vós e por Jesus Cristo." A cidade de Joppé não caiu em poder dos karismianos e Gauthier recebeu o prêmio de seu generoso devotamento. Mandado ao sultão do Cairo, êle morreu sob os golpes de uma multidão furiosa e recebeu assim a palma do martírio que tanto tinha desejado.

No entretanto a fortuna ou melhor, a inconstância dos bárbaros veio em auxílio dos francos e libertou a Palestina da presença de um inimigo ao qual nada podia resistir. O sultão do Cairo tinha mandado vestidos de honra e magníficos presentes aos chefes da horda vitoriosa, propondo-lhes, para coroar seus feitos, dirigir suas armas contra a cidade de Damasco. Os karismianos foram imediatamente cercar a capital da Síria. Damasco, que tinha sido fortificada às pressas, não podia resistir aos seus ataques impetuosos. Não tendo nenhuma esperança de ser socorrida, a cidade abriu suas portas e reconheceu o domínio do sultão do Egito. Foi então que os karismianos, cheios de si mesmos, por suas vitórias, pediram, em tom ameaçador, as terras que lhes haviam prometido na Palestina. O sultão do Cairo, que temia sua vizinhança, diferiu o cumprimento da promessa. Em

seu furor, pela recusa, os bárbaros ofereceram seus serviços ao príncipe que acabavam de despojar de seus territórios e voltaram para sitiar Damasco e tirá-la dos egípcios. A guarnição e os habitantes defenderam-se com firmeza; o temor de cair nas mãos de um inimigo sem piedade dava-lhes coragem; todos os males que a guerra traz consigo, a mesma carestia, parecia-lhes um flagelo menor e menos temível que aquelas hordas que haviam aparecido sob suas muralhas.

1247. No entretanto o sultão do Egito mandou um exército armado para socorrer a cidade; as tropas de Alepo e as de vários principados da Síria reuniram-se ao exército egípcio: os karismianos foram vencidos em duas batalhas. Depois dessa dupla derrota a história oriental não lhes pronuncia mais o nome e não nos permite seguir-lhes as pegadas. A maior parte dos que escaparam à espada do vencedor pereceu de fome e de miséria nos campos que tinham devastado; os mais intrépidos e os mais disciplinados foram procurar asilo nos Estados do sultão de Icônio, e, se dermos fé às suposições de alguns historiadores, êles foram a obscura origem de uma poderosa dinastia dos otomanos.

Os cristãos da Palestina deram graças ao céu pela destruição dos karismianos; mas a perda de Jerusalém, a derrota de Gaza, não lhes permitia entregar-se a demonstrações de alegria. Êles acabavam

A confissão.

de perder seus aliados e só tinham inimigos entre os muçulmanos. O sultão do Egito, cuja aliança tinham rejeitado, estendia seu domínio à Síria e seu poder tornava-se cada dia mais formidável. As cidades que ficavam aos cristãos nas costas marítimas estavam quase sem defensores. As ordens de S. João e do Templo tinham oferecido ao sultão do Cairo uma soma considerável pelo resgate de seus prisioneiros; mas o sultão recusava-se escutar seus embaixadores e ameaçava-os com sua cólera. Essas duas milícias, há pouco temíveis aos muçulmanos, não podiam mais servir com vantagem à causa dos cristãos e eram forçadas a esperar, na inatividade, que a nobreza belicosa da Europa viesse substituir seus cavaleiros, que haviam caído nas mãos dos infiéis ou que tinham sido ceifados pela morte nos campos de batalha. O Imperador da Alemanha, que ainda tinha o título de Rei de Jerusalém, não fazia esfôrço algum para salvar os restos do seu frágil reino; êle tinha mandado vários guerreiros a Tolemaida para defender seus direitos; mas, como êstes eram desconhecidos, a presença de tropas imperiais só aumentou as desgraças que desolavam a Terra Santa, acrescentando-lhes o flagelo da discórdia e da guerra civil.

A Palestina, ameaçada todos os dias por uma invasão nova, não tinha esperança de ser socorrida por outros Estados cristãos do Oriente; os comanos, povo bárbaro vindo dos confins da Tartária, e que sobrepujava em ferocidade os mesmos karismianos,

devastavam as margens do Oronte e o principado de Antioquia; o Rei da Armênia temia ao mesmo tempo a aproximação dos tártaros e a agressão dos turcos da Ásia Menor; o reino de Chipre, a braços com as divisões, acabava de ser teatro de uma guerra civil e podia temer as incursões dos povos muçulmanos da Síria e do Egito. Deveríamos crer que, nessa deplorável situação, o reino de Godofredo iria perecer e o que restava de cristãos na Terra Santa teria a mesma sorte dos karismianos. Mas, lançando suas vistas para o Ocidente, os francos da Palestina sentiam ainda reanimar-se-lhes a esperança e a coragem; mais de uma vez os Estados cristãos da Síria tinham devido sua salvação e mesmo alguns dias de prosperidade e de glória, ao mesmo excesso de sua humilhação e de sua miséria; seus gemidos e suas queixas não ressoavam jamais em vão entre os povos guerreiros da Europa e sua extrema penúria tornava-se quase sempre o sinal de uma nova Cruzada, da qual apenas o pensamento fazia tremerem os muçulmanos.

No ano de 1244, Valeriano, Bispo de Beirute, tinha sido mandado ao Ocidente para pedir a proteção do papa e os socorros dos príncipes e dos guerreiros. O soberano pontífice recebeu o enviado dos cristãos do Oriente e prometeu-lhe socorrer a Terra Santa. Mas, então, o Ocidente era agitado por grandes perturbações: a questão surgida entre a Santa Sé e o Imperador da Alemanha continuava com maior intensidade ainda, o que a religião e a

humanidade mesmas reprovavam; Frederico II exercia tôda sorte de violência contra a côrte de Roma e os partidários do pontífice; o papa, cada vez mais irritado, invocava as armas dos cristãos contra seu inimigo e prometia as indulgências da Cruzada a todos os que servissem à sua cólera.

Por outro lado, os latinos que moravam em Constantinopla, estavam rodeados dos maiores perigos: os socorros dos fiéis, a coragem de alguns guerreiros do Ocidente, uma aliança com os comanos, errantes pela Ásia Menor, não podiam defender o império de Balduino, exposto aos ataques reunidos dos gregos e dos búlgaros. Ao mesmo tempo, os bárbaros continuavam a devastar as margens do Danúbio; as cidades destruídas, as igrejas derrubadas, os campos devastados lhes tinham marcado a permanência de alguns meses naquelas infelizes regiões. Todos, como dissemos, temiam essa terrível guerra dos mongóis, e a paz, ou melhor, a inação na qual estavam os reis e os príncipes da Europa, na presença do perigo, podia parecer mais espantosa do que a mesma guerra.

Foi nessa desordem e consternação geral que Inocêncio IV, refugiado em Lião, resolveu convocar naquela cidade um Concílio ecumênico, para remediar aos males que desolavam a cristandade no Oriente e no Ocidente. O soberano pontífice, nas cartas dirigidas aos fiéis, expunha a situação deplorável da igreja romana, e rogava aos bispos e aos

príncipes que viessem para junto dêle, para esclarecê-lo com seus conselhos.

A maior parte dos monarcas do Ocidente mandou embaixadores a essa assembléia, que se reuniu em 1245 e na qual ia se tratar da salvação e dos maiores interêsses do mundo cristão. Frederico principalmente, que há muito era alvo da cólera do soberano pontífice, tudo fêz para afastar os castigos de sua cabeça e ministros de sua confiança foram encarregados de defendê-lo perante os padres do Concílio. Entre os embaixadores do Imperador da Alemanha a história cita Pedro de Vignes, que tinha escrito, em nome de Frederico, cartas eloqüentes a todos os soberanos da Europa, para se queixar da tirania exercida pela Santa Sé e Tadeu de Suesse, ao qual o mister das armas não fazia descuidar-se da arte da palavra e do estudo profundo das leis. Êste tinha muitas vêzes servido ao seu senhor com glória, no meio dos perigos da guerra; mas jamais teve ocasião de mostrar tanta firmeza, coragem e devotamento como nessa assembléia, onde a côrte de Roma ia desenvolver todo o seu poder e realizar tôdas as suas ameaças.

Os patriarcas de Constantinopla, de Antioquia, de Aquiléia, de Veneza, cento e quarenta arcebispos e bispos da França, da Itália, da Espanha, da Inglaterra, da Escócia, da Hibérnia, um grande número de doutôres, vários príncipes seculares, para lá se tinham dirigido, a convite do chefe da igreja; os

abades de Cluni, de Cister e de Claraval, o superior-geral da ordem de S. Domingos, o Vigário da Ordem de S. Francisco, um número muito grande de outros abades, tinham também respondido ao apêlo do soberano pontífice. Na multidão dos prelados, um sòmente, parecia atrair todos os olhares: o Bispo de Beirute; sua presença e a dor impressa em sua fronte lembravam tôdas as desgraças da Terra Santa. Balduino II, Imperador de Bizâncio, não atraía menos a atenção; pela segunda vez êle vinha ao Ocidente, implorar a compaixão dos fiéis; numa assembléia onde se devia julgar do poder temporal dos monarcas, sua atitude suplicante podia mostrar aos fortes como aos fracos o que são as grandezas da terra, quando o mesmo Deus as julgou.

Antes da abertura do concílio, o papa reuniu um conselho no Mosteiro de São Justo, onde êle tinha estabelecido sua residência. O patriarca de Constantinopla expôs a deplorável situação de sua igreja: a heresia tinha retomado seu império numa grande parte da Grécia e os inimigos da Igreja Latina avançavam até às portas de Bizâncio. O Bispo de Beirute mandou ler uma carta na qual o patriarca de Jerusalém, os barões e os prelados da Palestina, narravam as devastações dos karismianos e apresentava a herança de Jesus Cristo, como prêsa dos bárbaros, se o Ocidente não tomasse as armas para defendê-la. Os perigos e as desgraças dos cristãos no Oriente comoveram vivamente os padres do con-

cílio: Tadeu de Suesse, aproveitando-se da sua comoção, disse que o imperador seu amo compartilhava de sua profunda dor e que êle estava pronto a empregar tôdas as suas fôrças para defender a cristandade. Frederico prometia reter a invasão dos tártaros, restabelecer na Grécia o domínio dos latinos, ir em pessoa à Terra Santa e libertar o reino de Jerusalém: prometia ainda, para fazer cessarem as divisões, restituir à Santa S; tudo o que êle lhe havia tirado e reparar a todos os seus erros para com a igreja. Tão importantes promessas causaram muita alegria e surprêsa à maior parte dos bispos; tôda a assembléia parecia impaciente por saber qual a resposta de Inocêncio: "Até aqui, exclamou o papa, Frederico violou todos os seus juramentos; quem nos responderá hoje pelas palavras que êle faz proferir e garante que serão cumpridas?" Tadeu replicou que o Rei da França e o Rei da Inglaterra consentiam em ser fiadores da palavra do Imperador da Alemanha. Inocêncio recusou essa garantia, pois, se Frederico faltasse às suas promessas, como o passado o autorizava a crer, a Santa Sé teria como inimigos os três mais poderosos príncipes da cristandade. O papa via nos protestos do imperador apenas um novo ardil para enganar a igreja e para afastar a *cunha já retirada e prestes a se cortar as raízes da árvore.* Tadeu, que julgava que as promessas de seu Senhor seriam aceitas, pelo menos como as dos pecadores aos pés do tribunal da misericórdia, começou a perder a espe-

rança de um triunfo de sua causa e *ficou tristemente em silêncio.*

Com efeito, essa conferência preparatória dizia assaz quais deviam ser as conseqüências e os resultados das deliberações do concílio. O papa tinha querido conhecer a sua fôrça e certificar-se das disposições dos bispos. Poucos dias depois, deu-se a abertura do concílio com grande solenidade, na metrópole de São João. O soberano pontífice, revestido de tiara e dos hábitos pontificais, havia-se colocado num trono, tendo à direita o Imperador de Constantinopla, à esquerda o Conde da Provença e o Conde de Tolosa. Depois de ter entoado o *Veni Creator* e invocado as luzes do Espírito Santo, pronunciou um discurso cujo assunto eram as cinco dores que o afligiam, comparadas com as cinco chagas do Salvador do mundo, sôbre a Cruz. A primeira era a invasão dos tártaros, a segunda o cisma dos gregos, a terceira a invasão dos karismianos na Terra Santa, a quarta, o relaxamento da disciplina eclesiástica, a quinta enfim, a perseguição de Frederico.

As devastações dos bárbaros da Cítia e do Karisma excitavam, sem dúvida, a solicitude paterna do soberano pontífice; os progressos da heresia e as desordens do clero despertavam sua inquieta previdência; mas muito menos, todavia, que os empreendimentos de Frederico, que se havia mostrado inimigo declarado da côrte de Roma. Falando dos flagelos que desolavam a cristandade, êle arrancou lágrimas

aos seus ouvintes; deixando a linguagem da compaixão e do desespêro para tomar o tom ameaçador da cólera, êle reprovou ao Imperador da Alemanha todos os seus erros, para com a Igreja romana, todos os crimes que podiam atrair sôbre sua cabeça as maldições do seu século e o ódio de seus contemporâneos. Quando o papa terminou seu discurso, um profundo silêncio reinava na assembléia; parecia, à maior parte dos bispos atemorizados, que a voz do céu acabava de se fazer ouvir para condenar Frederico; todos os olhares dirigiram-se para os enviados do imperador e não se podia crer que algum dêles ousasse responder ao intérprete da cólera celeste. De repente, Tadeu de Suesse levantou-se e tomou a palavra; afirmando que Deus sonda as dobras das consciências, êle declarou que o imperador se tinha mantido fiel a tôdas as promessas e não deixara de defender e de servir à causa da religião. Combatia então tôdas as acusações do soberano pontífice e, em sua resposta, não temia alegar e citar várias ofensas contra a côrte de Roma. Mas o defensor de Frederico, vendo que não podia comover os corações com sua eloqüência, pediu um prazo de vários dias, para que seu senhor pudesse vir, êle mesmo, em pessoa, justificar sua crença e seu proceder. Êle esperava que a presença de um tão poderoso monarca, despertando nos espíritos o respeito devido à majestade dos reis, faria triunfar a justiça de sua causa. Mas o papa rejeitou seu pedido, acrescentando que *ainda não se sentia disposto nem*

a sofrer a prisão nem a morrer a morte dos mártires. Estas últimas palavras eram como uma nova acusação contra Frederico. Assim a primeira sessão do concílio, passou-se tôda nestes violentos debates e ofereceu um espetáculo pouco edificante, de uma luta entre o chefe dos fiéis, que acusava um príncipe cristão de perjúrio, de traição, de heresia, de sacrilégio, e o ministro de um imperador que censurava a côrte de Roma, ter exercitado um despotismo odioso e cometido revoltantes iniqüidades.

Esta luta, cujas conseqüências deviam ser igualmente funestas para o chefe da igreja e para o chefe do império, prolongou-se por vários dias; escandalizou, sem dúvida, a todos os que o papa não tinha associado aos seus ressentimentos e a maior parte dos bispos afligiu-se por se terem afastado do objetivo principal de sua convocação.

No entretanto, as calamidades dos cristãos no Oriente, o cativeiro de Jerusalém, os perigos de Bizâncio, ocuparam por fim a atenção dos padres do concílio. O papa e a assembléia dos prelados decidiram que se pregaria uma nova Cruzada para a libertação da Terra Santa e do império latino de Constantinopla. Renovaram-se todos os privilégios concedidos aos cruzados pelos papas e pelos concílios precedentes e todos os castigos contra os que favoreciam os piratas e os muçulmanos: durante três anos, os que tinham tomado a cruz estavam isentos de tôda espécie de impôsto e de cargos públicos;

mas, se não cumprissem o voto, incorriam em excomunhão. O concílio convidou os barões e os cavaleiros para reformar o luxo de sua mesa e de seus hábitos: recomendou a todos os fiéis, principalmente aos eclesiásticos que praticassem obras de caridade e se armassem de tôdas as austeridades da penitência contra os inimigos de Deus. A fim de obter a proteção do céu pela intercessão da Virgem Maria, o papa e os padres do concílio ordenaram que se celebrasse nas igrejas a oitava de sua Natividade. Em vários concílios, haviam-se proibido aos cavaleiros cristãos as solenidades profanas dos torneios; o concílio de Lião renovou essa proibição, persuadido de que essas festas militares podiam afastar o espírito dos guerreiros do piedoso pensamento das Cruzadas e que as despesas que êles causavam deviam colocar os mais bravos barões e senhores na impossibilidade de fazer os preparativos necessários para a peregrinação de além-mar. O concílio ordenou que o clero pagaria a vigésima parte de suas rendas, o soberano pontífice e os cardeais, a décima, para custear as despesas da guerra santa. A metade das rendas de todos os benefícios, sem residência, foi especialmente reservada para se socorrer o império de Constantinopla. Os decretos do concílio ordenavam a todos os que tinham a missão de pregar a palavra de Deus que convidassem os príncipes, os condes, os barões e as comunidades das cidades, para contribuir com tôdas as suas posses para o feliz resultado da guerra santa:

os mesmos estatutos recomendavam ao clero que apresentasse aos fiéis os sacrifícios feitos à Cruzada como o meio mais seguro de resgatar seus pecados; êles lhes recomendavam principalmente que excitassem no tribunal da penitência a todos os fiéis a multiplicar suas ofertas ou pelo menos a legar em seus testamentos algumas somas para o socorro dos cristãos do Oriente.

Foi assim que o concílio declarou a guerra aos povos inimigos dos cristãos e que êle preparava os meios de garantir o triunfo dos soldados de Jesus Cristo. Todavia, admiramo-nos de que o papa não tenha proposto uma Cruzada contra os tártaros, cuja invasão êle havia comparado a uma das cinco chagas do Salvador na cruz. No estado de desolação em que se encontrava o reino da Hungria, nenhum dos bispos daquele infeliz reino tinha podido ir ao concílio, e ninguém levantou sua voz em favor da nação húngara. Os tártaros, é verdade, expulsos pela fome e recuando diante das calamidades semeadas aos seus passos, haviam-se afastado das margens do Danúbio, mas em sua retirada êles ameaçavam os cristãos de voltar. Para prevenir novas invasões, contentaram-se em convidar os povos da Alemanha a cavar fossos, elevar muralhas nas estradas por onde deviam passar as hordas da Tartária. Estas medidas, que então se deviam julgar insuficientes, fazem-nos conhecer hoje o espírito de imprevidência e de cegueira que presidia então aos conselhos da política. Quem

poderia, de fato, não ficar surpreendido vendo que numa assembléia tão grave como um concílio, convidava-se a Europa a prodigalizar seus tesouros e seus exércitos para libertar Constantinopla e Jerusalém, enquanto os mais temíveis bárbaros estavam às suas portas e ameaçavam invadir seu próprio território?

É preciso, de resto, notar que Frederico mesmo tinha pedido o auxílio da Europa contra os tártaros: mas o papa ocupava-se muito menos em socorrer o império germânico do que em arrancá-lo a Frederico. A história deve deplorar o zêlo e o ardor que êle empregou em realizar seus projetos contra o Imperador da Alemanha, com risco de despertar as mais funestas paixões, perpetuar as discórdias e entregar assim o Ocidente à invasão dos bárbaros. Na segunda sessão do concílio, êle se preparava para esmagar a cabeça do *dragão* sob os golpes dos raios eclesiásticos, quando Tadeu de Suesse pediu de novo um prazo de alguns dias para que o imperador pudesse vir a Lião e falar êle mesmo aos seus juízes. Como os enviados do Rei da França e do Rei da Inglaterra se unissem ao defensor de Frederico e apoiassem seu pedido, o papa consentiu, ainda que com pesar, em diferir o cumprimento de suas ameaças: concedeu um prazo de duas semanas. Mas o imperador, sabendo o que se tinha passado, não se decidiu a comparecer como um suplicante diante de uma assembléia convocada pelo mais implacável de seus inimigos; não veio ao concílio, e quando o prazo que lhe ha-

viam concedido terminou, o soberano pontífice não deixou de aproveitar dessa nova ocasião para lhe censurar a resistência às leis da igreja.

No momento em que a assembléia dos bispos esperava, com temor, a terrível sentença, embaixadores dos inglêses levantaram-se para se queixar dos agentes da côrte de Roma, cuja ambição e avareza arruinava o reino da Inglaterra; o clero, a nobreza, e o povo se haviam reunido para pedir justiça à Santa Sé. Essas reclamações não puderam conter a cólera do soberano pontífice, sempre pronta a rebentar. Em vão Tadeu de Suesse se levantou ainda para dizer que um grande número de bispos estava ausente, que vários príncipes não tinham mandado embaixadores ao concílio; em vão declarou que apelava para um concílio mais numeroso e mais solene. Nada pôde deter a tempestade e retardar a hora da justiça inexorável. Inocêncio respondeu, primeiro, com moderação, aos enviados da Inglaterra, e depois aos de Frederico; tomando em seguida um tom de juiz e de senhor: "Eu sou, disse êle, o Vigário de Jesus Cristo; tudo o que eu ligar na terra será ligado no céu, segundo a promessa do Filho de Deus, ao príncipe dos apóstolos; eis por que, depois de ter deliberado com nossos irmãos os cardeais e com o concílio, eu declaro Frederico culpado de sacrilégio e de heresia, de traição e de perjúrio, excomungado e deposto do império; eu desligo para sempre de seus juramentos os que lhe prometeram fidelidade;

eu proíbo que de ora em diante lhe prestem obediência e desde agora declaro excomungado todo aquêle que lhe obedecer. Ordeno, enfim, aos eleitores que procurem e elejam outro imperador e me reservo o direito de dispor do reino da Sicília."

Um historiador contemporâneo descreve fielmente a profunda sensação que produziu no concílio a sentença pontifícia. Os enviados do imperador batendo, *uns na coxa, outros no peito,* soltaram longos gemidos. Tadeu de Suesse exclamou como se estivesse no último dia: *Ó dia terrível! Dia de cólera e de calamidade!* Quando o papa e os bispos com círios na mão inclinaram-se para a terra, em sinal de maldição e de anátema, todos os corações tremeram de mêdo, como se Deus tivesse julgado os vivos e os mortos. No meio do silêncio que reinou em seguida na assembléia, o ministro de Frederico, fêz ouvir estas últimas palavras, inspiradas pelo desespêro: *Agora os hereges cantarão vitória, os karismianos e os tártaros reinarão no mundo!* Depois de ter entoado o *Te Deum* e pronunciado a dissolução do concílio, o papa retirou-se dizendo: *Fiz o meu dever, que Deus faça a sua vontade.*

Êste foi o concílio de Lião, muito célebre nos anais da Idade Média e que muitas vêzes serviu de pretexto para os inimigos da religião atacar os juízos da igreja. Censurou-se ao papa e aos bispos ter cedido a um sentimento de animosidade contra Frederico: somos obrigados a convir que a paixão não estêve

alheia às deliberações do concílio e que essa justiça que não interessava à fé e pela qual se invocava o nome de Deus, muito se assemelhava à justiça da terra; mas, considerar a animosidade do papa e dos prelados reunidos, como motivo e causa principal da deposição do imperador, é ver e julgar imperfeitamente um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos.

Muitas vêzes se repetiu nas aulas de teologia que a sentença contra Frederico foi obra do papa e não do concílio. A êste respeito fizeram-se distinções assaz sutis, tomaram-se com moderação certas expressões, certas fórmulas, sem se pensar que, para se encontrar a verdade será suficiente lembrar o tempo e interrogar a história imparcial. Os concílios não estavam em guerra com o Imperador da Alemanha e a deposição de Frederico não devia ser que a continuação e o último resultado daquelas longas questões, surgidas entre a côrte de Roma e o império do Ocidente. Um concílio cuja existência não era que passageira, não podia ter o pensamento de se criar uma dominação, uma jurisdição suprema sôbre os governos dos reis. Os papas, ao contrário, desde o pontificado de Gregório VII não tinham deixado de pretender a dominação universal; Inocêncio terminava apenas a obra começada por seus predecessores; êle julgava exercitar um direito que lhe pertencia e que êle não teria querido ceder a um concílio.

Devemos confessar que as pretensões dos papas a êsse respeito foram favorecidas pelas opiniões con-

temporâneas. Queixava-se algumas vêzes de ser julgado injustamente no temível tribunal dos chefes da igreja, mas não se lhes contestava o direito de julgar as potências da cristandade e os povos recebiam quase sempre suas decisões, sem murmurar. Todavia, êsse poder, tôda a opinião, era, no fundo, apenas uma influência moral, cuja ação nada tinha de regulado e que dependia de mil circunstâncias incertas. Tratava-se de lhe dar um caráter reconhecido, formas solenes, uma marcha invariável. Inocêncio IV, ora impelido pelas paixões que tinham inflamado o espírito de discórdia, ora pelas tradições da política romana, julgou que o tempo tinha chegado de converter em leis positivas, pretensões que não encontravam contraditores. Quis proclamar sua soberania universal no meio das solenidades de um concílio ecumênico, no meio do aparato ameaçador das deliberações e dos juízos da igreja, como Deus mesmo tinha outrora proclamado seu poder soberano no meio dos relâmpagos e dos trovões no monte Sinai.

Se a côrte de Roma tivesse tido feliz resultado neste vasto desígnio, é certo que o mundo lhe teria ficado sujeito e a autoridade suprema da igreja tornar-se-ia regra do universo cristão. Era sem dúvida um grande pensamento, criar um império regulador de todos os impérios, um poder cuja jurisdição se estendesse sôbre os reis e sôbre tôdas as potências que não são julgadas nesta vida; mas, para estabelecer essa jurisdição soberana, essa alta vigilância

dos tronos dêste mundo, era preciso encontrar na sociedade, como era então, uma fôrça ao mesmo tempo poderosa e submissa que fizesse executar os decretos emanados pela côrte dos pontífices. Ora, essa fôrça, semelhante ao ponto de apoio que Arquimedes pedia para criar um novo universo, essa fôrça, digo, não se pôde encontrar no meio dos interêsses diversos e das paixões rivais que arrastavam as sociedades cristãs. Assim o vasto edifício de que Gregório tinha lançado os alicerces, edifício que devia dominar tôda a terra, não se pôde terminar; o mundo continuou tal como o tempo, as revoluções, os vícios e as virtudes do homem o tinham feito; a autoridade pontifícia, prestes a alcançar a dominação espiritual e temporal, desde aquêle momento começou a declinar e a história deve fazer notar aqui, que o concílio de Lião foi o comêço de sua decadência.

Foi nessa época deplorável que os cardeais por ordem do papa, revestiram-se, pela primeira vez, do hábito vermelho, símbolo da perseguição e triste presságio do sangue que ia correr. Frederico estava em Turim, quando soube de sua condenação. A essa notícia pediu sua coroa imperial e, pondo-a sôbre a cabeça exclamou: *Ei-la,* disse com voz terrível, *antes que ela me seja tirada meus inimigos conhecerão o terror de minhas armas; que êle trema, êsse pontífice que acaba de quebrar todos os laços que me uniam a êle e me permite, enfim, escutar a minha justa cólera.* Estas palavras ameaçadoras anuncia-

vam uma luta terrível, e todos os amigos da paz ficaram tomados de terror. A cólera que animava o imperador e o papa passou para o espírito do povo: corria-se às armas em tôdas as províncias da Alemanha e da Itália. É provável que no meio da agitação em que se encontrava então o Ocidente, ter-se-ia esquecido Jerusalém e a Terra Santa, se um monarca poderoso e respeitado não se tivesse pôsto, êle mesmo, à frente da Cruzada que se acabava de proclamar no concílio de Lião.

No ano anterior, no mesmo momento quando o Ocidente acabava de saber das últimas desgraças da Palestina, Luís IX, Rei da França, havia caído perigosamente enfêrmo. Todos os povos do reino dirigiam preces a Deus pela conservação de seu virtuoso monarca. A enfermidade, cujos acessos duplicavam todos os dias, causou por fim as mais vivas apreensões. Luís caiu num torpor mortal e logo espalhou-se a notícia de que êle acabava de morrer. "E tal foi a gravidade do seu estado que, uma das damas, diz Joinville, que velava pelo doente, julgando que êle tinha morrido, quis cobrir-lhe o rosto com um lençol, dizendo que estava morto." A côrte, a capital, as províncias, estavam imersas em profunda dor. No entretanto o Rei da França como se o céu não tivesse podido resistir às orações e às lágrimas de todo o povo, voltou das portas do sepulcro. O primeiro uso que fêz de sua língua, depois de ter

voltado à vida, foi pedir a cruz e anunciar sua determinação de libertar a Terra Santa.

Os que o rodeavam consideraram sua volta à vida como um milagre operado pela coroa de espinhos de Jesus Cristo e pela proteção dos apóstolos da França; lançaram-se de joelhos para agradecer ao céu e, na alegria que sentiam, não prestaram atenção no voto que Luís tinha feito de deixar seu reino para ir combater os infiéis no Oriente. Quando o príncipe começou a readquirir suas fôrças, êle renovou o juramento e pediu de novo a cruz de *além-mar*. A Rainha Branca, sua mãe, então, e tôda a sua família, Pedro de Auvergne, Bispo de Paris, procuraram demovê-lo de seu propósito, rogando-lhe com lágrimas nos olhos, que esperasse sua cura completa, para dedicar seus pensamentos a uma emprêsa tão perigosa; mas Luís julgava obedecer à vontade do céu; sua imaginação tinha sido ferida pelas calamidades da Terra Santa: Jerusalém entregue ao saque, o túmulo de Jesus Cristo, profanado, estavam sempre presentes ao seu espírito. Nos transportes de uma febre ardente êle julgava ter ouvido uma voz que vinha do Oriente e lhe dizia: *Rei da França, tu vês os ultrajes feitos à cidade de Jesus Cristo. O céu te escolheu para vingá-la.* Essa voz celeste ressoava ainda aos seus ouvidos, e não lhe permitia ouvir nem os rogos da amizade nem os conselhos da sabedoria humana; inquebrantável em sua resolução, recebeu a cruz das mãos de Pedro de Auvergne e

mandou anunciar aos cristãos da Palestina, ao lhes enviar socorro em tropas e em dinheiro, que atravessaria os mares, logo que tivesse reunido um exército e restaurado a paz em seu reino.

Essa notícia, que devia levar a alegria às colônias cristãs do Oriente, espalhou o luto em tôdas as províncias da França. Joinville exprime bem a dor da família real e principalmente o desespêro da rainha-mãe, dizendo que, quando essa princesa viu seu filho, feito cruzado, *ficou tão abatida que parecia que ia morrer*. As últimas desgraças de Jerusalém haviam arrancado lágrimas a todos os cristãos do Ocidente, sem lhes inspirar, como no século precedente, o vivo desejo de combater contra os infiéis. Só se viam nessas expedições longínquas, grandes perigos, reveses inevitáveis e a idéia de reconquistar a cidade de Deus despertava mais apreensões que entusiasmo.

No entretanto, o soberano pontífice tinha mandado a todos os Estados cristãos, eclesiásticos encarregados de pregar a guerra santa. O cardeal Eudes ou Odon de Chateauroux chegou à França com a missão expressa de publicar e de fazer executar os decretos do concílio de Lião, sôbre a Cruzada. Pregou-se a santa expedição em tôdas as igrejas do reino. A história contemporânea mal fala do efeito dessas pregações e tudo nos leva a crer que os que então fizeram o juramento de combater contra os

muçulmanos, foram mais levados pelo exemplo do rei do que pela eloqüência dos oradores sagrados.

A fim de dar mais solenidade à publicação da Cruzada e excitar o ardor dos guerreiros para a libertação dos santos lugares, Luís IX convocou, na sua capital, um parlamento, para onde se dirigiram os prelados e os grandes do reino. O cardeal-legado renovou aí as exortações dirigidas pelo chefe da igreja a todos os fiéis. Luís IX falou depois de Eudes de Chateauroux e reproduziu o quadro dos desastres da Palestina. Segundo a expressão de Davi, uma nação ímpia tinha entrado no Templo do Senhor; o sangue corria como água em redor de Jerusalém; os servidores de Deus tinham sido massacrados no santuário; seus restos, privados de sepultura, estavam abandonados às aves do céu. Depois de ter deplorado as desgraças de Sião, Luís IX lembrou aos seus barões e cavaleiros, o exemplo de Luís, o Moço, de Filipe Augusto; exortou todos os guerreiros que o escutavam a tomar as armas para defender a glória de Deus e a do nome francês no Oriente. Luís IX, ora invocava a caridade, ora as virtudes belicosas de seu auditório; procurava despertar em todos os corações, ora as inspirações da piedade, ora os sentimentos da cavalaria. Não temos necessidade de dizer qual o efeito das exortações e dos rogos de um Rei da França, que se dirigia à honra e pedia a bravura de seus súditos. Mal êle deixou de falar, seus três irmãos, Roberto, Conde de Artois, Afonso, Duque

de Poitiers, Carlos, Duque de Anjou, resolveram também tomar a cruz. A Rainha Margarida, a Condêssa de Artois, a Duquesa de Poitiers, fizeram juramento de acompanhar seus esposos além dos mares. A maior parte dos bispos e dos prelados que estavam nessa assembléia, levados pelas palavras do rei e pelo exemplo do cardeal-legado, não hesitaram em se inscrever em uma guerra, pela qual se fazia brilhar, é verdade, menos entusiasmo que no século precedente, mas que ainda era chamada a *guerra de Deus*. Entre os grandes vassalos da coroa que então juraram deixar a França para ir combater os muçulmanos na Ásia, os amigos da monarquia francesa viram com alegria Pedro de Dreux, Duque da Bretanha, Hugo de Lusignan, Conde da Marca e vários outros senhores, cuja ambição invejosa tinha durante tanto tempo perturbado o reino. Viam-se ainda o Duque da Borgonha, Hugo de Chatillon, Conde de S. Paulo, os condes de Dreux, de Bar, de Soissons, de Blois, de Rhétel, de Montfort e de Vendôme, o senhor de Beuajeu, condestável da França e João de Beaumont, grande almirante e chanceler, Filipe de Courtenay, Guyon de Flandres, Archambaud de Bourbon, o jovem Raul de Coucy, Gilles de Mailly, Roberto de Béthune, Olivério de Thermes. O reino não tinha uma família ilustre que não houvesse dado um defensor à religião da cruz. Na multidão dêsses nobres cruzados, a história se compraz em notar o célebre Boilève, (ou Boyleaueu) que em seguida foi

preboste dos negociantes de Paris e senhor de Joinville, cujo nome será sempre colocado na história da França, ao lado do de Luís IX.

Na assembléia dos prelados e dos barões tomaram-se várias medidas que tinham por objeto a conservação da paz pública e os preparativos da guerra santa. Uma multidão de processos perturbava a tranqüilidade das famílias e êsses processos, dos quais vários se decidiram pela espada, eram muitas vêzes verdadeiras guerras. Confiou-se aos tribunais o término de todos os assuntos apresentados, e, no caso em que não pudessem obrigar as partes a aquiescer a um juízo definitivo, prescreveu-se aos juízes fazêlos ajustar uma trégua de cinco anos. Segundo os decretos e a autorização do concílio de Lião, ficou decidido que os eclesiásticos pagariam ao rei a décima parte de seus rendimentos, o que causou no clero um descontentamento, que Luís teve alguma dificuldade para acalmar. Um decreto real, de acôrdo com o papa, determinava que os cruzados estariam durante três anos salvos da perseguição de seus credores, a contar do dia de sua partida para a Terra Santa; essa determinação, que suscitou também muitas reclamações, devia fazer que muitos barões e cavaleiros deixassem o Ocidente.

Luís IX ocupava-se contìnuamente em ultimar os preparativos para o seu projeto e tudo fazia para conquistar também a nobreza de seu reino; sua piedade não se descuidou de empregar, para uma causa

sagrada, todo o império que os reis têm de ordinário sôbre seus cortesãos; êle humilhou-se, por vêzes, até à bajulação, até à astúcia, persuadido de que a santidade da Cruzada devia tudo desculpar. Segundo um antigo costume, os reis da França, nas grandes solenidades, davam aos súditos que estavam na côrte, capas ou mantos, forrados, com os quais êles se vestiam antes de sair do palácio. Nos antigos *comptes* essas capas chamavam-se *librés* porque o soberano as dava e as entregava êle mesmo. Luís ordenou que delas se preparasse para a vigília de Natal, um grande número, sôbre as quais êle fêz colocar cruzes de bordados em ouro e sêda. No momento asado, cada qual revestiu-se do manto que o príncipe lhe havia dado, e sem perceber a piedosa fraude, seguiu o monarca para a capela. Qual não foi o espanto, porém, quando, à luz dos círios viram sôbre os que estavam diante de si e depois, sôbre si mesmos, o sinal de um compromisso que não haviam assumido! Era tal, porém, o caráter dos cavaleiros franceses que êles se julgaram obrigados a responder àquele apêlo à sua bravura; todos os cortesãos, depois do ofício divino, se puseram a rir com o *hábil pescador de homens* e fizeram o juramento de acompanhá-lo à Ásia.

1246. No entretanto a publicação da guerra santa causava na nação mais tristeza do que ardor guerreiro e tôda a França afligia-se com a partida

próxima de seu monarca. A Rainha Branca e os mais sensatos entre os ministros que antes tinham procurado dissuadir Luís IX da Cruzada, renovaram várias vêzes sua tentativa; resolvidos a fazer um último esfôrço, dirigiram-se todos ao rei. O Bispo de Paris estava-lhes à frente e dirigiu-lhe a palavra. O virtuoso prelado disse a Luís que um voto feito na crise da doença, não podia ligá-lo de maneira irrevogável, principalmente, se o interêsse de seu reino lhe impusesse obrigações, a dêle se libertar. Tudo pedia a presença do monarca em seu reino. Os Poitevins ameaçavam retomar as armas, a guerra dos albigenses estava prestes a recomeçar, devia-se temer sempre a animosidade da Inglaterra, acostumada a gracejar com os tratados; a guerra ocasionada pelas pretensões do papa e do imperador abrasava também todos os Estados próximos da França, e o incêndio podia passar ao reino. Vários dos grandes, aos quais Luís tinha confiado as funções mais importantes no Estado, falaram depois do Bispo de Paris, e disseram ao monarca que tôdas as instituições fundadas por sua sabedoria iriam perecer em sua ausência; que a França perderia, com sua partida, o fruto das vitórias de Saintes, de Taillebourg e tôdas as esperanças que lhes davam as virtudes de um grande príncipe. A Rainha Branca falou por fim: "Meu filho, disse ela, se a providência se serviu de mim para velar pela vossa infância e conservar-vos a coroa, tenho o direito de vos lembrar os deveres de um monarca e as obri-

gações que vos impõem a salvação do reino, à frente do qual Deus vos colocou; mas eu prefiro fazer falar diante de vós a ternura de uma mãe. Vós o sabeis, meu filho, só tenho poucos dias de vida, e vossa partida só me deixa o pensamento de uma separação eterna: feliz ainda se eu morrer, antes que as notícias trazidas ao Ocidente não nos relatem algum grave desastre! Até êste dia, desprezastes meus conselhos e meus rogos; mas se vós não tendes pena de minhas dores, pensai pelo menos nos filhos que deixais, abandonados no berço; êles têm necessidade de vossas lições e de vosso auxílio; que serão êles durante vossa ausência? Não vos são também êles tão caros como os cristãos do Oriente? Se estivésseis agora na Ásia, e vos viessem dizer que vossa família abandonada, é prêsa das facções e delas se tornou um mero joguête, não deixaríeis de correr para junto dela. Pois bem, todos êstes males que minha ternura e afeto temem, vossa partida pode fazer nascer. Ficai pois na Europa, onde tereis tantas ocasiões de mostrar as virtudes de um bom rei, de um rei, pai de seus súditos, modêlo e apoio dos príncipes de sua casa. Se Jesus Cristo exige que sua herança seja libertada, mandai ao Oriente vossos tesouros e vossos exércitos; Deus abençoará uma guerra empreendida pela glória do seu nome. Mas Deus que me ouve, crede-me, não ordena que se cumpra um voto contrário aos grandes desígnios da providência. Não. Êsse Deus de misericórdia, que

não permitiu que Abraão terminasse seu sacrifício, não permite que acabeis o vosso, e que exponhais uma vida à qual estão unidas a sorte de vossa família e a salvação do vosso reino."

Dizendo estas palavras, a Rainha Branca não pôde reter as lágrimas. Luís ficou vivamente comovido e se lançou nos braços de sua mãe; depois, retomando um ar calmo e sereno, disse: "Meus amigos, vós sabeis que minha resolução já é conhecida de tôda a cristandade; há vários meses, os preparativos para a Cruzada se fazem por minhas ordens. Escrevi a todos os reis da Europa que eu ia deixar meu território para ir à Ásia. Anunciei aos cristãos da Palestina que iria socorrê-los em pessoa; eu mesmo preguei esta Cruzada no meu reino; uma multidão de barões e de cavaleiros obedeceu à minha voz, seguiu meu exemplo e jurou acompanhar-me ao Oriente. Que me propondes agora? Mudar projetos tão pùblicamente proclamados e nada fazer do que eu prometi e que a Europa espera de mim; enganar ao mesmo tempo as esperanças da Igreja, dos cristãos da Palestina e de minha fiel nobreza?

No entretanto, como pensais que eu não estava em uso da razão quando tomei a cruz de além-mar, eu vo-la devolvo: ei-la a cruz que vos causa tantas apreensões e que eu recebi, como dizeis, num momento de delírio. Mas, hoje que estou plenamente no uso da minha razão, eu vo-la peço de novo e vos declaro que não tomarei nenhuma espécie de ali-

mento antes que ela me seja restituída. Vossas censuras, vossas queixas, causam-me viva dor. Conhecei melhor vossos deveres e os meus e ajudai-me a conquistar a verdadeira glória, secundai-me na carreira difícil que eu encetei e não vos inquieteis mais, nem com a minha sorte, nem com a de minha família e de meu povo. O Deus que me fêz vencer em Taillebourg confundirá os desígnios e as rebeliões dos meus inimigos. Sim, o Deus que me manda à Ásia, para defender a sua herança, defenderá também a de meus filhos e difundirá suas bênçãos sôbre tôda a França. Não temos ainda a que foi o sustentáculo de minha infância e guia de minha juventude? Aquela cuja sabedoria salvou o Estado de tantos perigos, na minha ausência não deixará faltar nem coragem, nem habilidade, para se combaterem as facções. Deixai-me então manter tôdas as promessas que fiz diante de Deus e dos homens e não vos esqueçais de que há obrigações que são sagradas para mim e que devem ser sagradas para vós: o juramento de um cristão e a palavra de um rei."

Assim falou Luís IX. A Rainha Branca, o Bispo de Paris e os outros conselheiros do rei, ficaram em religioso silêncio; só pensaram então em secundar o monarca em seus projetos e em apressar a execução de um empreendimento que parecia vir de Deus.

Pregava-se então a Cruzada em tôdas as regiões da Europa; mas, como a maior parte dos Estados do Ocidente estava cheia de perturbações, a voz dos

oradores sagrados perdeu-se no choque das facções e no tumulto das armas. Quando o Bispo de Beirute se dirigiu à Inglaterra para rogar ao monarca inglês que socorresse os cristãos do Oriente, Henrique III estava ocupado em repelir as agressões do Rei da Escócia e em apaziguar as perturbações do País de Gales. Os barões ameaçavam sua autoridade e não lhe permitiam comprometer-se numa guerra longínqua. Não sòmente o príncipe recusou-se a tomar a cruz, mas ainda proibiu que se pregasse a Cruzada em seu reino.

Tôda a Alemanha estava em chamas por causa da guerra entre o sacerdócio e o império. Depois de ter deposto o imperador no concílio de Lião, Inocêncio ofereceu a coroa imperial a todos os que tomassem as armas contra um príncipe excomungado e fizessem triunfar a causa da Santa Sé. Henrique, Landgrave da Turíngia deixou-se levar pelas promessas do soberano pontífice e foi eleito imperador pelos arcebispos de Mogúncia, de Colônia e pelos duques da Áustria, da Saxônia e de Brabante. A guerra civil, então, rebentou de todos lados. A Alemanha estava cheia de missionários do papa, armados com a palavra evangélica contra Frederico, que êles chamavam de o mais temível dos infiéis. Os tesouros reunidos para os preparativos da guerra santa, foram empregados em corromper a fidelidade e em provocar rebeliões e traições, em manter perturbações e dis-

córdias, no meio das quais, esqueceu-se bem depressa a causa de Jesus Cristo e a libertação de Jerusalém.

A Itália não estava menos agitada do que a Alemanha; os castigos da Igreja, tão freqüentemente lançados contra Frederico, tinham duplicado o furor dos guelfos e dos gibelinos. Tôdas as repúblicas da Lombardia se haviam ligado para combater os partidários do imperador; as ameaças, os manifestos do papa, não permitiam que uma só cidade ficasse neutra e que a paz pudesse encontrar um asilo nas regiões situadas entre os Alpes e a Sicília. Os missionários de Inocêncio empregavam ora as armas da religião, ora as da política: depois de ter mostrado o imperador como herege, como inimigo da Igreja, êles o apresentavam como um mau príncipe, como um tirano e faziam brilhar aos olhos da multidão os encantos da liberdade, móvel sempre tão poderoso sôbre o espírito dos povos. O soberano pontífice mandou dois legados ao reino da Sicília com cartas para o clero, a nobreza e o povo das cidades e dos campos. "Não pudemos ver sem alguma surprêsa, escrevia Inocêncio, que, oprimidos como estais, sob o opróbrio da servidão, oprimidos em vossas pessoas e em vossos bens, vós descuidastes até êste dia, dos meios de vos garantirdes as doçuras da liberdade. Várias outras nações vos deram o exemplo; mas a Santa Sé, longe de vos acusar, limita-se a vos lastimar e encontra vossa desculpa no temor que se apoderou de vossos corações sob o jugo de um novo Nero." Dizendo

estas palavras em sua carta aos sicilianos, o papa procurava fazê-los compreender que Deus não os havia colocado numa região fértil, sob um céu risonho, para trazer cadeias vergonhosas, e que, sacudindo o jugo do Imperador da Alemanha, êles se conformariam com as vistas da providência.

Frederico, que a princípio tinha enfrentado os castigos da Igreja, ficou assustado com a nova guerra que lhe declarava o papa. Fizeram-se conspirações contra sua vida e entre os culpados, êle teve a dor de encontrar vários servidores que tinha cumulado de benefícios. O monarca tão altivo, só pensou então em se reconciliar com a Igreja e dirigiu-se a Luís IX, cuja sabedoria e honradez tornavam árbitro dos povos e dos soberanos. Frederico, em suas cartas, prometia ater-se à decisão do Rei da França e de seus barões; para interessar o piedoso monarca em sua causa, êle se incumbia de fornecer para a expedição do Oriente, víveres, navios e todos os auxílios de que êle tivesse necessidade.

Luís aproveitou ardentemente essa ocasião de restabelecer a paz na Europa e de garantir o bom êxito da Cruzada. Vários embaixadores mandados a Lião, ao papa, foram rogar ao pai dos fiéis que escutasse sua misericórdia, mais que sua cólera. O Rei da França teve no mosteiro de Cluni duas longas conferências com Inocêncio, que êle novamente rogou, acalmasse com sua clemência as perturbações do mundo cristão. Mas a inimizade tinha sido le-

vada demasiado longe, para que se pudesse esperar a volta da paz. Em vão o imperador duplicou suas instâncias suplicantes; em vão êle prometeu descer do trono e passar o resto de seus dias na Palestina, com a única condição de receber a bênção do papa e, seu filho Conrado, substitui-lo no império; essa completa abnegação do poder, êsse estranho abaixamento da majestade real, não puderam comover Inocêncio, que não acreditava ou fingia não acreditar nas promessas de Frederico. Luís IX, cuja alma não podia desconfiar da impostura, fêz ver ao papa as vantagens que a Europa, a cristandade e a côrte de Roma mesma, poderiam usufruir do arrependimento e das ofertas do imperador; êle falou-lhe dos votos e da salvação dos peregrinos, da glória e da paz na Igreja; mas as palavras do santo rei quase não foram ouvidas e sua alma piedosa viu com grande pesar e até mesmo com escândalo, aquela inflexível severidade e rigor no coração do pai dos cristãos.

Enquanto a notícia dessas discórdias, levadas ao Oriente, espalhava a alegria entre os infiéis, os infelizes habitantes da Palestina entregavam-se ao desespêro, sabendo das perturbações do Ocidente e tantos acontecimentos deploráveis que retardavam os preparativos da Cruzada. Vários mensageiros dos cristãos de além-mar intercederam perante o sumo pontífice em favor de um príncipe do qual esperavam poderosos auxílios. O patriarca da Armênia escreveu à côrte de Roma para pedir graças para Frederico;

êle a pedia em nome das colônias cristãs ameaçadas, em nome da cidade de Deus, quase desfeita em ruínas, em nome do sepulcro de Jesus Cristo, profanado pela presença e pelos ferros dos bárbaros. O papa não respondeu ao patriarca dos armênios e parecendo ter esquecido Jerusalém, o Santo Sepulcro e os cristãos da Síria, só tinha um único pensamento: fazer guerra a Frederico. Inocêncio perseguiu seu temível inimigo até ao Oriente. Êle convidou o Rei de Chipre a se apoderar do reino de Jerusalém, que pertencia a Frederico; e dirigindo-se depois ao sultão do Cairo exortou o príncipe muçulmano a romper a aliança com o Imperador da Alemanha. O sultão do Cairo recebeu sem dúvida com muita alegria e surprêsa essa mensagem que lhe dava a entender as dissensões entre os príncipes cristãos. Respondeu ao papa com palavras acres, cheias de desprêzo; mais se insistia para que êle fôsse infiel aos tratados com Frederico, mais êle queria mostrar uma fidelidade, da qual esperava tirar vantagem contra a Igreja cristã.

1247. Foi então que o Imperador da Alemanha, levado ao desespêro, justificou de algum modo, por seu proceder, os mais violentos processos da côrte de Roma. Não podia perdoar a Luís IX ter ficado neutro na questão que perturbava tôda a cristandade e, se acreditarmos no historiador árabe Yafey, êle mandou secretamente um embaixador à Ásia para

avisar as potências muçulmanas da expedição de Luís, Rei da França. Deixando em seguida o tom de submissão para com o papa, resolveu então empregar sòmente a fôrça e a violência. Tomou a deliberação de marchar contra Lião com um exército. A França e a Itália agitaram-se durante alguns dias com a notícia dos seus preparativos e ameaças.

Nessa luta deplorável, Inocêncio estava persuadido de que defendia a glória da Igreja e essa persuasão dava ao seu caráter pessoal uma energia de que a história dos príncipes oferece poucos exemplos: vencido, não se deixava abater pelos reveses; vencedor, não se deixava jamais vencer pelos rogos. O imperador que tinha de lutar contra as opiniões dominantes, de que não podia inteiramente livrar-se a si mesmo, hesitava contìnuamente entre o abatimento e a presunção, entre a esperança e o temor; os castigos da Santa Sé pesavam sempre sôbre sua cabeça; as maldições de Roma feriam tôdas as cidades, tôdas as províncias que lhe ficaram sujeitas e a fidelidade dos povos se cansava de ter que defender uma causa que os separava de algum modo da comunhão dos fiéis cristãos. Frederico via assim todos os dias aumentar a fôrça e o número de seus inimigos; reveses suportados na Itália e na Alemanha faziam-no temer que a fortuna abandonasse suas armas. Depois de ter ameaçado o soberano pontífice, o infeliz príncipe recaiu em seus primeiros temores e as mais humildes orações e rogos custaram pouco à sua alma conster-

nada; mas, eram tais o caráter de Inocêncio e a confiança do pontífice no triunfo de sua causa, que êle temia menos as hostilidades e os transportes de Frederico do que seus protestos de submissão e de arrependimento: os rogos do imperador, as súplicas dos príncipes e dos povos por uma potência que êle queria abater importunavam Inocêncio; elas acusavam aos olhos da cristandade a obstinação de suas recusas e sòmente o embaraçavam na execução de seus intentos; mais Frederico implorava sua compaixão e se humilhava diante dêle, mais êle julgava chegar ao têrmo de sua emprêsa e a esperança de terminar com a ruína de seu inimigo tornava-o implacável.

A maior fôrça do soberano pontífice para combater seu temível adversário estava no poder de suas palavras e no antigo ascendente da Igreja sôbre o espírito dos povos. Mas os meios que êle empregava, enfraqueceram a influência moral da côrte de Roma e fizeram nascer, por fim, o espírito de oposição entre as nações cristãs. Colônia, Ratisbona e várias outras cidades da Alemanha se revoltaram contra as determinações da Santa Sé. Vários habitantes da Suábia não quiseram reconhecer a autoridade do chefe da Igreja e o fanatismo da heresia uniu-se ao furor da guerra civil. A Inglaterra, da qual o papa tinha rejeitado os rogos no concílio de Lião e que *uma dominação estrangeira arruinava, começou a falar e a se queixar, como a burra de Balaam, oprimida pelas pancadas.* Em várias assembléias realizadas em

Londres, na presença de Henrique III, os barões e os prelados ergueram-se com veemência contra os *italianos,* cujos privilégios eram enormes e que retiravam do reino somas mais consideráveis do que as retiradas em nome da coroa. Ao mesmo tempo, os comissários da Santa Sé arruinavam as províncias da França: percorriam as cidades e os campos, faziam vender os móveis dos párocos e dos capelães dos senhores; pediam às fábricas das igrejas e às comunidades religiosas, ora a vigésima parte para a Cruzada de Constantinopla, ora a décima para a da Palestina, ora enfim uma contribuição para sustentar a guerra contra o imperador. De todos os lados vivas reclamações se fizeram ouvir; Luís IX foi por fim obrigado a proibir aos comissários do papa que recolhessem impostos no reino e continuassem sua pregação.

Frederico não tinha deixado de fazer ouvir suas queixas nos conselhos dos monarcas, contra o papa e contra o clero, que não tolerava, dizia êle, — *que o Jordão corresse para outros, que não para êles.* O imperador não se havia dirigido sòmente aos príncipes, mas também aos senhores e aos barões de todos os reinos; êle não poupava em suas cartas nem os cardeais, nem os bispos, que as esmolas, os dízimos e o respeito da nobreza e do povo, tinham tornado onipotentes; êle lembrava aquêles tempos da Igreja primitiva, quando os ministros de Jesus Cristo causavam admiração ao mundo por seus milagres e não por suas riquezas: submetiam os povos e os reis, não

pelas armas, mas pela santidade de sua vida. Estas palavras causaram tão grande impressão no espírito da nobreza da França, que vários senhores, como os condes de Borgonha e de Blois, os condes de Angoulême e de S. Paulo, se puseram à frente de uma liga formada contra o poder eclesiástico. Essa tentativa da nobreza despertou a solicitude do soberano pontífice, que ameaçou excomungar os senhores franceses e privar suas famílias dos benefícios da Igreja. Inocêncio foi sem dúvida secundado nessa circunstância pela sabedoria conciliante de Luiz IX. Vários dos senhores, que tinham jurado armar-se contra o papa e o clero, comprometeram-se a seguir o rei da França ao Oriente e todo o entusiasmo dessa liga ameaçadora, passou para o movimento geral da cruzada.

No entretanto, Luís IX ocupava-se incessantemente com os preparativos de sua partida. Como não se conhecia outro caminho que o do mar, para se ir ao Oriente, e o reino da França não tinha pôrto no Mediterrâneo, São Luís adquiriu o território de Aigues-Mortes, na Provença: o pôrto, impedido pela areia, foi reformado. Construiu-se à margem uma cidade bastante grande para conter a multidão dos peregrinos. Luís ocupou-se ao mesmo tempo em prover o seu exército e mandou preparar armazéns na ilha de Chipre, onde devia desembarcar. Thibaut, conde de Bar e o senhor de Beaujeu mandados à Itália, encontraram tudo o que era necessário para

abastecer o exército, quer na república de Veneza, quer nas ricas províncias da Apulha e da Sicília, onde as ordens e as recomendações do imperador Frederico os haviam precedido.

A notícia dêsses preparativos havia chegado até a Síria; os autores do tempo narram que as potências muçulmanas foram tomadas de terror e só se ocuparam então em fortificar suas cidades e suas fronteiras contra a próxima invasão dos francos. Os boatos populares que então circularam e que a história nos conservou, acusaram os muçulmanos de ter usado meios pérfidos e odiosos estratagemas para se vingar dos povos cristãos e fazer fracassar suas emprêsas. Anunciou-se que a vida de Luís IX era ameaçada pelos emissários do Velho da Montanha; repetia-se nas cidades e o povo não deixava de acreditar, que a pimenta que vinha do Oriente estava envenenada; Mateus Páris, o historiador grave, não tem receio de afirmar que um grande número de pessoas morreu por êsse motivo, antes que o horrível crime tivesse sido descoberto. Podemos crer que a política do tempo inventava ela mesma essas fábulas grosseiras, para tornar mais odiosos os inimigos que se iam combater e para que a indignação viesse inflamar a coragem dos guerreiros. E' também natural pensarmos, que tais notícias tinham sua origem na ignorância do povo e que eram acreditadas, pela opinião que se fazia então dos costumes e do caráter das nações infiéis.

Três anos se haviam passado desde que o rei da França havia tomado a cruz. Êle convocou em Paris um novo parlamento, no qual, por fim, fixou a partida da santa expedição, para o mês de junho do ano seguinte. Os barões e os prelados renovaram com êle a promessa de combater os infiéis e comprometeram-se a partir na data marcada, sob pena de incorrer em censuras eclesiásticas. Luís aproveitou do momento em que os grandes do reino estavam reunidos em nome da religião, para exigir que êles prestassem juramento de fé e de homenagem aos seus filhos e para fazê-los jurar (são palavras de Joinville) — *que lealdade prestariam à sua família, se alguma coisa má acontecesse à sua pessoa na santa viagem para além-mar.*

1248. Foi então que o papa dirigiu à nobreza e ao povo da França uma carta datada de Lião, na qual cantava em têrmos solenes a bravura guerreira da nação francesa e as virtudes de seu piedoso monarca. O soberano pontífice dava sua bênção aos cruzados franceses e ameaçava com os castigos da Igreja todos os que, depois de ter feito o voto da peregrinação, adiassem a partida. Luís IX, que, sem dúvida havia provocado essa advertência do papa, via tôda a nobreza do reino acorrer às suas bandeiras; vários senhores dos quais êle tinha reprimido a ambição, eram os primeiros a dar o exemplo no temor de despertar antigas desconfianças e de incorrer em

novas desgraças; outros, levados pelo espírito habitual das côrtes, declaravam-se com ardor campeões da cruz, com a esperança de obter não as recompensas do céu, mas as da terra. O caráter de Luís IX inspirava grande confiança a todos os guerreiros cristãos. Se até então, diziam êles, Deus havia permitido que as santas expedições fôssem apenas uma longa seqüência de reveses e de calamidades, era que a imprudência dos chefes tinha comprometido a salvação dos exércitos cristãos, era que a discórdia e a licença dos costumes tinham reinado por muito tempo entre os defensores da cruz; mas, que desgraças se poderiam temer sob um príncipe ao qual o céu parecia ter inspirado sua própria sabedoria, sob um príncipe que, por sua firmeza, acabava de sufocar tôda espécie de divisão em seu reino e que devia bem depressa dar ao Oriente o exemplo de tôdas as virtudes?

Vários senhores da Inglaterra, entre os quais estavam os condes de Salisbury e de Leicester, resolveram acompanhar o rei da França e compartilhar com êle dos perigos e dos trabalhos da cruzada; o conde de Salisbury, neto da bela Rosamunda, cujos feitos fizeram-no apelidar de *Longue Épée* (Espada Longa) acabava de ser despojado de todos os seus bens por Henrique III. Para se pôr em condições de fazer os preparativos necessários à sua viagem, êle dirigiu-se ao Papa e lhe disse: "Miserável como eu sou, acabo de me devotar à peregrinação à Terra

Santa. Se o príncipe Ricardo, irmão do rei da Inglaterra, obteve, sem tomar a cruz, o privilégio de receber um direito sôbre os que a querem deixar, eu julgo que eu poderia obter também essa graça, eu que não tenho outros recursos que a caridade dos fiéis." Estas palavras, que nos mostram um fato assaz interessante, fizeram o soberano pontífice sorrir; o conde de Salisbury obteve a graça que pedia, e julgou-se então com o dever de partir para o Oriente. O conde de Leicester renunciou à peregrinação.

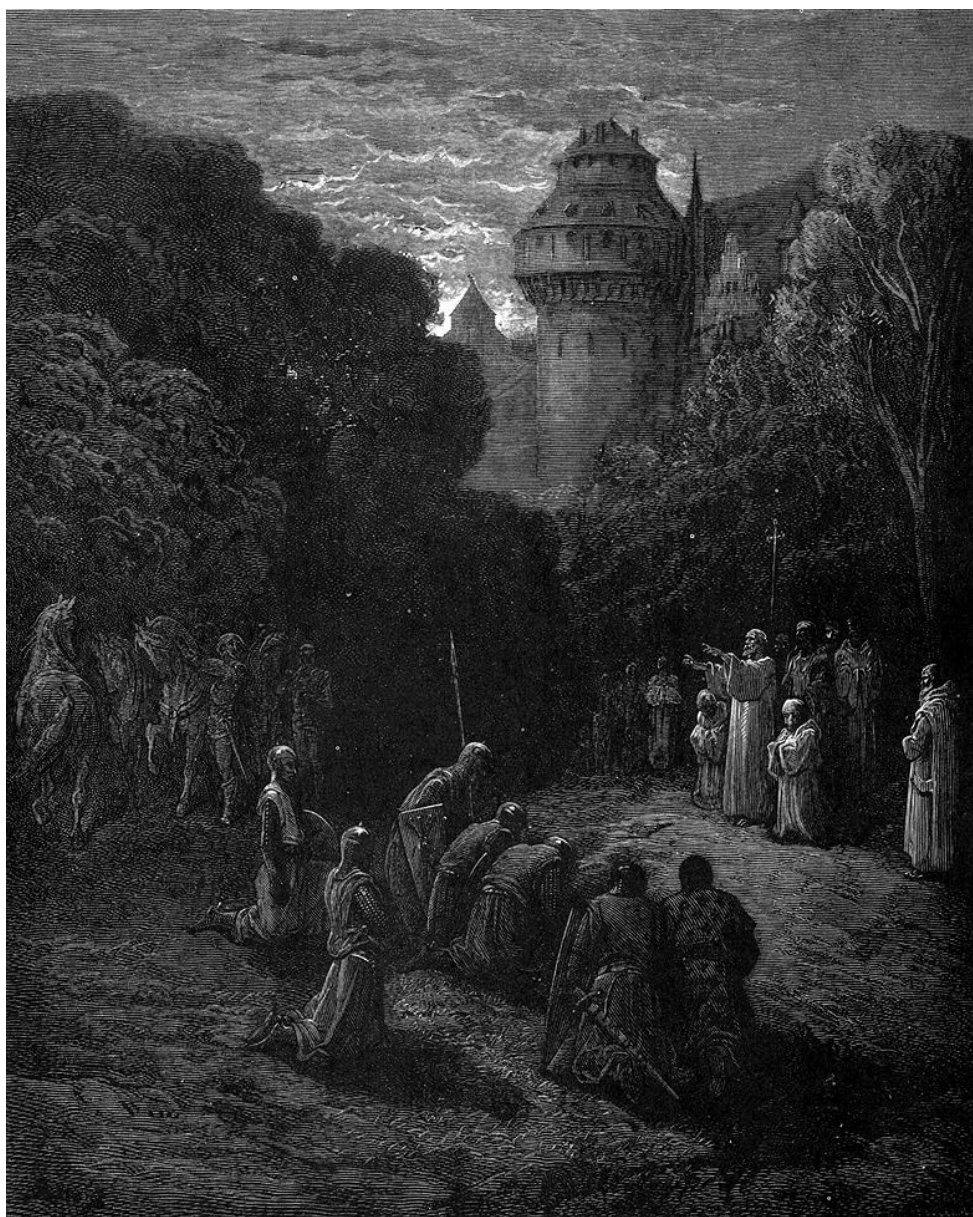
As pregações da guerra santa, que tinham ficado sem efeito na Itália e na Alemanha, obtiveram algum êxito nas províncias da Frísia e da Holanda e em alguns reinos no Norte. Hacon, cujas pretensões o papa acabava de apoiar, quanto ao trono da Noruega, tomou então a cruz de além-mar, e prometeu partir para o Oriente. Lembramos que os noruegueses se haviam por várias vêzes distinguido nas cruzadas. Depois de ter feito os preparativos para a expedição, Hacon escreveu a Luís IX para comunicar-lhe sua próxima partida. Pedia-lhe a permissão para desembarcar nas costas da França e de aí obter os víveres necessários para a subsistência do seu exército. Luís, com uma resposta afetuosa, ofereceu ao príncipe norueguês, compartilhar com êle do comando da cruzada. Mateus Páris, que foi encarregado de levar a mensagem a Luís IX, nos diz na sua história que o rei da Noruega não aceitou a generosa oferta do rei da França, persuadido,

dizia êle, de que a harmonia não poderia subsistir por muito tempo entre os noruegueses e os franceses: os primeiros, de um caráter impetuoso, inquieto e invejoso; os outros, cheios de altivez e de orgulho.

Hacon, depois desta resposta, não pensou mais em embarcar e ficou em seu reino, sem que a história tenha podido saber dos motivos do seu procedimento. Devemos crer que a exemplo de vários outros monarcas cristãos, êsse príncipe se tinha servido da cruzada para esconder intenções políticas: recolhendo o têrço das rendas do clero, êle tinha ajuntado tesouros que poderia empregar na consolidação do seu poder; o exército que acabava de recrutar em nome de Jesus Cristo podia servir à sua ambição, na Europa, muito mais ùtilmente do que nas planícies da Ásia. O papa, do qual êle tinha recebido o título de rei, exortou-o a princípio a tomar o distintivo dos cruzados: tudo nos leva a pensar que êle o aconselhou ou pelo menos que lhe permitiu depois, ficar no Ocidente, quando teve a esperança de nêle suscitar um rival ou um inimigo a mais, contra o imperador da Alemanha.

Como quer que seja, é certo que o soberano pontífice, a braços com as grandes dificuldades em que se havia metido, obrigado a sustentar um imperador de sua escolha, que não tinha nem dinheiro, nem soldados, e, não tendo êle também, nem dinheiro nem exércitos para defender sua causa, em perigo, devia tomar então apenas um pequeno interêsse, na liber-

tação de Jerusalém. Podemos assim julgar, pela facilidade com que êle dispensava dos votos a todos os que haviam jurado combater contra os infiéis; chegou mesmo a proibir aos cruzados da Holanda e da região de Liège, embarcar para o Oriente; em vão Luís IX fêz-lhe, a êsse respeito, vivas observações; Inocêncio não o escutou; na paixão que o animava, êle encontrou muitas vantagens em conceder dispensas da viagem à Síria, pois, de um lado, essas dispensas que eram feitas a pêso de ouro, contribuiam para encher seu tesouro, e, por outro, deixava soldados na Europa, com os quais êle podia contar contra os inimigos da côrte de Roma.

Assim a França era o único país onde todos se ocupavam sèriamente da cruzada. A piedade e o zêlo de Luís IX reanimaram a todos os que a indiferença do papa tinha arrefecido; e o amor dos franceses por seu rei, substituindo o entusiasmo religioso, foi bastante para aplainar tôdas as dificuldades. As cidades das quais o monarca tinha protegido as liberdades, apressaram-se em lhe mandar somas consideráveis. Os proprietários nos domínios reais, que então eram muito extensos, adiantaram-lhe a renda de um ano. Os ricos taxavam-se a si mesmos e davam o fruto de suas economias aos cofres do rei; a pobreza levava seu óbolo aos cofres das Igrejas; além disso, não se fazia então em todo o reino um testamento que não encerrasse algum legado para as despesas da santa expedição. O clero não se con-

A bênção.

tentou em dirigir ao céu suas orações pela cruzada, mas pagou o décimo de suas rendas, para a manutenção dos soldados da cruz.

Os barões, os senhores e os príncipes, que faziam a guerra às suas custas, impunham tributos aos seus vassalos e encontravam, como o rei da França, nas rendas de seus domínios e na piedosa generosidade das aldeias e das cidades, o dinheiro necessário para prover às despesas de sua viagem. Vários, como nas cruzadas precedentes, alienavam suas terras, vendiam os móveis, arruinavam-se para prover à manutenção dos soldados e dos cavaleiros; esqueciam-se de suas famílias, esqueciam-se de si mesmos, nos tristes preparativos para a partida e não pareciam pensar na volta. Muitos preparavam-se para a viagem de além-mar, como se se preparassem para o exílio ou para a morte. Os mais piedosos dos cruzados, como se partissem para o Oriente, apenas para lá ter seu túmulo, cuidavam principalmente em comparecer diante de Deus, em estado de graça; expiavam seus pecados com a penitência; perdoavam as ofensas, reparavam o mal que tinham feito, dispunham de seus bens, davam-nos aos pobres ou dividiam-nos entre seus herdeiros naturais.

Essa disposição dos espíritos redundava tôda em benefício da humanidade e da justiça; ela dava aos homens de bem sentimentos generosos; aos maus, remorsos, que se pareciam com a virtude. No meio das guerras civis e da anarquia feudal, uma multidão

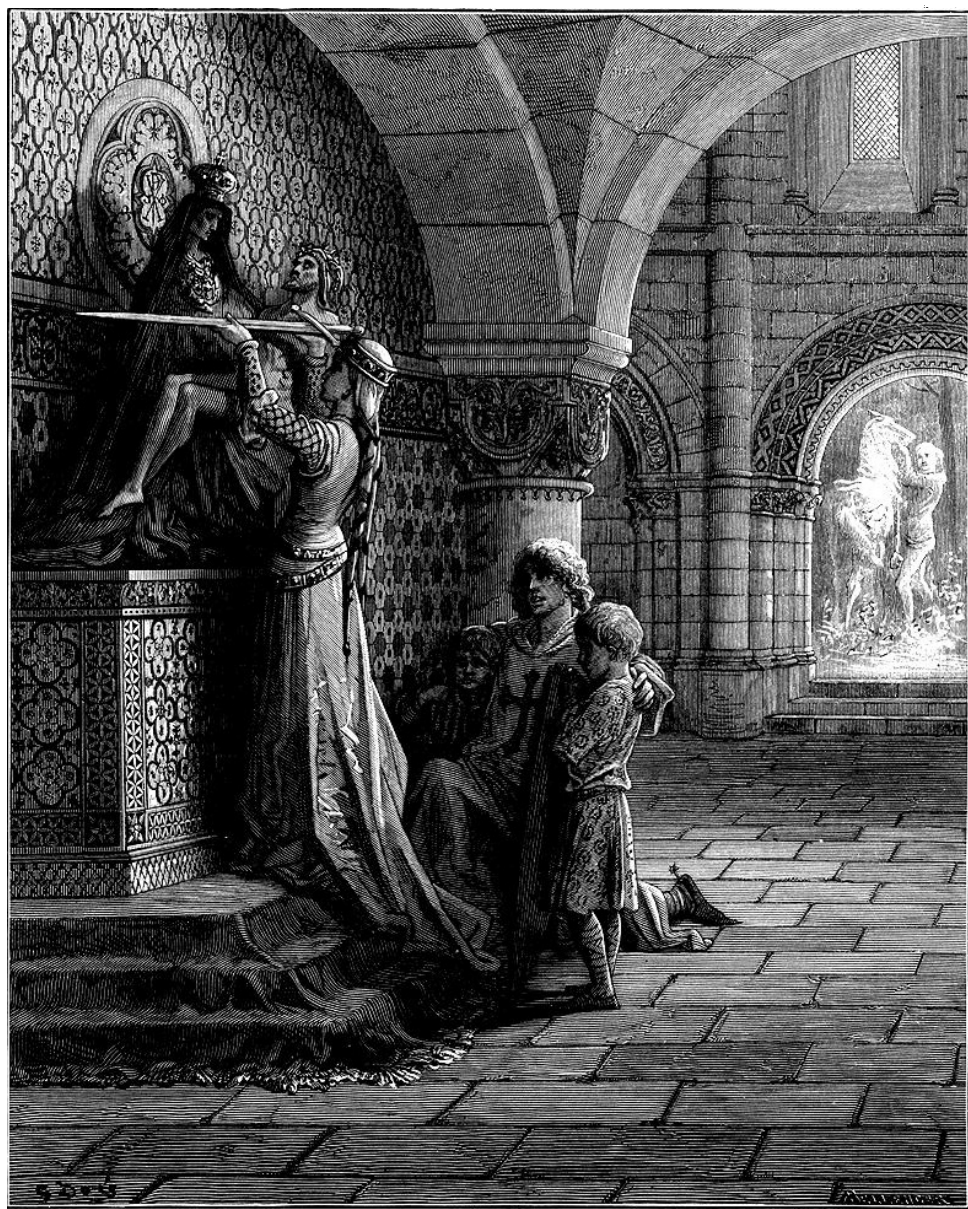
de homens se havia enriquecido com a concussão, a rapina e o roubo; a religião inspirou-lhes então um salutar arrependimento e êsse tempo de penitência foi assinalado por um grande número de restituições, que fizeram esquecer um momento, os triunfos da iniqüidade. O famoso conde da Marca deu o exemplo; suas tramas, suas revoltas, seus injustos empreendimentos, tinham por muitas vêzes perturbado o reino e arruinado um grande número de famílias: êle quis expiar suas faltas e, para aplacar a justa cólera de Deus, ordenou por testamento que se restituíssem todos os bens que êle houvesse adquirido pela injustiça e pela violência. O senhor de Joinville, nos diz singelamente na sua História, que sua consciência não lhe fazia nenhuma censura grave, mas que no entretanto seus vassalos e seus vizinhos propunham-lhe a reparação dos erros que pudessem ter cometido, para com êle, sem o saber. "Isso eu fazia, êle acrescenta, porque eu não queria levar uma só moeda mal adquirida e aconteceu, que eu aluguei aos meus amigos uma grande extensão de minhas terras, de modo que me restavam mil e duzentas libras de renda; mas minha mãe, vivia ainda, a qual tinha muitas das minhas coisas, como doação."

Nesses dias consagrados ao arrependimento, fundavam-se mosteiros, davam-se tesouros para as igrejas; o meio mais seguro, dizia Luís IX, de não perecer como os ímpios, é amar e enriquecer o lugar onde está a glória do Senhor. A piedade dos cru-

zados não esquecia os pobres e os enfermos: suas numerosas ofertas dotavam os claustros, asilos de miséria e de inválidos, destinados a receber os peregrinos e principalmente os leprosários em tôdas as províncias, moradas lúgubres onde gemiam as vítimas das viagens ao Oriente.

Luís IX distinguiu-se por sua liberalidade para com as igrejas e os mosteiros; mas, o que devia principalmente atrair a bênção do povo foi o cuidado que êle teve de reparar a tôdas as injustiças cometidas na administração do reino. O santo monarca sabia que, se os reis são a imagem de Deus sôbre a terra, é principalmente quando a justiça se assenta com êles sôbre o trono. Repartições de restituição instaladas em todos os domínios, por sua ordem, foram encarregadas de reparar erros que poderiam ter sido cometidos pelos agentes ou locatários do rei. Na maior parte das grandes cidades dois comissários, um eclesiástico, outro leigo, deviam ouvir e julgar as queixas contra seus ministros e contra seus oficiais; nobre exercício da suprema autoridade, que procura, não culpados para castigar, mas desgraças a reparar; que observa as misérias dos pobres, encoraja os fracos e se pronuncia ela mesma no tribunal das leis! Não era suficiente para Luís ter estabelecido determinações para a justiça: sua execução excitava tôda a sua solicitude. Pregadores anunciavam em tôdas as igrejas as intenções do rei e, como se êle devesse ser o responsável diante de Deus de todos os juízos que

se faziam em seu nome, o monarca mandou secretamente santos eclesiásticos e bons religiosos para tomar novas informações e saber, com relações fiéis, se os juízes, que êle julgava homens de bem, não eram também corrompidos. A história dêsses tempos remotos nada tem de mais tocante que o espetáculo dessa justiça, tôda real; tão belo exemplo dado aos príncipes da terra devia atrair as bênçãos do céu sôbre as armas de S. Luís, e, quando se pensa nas deploráveis conseqüências dessa cruzada, nos admiramos, com os cronistas dos velhos tempos de que tantas calamidades tenham sido o prêmio de tão altas virtudes.

No entretanto, os cruzados duplicavam o zêlo e a atividade na preparação da guerra santa. Tôdas as províncias da França pareciam erguer-se em armas; o povo das cidades e dos campos só tinha um pensamento, o da cruzada. Os grandes vassalos reuniam seus cavaleiros e seus soldados; os senhores e os barões visitavam-se ou mandavam-se embaixadores para marcar o dia da partida. Os parentes e amigos comprometiam-se em reunir suas bandeiras e em pôr tudo, em comum, o dinheiro, a glória e os perigos. As práticas de devoção misturavam-se com os preparativos militares. Viam-se guerreiros, deixando a couraça e a espada, caminhar de pés descalços, de camisa, e visitar os mosteiros e as igrejas onde as relíquias dos santos atraíam o concurso dos fiéis. Em tôdas as paróquias faziam-se procissões; todos os cruzados apresenta-

O voto

vam-se aos pés do altar e recebiam das mãos do clero os símbolos da peregrinação. Em tôdas as igrejas dirigiam-se preces a Deus pelo feliz resultado da expedição. Nas famílias, derramavam-se lágrimas à partida. A maior parte dos peregrinos, recebendo o adeus de seus amigos e parentes, parecia sentir mais que nunca o valor de todos os bens que ia deixar. O historiador de S. Luís nos diz que depois de ter visitado Blanchicourt e Santo Urbano, onde estavam santas relíquias, êle *não quis mais voltar seus olhos para Joinville, porque o coração se comovia com o belo castelo que êle deixara e com seus dois filhos*. Os chefes da cruzada levavam consigo tôda a juventude guerreira e deixavam, em tôda parte uma população fraca e desarmada; muitos castelos, fortalezas abandonadas, deviam ruir; muitas terras, deviam-se trocar em desertos, muitas famílias ficar sem arrimo. O povo devia lastimar sem dúvida os senhores cuja autoridade se apoiava sôbre benefícios e que, a exemplo de São Luís, procuravam a verdade e a justiça, protegiam a fraqueza e a inocência, mas havia também dos que se viam partir com alegria, e, mais de uma aldeia, mais de uma cidade, se alegrou por ver sem habitantes os castelos de onde lhes vinham tôdas as misérias da servidão.

Um espetáculo comovedor, era verem-se famílias de operários e de pobres camponeses levar, elas mesmas, seus filhos aos barões e aos cavaleiros e dizer-lhes: — *Vós sereis seus pais, vós*

velareis por êles nos perigos da guerra e do mar. — Os barões e os cavaleiros prometiam reconduzir seus soldados ao Ocidente ou morrer com êles nos combates. A opinião do povo, da nobreza, do clero votava antecipadamente à cólera de Deus, ao desprêzo dos homens, todos os que faltassem a promessa tão sagrada.

Nestes preparativos, a calma e a mais profunda ordem reinavam em todo reino. Em tôdas as cruzadas precedentes, a multidão tinha exercido violências contra os judeus: pela proteção do papa e pela sábia firmeza de S. Luís, os judeus, depositários de imensos tesouros e sempre hábeis em se aproveitar das circunstâncias para enriquecer, foram respeitados, numa nação que êles tinham despojado e que acabava de se arruinar pela guerra santa. Os aventureiros e os vagabundos não eram admitidos sob o estandarte da cruz; a pedido de Luís IX, o papa proibiu a todos os que tinham cometido grandes crimes, tomar as armas pela causa de Jesus Cristo. Essa precaução, que não se havia tido nas primeiras cruzadas, devia garantir a ordem e a disciplina, descuidadas entre as tropas cristãs. Na multidão dos que se apresentavam para ir à Ásia combater os infiéis, recebiam-se principalmente operários e trabalhadores, circunstância notável, que prova claramente que as vistas de uma sábia política se misturavam com os sentimentos da devoção e que ocupando-se de libertar

Jerusalém, tinha-se a esperança de fundar úteis colônias além dos mares.

Na época marcada, Luís IX acompanhado por seus irmãos o duque de Anjou e o conde de Artois, dirigiu-se à abadia de São Dionísio. Depois de ter implorado o auxílio dos apóstolos da França, êle recebeu das mãos do legado o bordão e a sacola e aquela auriflama, que seus predecessores já tinham exibido duas vêzes aos povos do Oriente.

Luís depois, voltou a Paris, onde ouviu missa na Igreja de Notre-Dame. No mesmo dia deixou a capital, para não mais lá voltar, senão ao seu regresso da terra santa. O povo e o clero, debulhado em lágrimas, cantando salmos, acompanharam-no até à abadia de Santo Antônio. Foi aí que êle montou a cavalo para se dirigir a Corbeil, onde devia se reunir à rainha Branca e à rainha Margarida.

O rei reservou ainda dois dias para resolver os assuntos do reino; depois confiou-lhe a regência à sua mãe, cuja firmeza e sabedoria já tinham defendido e salvo a coroa durante as perturbações de sua menoridade. Se alguma coisa podia desculpar Luís IX e justificar sua piedosa obstinação, era isso sem dúvida que êle deixava seus Estados em profunda paz. Êle tinha renovado a trégua feita com o rei da Inglaterra; a Alemanha e a Itália, ocupadas com suas discórdias internas, não podiam dar à França nenhum motivo de apreensão. Luís, depois de ter tomado tôdas as medidas para abafar o espírito de

rebelião, levava para a Terra Santa a maior parte dos grandes que tinha perturbado o reino. O condado de Macon, vendido por dez mil libras tornezas, acabava de ser anexado à coroa; a Normandia escapava ao jugo dos inglêses; os condados de Tolosa e de Provença, pelos casamentos dos condes de Anjou e de Poitiers, entravam no apanágio dos príncipes da família real. Luís IX, depois de ter tomado a cruz, fizera todos os esforços para conservar as novas conquistas da França, para acalmar a murmuração do povo, para tirar todo pretexto de guerra estrangeira e de guerra civil. O espírito de justiça que se notava em tôdas as suas instituições, a lembrança de suas virtudes, que se admiravam ainda mais, na desolação geral causada pela sua partida, a religião que êle tinha feito florescer pelo seu exemplo, eram suficientes para manter a ordem e a paz durante sua ausência.

Depois que Luís passou às mãos de outros a administração do reino, entregou-se todo aos exercícios de piedade e via-se apenas nêle o mais modesto dos cristãos. O hábito, os atributos dos peregrinos eram então todo ornamento de um poderoso monarca. Não vestiu mais panos ricos, nem adornos de valor; suas mesmas armas e os arreios de seu cavalo, só brilhavam pelo lustro natural do ferro polido e do aço. Seu exemplo teve tanta fôrça, diz Joinville, — *que na viagem de além-mar não se viu uma só malha recamada de ouro, nem a do rei nem a dos outros.* — Reformando a suntuosidade de sua equipagem e de

seus hábitos, Luís IX fazia distribuir aos pobres o dinheiro que êle costumava empregar para aquêle uso. Assim, a magnificência real só se mostrava nas obras de caridade.

A Rainha Branca acompanhou-o até Cluny; a princesa estava persuadida de que não tornaria mais a ver seu filho, a não ser no céu; não pôde separar-se dêle sem derramar torrentes de lágrimas. Em sua passagem por Lião, Luís visitou o papa e rogou-lhe, pela última vez, que escutasse favoràvelmente a Frederico, que os reveses tinham-no humilhado e que êle pedia graça. Depois de ter mostrado os grandes interêsses da cruzada, depois de ter falado em nome dos numerosos peregrinos, que abandonavam tudo pela causa de Jesus Cristo, a alma piedosa do rei admirou-se por encontrar ainda o pontífice, inexorável. Então, só pensou em continuar, sua viagem. Inocêncio prometeu proteger-lhe o reino, contra o herético Frederico, contra o rei da Inglaterra, que êle chamava ainda de seu vassalo! Êle via partir sem tristeza um monarca estimado, cujas súplicas êle temia, como importunas, e cujos avisos eram cheios de moderação. De resto, o soberano pontífice não teve dificuldade em manter a promessa que tinha feito de defender a independência e a paz do reino; as perturbações mesmas que nos outros territórios a política da côrte de Roma excitava, foram causa de que a França não fôsse ameaçada, durante a cruzada.

A frota que esperava Luís em Aigues-Mortes, era composta de cento e vinte e oito navios, sem se contarem os barcos que deviam transportar os cavalos e os víveres. O rei embarcou, seguido por seus dois irmãos; Carlos, duque de Anjou e Roberto, conde de Artois, e pela rainha Margarida, que não temia menos ficar com a rainha Branca, do que viver longe de seu espôso. Afonso, conde de Poitiers adiou sua partida para o ano seguinte e voltou a Paris, para ajudar a regente com seus conselhos e com sua autoridade. Quando todo o exército dos cruzados embarcou, deram o sinal da partida; os navegantes, segundo o uso nas viagens marítimas, cantaram em côro o *Veni Creator*, e a frota soltou as velas.

A França não tinha então marinha. Os marujos e os pilotos eram quase todos catalães ou italianos; dois genoveses faziam as funções de comandantes. A maior parte dos barões ou dos cavaleiros, jamais havia visto o mar; tudo o que se lhes deparava, enchia-os de surprêsa e de temor; êles invocavam todos os santos do Paraíso e recomendavam a alma a Deus. O bom Joinville não dissimulava seus temores e não podia deixar de dizer que bem — *louco era aquêle que tendo algum pecado na alma, se punha em tal perigo, pois, vai-se dormir à noite, e não se sabe, se no dia seguinte, pela manhã, não se estará no fundo do mar.*

Partida de Aigues-Mortes

Luís IX, tendo embarcado em Aigues-Mortes, a 25 de agôsto, chegou a Chipre a 21 de setembro. Henrique, neto de Guy de Lusignan, que obtivera o reino de Chipre, na terceira cruzada, recebeu o rei da França em Limisso, e levou-o à sua capital de Nicósia, no meio das aclamações do povo, da nobreza e do clero.

Pouco tempo depois da chegada dos cruzados, determinou-se num conselho que as armas dos cristãos seriam primeiro dirigidas contra o Egito. Os reveses experimentados nas guerras precedentes nas margens do Nilo, não assustaram o rei da França e os barões; é provável mesmo que Luís IX, antes de deixar seu reino já tinha tomado a deliberação de levar a guerra a uma região onde os muçulmanos hauriam suas riquezas e sua fôrça. O rei de Chipre, que acabava de receber do papa o título de rei de Jerusalém, aplaudia tanto mais essa determinação, quanto lhe dava a esperança de ficar livre do mais formidável dos vizinhos e do mais cruel dos inimigos das colônias cristãs da Síria. O príncipe fazia então pregar uma cruzada em seu reino, para se pôr em condições de acompanhar os cruzados franceses e de se associar ùtilmente às suas conquistas. Propôs ao rei da França e aos barões esperar, para continuar a expedição, que êle tivesse terminado seus preparativos: "Os senhores e os prelados de Chipre, diz Guilherme de Nangis, todos tomaram a cruz, compareceram à presença do rei Luís e disseram-lhe que

iriam com êle por tôda a parte, aonde êle os quisesse guiar, depois que o inverno tivesse passado." Como Luís IX e os principais senhores franceses se mostrassem pouco dispostos a retardar a marcha, os protestos de amizade, as demonstrações de afeto, os rogos, tudo foi empregado, para contê-los. Eram festas e demonstrações de regozijo todos os dias, festas em que a nobreza e os grandes do reino exibiam a magnificência das côrtes do Oriente. O aspecto encantador da ilha, um país fértil em tôda espécie de produtos e principalmente, o vinho de Chipre, que Salomão se dignara celebrar, secundaram poderosamente as instâncias e as seduções da côrte de Nicósia. Ficou determinado que o exército cristão só partiria na primavera seguinte.

Não tardaram a perceber o êrro cometido. Na abundância excessiva que reinava no acampamento, os cruzados se entregaram à intemperança. Numa região onde as fábulas pagãs tinham colocado os altares da volúpia, a virtude dos peregrinos devia ficar exposta todos os dias a novas provações. Uma longa ociosidade afrouxou a disciplina do exército, e, para cúmulo de desgraça, uma doença pestífera fêz grandes devastações entre os defensores da cruz. Nessa calamidade, os peregrinos tiveram que deplorar a morte de mais de duzentos e cinqüenta cavaleiros. As crônicas contemporâneas citam, entre os senhores e os prelados que sucumbiram, os condes de Dreux, de Vendôme, Roberto, Bispo de Beauvais, o bravo Guilherme de

Barres; lastimou-se ainda o último da raça dos Archambaud de Bourbon, cujo condado tornou-se em seguida herança dos filhos de S. Luís e deu à família real da França um nome que ela deveria tornar ilustre para sempre em seus anais.

Um grande número de barões e de cavaleiros não tinha dinheiro para manter seus soldados: Luís IX abriu-lhes seu tesouro; o senhor de Joinville ao qual não sobravam mais que *sessenta libras tornezas de ouro,* recebeu do monarca oitocentas libras, soma então, considerável. Muitos senhores queixavam-se de ter vendido suas terras e de se terem arruinado para seguir o rei e a cruzada. A liberalidade de Luís não era suficiente para acalmar a tôdas as queixas. A maior parte dos que *tinham bandeiras* não podia mais suportar a inatividade e ardiam no desejo de partir para as costas da Síria e do Egito, esperando fazer os muçulmanos pagar tôdas as despesas da guerra. Luís teve muita tristeza em detê-los; os historiadores estão de acôrdo em dizer que só lhe obedeciam *pela metade;* também teve êle muitas vêzes que mostrar mais paciência e doçura evangélica, do que autoridade; e, se êle conseguiu acalmar tôdas as discórdias, sufocar tôdas as murmurações, fê-lo menos pelo ascendente do poder, do que pelo da virtude.

Divergências havia entre o clero grego e o clero latino, na ilha de Chipre. Luís IX chegou a extingui-las. Os Templários e os Hospitalários tinham-no

tomado como juiz nas suas questões, que sempre renasciam; êle os fêz jurar que fariam as pazes e só teriam como inimigo, os inimigos de Jesus Cristo. Os genoveses e os pisanos que moravam em Tolemaida, haviam tido longas divergências; os dois partidos estavam sempre de armas na mão e nada podia conter o furor e o escândalo de uma guerra civil, numa cidade cristã: a sábia mediação de Luís restabeleceu a paz. Aithon, rei da Armênia e Bohémond, príncipe de Antioquia e de Trípoli, inimigos implacáveis, mandaram, um e outro, embaixadores ao rei da França, que os fêz concluir uma trégua. Assim Luís IX aparecia no meio dos povos do Oriente, como um anjo de paz e de concórdia.

Nessa época, o território de Antíoquia era devastado pelos bandos errantes dos turcomanos; Luís mandou a Bohémond seiscentos arbalesteiros. Aithon acabava de fazer aliança com os tártaros e se dispunha a invadir os Estados do sultão de Icônio, na Ásia Menor. Como o príncipe armênio tinha no Oriente uma grande fama de bravura e de habilidade, vários cavaleiros franceses, impacientes por mostrar seu valor, partiram de Chipre, para ir combater sob suas bandeiras e partilhar do fruto de suas vitórias. Joinville, depois de ter falado de sua partida, não diz nada de seus feitos e dá a conhecer seu infeliz destino, com estas únicas palavras: — *nunca mais nenhum dêles voltou...*

As notícias corriam por todo o Oriente, da chegada de Luís IX e essa notícia produziu uma viva sensação entre os muçulmanos e cristãos. Uma predição em que todos acreditavam nas regiões mais afastadas e que os missionários encontraram então espalhada até na Pérsia, anunciava que o rei dos francos devia logo dispersar todos os infiéis e libertar a Ásia do culto e dos sacrilégios de Maomé. Acreditou-se então que o momento havia chegado de que essa predição se realizasse. Uma multidão de cristãos acorreu da Síria, do Egito e de todos os países do Oriente, para saudar aquêle que Deus tinha encarregado de realizar as suas divinas promessas.

Foi nessa época que Luís recebeu uma embaixada, que suscitou em alto grau, a curiosidade e a atenção dos cruzados e cuja narração maravilhosa ocupa uma mui grande parte das crônicas da Idade Média. A embaixada vinha da parte de um príncipe tártaro, de nome Écalthai, o qual dizia ter-se convertido à fé cristã e mostrar o zêlo mais ardente pelo triunfo do Evangelho. O chefe da embaixada, chamado Davi, entregou ao rei uma carta cheia de sentimentos expressos com tal exagêro, que os deveria tornar suspeitos; dizia-lhe que o grão-cã da Tartária havia recebido o batismo, fazia três anos e estava pronto a ajudar com tôdas as suas posses a expedição dos cruzados franceses. A notícia dessa embaixada espalhou-se logo pelo exército. Só se falava então do socorro prometido pelo grão-cã ou imperador dos

tártaros; os chefes e os soldados corriam para ver os enviados do príncipe Écalthai, que êles consideravam — *como um dos primeiros barões da Tartária.*

O rei da França interrogou várias vêzes os deputados sôbre sua viagem, seu país, o caráter e as disposições do seu soberano; como tudo o que êle ouvia vinha de encontro aos seus mais caros pensamentos, não teve nenhuma desconfiança e não vislumbrou impostura em suas respostas. Os embaixadores tártaros foram recebidos em sua côrte, admitidos à sua mesa; êle levou, êle mesmo, aos ofícios divinos na metrópole de Nicósia, onde todo o povo ficou edificado com sua devoção.

À sua partida, o rei da França e o legado do papa entregaram-lhes várias cartas para o príncipe Écatahai e o grão-cã dos tártaros. Junto com as cartas foram enviados magníficos presentes, entre os quais notava-se uma tenda de escarlate, onde Luís tinha feito *entalhar a cena da anunciação do Anjo à Virgem Maria, Mãe de Deus, com todos os outros pontos de fé.* O rei escreveu à Rainha Branca, o legado ao soberano pontífice, para lhes anunciar a embaixada extraordinária vinda das regiões mais longínquas do Oriente. A feliz notícia de uma aliança com os tártaros, que se considerava então como o povo mais temível de tôdas as nações, espalhou a alegria entre os povos do Ocidente e deu as maiores esperanças do bom êxito da cruzada.

Missionários enviados então para a Tartária, por Luís IX afirmaram, em sua viagem, que a conversão de grão-cã era uma fábula. Os embaixadores mongóis tinham dito em suas entrevistas várias outras imposturas, o que deu lugar a que alguns sábios modernos, pensassem que aquela grande embaixada era apenas um grande embuste, do qual eram autores alguns monges armênios. Como quer que seja, não se pode duvidar de que os mongóis, que faziam guerra aos muçulmanos, não tivessem algum interêsse em se aproximar dos cristãos e não fôssem levados então, a considerar os francos, como úteis auxiliares.

Outro espetáculo, menos interessante, mas, mais tocante, ofereceu-se ao mesmo tempo aos olhos dos cruzados: foi a chegada de Maria, mulher de Balduino, que vinha pedir auxílio a S. Luís IX. Joinville, que foi receber Maria em Pafos e a levou a Nicósia, nos diz que havia apenas ficado à imperatriz do Oriente, — *uma capa com que ela se cobria e um sobretudo para mudar.* — A vista de tão grande miséria, teria podido ser uma lição a todos os príncipes e a todos os barões que iam conquistar impérios na Ásia. Joinville deu uma veste à soberana de Bizâncio; duzentos cavaleiros prometeram ir de volta da cruzada, defender as ruínas de um império fundado por soldados da cruz: na sua generosa compaixão pelos ilustres infelizes êles não pensavam na sorte que os esperava, a êles mesmos, naquela guerra santa.

No entretanto, o inverno chegava ao fim; aproximava-se a época marcada para a partida dos cruzados franceses. O rei da França mandara construir uma grande quantidade de barcos chatos, próprios para facilitar o desembarque do exército cristão nas costas do Egito. Como a frota genovesa, na qual os franceses haviam embarcado em Aigues-Mortes, tinha deixado Limisso, puseram-se a reunir de tôdas as partes, navios para transportar o exército e abundantes provisões, recolhidas na Ilha de Chipre. Luís IX dirigiu-se aos genoveses e aos venezianos que moravam nas costas da Síria, os quais, com grande escândalo dos cavaleiros e dos barões, mostraram nessa circunstância mais ambição do que devoção e cobraram um preço excessivo, pelo serviço que lhes era pedido, em nome de Jesus Cristo.

Foi então que S. Luís recebeu notícias do imperador da Alemanha, sempre perseguido pelos castigos de Roma; êsse príncipe mandava víveres aos cruzados e mostrava-se aflito em suas cartas, por não poder partilhar dos perigos da guerra santa. O rei da França agradeceu a Frederico e lastimou a obstinação do papa, que privava os defensores da cruz de um tão poderoso auxiliar.

Os preparativos para a partida continuavam sempre com grande atividade. Chegavam todos os dias novos cruzados, que vinham dos portos do Ocidente ou que tinham passado o inverno nas ilhas do Arquipélago e nas costas da Grécia. Tôda a

nobreza de Chipre tinha tomado a cruz e se dispunha a combater os infiéis. A maior harmonia reinava entre as duas nações: nas igrejas gregas como nas igrejas latinas, dirigiam-se preces ao céu pelo bom êxito das armas cristãs. Entre os cruzados só se falava das maravilhas do Oriente e das riquezas do Egito, que êles iam conquistar.

Enquanto o entusiasmo e a alegria explodiam assim de todos os lados, entre os guerreiros cristãos, os grão-senhores de S. João e do Templo escreveram a Luís IX, para consultá-lo sôbre a possibilidade de negociações com o sultão do Cairo. Os chefes dessas duas Ordens desejavam ardentemente quebrar os ferros de seus cavaleiros retidos ainda em cativeiro desde a derrota de Gaza; êles não compartilhavam, além disso da cega confiança dos cruzados, na vitória. A experiência dos outros cruzados lhes havia ensinado que os guerreiros do Ocidente, a princípio muito temíveis, começavam quase sempre a guerra com ardor, mas em seguida, enfraquecidos pela discórdia, esgotados pelo cansaço de uma expedição longínqua, às vêzes mesmo levados por sua natural inconstância, julgando ter feito o suficiente para merecer as indulgências da Igreja, só pensavam depois em regressar à Europa, abandonando as colônias cristãs a todos os furores de um inimigo que tinham irritado com suas primeiras derrotas. Segundo estas considerações, os dois grandes senhores, teriam preferido aproveitar os poderosos socorros do Ocidente

para uma paz útil e duradoura. O caminho das negociações lhes oferecia para o futuro, mais vantagens que uma guerra que só tinha resultados duvidosos e cujos perigos poderiam por fim recair sôbre êles mesmos.

Sua mensagem pacífica chegou no momento em que no exército cristão só se falava das conquistas, que se iam fazer, quando todos os espíritos estavam assim inflamados pelo entusiasmo da glória e pelo anseio de ricos despojos. Sòmente a proposta de paz, com os infiéis foi um verdadeiro motivo de escândalo para aquêles guerreiros que se julgavam chamados para destruir na Ásia, o domínio e o poderio de todos os inimigos de Jesus Cristo. A surprêsa e a indignação, que foram gerais, fizeram surgir no exército cristão as mais negras calúnias contra o grão-mestre do Templo, que era acusado abertamente de manter entendimentos secretos com o sultão do Cairo e de ter invocado as cerimônias bárbaras, para firmar aquela união ímpia. Luís IX, que não chegara ao Oriente com um exército, para firmar um tratado de paz e libertar ùnicamente alguns prisioneiros, compartilhou da indignação de seus companheiros de armas e proibiu aos grão-mestres do Templo e de S. João, reiterar as suas propostas ultrajosas para os guerreiros cristãos e injuriosas para êles mesmos.

Os cruzados embriagados com os sucessos futuros, não pensavam nos obstáculos que iriam encontrar;

estavam mais ocupados com as riquezas do que com as fôrças dos inimigos; como êles não conheciam nem o clima nem o país para o qual se dirigiam, sua ignorância redobrava sua tranqüilidade e segurança e nutria nêles esperanças que bem depressa se deveriam dissipar.

Os chefes da cruzada fundavam principalmente sua esperança nas dissensões dos príncipes muçulmanos, que disputavam as províncias da Síria e do Egito; com efeito, depois da morte de Saladino, a discórdia tinha raramente deixado de perturbar a família dos Ayoubitas. Mas, como suas dissensões rebentavam em guerras civis e as guerras civis tornavam a população mais belicosa, seu império, que se enfraquecia cada vez mais, internamente, tornava-se muitas vêzes, mais forte, exteriormente: quando o perigo comum reunia as potências muçulmanas ou uma dessas potências servia tôdas as outras, tinha-se tudo a temer de um império, sempre abalado e pouco firme na paz e que parecia tomar novas fôrças na animosidade e nos perigos de uma guerra contra os cristãos.

Malek-Saleh-Negmeddin, que então reinava no Egito, era filho do sultão Malek-Kamel, célebre pela vitória obtida em Mansourah contra o exército de João de Brienne e o legado Pelage. Afastado do trono pelo seu nascimento, êle tentou conquistá-lo pelas armas; vencido, caiu sob a escravidão de seu irmão mais velho e aproveitou-se das lições da adversidade.

Logo o aprêço em que se tinha de sua habilidade, o ódio que inspirava o príncipe reinante em seu lugar, a necessidade de uma mudança e talvez, um certo atrativo pela revolução e pela traição, levaram-no ao império. O novo soberano mostrou-se mais hábil e foi mais feliz que seus predecessores; soube manter as províncias sob sua obediência, o exército, na disciplina, todos seus inimigos temerosos de seu poder. Êle havia aproveitado as armas dos Karismianos para se apoderar de Damasco, para dominar os cristãos e seus aliados. Desde essa época, Negmeddin estendeu suas conquistas às margens do Eufrates e reuniu enfim sob suas leis a maior parte do império de Saladino.

Quando S. Luís desembarcou na ilha de Chipre, o sultão do Cairo estava na Síria, onde êle fazia a guerra ao príncipe de Alepo e mantinha cercada a cidade de Emesa. Soube então de todos os projetos dos cristãos e deu ordens para defender as estradas do Egito. Quando lhe disseram que o exército cristão ia desembarcar, êle deixou imediatamente o cêrco de Emesa e concluiu tréguas com inimigos que êle temia pouco, para voltar aos seus estados, ameaçados de invasão.

Os orientais consideravam os franceses como os mais bravos da raça dos ocidentais e o rei da França, como o mais temível dos monarcas cristãos. Os preparativos de Negmeddin foram proporcionados ao temor que lhe inspiravam seus novos inimigos. Tudo

fêz para fortificar as costas e para ajuntar provisões em Damietta, que devia ser o objeto das primeiras hostilidades. Uma frota numerosa foi equipada, desceu o Nilo e colocou-se na embocadura do rio; um exército comandado por Fakreddin, o mais hábil dos emires, veio acampar na orla marítima, a oeste da embocadura do rio, no mesmo lugar, onde trinta e três anos antes, o exército de João de Brienne tinha desembarcado.

Todos êsses preparativos seriam suficientes, sem dúvida, para deter os primeiros ataques dos cruzados, se o sultão do Cairo tivesse podido êle mesmo dirigi-los e pôr-se à frente de suas tropas. Mas êle estava gravemente enfêrmo e os médicos mesmo haviam declarado que sua doença era mortal. Num estado de coisas, onde tudo se movia em tôrno de sua pessoa e da vida do príncipe, a certeza de seu próximo fim devia enfraquecer a confiança e o zêlo e abalar a coragem, prejudicando a execução de tôdas as medidas tomadas para a defesa do país.

Tal era a situação militar e política do Egito no momento em que S. Luís embarcava nos portos da ilha de Chipre. Vários historiadores dizem que antes de sua partida, êle mandou, segundo o costume da cavalaria, um arauto de armas ao sultão Negmeddin para declarar-lhe guerra. Nas primeiras cruzadas havíamos visto vários príncipes cristãos dirigir assim mensagens cavaleirescas aos príncipes muçulmanos que êles iam combater; é possível que S. Luís

tenha-lhes seguido o exemplo; mas a carta que se lhe atribui nesta ocasião não traz o caráter da verdade. Os mesmos historiadores acrescentam que o sultão do Cairo não pôde reter as lágrimas lendo a carta de S. Luís. Sua resposta, citada por Makrisi, é pelo menos conforme ao caráter conhecido e ao espírito dos príncipes muçulmanos. Êle fingia enfrentar as ameaças e os ataques imprevistos dos discípulos de Cristo; lembrava com orgulho as vitórias dos muçulmanos contra os cristãos, e, censurando ao rei da França a injustiça de suas agressões, citava na sua carta esta passagem do Alcorão — *Os que combatem injustamente, perecerão.*

Luís IX deu o sinal da partida na sexta-feira antes de Pentecostes; uma frota enorme na qual haviam embarcado com os guerreiros franceses, os cruzados da ilha de Chipre, saiu do pôrto de Limisso. "Foi uma coisa belíssima de se ver, diz Joinville, pois parecia que todo o mar, quanto se podia ver a olhos nus, estava recoberto de velas de navios, que chegaram até mil e oitocentos grandes e pequenos." De repente um vento vindo das costas do Egito fêz surgir uma violenta tempestade que dispersou a frota. Luís IX foi obrigado a voltar ao pôrto e viu com tristeza que a metade dos navios tinha sido levada pelo vento para as costas da Síria. Foi então que viram chegar o duque da Borgonha, que tinha passado o inverno na Moréia, Guilherme de Salisbury, à frente de duzentos cavaleiros inglêses, e Guilherme de

Villehardouin, príncipe de Acaia, o qual deixara os perigos do império latino de Constantinopla para vir combater os infiéis nas margens do Nilo e do Jordão. Êsses reforços inesperados restituiram a esperança a Luís IX e aos chefes do exército cristão: sem esperar os navios que a tempestade tinha dispersado, recomeçaram a viagem e a frota, levada por vento favorável, dirigiu-se para o Egito. No quarto dia, ouviu-se o piloto do primeiro navio exclamar: — *Que Deus nos ajude! Que Deus nos ajude! Estamos diante de Damietta!* — Estas palavras foram logo repetidas de navio em navio, e tôda a frota aproximou-se do navio de Luís IX, que se chamava — *La Monnoi*. Os principais chefes apressaram-se em passar para êle; o rei os esperava numa atitude guerreira; êle exortou-os a agradecer a Deus, por tê-los levado para junto dos inimigos de Jesus Cristo. Como a maior parte dos senhores parecia temer que êle expusesse sua vida no meio de uma guerra que devia ser terrível, êle lhes disse: "Segui meu exemplo, deixai-me enfrentar os perigos e no ardor dos combates, evitai de pensar que a salvação da igreja e do estado está em minha pessoa. Vós sois, vós mesmos o Estado e a Igreja e deveis ver em mim um simples homem, um homem cuja vida pode-se dissipar, como uma sombra, quando fôr da vontade do Deus, pelo qual nós combatemos." Assim Luís esquecia-se de si mesmo e diante dos infiéis, o rei da França era apenas um soldado de Jesus Cristo.

Estas palavras inflamaram a coragem dos barões e dos cavaleiros; foram dadas ordens a tôda a frota para se preparar para a batalha. Em todos os navios os guerreiros abraçavam-se de alegria, à aproximação do perigo; aquêles que as dissensões haviam afastado um do outro, juravam esquecer as injúrias e vencer ou morrer juntos. Joinville conta que êle forçou então dois cavaleiros, inimigos irreconciliáveis, a fazer a paz, dizendo-lhes que suas discórdias podiam atrair a maldição do céu e que a união dos soldados cristãos sòmente, lhes poderia abrir o caminho do Egito.

Enquanto os cruzados assim se preparavam, os muçulmanos também tudo faziam para a defesa. As sentinelas haviam visto das muralhas de Damietta a frota cristã: a notícia espalhou-se imediatamente na cidade; um sino, que havia na grande mesquita desde a conquista de João de Brienne, deu o sinal do perigo e se fêz ouvir nas duas margens do rio. Quatro galeras muçulmanas avançaram para observar as fôrças do inimigo; três foram postas a pique; a quarta, voltando ao Nilo, foi anunciar que uma multidão inumerável de guerreiros cristãos chegava do Ocidente.

No entretanto a frota cristã avançava em ordem de batalha e veio lançar a âncora a um quarto de légua da costa, no momento em que o sol estava na metade do seu curso. Então as margens e o mar apresentaram um imponentíssimo espetáculo: a costa

do Egito estava *revestida de tôda a potência do sultão, que era um espetáculo muito belo para se ver.* Todo o mar parecia coberto de navios, sôbre os quais esvoaçava o estandarte da cruz. A frota muçulmana, composta de um número infinito de navios carregados de soldados e de máquinas de guerra, defendia a entrada do Nilo. Fakreddin, chefe do exército dos infiéis, estava no meio dos guerreiros, com aparato brilhante, que Joinville, em sua surprêsa, compara ao sol. O céu e a terra ressoavam com o rumor dos cornos curvados e com os *nacaires,* espécie de enormes tímbalos, *coisa espantosa de se ouvir e muito estranha aos franceses.*

Todos os chefes reuniram-se em conselho no navio do rei. Vários propuseram esperar, para o desembarque, quando os navios, desgarrados pela tempestade, tivessem alcançado a frota. Atacar os infiéis sem ter tôdas as fôrças, diziam êles, era dar-lhes vantagem, que os poderia inflar de orgulho; com a certeza do êxito, parecia justo esperar que todos os cruzados pudessem tomar parte na glória que êles vinham buscar de tão longe. Alguns falaram ainda das dificuldades e dos perigos de um desembarque num país desconhecido, da desordem que deveria acompanhar um primeiro ataque, da dificuldade de reunir o exército e a frota, se encontrassem obstáculos invencíveis. Luís IX não era desta opinião. "Não viemos até aqui, disse êle, para ouvir com sangue frio as ameaças dos nossos inimigos e para ficarmos,

durante vários dias imóveis, como espectadores de seus preparativos. Contemporizar, é erguer a coragem e arriscar enfraquecer o ardor dos guerreiros franceses. Não temos nem pôrto, nem baía, para nos pormos ao abrigo dos ventos e dos ataques imprevistos dos sarracenos; uma segunda tempestade pode dissipar ainda o que nos resta da frota e nos tirar os meios de começar a guerra com êxito. Hoje, Deus nos manda a vitória; mais tarde êle nos puniria por nos têrmos descuidado da ocasião de vencer."

Um grande número de senhores e de barões aceitou a opinião de São Luís. O desembarque foi resolvido para o dia seguinte. Ficaram de guarda durante tôda a noite; acenderam-se na frota uma porção de tochas; alguns navios avançaram para a embocadura do Nilo, para vigiar os movimentos dos muçulmanos.

Ao despontar do dia, tôda a frota levantou âncora; os muçulmanos tomaram também as armas; sua infantaria e sua cavalaria ocuparam a margem onde presumiam que os cruzados iriam desembarcar.

Quando seus navios se aproximaram da costa, os guerreiros cristãos desembarcaram nas barcas que seguiam a frota e alinharam-se em duas fileiras. Luís IX colocou-se na ponta direita acompanhado pelos príncipes, seus irmãos e pela elite de seus cavaleiros. Êle tinha ao seu lado o cardeal legado, que trazia nas mãos a cruz do Salvador. Diante dêle

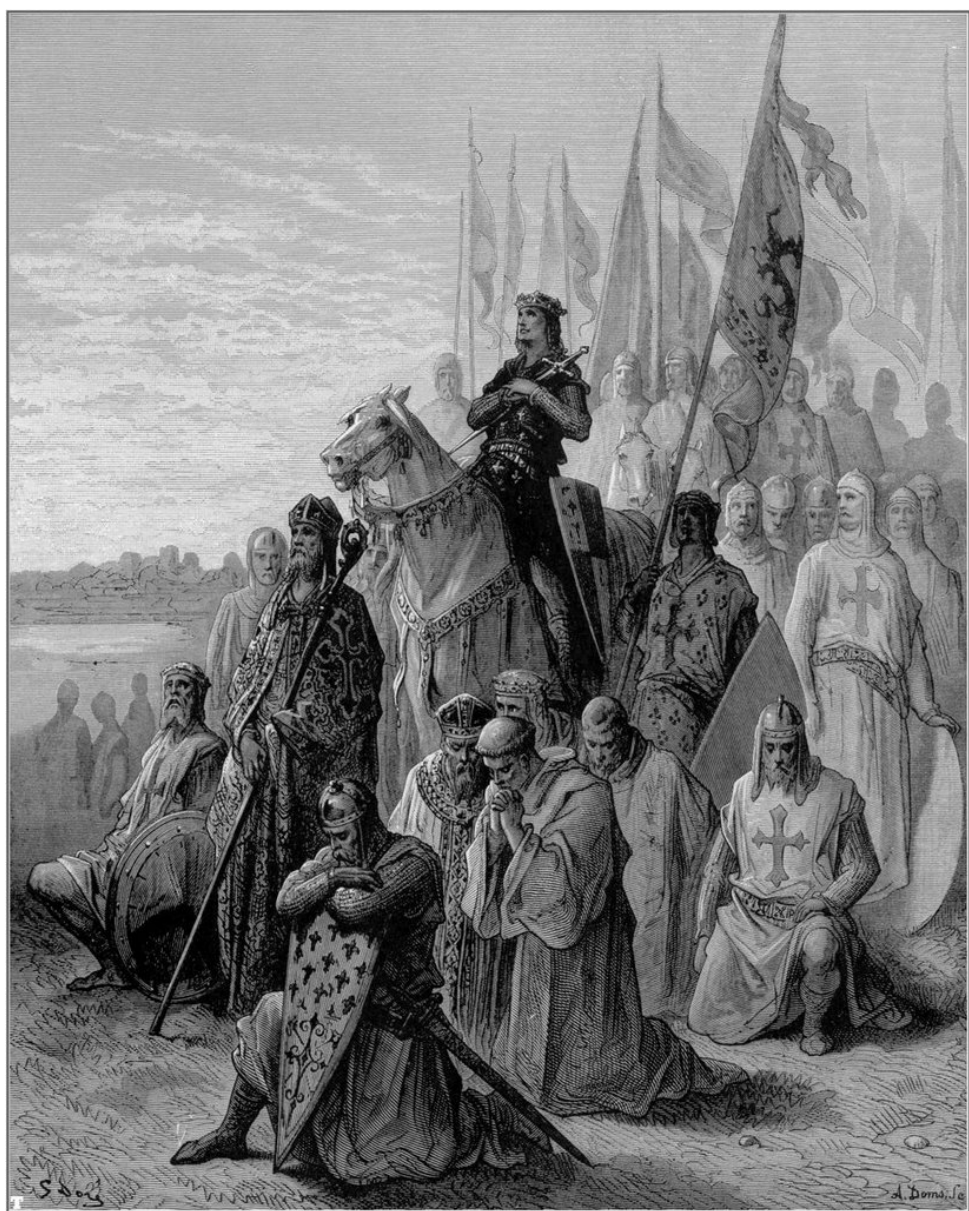
avançava uma barca onde esvoaçava o estandarte da França.

O conde de Joppé, da ilustre família de Brienne, estava na ponta esquerda, à embocadura do Nilo; à frente dos cavaleiros da ilha de Chipre e dos barões da Palestina. Embarcara no navio mais leve da frota. Êsse navio levava as armas do conde de Joppé pintadas na pôpa e na proa. Em redor de seu pavilhão esvoaçavam bandeirolas de mil côres e trezentos remadores faziam-no voar sôbre as águas. Erard de Brienne, rodeado de tropa escolhida, ocupava o centro da linha com Balduino de Reims, que comandava mil guerreiros. Os cavaleiros e os barões estavam de pé em seus barcos, olhando para a margem, de lança na mão com seus cavalos perto de si. Na frente e nas alas do exército, uma multidão de arbalesteiros tinha sido colocada, nas barcas, para afastar os inimigos.

Logo que chegaram ao alcance do arco, partiram ao mesmo tempo da margem e da linha dos cruzados, nuvens de pedras, de dardos e de flechas. As fileiras dos cristãos por um momento pareceram abalar-se. O rei ordenou aumentarem os esforços para se chegar em terra. Êle mesmo deu o exemplo: não obstante o legado, que queria retê-lo, êle se lançou às águas, coberto de suas armaduras, de escudo sôbre o peito e espada à mão; êle tinha água até os ombros; todo o exército cristão, a exemplo do rei, lançou-se ao mar, exclamando: *Montjoie — Saint-Denis!* Essa

multidão de homens e de cavalos, procurando ganhar as margens, movia as águas, que se iam quebrar aos pés dos muçulmanos; os guerreiros apertavam-se e chocavam-se na marcha; só se ouviam o rumor das vagas e dos remos, os gritos dos soldados e dos marinheiros, o choque tumultuoso das barcas e dos navios, que avançavam em desordem.

Os batalhões muçulmanos, reunidos na margem, não puderam sustentar o ímpeto dos guerreiros franceses. Joinville e Balduino de Reims, abordaram por primeiros; depois dêles, o conde de Joppé; êles se punham em ordem de batalha com seus cavaleiros, quando a cavalaria muçulmana os atacou; os cruzados, cobertos com seus escudos, cerraram as fileiras e, apresentando a ponta de suas lanças, detiveram o ataque do inimigo. Por trás de seu batalhão vinham se reunir todos os companheiros que iam alcançando as margens.

Já a auriflama estava arvorada na costa; Luís tinha alcançado a margem. Sem pensar no perigo, êle se lançou de joelhos, para agradecer ao céu, e, reerguendo-se, cheio de novo ardor, chamou para junto de si seus mais bravos cavaleiros. Um historiador árabe narra que o rei dos francos fêz então erguer sua tenda e que essa tenda, de um vermelho vivo, atraía todos os olhares. Por fim chegou todo o exército. Em todos os pontos da costa travou-se um combate feroz; as duas frotas lutavam na embocadura do Nilo. Enquanto a margem e o mar res-

São Luís chega diante de Damietta.

soavam com o choque das armas que haviam ficado ao largo, num navio, a Rainha Margarida e a duquesa de Anjou, esperavam no temor e na dúvida o resultado desta batalha geral. Elas dirigiam ao céu fervorosas preces e piedosos eclesiásticos reunidos em tôrno delas cantavam salmos para se obter a proteção do Deus dos exércitos.

A frota dos muçulmanos foi dispersada; vários de seus navios foram a pique, os outros voltaram pelo rio. Ao mesmo tempo as tropas de Fakreddin, dispersadas por todos os lados, retiraram-se em desordem. Os franceses perseguiram-nas até suas defesas; um último combate se travou; os muçulmanos, vencidos pela segunda vez, abandonaram o campo à margem ocidental do Nilo e deixaram vários de seus emires no campo da luta; nada pôde resistir aos franceses, animados pela presença e pelo exemplo de seu rei.

Durante o combate, haviam-se enviado várias pombas mensageiras ao sultão do Cairo, que a doença retinha numa aldeia situada entre Damietta e Mansourah. Como não se recebesse resposta, a notícia de sua morte acabou por lançar o desânimo entre as tropas egípcias. A maior parte dos emires estava impaciente por saber que sorte os esperava no novo reino; vários desertaram, abandonando suas bandeiras. Sua retirada aumentou ainda mais a desordem; pela tarde todo o exército debandou e os soldados abandonados por seus chefes, só pensaram em fugir.

Os cruzados ficaram senhores das costas do mar e das duas margens do Nilo. Tão bela vitória não foi obtida com sangue cristão: dois ou três cavaleiros, apenas, morreram nessa luta gloriosa. Entre os senhores franceses morreu sòmente o conde da Marca, que procurou a morte, e, morrendo assim ao lado do seu rei, expiou, dizem os historiadores, seus numerosos crimes.

Pelo fim do dia, ergueram-se as tendas no campo de batalha; o clero cantou o *Te Deum;* a noite passou-se no meio de regozijo. Enquanto o exército vitorioso entregava-se à alegria, reinava a maior confusão em Damietta: os fugitivos tinham atravessado a cidade, semeando por tôda a parte o terror que os perseguia. Fakreddin, mesmo, não conseguiu garantir a ordem para a segurança da cidade. Os habitantes julgavam a cada momento que os franceses iam chegar; uns temiam uma surprêsa, outros temiam um cêrco. Ninguém pensava em tranqüilizá-los; as trevas da noite aumentavam-lhes o terror.

Êste, tornou-os bárbaros: êles massacraram impiedosamente todos os cristãos que se encontravam na cidade; as tropas, retirando-se, saqueavam as casas, incendiavam os edifícios; famílias inteiras fugiam, levando seus móveis e suas riquezas. A guarnição era composta dos mais valentes da tribo árabe dos *Benou — Kenaneh;* o mêdo assaltou-os como aos outros; êles abandonaram as tôrres e as muralhas confiadas à sua guarda e fugiram com o exército de Fa-

kreddin. Pelo fim da noite, a cidade estava sem defensores e sem habitantes.

De longe do acampamento dos cristãos viam-se turbilhões de chamas, que se erguiam por cima de Damietta. Todo o horizonte estava em fogo. No dia seguinte, ao despontar da aurora, os soldados avançaram para a cidade; viram as portas abertas, nas ruas só encontraram os cadáveres das vítimas imoladas pelo desespêro e pelo fanatismo dos infiéis e alguns cristãos, vivos, que se haviam escondido e escapado da matança e tinham, por sua vez massacrado os muçulmanos que pela idade e pelas doenças não haviam podido fugir imediatamente. Os soldados voltaram a contar no acampamento o que tinham visto. A princípio não quiseram acreditar; o exército avançou em ordem de batalha. Quando tiveram certeza de que a cidade estava deserta os cruzados tomaram posse dela. Ocuparam-se por primeiro em apagar o incêndio, depois os soldados espalharam-se pela cidade para saqueá-la e tudo o que tinha escapado às chamas ficou sendo prêmio da vitória.

Ao mesmo tempo, o rei da França, o legado do papa, o patriarca de Jerusalém, seguidos por uma multidão de prelados e de eclesiásticos, entravam em procissão em Damietta, e dirigiam-se para a grande mesquita, que foi de novo convertida em igreja consagrada à Virgem, Mãe de Jesus Cristo. O monarca francês, o clero, todos os chefes do exército, caminhavam de cabeça descoberta, pés descalços,

cantando salmos para agradecer a Deus e dar-lhe tôda a glória de uma conquista milagrosa.

Os cavaleiros e os barões, percorrendo a cidade conquistada contemplaram com alegria do alto das muralhas, as numerosas tôrres, as fortificações de tôda a espécie, que deviam defendê-la. Alguns muçulmanos, impressionados com o prodígio, que acabava de se operar sob seus olhos, em favor dos soldados da cruz, abraçaram a religião de Cristo e prometeram aos cruzados servirem-lhes de guias em sua expedição. Vários sírios que moravam em Damietta, como escravos dos muçulmanos, tinham vindo à presença do exército cristão, trazendo nas mãos o sinal da salvação; os cruzados reconheceram-nos por irmãos e os associaram à vitória. Um espetáculo que verdadeiramente deve ter impressionado os vencedores, foi a libertação de cinqüenta e três escravos que se tinham recusado abjurar à fé e gemiam em ferros, há vinte e dois anos; foram levados ao rei da França ao qual narraram seus sofrimentos e as apreensões dos muçulmanos que tinham fugido nas trevas, dizendo uns aos outros, que os *porcos tinham chegado*. Os cruzados puderam nessa ocasião reconhecer a má-fé dos muçulmanos, que, apesar dos tratados, conservavam os cristãos, prisioneiros; não havia então uma só cidade do Egito cujas prisões não estivessem cheias das infelizes vítimas das guerras santas.

A notícia da tomada de Damietta logo se espalhou por tôdas as províncias egípcias. Um autor

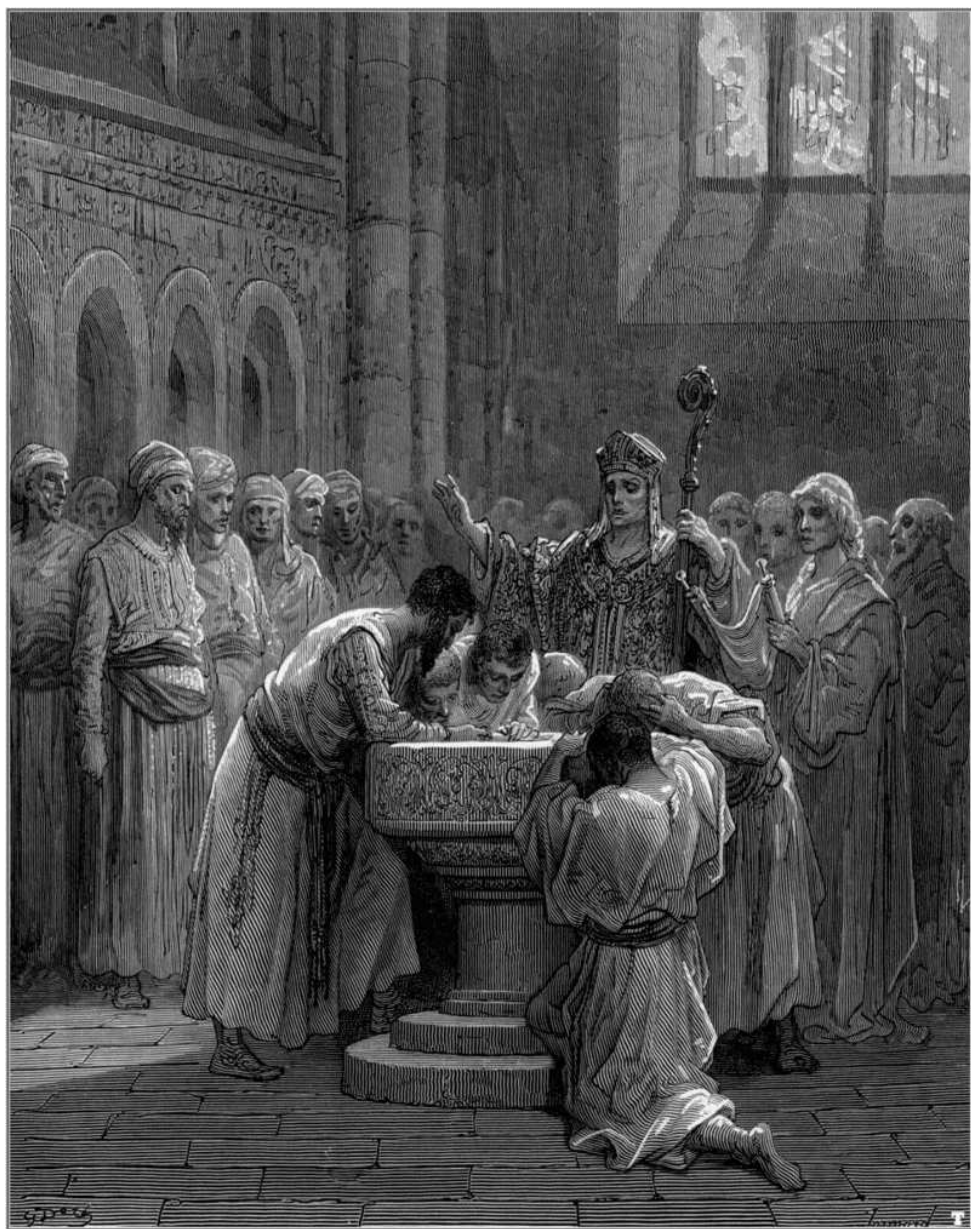
árabe que estava então no Cairo nos diz, na sua história, que êsse acontecimento foi considerado como uma das maiores calamidades. Todos os muçulmanos viviam temerosos e aflitos; os mais valentes não tinham esperança na salvação do Egito.

Negmeddin estava ainda enfêrmo e não podia montar a cavalo; a derrota de seu exército e as vitórias dos cristãos lhe foram comunicadas pelos soldados e pelos habitantes que tinham fugido. Êle ficou encolerizado contra a guarnição de Damietta; uma sentença de morte foi lavrada imediatamente contra cinqüenta e quatro dos mais culpados. Em vão êles alegaram como desculpa a retirada do emir Fakreddin; o sultão respondeu que êles mereciam a morte por terem temido as armas do inimigo, mais que a ira do seu senhor. Um dêles, condenado com o filho, jovem de rara beleza, pediu para morrer por primeiro, o sultão recusou-lhe essa graça; o infeliz pai teve a dor de o ver expirar sob suas vistas, antes de êle mesmo ser entregue ao suplício. A essa bárbara execução, devemos nos admirar, de que um príncipe que não tinha mais exército encontrasse ainda carrasco para castigar desertores e fracos. Êsse aparato de suplício, fazendo crer no poder do Senhor, impressionava vivamente a multidão e era suficiente para conter na disciplina a multidão grosseira dos soldados muçulmanos; mas não era o mesmo, com os principais emires, pouco dispostos a tremer diante de um soberano que êles consideravam como sua obra e

que tinha necessidade de seu apoio. O sultão teria querido castigar Fakreddin mas o tempo, diz um historiador árabe, permitia-lhe apenas a paciência. Êle contentou-se em lhe dirigir algumas palavras de censura. "A presença dos francos, disse-lhe êle, deve ter algo de bem terrível, pois homens como vós não a puderam suportar um dia inteiro." Estas palavras despertaram mais indignação do que temor entre os emires, que estavam presentes; alguns olharam então para Fakreddin, como para dizer-lhe que estavam prontos para massacrar o sultão. Mas êste tinha na fronte a palidez da morte e a vista de um moribundo tirou-lhes o pensamento de cometer um crime inútil. Deplorável situação de um príncipe que tinha a algumas léguas um inimigo formidável que êle não podia combater e perto de si, traidores, que êle não ousava castigar, e que viam todos os dias sua autoridade diminuir; todos os dias, sentindo-se morrer, êle parecia não ter mais salvação, a esperar, nem para seu império, nem para si mesmo.

Durante êsse tempo, os cruzados estabeleceram-se sem dificuldade em Damietta. O rei da França e o legado do papa, fizeram ordenar um arcebispo *na igreja principal da cidade que tinha sido transformada na principal mesquita dos maometanos.* Tôdas as outras mesquitas da cidade foram também mudadas em igrejas ou capelas às quais Luís IX fêz ricas doações de ornamentos e de todos os objetos necessários à celebração dos ofícios. Nada se pou-

pou aos prelados e a todos os que deviam cantar os louvores do Senhor. O rei distribuiu a maior parte das terras e das casas às Ordens do Templo, de São João e aos cavaleiros teutônicos, aos barões e aos senhores de além-mar. Os irmãos menores, que tinham pregado a Cruzada e os irmão da Trindade, cuja missão era resgatar os escravos, obtiveram ricas doações na cidade conquistada.

A guarda das tôrres e das muralhas foi confiada a quinhentos cavaleiros; o rei não permitiu ao exército cristão ficar na cidade; as tendas e os pavilhões foram erguidos nas duas margens do Nilo e na ilha de Maalé (o Delta). Os guerreiros cristãos mal suportavam o calor do clima; êles sofriam muito, diz uma testemunha ocular, *por causa da grande quantidade de môscas e de pulgas, grandes e perigosas que havia no exército.* Apesar dos incômodos e das desgraças maiores, que os poderiam ameaçar, os cruzados pensavam sòmente em gozar da paz da vitória. Nessa época, e do campo chamado *Jamas,* o conde de Artois, escreveu à rainha Branca, uma carta que nos foi conservada. Depois de ter contado em poucas palavras a conquista de Damietta, o irmão de Luís IX contentava-se de dizer que *o rei e a rainha estavam passando bem, que o conde de Anjou tinha ainda a febre quartã, mas que ela se tornava menos forte, e que a condêssa de Anjou, tinha dado à luz na ilha de Chipre, um belo menino que ela ali tinha deixado para alimentação conveniente.* Era tal en-

O batismo.

tão a tranqüilidade e a segurança dos cruzados franceses, tais as notícias do Oriente, que, sem fazer pressentir algum acontecimento desagradável, e sem nada deixar pressagiar das tristezas do futuro, levavam a esperança e a alegria ao reino da França.

O sultão do Cairo se havia feito levar a Mansourah, onde êle se esforçava por reunir o exército e restabelecer a disciplina na tropa. Quer porque êle tivesse voltado a si do terror, quer porque quisesse ocultar suas apreensões e o progresso de sua enfermidade, êle dirigiu diversas mensagens a Luís IX. Numa de suas cartas, Negmeddin, unindo a ameaça à ironia, felicitava o rei da França por sua chegada ao Egito e perguntava-lhe quando seria a época da sua partida. O príncipe muçulmano acrescentava entre outras coisas que aquela quantidade de víveres e de instrumentos de agricultura de que os cruzados tinham carregado seus navios, parecia-lhe uma precaução útil; e para cumprir, para com os franceses, o dever da hospitalidade, de uma maneira digna dêle e de si mesmo, êle se comprometia a fornecer-lhe bastante trigo durante o tempo em que estivesse em seu território. Negmeddin, em outra mensagem, propunha ao rei da França uma batalha geral, para o dia vinte e cinco de junho, no lugar que seria determinado. Luís IX respondeu à primeira carta do sultão, que êle tinha vindo ao Egito, no dia por êle marcado, e que, para sua partida, ocupar-se-ia disso com calma e tranqüilidade. Quanto à batalha pro-

posta, o rei contentou-se em responder que êle não queria nem aceitar o dia, nem escolher o lugar, porque todos os lugares e todos os dias eram bons para se combater contra os infiéis. O monarca francês acrescentava que êle atacaria o sultão em tôda parte onde o encontrasse, que o perseguiria sempre e sem cessar, que o trataria como inimigo, até que Deus o tivesse tocado e que os cristãos pudessem considerá-lo como irmão.

A sorte oferecia a Luís IX a ocasião e os meios de cumprir suas ameaças. Os cruzados, que a tempestade tinha afastado da frota, chegavam todos os dias. Os cavaleiros do Templo e de São João que haviam sido acusados de querer a paz, vieram unir-se a êles sob as mesmas bandeiras do exército cristão e só pensavam em guerra. Êles conheciam o país e a maneira de combater contra os infiéis. Com aquêle útil refôrço, podia-se tentar uma expedição contra Alexandria, ou apoderar-se de Mansourah, e tornar-se assim dono da estrada do Cairo. Depois da tomada de Damietta, vários chefes tinham proposto continuar a perseguir os muçulmanos e se aproveitar do terror que lhes inspirava a primeira vitória dos cristãos. Mas chegava-se ao tempo em que as águas do Nilo começavam a subir e a lembrança da derrota de Pelage e de João de Brienne afastou o pensamento de marchar contra a capital do Egito. Luís IX quis esperar, para continuar suas conquistas a chegada de seu irmão, o conde de Poitiers, que tivera

que embarcar com a nobreza convocada do reino da França. A maior parte dos historiadores viu nessa resolução a causa de todos os desastres que em seguida sucederam. Não temos suficientes documentos positivos para apreciar o que há de verdade em sua opinião; mas podemos dizer com certeza que a inatividade do exército cristão tornou-se a fonte das mais funestas desordens.

Essas desordens começaram a surgir quando se dividiram os despojos da tomada de Damietta. Para animar a coragem dos cruzados, haviam-lhes muitas vêzes falado dos tesouros dessa cidade, entreposto de mercadorias do Oriente; mas, como os mais ricos quarteirões tinham sido incendiados, como os habitantes na fuga tinham levado tudo o que possuiam de mais precioso, os despojos conquistados ao inimigo estavam longe de corresponder às esperanças do exército vitorioso. Apesar das ameaças do legado, vários cruzados não haviam pôsto em comum o que lhes havia caído nas mãos. Todos os despojos feitos na cidade produziram uma soma de apenas seis mil libras tornezas para serem divididas entre os cruzados, cuja surprêsa e indignação rebentaram em violentas murmurações.

Como havia sido determinado num conselho, que não se faria a divisão de víveres e êles seriam conservados em armazéns do rei para a manutenção do exército, essa resolução, contrária aos antigos costumes, fêz surgirem ainda novas reclamações. Join-

ville nos diz que o cavaleiro João de Valery, cuja austera probidade o exército admirava, bem como a bravura, dirigiu a êsse respeito ao rei algumas considerações: João de Valery alegou os costumes da Terra Santa; invocou as leis da feudalidade, segundo as quais cada senhor que fazia a guerra às suas custas, devia obter sua parte de todos os despojos do inimigo; ter-se-ia podido responder a essa reclamação, que Luís IX fornecia dinheiro à maior parte dos chefes do exército e que, por isso, os condes e os barões tinham renunciado às condições do pacto feudal. Essa lei da partilha das provisões, observada nas Cruzadas precedentes, tinha sido muito funesta aos exércitos cristãos quase sempre sem víveres e entregues a horríveis misérias. O piedoso monarca quis evitar as desgraças, fruto da imprevidência e recusou dar razão às queixas da maior parte dos senhores franceses: *assim ficou o assunto*, diz Joinville, *com o que muitos ficaram descontentes e mal satisfeitos*.

Logo ao espírito de descontentamento juntaram-se outras desordens cujas conseqüências deviam ser ainda mais deploráveis. Os cavaleiros esqueciam numa funesta ociosidade suas virtudes belicosas e o objeto da guerra santa. Como se lhes prometiam riquezas do Egito e do Oriente, os senhores e os barões apressavam-se em gastar em banquetes o dinheiro que recebiam da liberalidade do rei, ou que êles tinham ajuntado vendendo suas terras e seus castelos. A paixão do jôgo se havia apoderado dos chefes e

dos soldados. Depois de ter perdido a fortuna, jogavam até os cavalos e as armas. À sombra mesmo do estandarte de Jesus Cristo, os cruzados entregavam-se a todos os excessos da devassidão; o contágio dos vícios mais vergonhosos estendia-se por tôda a parte e havia lugares de prostituição até nas vizinhanças do pavilhão em que morava o piedoso monarca dos franceses.

Para satisfazer ao gôsto desenfreado do luxo e dos prazeres, recorria-se a tôda espécie de meios violentos. Os chefes de exército saqueavam os negociantes que forneciam os acampamentos e a cidade; impunham-lhes enormes tributos, o que os levou à carestia. Os mais valentes faziam incursões mais longínquas, surpreendiam as caravanas, devastavam as aldeias e as cidades, seqüestravam as mulheres dos muçulmanos que traziam em triunfo para Damietta; muitas vêzes a partilha dos despojos gerava vivas dissensões e o acampamento ouvia freqüentes queixas e lamentações, bem como ameaças e rivalidades.

Um dos traços mais tristes dêste quadro, foi, que a autoridade do rei era cada dia menos respeitada; à medida que a corrupção fazia progressos, perdia-se o hábito da obediência; as leis não tinham mais fôrça, a virtude não tinha mais império. Luís IX encontrava oposição à sua vontade, até nos príncipes de sua família. O conde de Artois, jovem príncipe ardente e presunçoso, não querendo tolerar nem rivais nem contraditores, orgulhoso de sua fama

militar e cheio de ambição por tôda espécie de glória, provocava freqüentemente os outros chefes e os oprimia sem motivo com os mais vergonhosos ultrajes. O conde Salisbury, que êle tinha maltratado, foi queixar-se a Luís IX e, não tendo podido obter a satisfação que pedia, proferiu, em sua cólera, estas palavras memoráveis: *Vós não sois rei, pois não podeis fazer justiça.* Essa indocilidade dos príncipes, essa licença dos grandes, fizeram a desordem chegar ao cúmulo. Cada dia a indisciplina e devassidão cresciam mais; fazia-se muito mal a guarda do acampamento que se estendia na planície e na margem oriental do Nilo; os postos avançados do exército cristão eram sem cessar expostos ao ataque dos inimigos, sem que se lhes opusesse outro meio de resistência, que a bravura imprudente e temerária, que só aumentava os perigos.

Entre os soldados muçulmanos enviados para provocar os cruzados, estavam os árabes beduínos, guerreiros intrépidos, cavaleiros infatigáveis, que tinham como pátria o deserto e como bens, apenas seus cavalos e suas armas, aos quais a esperança dos despojos fazia suportar tôdas as dificuldades e enfrentar todos os perigos. Aos árabes do deserto se haviam reunido alguns cavaleiros karismianos fugitivos da ruína de sua nação belicosa. Acostumados a viver de saque, uns e outros, vigiavam noite e dia para surpreender os soldados cristãos e pareciam ter a atividade e o instinto dos animais selvagens, que rondam

sem cessar as casas dos homens para apanhar a sua prêsa. O sultão do Cairo tinha prometido um bizantino de ouro para cada cabeça de cristão que lhe levassem à tenda. Algumas vêzes os árabes e os karismianos surpreendiam os cruzados que se haviam afastado do exército; muitas vêzes êles se aproveitavam das trevas da noite para penetrar no acampamento; sentinelas adormecidas, cavaleiros deitados em suas tendas, eram mortos por mãos invisíveis e quando o dia raiava e vinha aclarar a matança da noite, os bárbaros fugiam, ao longo do Nilo e corriam a buscar o prêmio, com o sultão do Egito.

Essas surprêsas, êsses ataques noturnos, serviam principalmente para reanimar a coragem dos muçulmanos; para reerguer a confiança do povo e do exército mostravam-lhes as cabeças dos cristãos, levavam os escravos em triunfo; a menor vantagem obtida sôbre os francos era celebrada em todo o Egito. Os historiadores contemporâneos, levados por exageros comuns, narram os menores combates como memoráveis vitórias e nos admiramos hoje de ler na história de uma época tão fecunda em grandes feitos militares, que no mês de *Ramadan,* chegaram ao Cairo trinta e sete cristãos carregados de cadeias, que foram seguidos alguns dias depois por trinta e oito escravos, entre os quais estavam cinco cavaleiros.

Negmeddin parecia redobrar sua atividade à medida que seu fim se aproximava. Êle ocupava-se em reunir seus soldados, sempre atento aos movimen-

tos dos cruzados e em tirar partido de seus erros. Trabalhava-se dia e noite para reparar as tôrres e as fortificações da Mansourah; a frota muçulmana, que havia subido o Nilo, tinha vindo lançar âncora diante da cidade. No meio dêstes preparativos recebeu-se a notícia de que os guerreiros de Damasco se haviam apoderado da cidade de Sidon, pertencente aos francos e que a praça importante de Carac, havia-se declarado por Negmeddin. Essa notícia inesperada, a vista dos prisioneiros e principalmente a inatividade do exército cristão, o que não se cansava de atribuir ao mêdo, acabaram por dissipar o terror dos muçulmanos. Enquanto todos os dias chegavam novos reforços para o exército do sultão, o povo dirigia-se em massa para as mesquitas do Cairo e das outras cidades do Egito, para invocar a proteção do céu e agradecer ao deus de Maomé, por não ter permitido que os cristãos se aproveitassem de suas vitórias.

ÍNDICE

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO (Continuação)

Desde a Restauração de Isaac até a Morte de Balduino (1203-1206) 5

LIVRO DÉCIMO SEGUNDO

Desde a Morte de Amaury até a Restituição de Damietta, pelos Cruzados. (1200-1221)

Sexta Cruzada. - Carestia, peste, terremoto no Egito e na Síria; morte de Amaury e de Isabel; embaixada a Filipe Augusto; recusam a Malek-Adhel, continuar a trégua; João de Brienne, eleito rei, desembarca em Tolemaida; é vencido; guerras religiosas na Europa; os albigenses, os sarracenos da Espanha; a Cruzada é iniciada por cinqüenta mil crianças; carta do papa a Malek-Adhel; o cardeal de Courçon prega a Cruzada; Tiago de Vitri, Bispo de Tolemaida; subsídio concedido pelo Rei da França; João Sem Terra finge tomar a cruz; Oto de Saxônia; concílio ecumênico de Latrão; morte do soberano pontífice; seu sucessor, Honorato III; recenseamento dos príncipes cruzados; origens dos antigos povos da Prússia; o Imperador Frederico III adia a partida; André Bela, Rei da Hungria, recebe a ordem e a entrega a seu filho; partida dos cruzados; Malek-Kamel, filho e sucessor de Malek-Adhel; os cristãos são postos em fuga no monte Tabor; morte do Rei de Chipre; André volta à Europa com seus húngaros; expedição para o Egito; cêrco de Damietta; morte de Malek-Adhel; perfil dêste príncipe;

os cardeais de Courçon e de Pelagio; os muçulmanos avançam em socorro de Damietta; os atacantes são vencidos; Malek-Kamel oferece a paz; tomada de Damietta e ocupação do Baixo Egito; Pelagio faz determinar-se o ataque ao Cairo; desastres; entrevista do Rei de Jerusalém com o sultão; Damietta é restituída aos muçulmanos. — Comparação do caráter particular das seis primeiras Cruzadas 65

LIVRO DÉCIMO TERCEIRO

Cruzada de Frederico II — Cruzada do Rei da Navarra (1222-1241)

Sétima Cruzada. — O Imperador Frederico II aceita o reino de Jerusalém; descontentamento de João de Brienne, seu sogro; estado geral da Europa; morte de Honório III; Gregório IX; suas questões com o Imperador da Alemanha; Frederico em Tolemaida; suas negociações com Malek-Kamel; entra em Jerusalém, volta a Tolemaida, navega para a Itália e encontra-se com o papa; Thibaut V, Conde de Champanha e Rei da Navarra, toma a cruz; tem muitos imitadores; decadência do império franco de Constantinopla; Gregório IX opõe-se à partida dos cruzados; persiste em suas determinações; morte de Malek-Kamel; expedição contra Damasco; expedição contra Gaza; os cristãos ali são vencidos; os franceses tornam a embarcar; Ricardo de Cornualha; Inocêncio IV. — Resumo da Sétima Cruzada . . . 199

LIVRO DÉCIMO QUARTO

Os Tártaros — O Concílio de Lião — Primeira Cruzada de São Luís (1242-1249)

Oitava Cruzada. — Origem dos Tártaros; suas conquistas sob Gengis-Cã; êles espalham o terror no Oriente e no Ocidente; fim do Império de Karisma; destruição do Principado de Antioquia pelos comans ou tártaros; Concílio ecumênico de Lião; sentença de excomunhão lançada con-

tra Frederico; Luís IX toma a cruz não obstante tôdas as admoestações de sua mãe; Frederico escolhe o rei como árbitro entre o Império e a tiara; procedimento impolítico de Inocêncio IV; cruzados frisões, holandeses, noruegueses; entrevista de Luís IX com o papa; o rei embarca em Aigues-Mortes; permanência em Chipre; intemperança dos cruzados; o rei acalma as questões entre o clero grego e o clero latino; negociações diversas; a expedição reinicia a viagem; a metade é dispersada pela tempestade; o rei desembarca à vista de Damietta; tomada da cidade; o exército penetra no Egito; seus triunfos e suas dissensões 281

ÍNDICE DAS GRAVURAS

I — São Francisco de Assis diante de Malek-Kamel . 154

II — Prodígios no céu . . . 212

III — A canção de despedida 250

IV — O exército cristão nas montanhas da Judéia . 259

V — O caminho de Jerusalém . 276

VI — O **Te Deum** após a vitória . 301

VII — A confissão 315

VIII — A Bênção . . 359

IX — O Voto 364

X — Partida, de Aigues-Mortes 371

XI — São Luís chega diante de Damietta . . 392

XII — O Batismo . . . 400